

GT 19 – Trabalho e formação profissional nos campos da informação e da cultura

Coordenador(a): Prof. Dr. André de Souza Pena (UFMT); Profa. Dra. Gabriela Belmont de Farias (UFCE)

Ementa: Os campos de trabalho informacional e cultural: atores, cenários, competências requeridas. Organização, processos e relações de trabalho em ambientes informacionais e culturais tais como: arquivos, bibliotecas, museus, centros culturais, centros de documentação, outros ambientes congêneres. Sociedade da informação, tecnologia e trabalho. Mercado de trabalho nas profissões da cultura e da informação. Saúde do trabalhador nos campos referidos. Formação profissional nos campos da informação e da cultura: limites, campos disciplinares envolvidos, paradigmas educacionais predominantes, estudos comparados. O trabalho em informação e cultura como campo de pesquisas: abordagens e metodologias.

Apresentação Oral

Alejandro de Campos Pinheiro; Helena Maria Tarchi Crivellari
Desafios da acessibilidade e das tecnologias assistivas na biblioteca universitária

Alessandra de Souza Santos; Dúnya Pinto Azevedo
A fotografia como documento e memória para a Ciência da Informação

Ana Gláucia de Lima Sebastião do Carmo; Sonia Aguiar Cruz-Riascos
A Síndrome do Burnout na biblioteconomia: estudo de caso no labor dos profissionais da Universidade Federal de Pernambuco

André de Souza Pena; Helena Maria Tarchi Crivellari
Mercado de trabalho dos bibliotecários, arquivistas e museólogos: uma análise a partir dos dados do CAGED

Denise Queiroz Novaes
O profissional audiodescritor e a audiodescrição (AD) como requisito de acessibilidade a bens culturais pelas pessoas cegas

Fabiana Pereira dos Santos
Os “usos de si” por bibliotecários no serviço público federal em atividade de trabalho após formação continuada em cursos de pós-graduação

Fernanda Ferreira Boschini; Sueli Soares dos Santos Batista; Tania Barbosa Martins
Políticas e estratégias institucionais de internacionalização da educação em instituições de educação profissional e tecnológica

Gabriela Belmont de Farias; Júlio César Pinto Fernandes; Virgínia Bentes Pintos
Percepção dos bibliotecários sobre a aplicabilidade das cinco leis de Rananathan ao contexto da gestão da informação

Gabriela Belmont de Farias; Paula Pinheiro da Nóbrega; Andréa Soares Rocha da Silva
O bibliotecário de referência: proposta para efetivação da tutoria informacional em equipes de EAD *online*

Jessica Camila Soares; Ana Elisa Ribeiro
Formação e prática profissional do/a revisor/a de textos: muito além do verbal

Maria Juliana Nunes da Silva; Ivana Denise Parrela
Entre a teoria e a prática: a atuação no mercado de trabalho dos estagiários e egressos do curso de Arquivologia da Universidade Federal de Minas Gerais

Mariana Paranhos de Oliveira; Sabrina Silveira da Rosa; Maria do Rocio Fontoura Teixeira
O bibliotecário como educador ambiental apoiado pela aprendizagem significativa

Apresentação em Pôster

Elisete Gonçalves Fonseca; Beatriz Gonçalves Brasileiro; Aline Aparecida Valente
A importância dos espaços não formais de aprendizagem na disseminação do conhecimento

DESAFIOS DA ACESSIBILIDADE E DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

doi: 10.47930/1980-685X.2020.1901

PINHEIRO, Alejandro de Campos – alejandrocamos29@gmail.com
Universidade Federal de Viçosa, Bibliotecas Setoriais
Avenida P. H. Rolfs, s/n, Campus Universitário
36.570-900 – Viçosa – MG - Brasil

CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi – helenacrivellari@gmail.com
Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação
Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, Pampulha
31.270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil

***Resumo:** Para a pessoa com deficiência, a superação das barreiras físicas e de busca de informação é um desafio constante, visto que a maioria dos recursos informacionais disponíveis ainda não possuem a acessibilidade adequada. A biblioteca universitária por ser um ambiente que contribui para o ensino, a pesquisa e a extensão tem, também, a necessidade de adaptar o seu espaço, sua forma de atendimento e a oferta de seus serviços, adequando-os ao uso pelas pessoas com deficiência. O presente texto focaliza elementos da revisão de literatura de uma pesquisa em andamento, buscando verificar na literatura o que os bibliotecários atuantes em sistemas de bibliotecas universitárias têm realizado para atender as necessidades das pessoas com deficiência no aspecto de tecnologias assistivas e acessibilidade. Para empreender a pesquisa optou-se por utilizar fontes documentais visando identificar a existência de política que auxilie o bibliotecário na realização do atendimento das pessoas com deficiência.*

***Palavras-chave:** Bibliotecário. Pessoa com deficiência. Tecnologias assistivas. Acessibilidade. Biblioteca universitária*

1 INTRODUÇÃO

As transformações que ocorrem nas áreas do conhecimento, principalmente e decorrentes de aspectos tecnológicos, propiciam mudanças benéficas na realização de procedimentos, condutas, ensino, treinamentos e comportamentos. A educação à distância, a telessaúde e os

aplicativos móveis voltados para as mais diversas finalidades são alguns dos exemplos das tecnologias da informação e comunicação (TIC's), que se tornaram cada vez mais próximas da população. As TIC's foram incorporadas nas práticas biblioteconômicas ao longo dos anos de várias formas, com a implantação de sistemas gerenciadores do acervo da biblioteca, a cooperação entre bibliotecas na catalogação de materiais por meio do formato *Machine Readable Cataloging* (MARC), com a utilização de *skype*, *whatsapp*, e-mail como canal de comunicação do serviço de referência ao usuário, entre outros.

Durante muitas décadas ou até mesmo séculos, as fontes de informação eram produzidas e direcionadas para atender um público considerado “normal”, ou seja, que não apresentassem ausência de membros do corpo humano ou que possuísem dificuldades em se locomover, ouvir, falar, enxergar ou pensar. As pessoas com determinados tipos de deficiência tinham poucas oportunidades em ler, assimilar e interpretar as informações que se encontravam registradas em livros, periódicos, jornais entre outros canais formais de informação, uma vez que eram materiais que não apresentavam alternativas de comunicação adequada, que pudessem atender as necessidades desses indivíduos.

Para modificar esse contexto, várias intervenções têm sido realizadas. A ênfase desta pesquisa recai sobre as iniciativas tomadas, nos últimos anos, por meio da adequação de espaços físicos públicos e privados, estimuladas pela implantação da lei 13.146/2011, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que prevê também a inserção de tecnologias assistivas, abrangendo

produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2015).

As formas de prestação de alguns serviços e condutas, antes consolidadas, foram repensadas com o surgimento das tecnologias assistivas, que agora possibilitam atender um público maior, diverso e com características distintas. Dessa forma, elas se tornaram alternativas para que, ambientes como o das bibliotecas universitárias possam oferecer e disponibilizar um acesso inclusivo ao seu acervo, produtos e serviços; garantir o exercício de direitos e cidadania da pessoa com deficiência, além de colaborar para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em busca de uma melhor conscientização do uso do espaço das bibliotecas universitárias para as pessoas com deficiência, o bibliotecário precisa refletir se está preparado o suficiente para

atender esses indivíduos, que habilidades precisa desenvolver e avaliar se as instalações físicas, condutas, produtos, serviços estão adequados para satisfazer as necessidades informacionais desse público. Dessa forma, o presente estudo se propõe observar o que, segundo a literatura, fazem os bibliotecários atuantes em sistemas de bibliotecas universitária para satisfazer as necessidades das pessoas com deficiência, no que diz respeito à utilização e ao conhecimento de tecnologias assistivas, como forma de favorecer a inclusão do usuário deficiente e a colaboração do bibliotecário no processo de ensino aprendizagem?

As bibliotecas universitárias são espaços que por meio da sua organização, preservação, acesso ao acervo e dos serviços oferecidos, colaboram com as atividades de ensino, pesquisa e extensão realizados pelas universidades. Elas ainda são essenciais no processo de ensino e aprendizagem, já que a informação é considerada um elemento fundamental para a construção do conhecimento. Para que possam cumprir devidamente o seu papel, os bibliotecários devem realizar ações para garantir a acessibilidade à informação para a todas as pessoas, inclusive aqueles que possuem algum tipo de deficiência, de forma a assegurar a inclusão, o desenvolvimento social integral respeitando as idiossincrasias de cada um deles (PINHO NETO, 2014).

O Brasil, segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) possui mais de 45 milhões de pessoas que apresentam algum tipo de deficiência. Essa parcela da população brasileira muitas vezes se encontra desamparada e excluída nos aspectos sociais, tecnológicos e informacionais. Na esfera educacional, de acordo com os dados obtidos do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (2017), mais de 39 mil estudantes do ensino superior possuem algum tipo de deficiência. Dessa forma é necessário pensar e refletir se as bibliotecas das instituições de ensino superior estão adequadas o suficiente para receber e atender as demandas desse público que possui habilidades particulares.

A biblioteca universitária precisa se adequar aos novos padrões de acessibilidade, do ponto de vista arquitetônico ao informacional, visto que é um espaço que deve oferecer condições em disponibilizar produtos e serviços a todo tipo de indivíduo, que apresente ou não alguma deficiência. O ambiente tem que ser inclusivo, além de possuir a responsabilidade em atender com satisfação e corresponder com as expectativas e necessidades do seu público real e potencial. “[...] a biblioteca acessível é a que disponibiliza a informação em qualquer suporte e pro-

vê acesso a todas as pessoas que dela necessitam, ou seja, segue os princípios do desenho universal”. GONZALEZ (2002 apud PAULA; CARVALHO 2009, p. 72).

A cada ano, as bibliotecas universitárias recebem mais estudantes que apresentam algum tipo de deficiência, inclusive houve a criação do Programa Diversidade na Universidade, por meio da lei nº 10.558/02 (BRASIL, 2002), o que incentivou algumas universidades a destinarem em seu sistema de cotas 10% das vagas para pessoas com deficiência na sua forma de ingresso. Assim, esses indivíduos necessitam de intervenções condizentes para o uso dos recursos informacionais, de forma a auxiliar na construção do seu aprendizado, colaborar com a sua autonomia, independência e inclusão social.

Dessa forma, o presente texto refere-se à parte conceitual de uma pesquisa em andamento, que pretende averiguar qual a percepção dos bibliotecários do sistema de bibliotecas de universidades em relação ao conhecimento e uso das tecnologias assistivas para atender as pessoas com deficiências na perspectiva de ensino aprendizagem e inclusão social. Para empreender esta revisão de literatura optou-se por utilizar fontes documentais, análise da literatura técnico-científica visando identificar a existência de política que auxilie o bibliotecário na realização do atendimento das pessoas com deficiência nas bibliotecas universitárias e orientação quanto ao uso das tecnologias assistivas.

2 METODOLOGIA

A pesquisa procedeu uma análise bibliométrica, realizada nas Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e *Library and Information Science Abstract* (LISA) por Vianna e Pinto (2017, p. 145), constatou-se que na BRAPCI, a temática abordada (deficiência e acessibilidade) é considerada recente na literatura da área, se encontra em processo de desenvolvimento contínuo e que “conceitualmente possui diversas acepções e possivelmente por essa e outras razões, a indexação dispersa e não associada de termos correlatos limita a fundamentação teórica e o desenvolvimento na Ciência da Informação.” Os autores ainda ressaltam que

a partir da análise dos termos na base SCIELO, há escassez de artigos sobre o assunto e uma lacuna temporal na sua produção em termos gerais e nos diversos campos científicos abrangidos pelos periódicos indexados naquela base.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa necessitou-se realizar um levantamento bibliográfico, de forma a investigar os autores que pudessem contribuir na construção de um embasamento teórico consistente a fim de legitimar a posterior realização de estudo empírico.

3 RESULTADOS DA REVISÃO DE LITERATURA REALIZADA

As próximas seções abordam temas relacionados às pessoas com deficiência e sua respectiva relação com as bibliotecas universitárias.

3.1 As pessoas com deficiência

Desde a Antiguidade até a Idade Contemporânea é perceptível a lacuna existente na sociedade em relação à exclusão social dos indivíduos que apresentavam deficiência. Ao longo dos séculos, em períodos distintos da história, a questão da deficiência já esteve relacionada a doenças (CORRÊA, 2005) ou a aspectos religiosos, como uma forma de castigo divino (ARANHA, 2005). Com o crescimento do cristianismo houve uma mudança de concepção referente a deficiência, no qual essas pessoas eram consideradas criaturas de Deus e com boa alma. No entanto, ainda na Idade Média, a Igreja passou a perseguir e exterminar as pessoas com deficiência com o discurso de que eram sujeitos pecadores (ARANHA, 2005).

Com o desenvolvimento da ciência moderna, no século XVIII, elencaram hipóteses de que a deficiência estava relacionada a fatores naturais e não espirituais. Assim, os hospitais psiquiátricos aparecem como ambientes destinados a receber essas pessoas, mas para permanecerem isoladas e restritas da sociedade, ao invés de serem submetidas a tratamentos (ARANHA, 2005). Após o século XVIII, na Europa, Estados Unidos e Canadá, algumas pessoas começaram a se organizar e propor alternativas para o atendimento desenvolvido para as pessoas com deficiência. Essas ações repercutiram no Brasil, a partir do século XIX, levando o imperador D. Pedro II a fundar, em 1854, o Imperial Instituto de Meninos Cegos, com o atual nome de Instituto Benjamin Constant. Nessa perspectiva, as ações realizadas referentes às pessoas com deficiência eram de caráter assistencialista e uma visão social caridosa mantendo-as necessitadas e dependentes de boa vontade e doações (ARANHA, 2005).

Após a promulgação da Constituição de 1988, várias leis, decretos e declarações foram elaboradas de modo a continuar o processo de inclusão social das pessoas com deficiência. A

Lei Federal 7.853/89, por exemplo, definia as responsabilidades do poder público no processo de inclusão das pessoas com deficiência nas áreas de educação, saúde, formação profissional e trabalho, formação de recursos humanos e acessibilidade (OLIVEIRA, 2010).

Percebe-se então que, a criação desses documentos são meios de consolidar e assegurar a igualdade de condições da pessoa com deficiência no convívio social, confirmar a proteção dos seus direitos e incluí-lo como agente ativo e protagonista na discussão e participação de elaboração de políticas públicas, planejamento e serviços contribuindo dessa forma, para a construção de uma sociedade que promova equivalência entre todos os cidadãos. Assim, é importante que todos ambientes, como o das bibliotecas universitárias, estejam preparados para adaptar o seu espaço e planejar produtos e serviços que contemplem todo tipo de usuário, com ou sem deficiência.

Conhecer as pessoas que frequentam as bibliotecas universitárias, especialmente as pessoas com deficiência, é essencial para avaliar se os produtos e serviços oferecidos nesses espaços estão adequados o suficiente para a colaboração do processo de ensino aprendizagem durante a sua trajetória acadêmica e como o bibliotecário pode contribuir para esse desenvolvimento.

3.2 As bibliotecas universitárias

As bibliotecas universitárias contribuem com o processo de ensino, pesquisa e extensão por meio do acesso aos mais diversos recursos informacionais existentes no seu acervo. Além disso oferecem serviços de treinamentos em base de dados científicas como forma de promover a autonomia e desenvolvimento de competência informacional. Realiza a disseminação seletiva da informação de acordo com a área de interesse do usuário, orientação a normalização de trabalhos acadêmicos, levantamento bibliográficos dentre outros serviços.

Segundo Cunha e Cavalcanti (2008), a biblioteca universitária é um espaço subordinado a instituição de ensino superior e deve ir ao encontro das necessidades informacionais da equipe docente, discente e administrativo, com intuito de auxiliar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. A biblioteca pode ser considerada única (geralmente uma biblioteca central) ou várias (normalmente denominada biblioteca setorial, por estar localizada em um departamento e por possuir um acervo específico), que são organizadas em forma de sistema ou rede.

Martins e Martins (2012) enfatizam a importância de inclusão da pessoa com deficiência, uma vez que reafirmam o compromisso das bibliotecas universitárias reunirem “um conjunto de

serviços, recursos e equipamentos que permitam receber alunos com necessidades especiais. Este processo deve ser iniciado a priori, de modo a que em caso de necessidades o serviço esteja já funcional” (MARTINS, MARTINS, 2012, p. [4]).

A maioria das bibliotecas adotou medidas para tornar seus serviços acessíveis aos usuários com deficiência. Mas mesmo as bibliotecas que pensam que não têm clientes com deficiência devem estar preparadas para a eventualidade de ajudar esses clientes. A preparação avançada coloca a biblioteca em uma posição mais confortável do ponto de vista de serviço, ética e legal. Além disso, é um gesto de boas-vindas. Algumas bibliotecas acreditam que, por não terem conhecimento de nenhum usuário com deficiência, não precisam fornecer serviços acessíveis. Essa atitude é uma profecia auto-realizável; pessoas com deficiência optarão por não ir a um lugar com barreiras. Bibliotecas inacessíveis podem ter muitos usuários em potencial que estão excluindo. À medida que as bibliotecas fornecem serviços e informações mais acessíveis, é mais provável que atraiam novos usuários, incluindo aqueles com deficiência (POWER, LEBEAU, 2009, p. 5572, tradução nossa)

No entanto, no Brasil, a prática de planejamento em bibliotecas universitárias, que incorpore “garantias de acesso pleno a deficientes físicos, prevalecendo barreiras arquitetônicas em suas instalações” é considerada inexistente. “Seu conjunto de recursos informacionais, representado através de itens componentes de seus acervos, também é projetado visando ao atendimento daquela comunidade de usuários julgada fisicamente "normal" [...]” (SILVEIRA, 2000, p. 3-4).

Quase vinte anos após a afirmação de Silveira (2000), ainda que seja perceptível localizar bibliotecas universitárias de referência em acessibilidade informacional, é notório que pouco se evoluiu nesse aspecto, ao contabilizar a existência de mais de 100 universidades federais, mesmo que tenha se avançado nas políticas de acessibilidade, cotas entre outros quesitos, constata-se a necessidade de mobilização dos órgãos competentes, comunidade universitária e do bibliotecário para progredir e modificar a atual conjuntura (VIANNA, PINTO, 2017).

Mazzota (2005, p. 65) destaca a importância de reconhecer e incentivar a participação das pessoas com deficiência nas ações de planejamento e execução dos “serviços, produtos e recursos que são destinados a esse público”, pois são medidas que buscam valorizar o aspecto humano e o seu empoderamento na tomada de decisão para que se alcance uma “sociedade democrática e inclusiva em todos os seus espaços, efetivando, assim, na prática, o que a legislação brasileira orienta”.

As pessoas com deficiência convivem com o constante desafio durante o seu percurso acadêmico, pois há dificuldades em encontrar em formato acessível, as obras que constituem o conteúdo programático dos cursos que estão matriculados. Assim, o processo de ensino-aprendizagem desses alunos fica prejudicado interferindo na sua formação profissional, já que

não podem realizar as leituras indicadas, essenciais para contribuir e aperfeiçoar seus conhecimentos (SOUZA *et al*, 2012). Pupo e Vicentini (2002, p. 3) complementam ao afirmarem que “muitos alunos com deficiência iniciam uma atividade de pesquisa na universidade e são ‘barradas’ pela inexistência de uma infra-estrutura adequada”.

Nessa perspectiva, as bibliotecas universitárias devem estar adequadas para receber e atender as necessidades desse público que, por possuir características físicas não habituais, exige que o espaço seja acessível para que seja usufruído em toda a sua potencialidade. “[...] A deficiência não está no indivíduo, mas no ambiente incapaz de percebê-lo e integrá-lo como sujeito participante no processo de construção do conhecimento” (BEZERRA *et al*, 2011, p. [9]). Então, como proposta de modificação desse contexto, a tecnologia assistiva aparece como um meio de viabilizar que o usuário com deficiência visual utilize o acervo, produtos e outros serviços que a biblioteca universitária tenha para oferecer.

3.3 As bibliotecas universitárias e as formas de inclusão das pessoas com deficiência

Três conceitos são essenciais para que os problemas da relação entre as bibliotecas universitárias e os seus usos pelas pessoas com deficiência sejam devidamente compreendidos. São eles: acessibilidade, desenho universal e tecnologia assistiva.

Acessibilidade

Segundo o artigo 5º da Constituição brasileira (BRASIL, 1988), todos os indivíduos possuem o direito de acesso a informação, ainda que se perceba um progresso na realização desse direito, a realidade para pessoas com deficiência se encontra em um estágio inicial e muitas vezes descumprido em instituições públicas e privadas. O Decreto-lei nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 regulamenta as leis nº 10.048 e 10.098 e define por meio do seu artigo 8º inciso I, que a acessibilidade é

condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004).

Esse acesso à informação pode ser dificultado pela existência das barreiras arquitetônicas nos ambientes educacionais, como em salas de aula e bibliotecas. Dessa forma, salienta-se a importância em compreender que a acessibilidade informacional pode ser comprometida, pois está relacionada também aos aspectos arquitetônicos, comunicacional, comportamental entre outros. O acesso à informação colabora para o crescimento pessoal e profissional do indiví-

duo, ao propiciar contato com pesquisas, reflexões, opiniões convergentes e divergentes de especialistas, tornando-as aptas para a formação de uma sociedade mais crítica, questionadora, justa e igualitária. Costa (2004, p. 2) destaca que:

A democratização da informação acontece quando o acesso ao conhecimento é facilitado para todos, como bibliotecas, centros de cultura, possibilitando palestras abertas a comunidades diversas, exposições de livros, além de ações mais amplas, variadas, que contribuem para a conscientização e engrandecimento do povo.

A informação precisa estar disponível e acessível para atender as necessidades de uma sociedade, logo, medidas devem ser realizadas de tal forma que, o indivíduo saiba que o assunto do seu interesse já se encontra publicado, onde está localizado e como ele pode obtê-lo.

Segundo Sasaki (2004) a acessibilidade extrapola o espaço físico e divide o conceito de acessibilidade em seis dimensões relacionadas entre si, são elas: a) arquitetônica; b) comunicacional; c) metodológica; d) instrumental; e) programática e f) atitudinal. A acessibilidade arquitetônica é o planejamento ou adequação de ambientes sem barreiras ou obstáculos que estão aptos a receber qualquer pessoa. A acessibilidade comunicacional é a ausência de barreiras comunicacionais, que permitem a um indivíduo com deficiência visual, auditiva, por exemplo, obter o acesso à informação transmitida.

Vianna e Pinto (2017) destacam também a acessibilidade metodológica, que ocorre quando há ausência de obstáculos nos instrumentos de pesquisa, métodos e nas técnicas de estudo, com a adequação curricular e uma aprendizagem múltipla, participativa por parte dos alunos e a construção de novos conceitos e formas de avaliação. A acessibilidade instrumental com a intervenção da tecnologia assistiva propicia o uso de determinados objetos pelos deficientes.

Os autores supracitados ainda se referem à acessibilidade programática, que é a necessidade de eliminar as barreiras existentes que se encontram “embutidas em políticas públicas, leis, decretos, portarias, regulamentos institucionais, em normas de uma maneira geral” (VIANNA, PINTO, 2017, p. 135). E a acessibilidade atitudinal, que em um primeiro instante é a mais relevante, visto que passa pela conscientização do respeito e do convívio em sociedade sem a diferenciação de cor, raça, sexo, idade e presença ou ausência de deficiências

Destaque-se que a acessibilidade informacional possui na acessibilidade física e em seus produtos um suporte necessário, entretanto, não raro, deverá estar associada a um serviço o que amplia a necessidade de incorporação dos constructos decorrentes da noção de “tecnologia assistiva”. (VIANNA, PINTO, 2017, p. 135)

Conforme Sousa et al (2013), as intervenções em prol da acessibilidade devem ser além de possibilitar que as pessoas com deficiência estejam inseridas em atividades que utilizam pro-

dutos, serviços e informação e sim buscar que esses indivíduos sejam incluídos em todos os ambientes, com a restrição mínima possível, caso não seja viabilizado a sua totalidade.

Desenho universal

Na década de 1960 houve um movimento de algumas universidades norte-americanas, que se mobilizaram em romper as barreiras físicas de suas instituições, nos espaços abertos do campus e nos transportes universitários e urbanos. Esse movimento, inicialmente, preocupou-se em alertar a sociedade para as barreiras físicas existentes e que deveriam ser eliminadas ou reduzidas ao máximo possível. Nesse momento começou a discussão de “adaptação do meio físico”, no qual consistia em adaptar o ambiente físico, transportes e produtos de modo que fossem utilizáveis por pessoas com deficiência (Sasaki, 2006).

Ao decorrer dos anos, desenvolveu-se uma reflexão em oposição a ideia de adaptação aos ambientes, ao mesmo tempo em que outros espaços inacessíveis eram criados surgindo então, o conceito de desenho acessível, que se refere a projeção de espaços com acessibilidade em que se propõe contemplar pessoas com deficiência física, intelectual, auditiva, visual ou múltipla, de modo que elas possam usufruir “com autonomia e independência tanto os ambientes físicos e transporte adaptados, como os ambientes e transportes construídos com acessibilidade já na fase de sua concepção” (Sasaki, 2006, p. 145).

Valorizar a disseminação de desenho acessível, no sentido do rompimento de barreiras físicas e sociais, de modo a propiciar uma sociedade mais acessível, com produtos e ambientes desenvolvidos nesse conceito, pode dar uma ideia de que são “destinados exclusiva ou preferencialmente para pessoas com deficiência” (Sasaki, 2006, p. 145). Com o objetivo em planejar um espaço com acessibilidade, que não apenas englobe indivíduos com deficiência, mas que seja utilizado por todos os sujeitos, daí originou-se então a proposta de desenho universal.

Tendo como data de origem, o ano de 1985 e, como autor, o arquiteto Ron Mace, o desenho universal propõe “soluções, produtos e serviços que possam ser utilizados a maior parte do tempo sem a necessidade de modificações e adaptações” relacionando-se com o conceito de acessibilidade, ao permitir o maior número de indivíduos para usufruí-lo. O desenho universal aborda os princípios de: equiparação nas possibilidades de uso; flexibilidade no uso; uso simples e intuitivo; captação da informação; tolerância ao erro; mínimo esforço físico; dimensão e espaço para uso e interação como proposta de soluções, produtos e serviços, que podem ser praticados no cotidiano e ações realizadas na biblioteca.

Nicolleti (2010) elabora um instrumento denominado *check list para bibliotecas* como um meio de diagnosticar e avaliar se o espaço destinado a biblioteca cumpre as condições necessárias direcionadas para a acessibilidade arquitetônica, comunicacional, informação, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. Os resultados coletados por meio deste estudo poderão orientar os bibliotecários a identificarem as barreiras existentes e verificar quais as providências deverão ser tomadas para modificar o ambiente de trabalho de modo a atender as necessidades e garantir a acessibilidade das pessoas com deficiências.

De acordo com Pereira (2006, p. 9), desenho universal refere-se a “espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade [...]”.

O desenho universal pode também receber a nomenclatura de *design* universal, que alguns autores denominam dessa forma por transmitir a ideia de participação múltipla dos agentes transformadores e holística (Guimarães, 2010), ao contrário do desenho que passa a percepção de um produto isolado. Consiste na proposta de planejamento de um espaço que esteja apto a receber qualquer indivíduo com as mais distintas características, possuindo ou não deficiência, de modo que permita o desenvolvimento de suas atividades com conforto, segurança, autonomia contribuindo para a sua inclusão social.

Tecnologia assistiva

A Tecnologia Assistiva (TA) é uma área que tem crescido significativamente nos últimos anos e está muito relacionada a demanda de recursos e serviços direcionados as pessoas com deficiência. Conforme Galvão Filho (2013), a TA se encontra em ascensão devido ao paradigma da inclusão social, que contribui com a inserção de pessoas com deficiência nos diversos aspectos da sociedade, uma vez que os recursos de TA são fundamentais nos aspectos de mobilidade e contribuem para a aprendizagem, trabalho, comunicação e interação com o mundo.

Evidencia-se uma discussão mais presente em várias instâncias da sociedade envolvendo a TA, porém há escassez de pesquisas e projetos sobre essa temática. A TA tem se restringido a especialistas envolvidos com pessoas com deficiência dificultando a sua evolução e diálogo com as outras áreas do conhecimento (RODRIGUES, ALVES, 2013).

Segundo Galvão Filho (2013) há uma certa confusão em relação a definição do que seja TA visto que, nota-se uma tendência do senso comum em considerar qualquer recurso relacionado as pessoas com deficiência, ainda que ele possa ser utilizado para indivíduos sem deficiência com o mesmo objetivo. A definição de Tecnologia Assistiva ainda se encontra em desenvolvimento, então, na busca de uma maior precisão conceitual, o autor supracitado considera que

A Tecnologia Assistiva, como um tipo de mediação instrumental, está relacionada com os processos que favorecem, compensam, potencializam ou auxiliam, também na escola, as habilidades ou funções pessoais comprometidas pela deficiência, geralmente relacionadas às funções motoras, funções visuais, funções auditivas e/ou funções comunicativas (GALVÃO FILHO, 2013, p. 8-9).

De acordo com Melo, Costa e Soares (2006, p. 62), as tecnologias assistivas podem ser compreendidas como “recursos e serviços que visam facilitar o desenvolvimento de atividades da vida diária por pessoas com deficiência. Procuram aumentar capacidades funcionais e assim promover a autonomia e a independência de quem as utiliza”. Já para a Norma Brasileira (NBR) 15599/2008, as tecnologias assistivas se referem a um “conjunto de técnicas, aparelhos, instrumentos, produtos e procedimentos que visem auxiliar a mobilidade, a percepção e a utilização do meio ambiente e seus elementos por pessoa com deficiência”.

Ainda que sejam constatadas distintas concepções, pode-se perceber que a TA se encontra relacionada com recursos de acessibilidade, direcionados a “pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida. A finalidade, portanto, deve ser tomada como critério de identificação e classificação dos recursos de TA” (RODRIGUES, ALVES, 2013, p.175).

As tecnologias assistivas estão cada vez mais próximas do cotidiano da população e presentes em diversos lugares como alternativas para difundir, fomentar e incluir cada vez mais a pessoa com deficiência nos aspectos de acessibilidade física e informacional. No entanto, segundo Lévy (1999) é necessário ultrapassar a relação de que apenas facilitar o acesso e reduzir os custos de conexão às TIC's sejam medidas satisfatórias. Para que ocorram mudanças significativas é imprescindível estimular e criar condições que favoreçam a autonomia dos indivíduos.

O problema do ‘acesso para todos’ não pode ser reduzido às dimensões tecnológicas e financeiras geralmente apresentadas. Não basta estar na frente de uma tela, munido de todas as interfaces amigáveis que se possa pensar, para superar uma situação de inferioridade. É preciso antes de mais nada estar em condições de participar ativamente dos processos de inteligência competitiva (...). Em outras palavras (...) as políticas voluntaristas de luta contra as desigualdades e a exclusão devem visar o ganho em autonomia das pessoas ou grupos envolvidos (LÉVY, 2007, p. 238).

Pereira (2011, p. 3) afirma que “as TIC's não são a solução para todos os problemas existentes na sociedade, mas elas têm potencial integralizador e delas dependem os cidadãos que estão excluídos”. As pessoas com deficiência, por meio do uso das tecnologias assistivas, podem alcançar a autonomia esperada por Lévy (2007), ao atingir a independência necessária para o acesso, busca e o uso da informação. Dessa forma, é preciso averiguar se as possíveis tecnologias assistivas utilizadas nas bibliotecas universitárias atendem as necessidades das pessoas com deficiência.

Os direitos conquistados pelas pessoas com deficiência precisam ser exercidos em todas as esferas, seja no ambiente público, privado e nos mais distintos espaços, como em bibliotecas universitárias. Dessa forma, a implantação e utilização das tecnologias assistivas nesses espaços poderá contribuir no aspecto de acessibilidade ao usuário com deficiência possibilitando a sua autonomia e independência e que por sua vez obterá melhores condições de sua inclusão na sociedade da informação.

Para que o bibliotecário possa contribuir com o processo de mediação entre as fontes de informação e a pessoa com deficiência é preciso identificar se as tecnologias assistivas existentes nesses espaços vão ao encontro das reais necessidades desses indivíduos. Ainda que, a biblioteca possua determinada ferramenta, instrumento ou recurso informacional de última geração é preciso ouvir se o principal beneficiário possui habilidades, conhecimento e capacitação suficiente para utilizar determinado equipamento ou recurso. Dessa forma, para que os bibliotecários possam satisfazer as necessidades das pessoas com deficiência, um estudo empírico seria uma investigação bastante apropriada para compreender melhor, qual a percepção dos bibliotecários em relação às tecnologias assistivas disponibilizadas pela biblioteca universitária, no desenvolvimento da aprendizagem das pessoas com deficiência durante sua trajetória acadêmica.

3.4 Estudos sobre o bibliotecário brasileiro e sua relação com as pessoas com deficiência

A gestão de uma biblioteca é função privativa e de responsabilidade do profissional bibliotecário, de acordo com a lei 4.084 de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. É de responsabilidade desse profissional compreender a sua comunidade e satisfazer as suas necessidades nos aspectos informacional, estrutural, de modo que cumpra com o seu objetivo em atender os indivíduos que usufruem aquele

ambiente. Nesse sentido precisa-se refletir, o que o bibliotecário tem realizado para atender a pessoa com deficiência, visto que é um público que tem frequentado cada vez mais a biblioteca universitária e que precisam de suportes, adaptações e em determinadas situações uma comunicação diferenciada.

Cabe ao profissional bibliotecário uma autoavaliação de seus conhecimentos e habilidades, para que não tenha barreiras que impeçam sua interação e comunicação com usuários surdos, por exemplo. A responsabilidade social da ciência da informação de facilitar a transmissão do conhecimento para quem precisa deve ser colocada em prática, porque todos têm o direito à informação de forma igualitária (SILVA, COSTA E CRIVELLARI, 2014, p. 2744)

Silva, Costa e Crivellari (2014, p.2748) ainda consideram que

os gestores das bibliotecas universitárias devem estar atentos para que todos os usuários utilizem os serviços que são disponibilizados por elas. Essa postura vai ao encontro de ações estratégicas que pensam a inclusão do público NEE no âmbito das bibliotecas universitárias. Conhecer os estudantes com deficiência matriculados na universidade permite que ações sejam colocadas em prática para enfrentar os desafios da inclusão e acessibilidade em suas várias dimensões.

Ações afirmativas nas universidades, como a implantação de cotas para pessoas com deficiência contribuem para o processo de inclusão, juntamente com a criação dos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão (NAI) que possibilitam assegurar a permanência e compreender a melhor forma de manutenção desse público no meio acadêmico. Mas, para que isso ocorra de forma efetiva, toda a comunidade universitária precisa estar envolvida e nesse aspecto, o bibliotecário também precisa estar consciente do seu papel e do seu protagonismo no ambiente em que gerencia, realiza o processamento técnico e atende o estudante com ou sem deficiência.

Outro ponto fundamental a se considerar é a presença dos usuários com necessidades especiais, no contexto educacional, que criam, para o bibliotecário, novos desafios, exigindo que ele adquira conhecimentos específicos para atendê-los. Deve-se salientar que o contato com os usuários possibilita conhecer suas necessidades informacionais, o que pode proporcionar a criação de novos produtos e serviços. E se essa relação não existir, as bibliotecas continuarão a ser parcialmente acessíveis, por continuar a disponibilizar acesso somente às pessoas sem deficiência. (SILVA, COSTA E CRIVELLARI, 2014, p. 2747)

Para que essa inclusão realmente ocorra nas bibliotecas universitárias, o bibliotecário precisa se autoavaliar e sair muitas vezes da posição passiva e de acomodação na instituição. Ele deve demonstrar interesse, ser mais atuante e solicitar a sua presença em reuniões de departamentos e levar as suas chefias e aos pares, fatores que possam prejudicar na utilização do ambiente da biblioteca pelas pessoas com deficiência. Cysne (1993) levanta um item importante e muitas vezes desconsiderado pelos bibliotecários brasileiros, ao referir que esses profissionais não correspondem às expectativas do seu público, pois não se veem como indivíduos que também

utilizam os produtos e serviços oferecidos nas bibliotecas. Segundo Cysne (1993, p. 64), o bibliotecário brasileiro

[...] está aquém das necessidades de seus usuários. Seja pela burocratização do processo de transferência da informação, decorrente da maximização de procedimentos técnicos, ou seja, pela falta de sensibilidade decorrente da impossibilidade do bibliotecário ver-se como usuário de biblioteca

Silva, Costa e Crivellari (2014, p. 2749) consideram que o bibliotecário deve buscar identificar-se com as necessidades de grupos antes considerados invisíveis e que, na atualidade, além de se encontrarem presentes na universidade, estão “ainda lutando pelos seus direitos para que possam ter condições de realizar seu percurso acadêmico e posteriormente, entrar no mercado de trabalho”.

Para Correio et al, o bibliotecário tem a função de mediar as informações presentes naquele espaço e buscar alternativas para torná-las acessíveis com o intuito em suprir as necessidades das pessoas com deficiência.

o bibliotecário é de fundamental importância para a efetivação e sucesso na inclusão informacional das pessoas com deficiência, considerando-se, ainda, a permanente educação continuada para sua qualificação profissional. [...] Ele pode e deve ter o poder de contribuir para a transformação da sociedade, permitir o acesso à informação para que todos tenham consciência de seus direitos e deveres na sociedade (CORREIO et al., 2013, p. 4)

O bibliotecário precisa se adaptar a essa realidade e as exigências que esse público demanda. Dessa forma, a realização de treinamentos, cursos de capacitação e a construção de um documento que o auxilie durante o atendimento de uma pessoa com deficiência na biblioteca universitária e oriente quanto ao uso das tecnologias assistivas, caso existirem, podem contribuir para que o profissional garanta a qualidade e satisfação durante a execução da atividade. Cabe ao bibliotecário buscar as mudanças necessárias para promover as condições adequadas para que a informação desejada se torne acessível em ser utilizada pela pessoa com deficiência, seguindo as especificidades de cada um deles.

Um caso positivo é o do sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Ceará, por meio do Núcleo de Acessibilidade, que conta com algumas tecnologias assistivas, que permitem a pessoa com deficiência, condições em utilizar os recursos das bibliotecas, como a bibliografia básica em formato eletrônico ou impresso. Destaca-se também, o projeto Biblioteca Universitária (BU) em Libras que consiste em dar visibilidade da comunidade surda, por meio de um ambiente virtual utilizando as normas de acessibilidade na web para pessoas com deficiência (SOUZA *et al*, 2014). Outro serviço desenvolvido pelo SB/UFC é a “digitalização de acervo para pessoas com deficiência visual” que consiste em atender uma solicitação dos

usuários com deficiência por materiais bibliográficos acessíveis (SOUZA *et al*, 2012, p. 2). Essas ações demonstram que o bibliotecário com iniciativa, pró-atividade e mesmo exercendo suas atividades laborais em uma biblioteca universitária inadequada, nos aspectos estruturais e informacionais, pode transformar o espaço apto em atender todos os tipos de indivíduos que possuem as mais distintas características físicas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão de literatura realizada permite perceber que, embora tenha ocorrido alguns avanços em relação à acessibilidade no ambiente das bibliotecas universitárias, as mudanças são ainda insuficientes visto que houve, no ensino superior, um aumento progressivo de ingressantes que apresentam algum tipo de deficiência. A falta de recursos financeiros, informação, planejamento, treinamentos e comprometimento com uma educação continuada são elementos que colaboram para que o bibliotecário tenha dificuldades em atender a pessoa com deficiência, no aspecto atitudinal e informacional.

A ausência de material adequado no formato Braille, áudio ou Libras para satisfazer a necessidade informacional do usuário com deficiência visual e auditiva juntamente com as dificuldades em se deslocar até a biblioteca, utilizar o espaço e acessar as fontes informacionais dificultam a trajetória acadêmica desse aluno, o que pode contribuir para sua evasão da universidade.

O descumprimento da legislação que assegure a acessibilidade nos espaços públicos, o que inclui as universidades públicas e por sua vez, as bibliotecas universitárias e as práticas de comportamento discriminatórias tornam-se um desafio da pessoa com deficiência frequentar a universidade/biblioteca no contexto atual.

As ações ainda são consideradas incipientes por parte dos bibliotecários em promover a acessibilidade em bibliotecas universitárias e o conhecimento sobre o uso das tecnologias assistivas. Entretanto, ainda que as perspectivas sejam mais negativas nos aspectos de inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior em relação a conhecimento, disponibilização e uso de tecnologias assistivas em bibliotecas universitárias, algumas iniciativas têm sido realizadas na tentativa em suprir as necessidades desse público, como é o

caso, citado acima, encontrado em estudos sobre o sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Ceará, por meio do Núcleo de Acessibilidade.

Espera-se que, em seguida à presente revisão de literatura, a pesquisa empírica venha a encontrar outros casos virtuosos, onde o bibliotecário, enquanto profissional responsável em cumprir o papel de mediador entre o indivíduo e a informação, conheça o seu público, suas necessidades e demandas, atentando para que as tecnologias assistivas possam atender as expectativas da comunidade, deficiente ou não, propiciando um ambiente acolhedor, inclusivo e democrático.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. **Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos**. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15599/2008: Acessibilidade: Comunicação na prestação dos serviços**. Rio de Janeiro, 2008. 39 p.

BEZERRA, N. A. et al. A biblioteca universitária na proposta do desenho universal: um diagnóstico do sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Ceará. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO, 24., 2011, Maceió, **Anais [...]**. Maceió, UFAL, 2011.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 10.558 de 13 de novembro de 2002. Cria o programa Diversidade na Universidade e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 nov. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10558.htm. Acesso em: 21 dez. 2019.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 14, de 24 de abril de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 de abril de 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/programa_incluir.pdf. Acesso em: 27 out. 2013

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, 2007.

CORRÊA, M. A. M. **Educação especial**: v. 01. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2005. Disponível em: <https://canalcederj.cecierj.edu.br/012016/a1af164aed3aff470abbd469102d4a12.pdf>. Acesso em: 23 set. 2019.

CORREIO, M. S. S. et al. Acessibilidade e inclusão informacional. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 18, n.1, p. 1 – 16, jan./abr. 2013.

COSTA, Maria de Fátima Oliveira. **A informação e o exercício da cidadania**. 2004. Disponível em: <http://www.dci.ufc.br/fatimacosta/fcosta.publ.html>. Acesso em: 23 nov. 2009.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

CYSNE, Maria do Rosário Portela. **A biblioteconomia**: dimensão social e educativa. Fortaleza: UFC, 1993.

GALVÃO FILHO, T. A. A construção do conceito de Tecnologia Assistiva: alguns novos interrogantes e desafios. **Entreideias**: Educação, Cultura e Sociedade, Salvador, v. 2, n. 1, p. 25-42, jan./jun. 2013

GONZALEZ, C. J. Biblioteca acessível: serviço de informação para usuários com deficiência. 2002. Monografia (Departamento de Biblioteconomia e Documentação) - ECA, USP, 2002 *apud* PAULA, Sônia Nascimento de; CARVALHO, José Oscar Fontanini de. Acessibilidade à informação: proposta de uma disciplina para cursos de graduação na área de biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a05.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.

GUIMARAES, M. P. O desenho universal. In: PRADO, Adriana Romeiro de Almeida; LOPES, Maria Elisabete; ORNSTEIN, Sheila. **Desenho universal**: caminhos da acessibilidade no Brasil. São Paulo: Annablume, 2010. 305 p

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/educacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>. Acesso em: 5 jul. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 20 jul. 2018.

LEVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MARTINS, A. B.; MARTINS, A. Bibliotecários de instituições de ensino superior quebram barreiras. **ACTAS**: Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Lisboa, n.11, 2012. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/466/pdf>. Acesso em: 21 out. 2019.

MAZZOTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MELO, A. M.; COSTA, J. B.; SOARES, S. C. M. Tecnologias assistivas. In: PUPO, D. T.; MELO, A. M.; FERRÉS, S. P. (Orgs.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: UNICAMP, Biblioteca Central César Lattes, 2006.

MORO, E. L. S.; ESTABEL, L. B. **Checklist**: instrumento de avaliação de acessibilidade em prédios públicos. Porto Alegre: Evangraf, 2016.

OLIVEIRA, L. C. **Visibilidade e participação política**: um estudo no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência em Niterói. 2010. 178f. Dissertação (Mestrado). Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Niterói, 2010.

PEREIRA, Ana Carolina Araújo. **Guia de acessibilidade em edificações**: fácil acesso para todos. Belo Horizonte: CREA-MG: PBH, 2006. 64 p.

PEREIRA, R. C. S. P. Tecnologias Assitivas e Deficiência: algumas considerações. **Educação Temática Digital**. Campinas, v.13, n.1, p.119-133,jul/dez .2011.

PINHO NETO, J.A.S. A inclusão digital para deficientes visuais do setor braile da biblioteca central da UFPB. In: **Seminário Nacional de Bibliotecas Braille**, 8., 2014. São Paulo: Febab, 2014.

POWER, REBECCA; LEBEAU, CHRIS. How Well Do Academic Library Web Sites Address the Needs of Database Users with Visual Disabilities? **The Reference Librarian**, Philadelphia, v. 50, n. 1, 2009.

PUPO, D. T.; VICENTINI, R. A. B. **A integração do usuário portador de deficiência às atividades de ensino e pesquisa**: o papel das bibliotecas virtuais. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?view=1122>. Acesso em: 28 out. 2019.

RODRIGUES, P. R.; ALVES, L. R. Tecnologia assistiva: uma revisão do tema. **Holos**, Natal, n. 29, v. 6. p. 170-180. 2013. Disponível em: <http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/07/TECNOLOGIA-ASSISTIVA-REVIS%C3%83O-DO-TEMA.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2019.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SILVA, R. A. COSTA, M. K. A. CRIVELLARI, H. M. T. A formação do bibliotecário para atuar na sociedade inclusiva. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIENCIA DA INFORMACAO, 15, 2014, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Disponível em: <http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt6>. Acesso em: 20 abr. 2015.

SILVEIRA, J. G. Universidade e bibliotecas universitárias: em foco as condições de acesso à informação e aos prédios da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG por pessoas com

deficiência. In: SILVEIRA, J. G.(Org). **Acessibilidade e cidadania: teorias e práticas em contextos informacionais**. Belo Horizonte: Impressões de Minas, 2014.

SOUSA, M. M.; FUJINO, A. **A biblioteca universitária como ambiente de aprendizagem no ensino superior: desafios, perspectivas**.

SOUZA, C. S. *et al.* **Acessibilidade e informação científica na educação superior: caminhos trilhados pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará**. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 28., 2014, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

SOUZA, C. S. *et al.* **Desenvolvimento de coleções para pessoas com deficiência visual no sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Ceará**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., 2012, Gramado. **Anais [...]**. Gramado: UFRGS, 2012.

VIANNA, W. B.; PINTO, A. L. **Deficiência, acessibilidade e tecnologia assistiva em bibliotecas: aspectos bibliométricos relevantes. Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p.125-151, abr./jun. 2017.

VIEIRA, L. C. B.; **Biblioteca inclusiva: repensando políticas de acesso e inclusão para deficientes auditivos na Universidade Federal do Maranhão. Biblionline**, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 82-101, 2014.

A FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO E MEMÓRIA PARA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

doi: 10.47930/1980-685X.2020.1902

SANTOS, Alessandra de Souza – alessandra@mpmg.mp.br¹
Universidade FUMEC, Faculdade de Ciências Empresariais
Rua Cobre, 200
CEP 30.310-190 – Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil

AZEVEDO, Dunya Pinto – dunya.azevedo@fumec.br²
Universidade FUMEC, Faculdade de Ciências Empresariais
Rua Cobre, 200
CEP 30.310-190 – Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil

Resumo: *Este trabalho de revisão bibliográfica procurou abordar a importância do tratamento da fotografia como fonte documental na construção de repositórios voltados para o registro da memória institucional em arquivos, museus e bibliotecas. Nesse sentido, o tratamento da fotografia envolve sua representação como documento, seu armazenamento, sua organização e a sua disponibilização ao acesso público e deve ter suas especificidades consideradas, uma vez que a imagem fotográfica explicita relações hegemônicas de cultura, suas representações sociais e culturais e as práticas organizacionais, reconstruindo e validando discursos e práticas sociais. Inicialmente, faz-se uma breve análise da fotografia sob o ponto de vista da semiótica, apresenta-se as funções da fotografia como documento e aspectos relevantes para a recuperação de informações e as diferentes formas de documentação da fotografia nos arquivos, nos museus e nas bibliotecas. Por fim, consideramos que a fotografia como documento, no âmbito da Ciência da Informação requer um repertório de saberes especializados dos profissionais da informação para lidar com a imagem fotográfica enquanto documento, informação e memória.*

Palavras-chave: *Fotografia; Memória; Documento; Repositório; Coleções.*

¹ Doutoranda em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento (Universidade FUMEC). Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local (Centro Universitário UNA/BH).

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento (Universidade FUMEC). Doutora em Comunicação Social (Universidade Federal de Minas Gerais), com período sanduíche na *Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne* (Paris/França); Mestre em Design (ESDI/UERJ).

1 INTRODUÇÃO

Ao pensarmos na especificidade do trabalho documental realizado em arquivos, nos museus e nas bibliotecas, é importante levar em consideração os vários saberes especializados dos profissionais da Ciência da Informação que são requeridos para o adequado tratamento da fotografia, visando sua representação como documento, seu armazenamento, sua organização e a sua disponibilização ao acesso público. Segundo Silva e Duarte (2016), a imagem torna-se cada vez mais presente na contemporaneidade como objetos de informação e memória, especialmente quando ocorre o seu adequado tratamento, descrição e indexação, seguindo-se métodos e técnicas de organização e representação da informação. Dessa forma, ao se pensar a criação de acervos fotográficos para conservação da memória, seja para fins de arquivo, biblioteca ou museu, é importante levar-se em consideração as características do suporte fotográfico e também de sua representação na área Ciência da Informação.

Para Le Coadic (2004, p. 155), a Ciência da Informação possui “seu conteúdo marcado pelo selo da interdisciplinaridade, é uma sábia dosagem de ciências matemáticas e físicas, bem como ciências sociais e humanas”. Nesse sentido, ao considerarmos a fotografia, segundo Maimone (2018), deve-se pensar a fotografia como objeto documental, uma vez que ela é passível de apropriação e de geração de novos conhecimentos, possuindo características físicas e também implicações contextuais, referentes a temáticas e contextos sócio-históricos. Portanto, tanto a organização de acervos fotográficos, como o seu acesso e sua recuperação tornam-se essenciais para suprir as necessidades dos usuários (MAIMONE, 2018; MANINI, 2008). A fotografia como documento com fins de memória possibilita o reconhecimento de acontecimentos singulares ao fragmentar a realidade e reunir conjuntos de imagens selecionados e categorizados, tornando-se dispositivo de interpretação capaz de revelar valores simbólicos e diversidades culturais, étnicas e ideológicas (SOLÓRZANO-ARIZA; TAMAYO; ECHAVARRÍA 2017). Solórzano-Ariza, Tamayo e Echavarría (2017) enfatizam ainda que a fotografia é marco de representação da sociedade, dando sentido a memórias individuais justamente porque os indivíduos estão inseridos em contextos grupais e organizacionais a partir dos quais se reconstroem e se validam memórias que definem o tipo de discurso com o qual um dado grupo quer ser recordado, explicitando relações hegemônicas de cultura, suas representações sociais e culturais e as práticas organizacionais.

Dessa forma, para se pensar na gestão de um arquivo ou repositório de fotografias, há que se conhecer o caráter polissêmico próprio da fotografia, tendo-se a informação como um

desdobramento necessário da fotografia (LIMA; MURGUIA, 2008). O presente artigo surgiu da proposta de estudo da fotografia como documento na disciplina “Fundamentos Teóricos de Comunicação e Informação” e apresenta revisão bibliográfica realizada na base de dados SciELO, utilizando-se os descritores “fotografia+documento+memória” e “fotografia-documento”+memória, no período de 2015 a 2020, sem filtro de idioma.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A fotografia como símbolo, ícone e índice

Lima e Murguia (2008) sugerem que se considere fundir a fotografia à informação para compreender sua polissemia e situá-la no plano da linguagem, dando à fotografia uma dimensão orgânica, formal e social. Para os autores, através dessa combinação entre linguagem e registro fotográfico, a imagem fotográfica pode ser reconhecida como objeto do conhecimento dotado de singularidade, mas também de universalidade em relação às demais representações imagéticas que fazem parte do universo iconográfico e textual, definindo-se e desdobrando-se em múltiplas funções e expressões, seja como signo, estética da fotografia e/ou documento fotográfico.

Portanto, a fotografia enquanto linguagem pressupõe a presença de um código que medeia a comunicação entre um emissor (fotógrafo) e um receptor (diferentes formas ou demandas de leituras da fotografia). Para os autores, “essa linguagem estaria circunscrita não só à própria produção fotográfica em si, mas à reflexão acerca dessa produção que se materializa e se cristaliza sob a forma de uma escritura do visível” (LIMA; MURGUIA, 2008, p. 4).

Considerando a fotografia sobre essa perspectiva da expressão da realidade, Philippe Dubois (2013) apresenta três categorias. De modo sintético temos: 1) a fotografia como espelho do real (ícone); 2) a fotografia como transformação do real (símbolo) e, 3) a fotografia como traço de um real (índice).

Ao ser tratada como ícone (espelho do real), a fotografia é considerada mimética em relação ao seu referente, espelhando assim a realidade fotografada. Dubois (2013) afirma que essa perspectiva foi um primeiro discurso acerca da fotografia, a partir de seu surgimento, no início do séc. XIX. Considerava-se então a fotografia como “a imitação mais perfeita da

realidade” (DUBOIS, 2013, p. 27). Àquela época, a fotografia se contrapunha à obra de arte, até então a única forma de representação da realidade.

A fotografia como símbolo sugere a transformação do real, isto é, a fotografia assume a posição de código em que devem ser considerados elementos tais como a técnica utilizada (esta mesma um conjunto de códigos), a cultura, a estética e a ideologia subjacentes à sociedade representada (DUBOIS, 2013). O mesmo autor enfatiza que a fotografia como transformação do real não é, portanto, um espelho neutro. Maimone (2018) esclarece que é possível interpretar a foto de acordo com o enquadramento, luz, cor, perspectiva, técnicas que o fotógrafo adota e que há, dessa forma, uma intencionalidade imbricada no ato fotográfico, que não é neutro e nem espelha a realidade.

A fotografia indicial ou traço do real dá à fotografia a qualidade de ser vestígio e registro de uma realidade, mantendo conexões físicas com o seu referente (no plano espacial e temporal), de singularidade, de designação, de testemunho e de memória (DUBOIS, 2013). O autor ainda esclarece que, para que haja foto, é necessário que o objeto mostrado tenha estado ali no momento da fotografia, sendo, portanto, uma afirmação da existência daquele objeto.

A fotografia enquanto índice afirma a existência de seu referente, mas não diz muita coisa sobre ele, somente o que está registrado na imagem, portanto, para Manini (2011), na fotografia indicial, o significado não é priorizado. Por outro lado, a imagem fotográfica icônica mantém com o referente uma relação mimética, de representação e verosimilhança. Dessa forma, para Manini (2011), a fotografia como ícone exige do profissional da informação ou do receptor um repertório mais largo para sua compreensão (MANINI, 2011). A fotografia como símbolo amplia ainda mais a atuação e a liberdade de quem a analisa, uma vez que ela mantém com o seu referente uma relação de convenção estabelecida por meio de códigos que implicam conexões filosóficas, ideológicas, sociais, etc. (MANINI, 2011).

2.2 Funções da fotografia-documento

Para Solórzano-Ariza, Tamayo e Echavarría (2017), a fotografia se situa em um lugar privilegiado entre o meio técnico, o documento histórico e o objeto artístico devido à sua riqueza no nível histórico, estético, sociológico e antropológico, o que permite expandir horizontes interdisciplinares do campo da arquivística. Nesse sentido, segundo Rouillé (2009), a fotografia como documento possui as funções de arquivar, ordenar, fragmentar, unificar, modernizar os saberes, ilustrar e informar.

Em relação à função de arquivar desempenhada pela fotografia, Rouillé (2009) enfatiza sua característica indicial, uma vez que ela serve de registro do momento. Rouillé (2009) cita que, na França, por exemplo, a fotografia afirmou-se como uma ferramenta documental por excelência, sobretudo em expedições militares como as que ocorreram na Crimeia (1856), na Síria, China e Indochina (1860), e mesmo no México (1867), em que os fotógrafos representavam e registravam os tipos da raça humana e variedades da anatomia do corpo sob diferentes latitudes, todas as classes e famílias de animais e plantas, além da geologia e dos minerais. O autor esclarece:

Uma das grandes funções da fotografia-documento terá sido a de erigir um novo inventário do real, sob a forma de álbuns e, em seguida, de arquivos. O álbum, enquanto mecanismo de reunir e tesaurizar as imagens; a fotografia, enquanto mecanismo para ver (óptico) e para registrar e duplicar as aparências (químico). Assim, esse inventário fotográfico do real constituiu-se no cruzamento de dois procedimentos de tesaurização: o das aparências, pela fotografia; e o das imagens, pelo álbum e pelo arquivo [...]. Em todos os casos, a fotografia-documento tem como horizonte o arquivamento, levando a cabo, primeiramente, por ampliação ou redução, uma mudança da escala das coisas. (ROUILLÉ, 2009, p. 97-98).

Em relação à função de ordenar desempenhada pela fotografia, Rouillé (2009) enfatiza a função dos álbuns e dos arquivos de fotografias, uma vez que essas coleções ordenam e ressignificam a série de fotografias temáticas, dando-lhes um sentido que deve ser construído pelo conjunto. Segundo o autor,

Para atingir seu nível atual, a união fotografia-álbum, ou fotografia-arquivo, teve de ceder espaço às alianças fotografia-imprensa, depois televisão-satélite. E, tanto como o arquivo ou os dispositivos que virão depois dele, o álbum não é um receptáculo passivo. Ele não agrupa, não acumula, não conserva nem arquivar sem classificar e redistribuir as imagens, sem produzir sentido, sem construir coerências, sem propor uma visão, sem ordenar simbolicamente o real. Mesmo associada a essa utopia de colocar sistematicamente em imagens o mundo inteiro, a fotografia-documento, associada ao álbum e ao arquivo, é encarregada da tarefa de ordená-lo. Nessa vasta empreitada, a fotografia-documento e o álbum (ou o arquivo) desempenham papéis opostos e complementares: a fotografia fragmenta, o álbum e o arquivo recompõem os conjuntos. Eles ordenam. (ROUILLÉ, 2009, p. 101).

Em relação à função de fragmentar desempenhada pela fotografia, Rouillé (2009) enfatiza a fragmentação da realidade, gerada pelas escolhas feitas pelo fotógrafo no momento da foto: ângulo, planos da foto, partes que serão inseridas na foto e partes que serão excluídas, iluminação, técnicas, equipamentos, etc. Para o autor, “A fragmentação e a força do detalhe provêm tanto da capacidade do dispositivo em reaproximar as coisas quanto de sua maneira em recortar e registrar as aparências. O fragmento e o detalhe resultam do corte e da captação” (ROUILLÉ, 2009, p. 101). Machado (2015, p. 90) corrobora essa visão, lembrando que toda fotografia é “um retângulo que recorta o visível”.

Em relação à função de unificar desempenhada pela fotografia, Rouillé (2009) enfatiza que enquanto a fotografia fragmenta a realidade, o álbum e o arquivo a unificam. A esse respeito, o autor afirma:

Por extração, retirada, abstração, a fotografia-documento chega rapidamente a um proliferante acúmulo de tomadas parciais, de fragmentos, de restos de realidade: um grande caos de imagens em busca compulsiva de unidade. Não uma unidade orgânica, que tivesse sido perdida e que seria preciso reencontrar; porém uma unidade dessa multiplicidade, um todo desses fragmentos. (DELEUZE, 1964, p. 195-196 *apud* ROUILLÉ, 2009, p. 104).

Em relação à função da fotografia de modernizar os saberes, Rouillé (2009) enfatiza o papel que a fotografia sempre desempenhou nas ciências, em áreas tais como a astronomia, a medicina, a biologia e a microbiologia. Isso se deve à característica indicial da fotografia, que possibilitou o registro preciso e rápido de diversas situações e contextos, antes restritos ao relato oral ou à técnica de desenho. Para o autor,

A fotografia - que reproduz mais rapidamente, mais economicamente, mais fielmente do que o desenho, que registra sem omitir nada, que dissimula as imprecisões da mão, que, em resumo, troca o homem pela máquina - impõe-se imediatamente como a ferramenta por excelência, aquela que a ciência moderna necessita. E continuará sendo assim até a Segunda Guerra Mundial [...]. É na astronomia e na micrografia, ciências ao mesmo tempo dinâmicas e habituais usuárias de instrumentos ópticos, que o aparelho fotográfico é primeiramente utilizado. Combinado com outros sistemas - microscópios e lunetas astronômicas -, tal aparelho está associado à exploração de mundos invisíveis e infinitos. (ROUILLÉ, 2009, p. 109).

Em relação à função de ilustrar, Rouillé (2009) enfatiza a expansão da fotografia em áreas cotidianas como o comércio, a indústria, a arquitetura, a decoração, a editoração e a imprensa, a moda, e, principalmente a publicidade. Segundo o autor, a partir dos anos 1920, a fotografia é popularizada e chega a espaços emblemáticos da modernidade por meio de cartazes, catálogos de produtos e da imprensa ilustrada, devido a um impulso gerado pela expansão econômica do período entre guerras. Para Rouillé (2009), com o advento dos bancos de imagens, a publicidade torna-se mais acessível, e como as fotos para esses propósitos são estereótipos, para serem vendáveis, explicitam a característica icônica da fotografia.

Por fim, em relação à função de informar desempenhada pela fotografia, Rouillé (2009) correlaciona a expansão conjunta da fotografia e da tipografia. Por meio da imprensa em formato impresso, o fotojornalismo evidencia a função informacional do meio fotográfico, que segundo Rouillé (2009, p. 127), é “sem dúvida, a função mais importante atribuída à fotografia-documento”.

2.3 Saberes especializados de profissionais da informação sobre a imagem fotográfica

Para Maimone (2018), as fotografias, assim como quaisquer outros documentos, possuem informações por externalizarem não só suas características físicas imediatas, mas também implicações contextuais (temáticas, espaciais, temporais). Na mesma esteira, Kossoy (2001, p.31) afirma que o “[...] documento passou a ter um sentido mais amplo podendo ser representado pelo documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou por qualquer outra maneira”. Manini (2011, p. 79) corrobora essa visão, ao afirmar que “é impossível dissociar o conteúdo da imagem de sua contextualização histórica (em se tratando, especialmente, de um documento fotográfico), assim como é importante associar a forma (técnica) da fotografia à sua expressão”. Para Manini (2011), como o ato fotográfico não é só o momento do clique do fotógrafo, mas envolve todo o processo de produção da imagem, inclusive sua utilização, é fundamental analisar o documento fotográfico não só sob a perspectiva da Semiótica, mas também pelo da Ciência da Informação. Nesse sentido, o profissional da informação necessita desenvolver um repertório de saberes especializados, uma vez que, analisar imagens requer leitura, identificação, análise e representação de informações que envolvem tanto a parte física como de assunto, englobando conhecimentos sobre a natureza, aspectos técnicos e contextualização das obras. Para Manini (2011), o profissional da informação deve funcionar como mediador, dando acesso à informação ao usuário. Nesse sentido, dependendo de cada material e de cada obra, os níveis de detalhamento descritivo e temático podem variar, quando se pensa na recuperação dessas fotografias.

Manini (2011, p. 84), assevera que para uma recuperação eficaz, deve-se empreender uma “indexação inteligente, permeada de estratégias e esmerada em amplificar não a quantidade, mas a qualidade do atendimento às necessidades informacionais do usuário de imagens fotográficas”.

Felix del Valle Gastaminza (1999 *apud* MAIMONE, 2018, p. 201-202) propõe três tipos de atributos que auxiliam na representação da fotografia no âmbito documental:

Atributos biográficos – características do autor e das circunstâncias em que o registro fotográfico foi feito. Como exemplo teríamos data, local, título, se foi publicada em algum lugar, se está sujeita a condições restritivas de uso, se foi apresentada em exposições, etc.

Atributos temáticos – toda fotografia tem um tema, um argumento, um significado e representa algo. Neste sentido, a imagem possui duas facetas distintas: a primeira refere-se ao aspecto denotativo (concreto, objetivo, o que se vê na imagem?) e a

segunda ao conotativo (abstrato, subjetivo, do que trata a imagem?). A análise das características denotativas pode ser realizada a partir de:

a) Hierarquização da imagem – ordem que determina os componentes temáticos representados. Geralmente em três categorias: seres vivos (humanos e animais), móveis (meios de transporte, água, nuvens, fenômenos naturais) e estáveis (uma montanha, um grupo de árvores, um edifício, um objeto qualquer).

b) Interrogação da fotografia – características da notícia jornalística para descobrir todo seu conteúdo, representados por 5 perguntas gerais: quem aparece na fotografia?, que situação ou objeto está representado pela fotografia?, onde a fotografia foi tirada? (espaço), quando foi realizada? (tempo), como estão representados? (o que estão fazendo?).

Atributos relacionais – relações que podem ser estabelecidas entre a fotografia e outros documentos por: pertencerem a um mesmo conjunto (coleções, por exemplo), terem caráter intrínseco (fotografia e texto de uma mesma notícia por exemplo) e terem um caráter extrínseco, ou seja, estabelecem-se no entorno hipertextual ou no processo de ilustração.

Também é possível encontrar diretrizes para a representação documental da fotografia na Catalogação de Objetos Culturais (Cataloging Cultural Objects – CCO) (2006 *apud* MAIMONE, 2018), da Associação Americana de Bibliotecas (American Library Association).

Segundo essas diretrizes, a representação da informação está dividida nas seguintes categorias: diretrizes gerais, elementos (para representação) e autoridades, sendo que a categoria de elementos contém as seguintes subdivisões: (i) nomeação dos objetos; (ii) informações do criador (autor); (iii) características físicas (técnicas, dimensões, tipos de materiais utilizados para a confecção da obra, etc.); (iv) informações de estilo, culturais e cronológicas; (v) localização e geografia; assunto; (vi) classe; (vii) descrição (breve resumo da obra que pode contar com a concisão de características como o assunto da obra, funções, relações com outras obras, estilo artístico empregado, etc.) e; (ix) outras informações sobre os recursos visuais.

Em termos de representação documental de fotografias, Maimone (2018) cita ainda o Código da Associação de Recursos Visuais o (Visual Resources Association Core – VRA Core), da Biblioteca do Congresso norte-americano (Library of Congress). O VRA Core é um padrão internacional de metadados projetado para descrição de imagens, obras de arte e cultura.

O esquema de metadados proposto pelo sistema VRA Core inclui, para as três entidades, as seguintes categorias: agente (autor), contexto cultural, data (de criação), descrição (resumo), inscrição, localização, material, dimensões, relações, direitos (autorais), fonte, estado/edição, estilo/período, assunto, técnica, texto de referência, título e tipo de obra. Conforme exposto acima existe a possibilidade de relacionamento das obras com imagens e coleções, fato que possibilita também sua visualização conjunta. É evidente a preocupação com a complementariedade da

pesquisa de imagens e a completeza das informações que podem estar disponíveis em um mesmo local. (MAIMONE, 2018, p. 205)

Em síntese, Kossoy (2001) também sugere o seguinte roteiro para a análise iconográfica e interpretação iconológica:

- Referência visual do documento;
- Procedência do Documento;
- Conservação do Documento;
- Identificação do Documento;
- Informações referentes ao assunto;
- Informações referentes ao Fotógrafo;
- Informações referentes à Tecnologia (Processos e técnicas empregados na elaboração da fotografia, incluindo detalhes de acabamento e características físicas).

Por fim, Maimone (2018) cita Ferreira (2014), que explicita pontos que devem ser levados em consideração na gestão de um arquivo ou repositório, tais como os sistemas e bases de dados que abrigarão o repositório de fotografias, o que leva imediatamente à questão da perenidade do repositório e a reflexão sobre necessidades de migração de base de dados, flexibilidade e atualização do software, etc.

Outras questões citadas por Ferreira (2014 *apud* MAIMONE 2018) envolvem a rígida observância aos padrões técnicos para o processamento e acesso às fotografias, além de questões legais envolvendo direitos de imagem e direitos autorais incidentes sobre os documentos.

2.4 Diferentes formas de documentação da fotografia em arquivos, museus e bibliotecas

Ao se considerar a gestão de acervo fotográfico com fins de memória, é necessário, segundo Silva e Duarte (2016), levar em consideração a instituição documental responsável pela salvaguarda e disseminação da informação extraída do documento fotográfico, sejam essas instituições arquivos, bibliotecas ou museus, pois as características peculiares dos acervos fotográficos fazem com que eles recebam tratamentos diferenciados em cada uma dessas instituições.

No arquivo, o documento fotográfico é caracterizado por alguns especialistas como sendo documento iconográfico ou documento especial, uma vez que os arquivos são entidades informacionais receptoras. Como a documentação fotográfica é considerada comprobatória, isto é, documentação permanente em conjuntos documentais, ela deve ser organizada a partir da análise documental, descrição e arranjo, do mesmo modo em que são organizadas as demais séries documentais do arquivo, sendo tratada conforme o conjunto a que pertence (SILVA; DUARTE, 2016).

A biblioteca é uma unidade informacional colecionadora, responsável pela guarda de documentos bibliográficos, de forma ordenada para estudo, pesquisa e consulta. O documento fotográfico na biblioteca é considerado especial, ficando desvinculado do restante do acervo bibliográfico e sendo tratado individualmente a partir da classificação e da indexação segundo normas biblioteconômicas (SILVA; DUARTE, 2016).

O museu também é uma unidade informacional colecionadora e tem a finalidade de conservar, estudar e colocar conjuntos de peças e objetos de valor cultural à disposição do público. O documento fotográfico no museu fica disposto em exposição e guardado para pesquisa e pode fazer parte do acervo como documento auxiliar para o das coleções ou pode também ser peça de uma coleção fotográfica, por exemplo, em museus de coleções em fotografia.

2.5 A fotografia como objeto da Ciência da Informação

Fez parte da revisão bibliográfica para este trabalho, uma pesquisa na base de dados SciELO, utilizando-se os descritores “fotografia+documento+memória” e “fotografia-documento”+memória, no período de 2015 a 2020, sem filtro de idioma. Os achados na referida base de dados não foram muitos, o que sugere que esse tema ainda é pouco explorado no âmbito da Ciência da Informação. Essas referências que complementam e justificam a presente reflexão podem ser visualizados no quadro 1 (abaixo), que sumariza os artigos obtidos a partir da seleção, autores e principais objetivos.

Quadro 1. Artigos obtidos na busca na base de dados SciELO

Descritores	Autores	Objetivos
Descritores “fotografia+documento+memória”	TAMAYO; ECHAVARRÍA, 2018	Importância de preservação e definição de critérios técnicos de arquivos de organizações defensoras de direitos humanos para salvaguardar e preservar documentos fotográficos para evidência probatória judicial.
	SOLÓRZANO-ARIZA; TAMAYO; ECHAVARRÍA, 2017	Reflexão sobre o estatuto da imagem como documento histórico a partir de análise de acervo fotográfico particular, formado por imagens não reclamadas, tiradas em diferentes regiões colombianas por mais de 20 anos.
	RUBIANO PINILLA, 2017	Análise do trabalho de memória coletiva realizado no “Salón del Nunca Más”, (Granada, Antioquia), questionando os marcos visuais que constroem o acontecimento e a exposição de atos violentos como práticas da comunidade por meio de cobertura de periódicos da imprensa, fotografia documental e trabalho artístico.
	LARRALDE ARMAS, 2015	Reflexões sobre operações de edição e montagem de mostra fotográfica do Museo de Arte y Memoria (MAM) de La Plata, sobre centro clandestino de detenção durante a ditadura militar argentina, que busca levantar reflexões sobre tensões inerentes à imagem fotográfica (conservação, registro, evocação documental e artística).
	RIGAT, 2015	Reflexão sobre processos de significação e uso determinado da fotografia documental, sobre como fotografar imagens em movimento não somente para construir documentação, mas também como testemunho da imagem como crítica social a partir da estetização da representação e forma particular de demonstração do corpo.
Descritores “fotografia-documento+memória”	Não foram obtidos resultados	

Fonte: Os Autores

Pode-se visualizar que os artigos resultantes da busca foram escassos, mas corroboram o reconhecimento e o uso da fotografia como documento em diferentes contextos informacionais, uma vez que esta congela determinado momento da realidade em uma imagem. Nos diversos artigos, a fotografia funciona como representação social que explicita culturas hegemônicas de violência, de apresentação do corpo ou de marcos de status social, validando discursos e práticas sociais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou a fotografia como objeto documental de informação e memória, abordando as possíveis leituras semióticas da imagem, as funções que a fotografia desempenha e especificidades do seu adequado tratamento, descrição e indexação, seguindo-se métodos e técnicas da organização e representação da informação em diferentes unidades informacionais.

A partir das reflexões acima, pode-se depreender que a fotografia como documento, no âmbito da Ciência da Informação requer um repertório de saberes especializados que envolvem analisar imagens e representar informações sobre a técnica fotográfica, seu suporte, seu assunto, além dos contextos sociais em que a fotografia foi produzida. Dessa forma, deve-se conceber o profissional da informação como mediador da informação explicitada a partir das obras fotográficas, uma vez que ele permite ao usuário o acesso à informação, levando em consideração as diferentes formas de documentação da fotografia conforme a instituição documental em que se encontra.

Ademais, esses saberes especializados dos profissionais da informação perpassam a compreensão das funções da fotografia como documento (arquivar, ordenar, fragmentar, unificar, modernizar os saberes, ilustrar e informar) e sua polissemia.

Ao se pensar a criação de acervos fotográficos para conservação da memória, seja para fins de arquivo, biblioteca ou museu, é importante conhecer o caráter polissêmico da fotografia, uma vez que a pessoa responsável por tratar a informação deve possuir habilidades técnicas e cognitivas para tornar acessível o conteúdo informacional da imagem fotográfica. Essa pessoa também deve ter um repertório amplo de conhecimentos, para conseguir situar no tempo e no espaço o acervo fotográfico, seja ele composto por fotografias individuais ou coleções, levando-se em conta dimensões sociais, culturais, históricas e econômicas que sejam essenciais à compreensão da(s) imagens(s).

Os resultados a partir da revisão de literatura realizada na base de dados SciElo dentro do período pesquisado sugerem que a temática possui um campo potencial de estudos, o que abre espaço para a sugestão de pesquisas futuras que objetivem estudos exploratórios, documentais e empíricos da fotografia-documento em memoriais, museus e arquivos e dos saberes especializados que profissionais da informação necessitam para a documentação fotográfica nessas diferentes instituições informacionais.

REFERÊNCIAS

DUBOIS, Phillipe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Trad. Marina Appenzeller. 14. ed. 2. reimp. Campinas: Papyrus, 2013.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. Ateliê Editorial, São Paulo. 2001.

LARRALDE ARMAS, Florencia. Las fotos sacadas de la ESMA por Victor Bastera en el Museo de Arte y Memoria de La Plata: el lugar de la imagen en los trabajos de la memoria de la última dictadura militar argentina: Un estudio de caso. **Cuadernos del Centro de Estudios en Diseño y Comunicación. Ensayos**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, n. 54, p. 79-102, set., 2015. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-35232015000400007&lng=es&nrm=iso. Acesso em 16 jan. 2020.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LIMA, Maria de Lourdes; MURGUIA, Eduardo Ismael. Fotografia e Informação. **Anais, IX Encontro Nacional Ancib, ENANCIB**, São Paulo, 2008.

MACHADO, Arlindo. Recorte do quadro e alusão ao extraquadro. In: MACHADO, Arlindo. **A ilusão especular: uma teoria da fotografia**. São Paulo. 2015.

MAIMONE, Giovana Deliberali. A fotografia no contexto da organização do conhecimento. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 196-207, 2018.

MANINI, Miriam Paula. Imagem, Memória e Informação: um tripé para o documento fotográfico. **Domínios da Imagem**, Londrina, ano IV, n. 8, p. 77-88, maio 2011.

MANINI, Miriam Paula. A fotografia como registro e como documento de arquivo. In: BARTALO, Linete; MORENO, Nádina Aparecida. (Orgs.). **Gestão em Arquivologia; abordagens múltiplas**. Londrina: EDUEL, 2008, p. 119-183.

RIGAT, Leticia. Cuerpos Marcados: La imagen como documento, testimonio y crítica social. **La Trama de La comunicación**, Rosario (Argentina), v. 19, n. 1, p. 151-162, jun. 2015. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1668-56282015000100008&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 16 jan. 2020.

ROUILLÉ, André. **A fotografia: entre documento e arte contemporânea**. Trad. Constanca Egrejas. São Paulo: SENAC, 2009.

RUBIANO PINILLA, Elkin. Memoria, arte y duelo: el caso del Salón del Nunca Más de Granada (Antioquia, Colombia). **Historelo – Revista de Historia Regional y Local**, Medellín (Colômbia), v. 9, n. 18, p. 313-343, Dez. 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2145-132X2017000200313&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 jan. 2020.

SILVA, Sonia Maria Ferreira da; DUARTE, Zeny. A fotografia em unidades de informação: valor informativo e permanente. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 10, n. 3, p. 147-159, dez.,

2016. Disponível em:

<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/download/20935/13955>. Acesso em: 25 nov. 2019.

SOLÓRZANO-ARIZA, Augusto; TAMAYO, Luis Carlos Toro; ECHAVARRÍA, Juan Camilo Vallejo. Memoria fotográfica: la imagen como recuerdo y documento histórico. **Revista Interamericana de Bibliotecología de Medellín**, Medellín (Colombia), v. 40, n. 1, janeiro/abril, p. 73-84, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rib/v40n1/0120-0976-rib-40-01-00073.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2020.

TAMAYO, Luis Carlos Toro; ECHAVARRÍA, Juan Camilo Vallejo. Atlas visual de la memoria. Una forma de visualizar y representar el conflicto en Colombia. **Revista Interamericana de Bibliotecología de Medellín**, Medellín (Colombia), v. 41, n. 1, janeiro/abril, p. 83-87, 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-09762018000100083&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 2 jan. 2020.

PHOTOGRAPHY AS DOCUMENT AND MEMORY FOR INFORMATION SCIENCE

***Abstract:** This work aimed at addressing the importance of treating photography as a documentary source in the construction of repositories aimed at registering institutional memory in archives, museums and libraries. In this sense, the treatment of photography involves its representation as a document, its storage, its organization and its availability to public access and it must have its specificities considered, since the photographic image explains hegemonic cultural relationships, its social and cultural representations and organizational practices, reconstructing and validating social discourses and practices. Initially, a brief analysis of photography is made from the point of view of semiotics, the functions of photography are presented as documents and relevant aspects for the recovery of information and the different forms of documentation of photography in archives, museums and libraries are presented. Finally, photography as a document is considered within the scope of Information Science, what requires a repertoire of specialized knowledge from information professionals to deal with the photographic image as document, information and memory.*

***Keywords:** Photograph; Memory; Document; Repository; Collections.*

A SÍNDROME DO BURNOUT NA BIBLIOTECONOMIA: ESTUDO DE CASO NO LABOR DOS PROFISSIONAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

doi: 10.47930/1980-685X.2020.1903

CARMO, Ana Gláucia de Lima Sebastião¹ – glaucia_pedagogia@hotmail.com
Prefeitura de Vitória de Santo Antão. Secretaria de Saúde.
Rua Demócrito Cavalcante, 144 - Livramento
CEP 55.612-010 – Vitória de Santo Antão – Pernambuco - Brasil

CRUZ-RIASCOS, Sonia Aguiar² – sonia.cruzriascos@gmail.com
Universidade Federal de Pernambuco - Departamento de Ciência da Informação
Av. da Arquitetura, s/n
Campus Universitário
CEP 50.740-550 – Recife – Pernambuco - Brasil

Resumo: *Boa parte da vida do indivíduo ocorre no ambiente do labor fazendo parte do seu cotidiano. Desse modo, o ambiente e as condições de trabalho devem contribuir para o bem-estar profissional e a melhoria da qualidade de vida propiciando prazer nas realizações de suas competências e nas relações interpessoais. A pesquisa objetivou analisar ocorrência de fatores estressores que podem ocasionar a Síndrome de Burnout no labor do bibliotecário. Para tanto, buscou-se evidenciar conceitos, dimensões e elementos constitutivos da referida Síndrome, indicar fatores estressores nas bibliotecas, e averiguar meios preventivos e de intervenção. Trata-se de pesquisa descritiva com objetivo exploratório e abordagem qualitativa. Caracteriza-se por estudo de caso na Universidade Federal de Pernambuco, com trinta e um bibliotecários como sujeitos. O instrumento de coleta de dados foi o questionário com questões voltadas para fatores sociodemográficos e temas pertinentes ao labor dos bibliotecários. Utilizada a técnica de análise de conteúdo de Bardin, com categorias em classificação e inferências, destacando aportes da autora Benevides-Pereira como diretriz teórica. Como resultado, tem-se que o ambiente laboral do bibliotecário é propenso a alguns fatores estressores sejam eles internos e(ou) externos de personalidade e(ou) de cunho organizacional. Ressalta-se a necessidade de intervenção em bibliotecas outras, onde já ocorre a incidência de acometimento da Síndrome ou problemas relativos aos fatores*

¹ Mestre em Ciência da Educação e Multidisciplinaridade.

² Doutora em Ciência da Informação.

estressores. Indica-se o uso de medidas preventivas em bibliotecas universitárias, incluindo ações a partir das Áreas de Gestão dos Sistemas de Bibliotecas, da Saúde e Qualidade de Vida, e da Gestão de Pessoas.

Palavras-chave: *Síndrome de Burnout. Labor. Fatores estressores. Bibliotecário. Universidade Federal de Pernambuco.*

1 INTRODUÇÃO

Em geral, bibliotecas acadêmicas necessitam lidar com medidas de austeridade, redução de pessoal e otimização de recursos, por conseguinte, o peso do aumento da carga de trabalho dos bibliotecários pode resultar em estresse, menor saúde mental e, por vezes, incapacidade de envolvimento em atividades laborais mais direcionadas, como por exemplo, às práticas de ensino e aprendizagem. Essa perspectiva endossa um ambiente de excesso de trabalho e precariedade gerando outros efeitos colaterais negativos, onde o profissional atua e necessita lidar com atividades institucionais cada vez mais desafiadoras. Ao referenciar um estudo apresentado no *Critical Librarianship and Pedagogy Symposium*, em Tuscon, Arizona, nos Estados Unidos, em 2018, observa-se a preocupação em discutir as estruturas das bibliotecas acadêmicas, as relações de poder, os desafios no labor e os impactos para a sociedade. Tem-se ciência da acentuada problemática no Brasil ao observar que todavia diversas são as possibilidades de logros a serem alcançados pelas bibliotecas universitárias, visto que raramente encontram respaldo junto aos poderes públicos, tanto em relação aos investimentos quanto na ininterrupção de políticas públicas que possibilitem suporte adequado, sobretudo, às ações educacionais e de mediação, tão necessárias para os indivíduos e a sociedade.

Nos últimos anos, o trabalhador vem sendo observado em seu ambiente de labor mediante comportamento, atitudes e até mesmo suas reações, com o intuito de minimizar problemas de saúde física e mental, obtendo, assim, melhorias na qualidade de vida desse profissional e impactando, satisfatoriamente, na produtividade. Por outro lado, o funcionário quando acometido pela Síndrome, desenvolvida devido ao exercício de suas funções, pode apresentar um tipo de comportamento estranho e(ou) insatisfatório dentro do ambiente de trabalho. A referida Síndrome pode ser desencadeada por diversos fatores estressores acarretando grande cansaço ou exaustão, e o que era prazeroso, no início do labor, passa a não ser mais.

Uma vez que o bibliotecário é um trabalhador, e este dispõe boa parte de seu tempo realizando múltiplas funções que lidam com diversas atividades gerenciais, técnicas rotineiras e de atendimento das demandas informacionais aos usuários, a literatura indica que o Burnout pode se desenvolver devido a ocorrências como essas. Diante desse contexto, surgiu o objetivo primeiro deste estudo de analisar se há fatores estressores que podem ocasionar a Síndrome de Burnout no labor do bibliotecário no ambiente universitário. Especificamente, buscou-se evidenciar conceitos, dimensões e elementos constitutivos da referida Síndrome, indicar fatores estressores nas bibliotecas, e averiguar meios preventivos e de intervenção.

Trata-se de pesquisa descritiva, com objetivo exploratório e abordagem qualitativa. Caracteriza-se um estudo de caso na Universidade Federal de Pernambuco. Como instrumento para a coleta de dados, tem-se o questionário sociodemográfico e perguntas pertinentes ao trabalho do bibliotecário universitário. O quadro do Sistema de Bibliotecas é de setenta e quatro (74) bibliotecários e compuseram este estudo trinta e um (31) profissionais do *Campus* do Recife. A partir do convite para participação na pesquisa, ao aceitarem, receberam um Termo de Consentimento Livre Esclarecido com o objetivo do estudo e a segurança do sigilo e da confidencialidade. Ocorreu pré-teste com posterior aprovação. Utilizou-se a técnica de análise de conteúdo do pesquisador Bardin com categorias e subcategorias para o tratamento das informações geradas no campo, bem como a ancoragem em embasamentos teóricos da autora Benevides-Pereira. Destaca-se que os dados coletados e o referencial serviram como fontes de análise para inferências e ressalta-se que o artigo apresenta resultados extraídos de extensa e detalhada pesquisa realizada entre 2018 a 2019.

Importante, reflexão pode ser feita ao pensar que o trabalho não somente traz dignidade, realização e satisfação, mas também demanda diversas funções e atividades muitas vezes penosas ou cansativas e, até mesmo, desagradáveis. Nem sempre o trabalho possibilita reconhecimento, prazer, aumento de produtividade, recompensas e a tão desejada independência financeira, chegando a situações que ocasionam desinteresse, insatisfação, irritação e (ou) exaustão, causando problemas organizacionais. Cabe lembrar que o trabalhador passa boa etapa de sua vida dedicado ao trabalho, tendo nele expectativas profissionais e pessoais, incluindo bem estar para si e para os seus dependentes. Ademais, o ambiente laboral deve ser preservado de infortúnios que causem desconforto tanto ao trabalhador quanto aos seus colegas. Este estudo pretende discutir o labor do bibliotecário para melhoria da sua qualidade de vida, abarcando os âmbitos profissional e social.

2 EXPLORANDO A SÍNDROME DE BURNOUT

Conforme Lipp (2002, p.64) o Burnout é definido como “consumir-se em chamas” como um tipo de estresse ocupacional, que é apresentado por um sentimento profundo de exaustão e frustração, relacionados ao trabalho. Segundo a autora, esse sentimento aos poucos tende a se estender a todas as esferas da vida do trabalhador; a mesma, intitula a Síndrome como um fenômeno. Guditus (1980) definiu o Burnout como problemas psicológicos que são desencadeados pelo ambiente de trabalho, vindo em resposta ao estresse excessivo e à insatisfação das funções exercidas, ou deixando o indivíduo exaurido no seu labor, fazendo das suas atribuições penalidades a serem cumpridas.

Para Maslash e Jakson (1981), Burnout é um tipo de estresse ocupacional que acomete profissionais envolvidos com a função de cuidados, realizando prestação de serviço direto, contínuo e emocional a outras pessoas. Segundo eles, o Burnout desenvolve fatores causadores do desgaste físico e emocional que são ocasionados no trabalho, e representados por seis pontos de desequilíbrio entre o funcionário e o ambiente laboral: insuficiente remuneração, falta de controle, colapso da união, trabalho em excesso, ausência de equidade e valores conflitantes.

Benevides-Pereira (2010) discorre que o Burnout é uma resposta a um estado prolongado de estresse, que advém de uma cronificação do mesmo, isto é, a Síndrome tem um caráter negativo conhecido como *distress*. O Burnout está relacionado ao ambiente laboral com os tipos de atividades desenvolvidas pelo trabalhador, além disso, comporta uma dimensão social, interrelacional, através da despersonalização.

Leiter (1993 *apud* BENEVIDES-PEREIRA, 2010, p.49) corrobora dizendo que o Burnout está relacionado à exaustão emocional, - esta desenvolvida a partir de demandas interpessoais -, como também, às características da carga de trabalho que podem dar surgimento a reações de defesa, como o isolamento do indivíduo no próprio trabalho, ou com a indiferença (despersonalização) com colegas e clientes. “A falta de recursos (pessoais e/ou institucionais) interfere tanto no desenvolvimento da despersonalização como no escasso comprometimento com o trabalho e conseqüente baixa na realização pessoal nas atividades ocupacionais”.

Uma das primeiras pesquisas sobre a Síndrome de Burnout surgiu nos Estados Unidos, na década de 1970, através de médico psicanalista Freudenberger. Em 1974, desenvolveu um artigo com observações sobre colegas de trabalho que realizavam atividades assistencialistas

como voluntários em uma clínica de pessoas viciadas em drogas. Esses profissionais apresentaram mudanças de humor, mostrando-se insensíveis e, também, com distúrbios psicossomáticos. A publicação teve como objetivo principal prevenir a comunidade científica quanto aos problemas que os trabalhadores de saúde poderiam estar expostos em seus ambientes laborais (BENEVIDES-PEREIRA, 2010).

No Brasil, pesquisas relativas à Síndrome tiveram início em 1987, sendo repercutidas por meio de trabalhos científicos publicados, a partir dos anos 1990, por pesquisadores como: Codo (1999), Farber (1999), Benevides-Pereira (2002; 2010), Lipp (2002), Nunes Sobrinho (2010), Levy (2010) e Carlotto (2010). Referidos estudos propiciaram impactos na área para mais aprofundamentos.

A Síndrome de Burnout apresenta quatro tipos de sintomas: físicos, comportamentais, psíquicos e defensivos, estes são desenvolvidos no trabalhador através do ambiente laboral, devido a um alto nível de estresse que causa uma exaustão. Para Benevides-Pereira (2010) os sintomas físicos respondem a uma “fadiga constante e progressiva, distúrbios de sono, dores musculares, problemas osteomusculares, distúrbios do sistema respiratório, enxaquecas, problemas gastrointestinais, imunodeficiência, cardiovasculares, disfunções sexuais, e alterações menstruais”, por exemplo. Os sintomas relacionados ao comportamento são percebíveis, como: “irritabilidade, agressividade, dificuldade com a aceitação de mudanças, perda ou falta de iniciativa, negligência, excesso de escrúpulos, incapacidade de relaxar, aumento de consumo de alguma substância inapropriada para a saúde, comportamento de alto risco, suicídio”. O sintoma psíquico é apresentado através da “alteração da memória, falta de concentração, lentidão do pensamento, solidão, sentimento de alienação, impaciência, insuficiência, baixa autoestima, dificuldade de autoaceitação, desânimo, disforia, depressão, desconfiança e paranoia”. Os sintomas defensivos são identificados a partir do “isolamento, sentimento de onipotência, perda de interesse pelo trabalho, falta de lazer, absenteísmo, ironia e cinismo” (BENEVIDES-PEREIRA, 2010, p.43).

Para Maslach e Jackson (1981), o Burnout é uma síndrome tridimensional que decorre de um ambiente laboral inadequado, e este ocasiona, por sua vez, no profissional, um “estado crônico de stress ocupacional” apresentado através da presença de três dimensões: Exaustão Emocional (exaustão-energia), Despersonalização (despersonalização-ceticismo) e Realização Pessoal (ineficiência-realização profissional). Essas dimensões são relacionadas, mas independentes. Para detectar e determinar o grau de Burnout é muito utilizado o Instrumento

Maslach Burnout Inventory (MBI), ou Inventário de Burnout de Maslach. Trata-se de um questionário apropriado para diagnosticar a referida Síndrome por profissionais de saúde qualificados (MASLACH; LEITER, 1999, p.206).

O Instrumento utiliza escala do tipo Likert para medir as dimensões da experiência de um indivíduo com o trabalho, incluindo: a Exaustão Emocional que “avalia sentimento de estar exausto emocionalmente em função do trabalho”, a Despersonalização que “avalia respostas de insensibilidade e impessoalidade frente aos usuários/clientes”, e a Realização Pessoal que, por sua vez, “avalia sentimentos de competência e de realização no trabalho” (RAMOS; NEME, 2008, p. 586).

Quando se alcança muitos pontos (scores) em Exaustão Emocional e Despersonalização e poucos pontos (scores) em Realização Pessoal, por exemplo, isso implica que o indivíduo está passando por um desgaste físico. Moreira *et al.* (2008) trazem sobre as dimensões: *Exaustão Emocional* (EE) têm por característica a “falta de energia e entusiasmo, devido à sensação de estar esgotado, somando o sentimento de frustração, tensões diárias referentes aos problemas do ambiente laboral, e percepção da falta de condições de se manter enérgico no tratamento com o cliente ou demais pessoas”; a *Despersonalização* (DE) é a característica de uma “insensibilidade, desumanização ao tratar os usuários e colegas, e atitudes negativas”; e a *Realização Profissional* (RP), uma dimensão caracterizada pela “baixa realização profissional, valores depreciativos, infelicidade e insatisfação quanto ao trabalho, pois avalia-se com negatividade”. O indivíduo, na verdade, entende que suas funções não estão sendo de grande valia no setor laboral, conseqüentemente, deixa de interagir com os colegas, e também ocorre o declínio de sua percepção acerca da própria competência e do seu êxito profissional.

Observa-se a importância do monitoramento das relações interpessoais e das análises ambientais no escopo do labor para a manutenção da saúde no trabalho. De fato, o Burnout “passou a ter protagonismo no mundo laboral na medida em que veio a explicitar grande parte das conseqüências do impacto das atividades ocupacionais no trabalhador, e deste, na organização” (BENEVIDES-PEREIRA, 2010, p.14).

3 ESTRESSE E FATORES ESTRESSORES

Nasseti (2003, p. 12) discorre que a existência do estresse é tão antiga quanto o homem, e atinge a qualquer cidadão de modo geral. Sendo o estresse um influenciador emocional e mental, pode levar a doenças psicossociais, como: “depressão, letargia, falta de motivação, nervosismo, incapacidade de enfrentar situações difíceis, inapetência, dificuldades de concentração”. Segundo Fernandes *et al.* (2018), o estresse pode ser um fator positivo quando visto como um estado de alerta, que gera energia “motivadora” e auxilia nas adversidades da vida; ou seja, o estresse pode aumentar, inclusive, a produtividade no trabalho, e o ambiente do labor pode se tornar até mesmo mais saudável. Contudo, Fernandes *et al.* (2018) adverte que adoecemos porque o estresse contínuo é interpretado pelo organismo como uma situação de perigo que pode instigar desequilíbrios do sistema imunológico e distúrbios psicológicos. O estresse pode, ainda, ser causador de depreciação da profissão exercida pelo próprio trabalhador, quando este faz menção da mesma. Logo, situações que despertam emoções tanto boas quanto más podem acarretar fatores estressores. Há estresses ocasionados por estímulos negativos e outros, pelos positivos; os negativos são conhecidos como *distress* e os estímulos positivos como *eustress*, os dois podem ser prejudiciais e de proporções grandes, visto que podem acarretar exaustão.

A associação de alguns fatores como: estrutura inadequada, falta de espaço físico e ausência de recursos no trabalho, pode levar ao estresse em excesso, acarretando exaustão, e conseqüentemente, a Síndrome de Burnout. Então, esses fatores são conhecidos como estressores, sendo encontrados no âmbito social do meio laboral. Sejam de ordem externa ou interna, comprometem a saúde de muitos profissionais (ODORIZZI, 1995).

De acordo com Lipp (2002, p. 71) o Burnout é “uma Síndrome multifatorial e parece resultar da conjugação de fatores internos (vulnerabilidade biológicas e psicológicas) e externos (relativos ao ambiente de trabalho)”. É através dos fatores estressores que o profissional começa a desenvolver um nível de estresse que com o tempo se auto eleva e ocasiona exaustão, e desta, por sua vez, desenvolve-se a Síndrome. Para a autora (2002), os fatores externos ocupacionais são a falta de: desafio, autonomia, reconhecimento, justiça, transparência, confiança, controle sobre o próprio trabalho, dentre outros. E, os fatores internos são: baixa autoestima, responsabilidade exagerada, perfeccionismo, acentuado idealismo, metas inviáveis, necessidade de aprovação, negativismo, grandes expectativas, altas aspirações, e o controle”.

Quanto aos fatores externos, apontam-se efeitos que podem interferir, como: *layout*, iluminação, *design* do mobiliário, cores no ambiente e ruídos acessíveis, também podem afetar: a própria organização e as formas de gestão, as normas e a legislação, a carga horária, etc. (LIPP, 2002). Odorizzi (1995) salienta que alguns fatores estão associados ao espaço físico, como: falta de recursos, ausência de compromisso dos envolvidos e inexistência da socialização profissional. Estes podem causar irritabilidade no setor de trabalho, pois são alheios ao trabalhador, e em geral, são os que mais levam ao desgaste emocional.

Ressalta-se a importância da discussão acerca da compreensão de que fatores internos e externos podem ocasionar estresse excessivo no ambiente laboral, - não apenas nas bibliotecas universitárias, mas como um todo no trabalho do bibliotecário -, com o propósito de evitar a ocorrência de fatores estressores, visto que ao se agravarem geram a Síndrome de Burnout.

4 O BIBLIOTECÁRIO E O SEU LABOR

Antes de tratar do *Burnout* do Bibliotecário, cabe apresentar as principais atribuições deste profissional. De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), uma das profissões que está inserida como Profissional da Informação (código 2612) é a do Bibliotecário (código 2612-05). Na CBO são atribuídas “denominações” ao profissional Bibliotecário: Biblioteconomista, Bibliógrafo, Cientista da informação, Consultor da informação, Especialista da informação, Gerente de informação e Gestor de informação” (BRASIL, 2002, s.p).

O profissional Bibliotecário administra a unidade de informação, que pode estar inserida em uma organização pública, na iniciativa privada, no Terceiro Setor, em Organismos Internacionais, ou em outras instituições e, conseqüentemente, necessita tratar de questões gerenciais, operacionais, de equipe de trabalho, etc., lidando, muitas vezes, na Administração Pública com problemas do sistema burocrático, por exemplo, relativas aos recursos humanos, quando necessita ampliar o quadro de profissionais, principalmente capacitados, para não sobrecarregar os que estão no seu labor, evitando sobretudo fatores estressores e o Burnout.

Quanto às funções e atribuições do Bibliotecário, pode-se dizer que são diversas no ambiente de trabalho, no entanto, a não definição de uma função no setor laboral pode acarretar no profissional um alto nível de estresse ou exaustão (RAMOS; NEME, 2008). A profissão é

regida por pareceres e decretos que seguem leis, todos respaldam a capacidade de seu labor. Segundo os artigos 6º e 7º da Lei 4.084 de 30 de junho de 1962 (BRASIL, 1962), referente ao exercício da profissão do Bibliotecário e suas competências, tem-se que:

Art. 6º São atribuições dos Bacharéis em Biblioteconomia, a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas e empresas particulares concernentes às matérias e atividades seguintes: o ensino de Biblioteconomia; a fiscalização de estabelecimentos de ensino de Biblioteconomia reconhecidos, equiparados ou em via de equiparação; administração e direção de bibliotecas; a organização e direção dos serviços de documentação; a execução dos serviços de classificação e catalogação de manuscritos e de livros raros e preciosos, de mapotecas, de publicações oficiais e seriadas, de bibliografia e referência. Art. 7º Os Bacharéis em Biblioteconomia terão preferência, quanto à parte relacionada à sua especialidade nos serviços concernentes a: demonstrações práticas e teóricas da técnica biblioteconômica em estabelecimentos federais, estaduais, ou municipais; padronização dos serviços técnicos de biblioteconomia; inspeção, sob o ponto de vista de incentivar e orientar os trabalhos de recenseamento, estatística e cadastro das bibliotecas; publicidade sobre material bibliográfico e atividades da biblioteca; planejamento de difusão cultural, na parte que se refere a serviços de bibliotecas; organização de congresso, seminários, concursos e exposições nacionais ou estrangeiras, relativas a Biblioteconomia e Documentação ou representação oficial em tais certames.

Assevera-se nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 56.725 de 16 de agosto de 1965 (BRASIL, 1965), o rol de atribuições do Bibliotecário, devendo este seguir o que lhe é atribuído profissionalmente.

Já no tocante aos fatores estressores no labor do Bibliotecário é possível que haja um esgotamento nas suas funções devido às pressões orçamentárias, pesadas cargas de trabalho, atendimento a usuários difíceis, como também excessivas atividades administrativas, frequentes mudanças tecnológicas, falta de profissionais na unidade de informação, substituição de colegas, alterações de atividades e necessidade constante de atualização. Para que a comunidade de usuários acadêmicos esteja satisfeita, bibliotecários podem atuar sob pressão e isso pode levar à depressão, ansiedade, e doenças físicas, ocasionadas por exaustão prolongada, (MARTIN, 2009). São diversas as fontes de estresse decorrentes de um setor laboral, e na biblioteca não é diferente de outros ambientes de trabalho, principalmente quando foi visto na literatura que essa função de prestação de serviço ao usuário pode acometer problemas com clientes multiqueixosos, intransigentes, agressivos, difíceis de lidar, com comportamentos conflituosos, extremamente exigentes, por exemplo. Além disso, em determinados contextos, há necessidade de lidar com o fator assistencialista mantendo o profissional em contato direto com pessoas ou comunidades em situações de grande risco, violência extrema ou calamidade, gerando, muitas vezes, desconforto acentuado, tristeza

profunda, e sentimento de impotência, causando, inclusive forte estresse podendo levar à Síndrome de Burnout.

Ramos e Neme (2008) corroboram dizendo que além dos fatores de estresse relacionados à falta de recursos da biblioteca, à organização e à instituição, há também aqueles pertinentes às relações interpessoais. Existem fatores que podem decorrer de irregularidades relativas à falta de limpeza, mobiliário inadequado, e má conservação de equipamentos, sendo estes, potencializadores da perda de saúde do Bibliotecário.

Aborda-se, também, sobre os riscos que o bibliotecário necessita lidar em sua profissão, com fatores de degradação de acervos, como por exemplo com: excesso de umidade, problemas relativos à temperatura e luz, poeira, insetos, roedores, fungos, bactérias e produtos tóxicos. Para Souza e Silva (2007), equipamentos adequados para a segurança dos Bibliotecário, sua proteção e a prevenção de riscos, muitas vezes, não lhe são fornecidos ou até mesmo, são negados. Por vezes, necessitam atuar em ambiente que não lhe traz conforto e(ou) segurança.

A profissão do Bibliotecário exige muitos esforços, sejam eles no exercício profissional, no sentido humano e social. Sendo assim, torna-se necessário um bom ambiente de trabalho para estar em sintonia com sua atuação. Adiciona-se a relevância do equilíbrio de corpo e mente para responder aos seus compromissos na unidade de informação, seguindo o Código de Ética da Profissão, para o pleno exercício em prol da sociedade (CFB, 2002).

5 ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO

Reconhecer a Síndrome de Burnout como problema decorrente de exaustão no trabalho visa colocar em prática estratégias de prevenção e intervenção, principalmente nos dias atuais em que a sociedade está cada vez mais exigente quanto aos resultados do trabalho profissional. O aumento da “produtividade, qualidade, lucratividade ou de questões associadas à recessão, vêm gerando maior competitividade e, conseqüentemente, mais problemas psicossociais” (BENEVIDES-PEREIRA, 2010, p.16). Carlotto e Gobi (2000), através de seus estudos, chegam à conclusão de que a melhor maneira de lidar com ela é através de ações preventivas, pois estas envolvem tanto os profissionais atuantes quanto as equipes diretivas. Um método eficiente utilizado por profissionais e apresentado por Lipp e Malagris (2001 *apud* NUNES SOBRINHO, 2010) é a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) que visa proporcionar

ampliação das possibilidades de intervenção, por lidar com diversos tipos de transtornos emocionais, sendo também de grande utilidade no tratamento do estresse excessivo e da Síndrome de Burnout.

A TCC é baseada em diversas abordagens como a da Teoria de Aprendizagem, com o Modelo Cognitivo valorizando aspectos mentais para compreensão, e no tratamento de transtornos emocionais. Maslach e Leiter (1999) apresentam seis áreas da vida organizacional nas quais ocorrem desequilíbrios de carga de trabalho, controle, recompensa, união, equidade e valores. Elas representam um ponto de partida rumo ao objetivo de uma vida melhor no trabalho. Com adequação e compromisso e não com desequilíbrio, desgaste físico e emocional:

1- carga de trabalho sustentável; 2- sentimento de escolha e controle; 3- reconhecimento e recompensa; 4- senso de união; 5- equidade, respeito e justiça; 6- trabalho significativo e valorizado. Para se eliminar estes é necessário criar harmonia entre o trabalhador, de forma que leve a uma mudança no ambiente de trabalho e nos próprios indivíduos” (MASLACH; LEITER, 1999, p.162, 163-172).

As estratégias indiretas para melhorar a qualidade de vida do trabalhador são iniciadas com o cuidado com a saúde, como: dormir o suficiente, fazer caminhadas, praticar exercícios físicos ou realizar esportes regularmente, fazer dietas balanceadas, respirar corretamente, realizar exercícios de relaxamento (LIPP, 2002). Recomenda aprender técnicas de manejo do estresse. Indica, também, começar reservando um tempo a sós fazendo algo que seja agradável como um hobby, de preferência diariamente, praticando o bom humor sempre que possível, identificando valores que regem a vida, pois quando as ações estão de acordo com os valores éticos adquire-se tranquilidade e paz. De acordo com Lo e Herman (2017), o indivíduo para estar bem no seu local de trabalho e ter uma vida saudável, deve estar em sintonia com seis dimensões relativas ao bem-estar: intelectual, emocional, físico, social, ocupacional e espiritual.

Quanto aos meios interventivos, para o enfrentamento da Síndrome de Burnout, Nunes Sobrinho (2010, p. 141), comentam que, em primeiro lugar, deve-se conseguir identificar os fatores externos e internos, verificar o ambiente de trabalho em sua totalidade e observar os fatores estressores. O ambiente de trabalho se compõe de fatores e aspectos “físicos, psicossociais e pessoais”. Quando é abordado o aspecto físico, estão envolvidos: recursos técnicos apropriados, a temperatura, a luminosidade, barulhos excessivos, ausência de mobiliários, etc. Quanto aos fatores psicossociais são consideradas: “as relações interpessoais no ambiente de trabalho, analisar se existe conflito com a gestão ou colegas de trabalho”, por exemplo. Nunes e Sobrinho (2010) reforçam que o profissional deve estabelecer prioridades

nas áreas de sua vida, e seguir uma alimentação adequada, evitar consumo de cigarros, álcool, ou outras drogas, dormir bem, fazer atividade física, dedicar tempo ao lazer, utilizar técnicas de relaxamento, respirar adequadamente, como aspectos favoráveis à prevenção do estresse.

Vem crescendo o número de empresas que estão se dedicando a melhorar o ambiente de trabalho, mas ainda há muito a se fazer. Entende-se esse movimento seja relevante porque ao utilizar meios preventivos, logra-se apoiar os funcionários a evitar o estresse, e ao aplicar medidas interventivas, pode-se ajudar aqueles que já estão doentes ou adoecendo. Para isso, torna-se prudente que todos os envolvidos contribuam para as melhorias necessárias com vistas a garantir a saúde no trabalho.

A conscientização da problemática, a discussão sobre a temática e a ação responsável de forma conjunta na Instituição ou na Empresa podem criar uma cultura de saúde no trabalho. E, mais do que isso, urge que se propague a importância de um corpo de profissionais com saúde no ambiente laboral. Portanto, estabelecer ações preventivas para que se evite o adoecimento no trabalho e medidas interventivas para a solução dos casos existentes requer a interação de todos.

6 RESULTADOS

Realizadas análises a partir dos dados coletados junto aos Bibliotecários da Universidade Federal de Pernambuco, do *Campus* do Recife. Carlotto e Dalcin (2018) orienta que a Síndrome de Burnout têm sido estudadas e apresentadas em dois grupos de variáveis: sociodemográficas e de personalidade, e referente aos fatores relacionados ao cargo/função e trabalho que o indivíduo exerce, incluindo aspectos relacionados à organização e ao contexto laboral.

Com relação aos dados sociodemográficos, o primeiro resultado diz respeito à jornada de trabalho. Na questão, 75% assinalaram o gênero feminino e 25% o gênero masculino, sem outra indicação de gênero escolhida. Considerando a teoria, Nunes Sobrinho discorreu, em 2010, que naquela época a dupla jornada era mais realizada por mulheres, tendo trabalho profissional e afazeres do lar, além dos cuidados com os filhos, e tal sobrecarga as deixava com maior incidência da Síndrome. Isso ainda ocorre nos dias atuais. No entanto, atualizando o contexto, com as mudanças nas relações familiares, independentemente de gênero, ressalta-se trecho do autor na página 15: “a elevação no caso da exaustão pode estar associada à dupla

jornada de trabalho (...)". Este é o fator que deve ser considerado nas análises: a sobrecarga de funções.

No tocante à filiação, foi apontado que 65% dos participantes tem filhos e 35% não, sendo este quantitativo menor e mais propenso à Síndrome. Para título complementar Sampson (1990 *apud* BENEVIDES-PEREIRA, 2010) em pesquisa com psicólogos, apresenta resultados em que os pais que convivem no mesmo ambiente com seus filhos tem baixo nível de estresse em relação aos que não vivem com seus filhos, ademais, ainda como resultado da pesquisa o trabalhador que não têm filhos tende a desenvolver a Síndrome de Burnout, muitas vezes, devido à possível falta de motivação familiar para a execução do seu labor.

Sobre o estado civil, os solteiros apresentaram maior percentual (55%), propensos à Síndrome. O fator idade e a questão psicossocial associados podem fazer diferença nos resultados. Para os pesquisadores, ordinariamente, atribui-se ao casamento, ou ao fato de ter um relacionamento afetivo estável, uma propensão menor para o Burnout. De tal forma, unem-se ao fator 'solteiro', com maiores níveis de escores de valores nas dimensões da Síndrome, os 'viúvos' e os 'divorciados' (BURKE; GREENGLASS, 1989; RAQUEPAW, MILLER, 1989; LEITER, 1990; MASLACH, SCHAUFELI, LEITER, 2001 *apud* BENEVIDES-PEREIRA, 2010).

Quanto ao fator idade, apresentaram quantitativo maior de bibliotecários com idades entre 40 a 49 anos, correspondendo a 11 indivíduos (35%). Diante da teoria, os profissionais com mais idade, na maioria das vezes, sentiam-se realizados em suas funções, enquanto os mais novos não, principalmente os que ainda não haviam atingido os 30 anos, estes estariam mais propensos a desenvolverem a Síndrome. Maslach, Schaufeli, Leiter e Gonzáles (1995, *apud* BENEVIDES-PEREIRA, 2010) observaram a incidência mais frequente em trabalhadores jovens que ainda não haviam completado os 30 anos.

Ainda, para os jovens, a pouca experiência de trabalho desenvolve certa insegurança quanto ao choque de realidade do trabalho, pelo fato de verificarem que suas ilusões, grande parte das vezes, não possuem sustentação. Sobre o tempo de profissão: o maior grupo 38% (atuando de 9 a 18 anos); em seguida, o grupo de 23% (de 5 meses a 7 anos); com mais tempo de trabalho: o grupo de 13% (na faixa de 22 a 30 anos); e 17% com bastante tempo de trabalho (de 32 a 46 anos). Os que tem menos tempo de serviço, diante da teoria, podem estar mais propensos ao desenvolvimento da Síndrome. Logo, a falta de experiência e o fator idade se associam a

maior risco para acometimento. Firth (1985) afirma que o Burnout começa a se manifestar, sendo internalizado desde o início da vida laboral do profissional, podendo, portanto, vir a ser exteriorizado com o tempo, e conseqüentemente, à mudança do labor.

Relacionado ao fator horas de trabalho, o percentual maior foi de 81% atuando 30 horas semanais, e 19% dos bibliotecários com 40 horas semanais (em funções de coordenação e gestão). Esse fator estressor não se enquadra na função dos bibliotecários, pois as horas de trabalho destes profissionais não excede a carga horária. O fator horas de trabalho é definido por Magno (2000) como matéria inclusa no âmbito do direito tutelar do trabalho, posto que a hora, ao ser limitada a tempos determinados de atividades não predispõe o trabalhador a problemas de ordem biológica, social e até econômica.

Referente ao lazer, houve 100% de respostas positivas, fator favorável para a melhoria da qualidade de vida. Para Ramos e Neme (2008, p. 585) “no Burnout há perda de interesse pelo trabalho e lazer, acompanhados de isolamento, sentimento de impotência [...]”. Quanto à atividade física, 55% praticam, enquanto 45%, não. Boa parte se exercita beneficiando a saúde. Segundo Lipp (2002), uma das estratégias para o enfrentamento da Síndrome, reduzindo estados de forte pressão, nervosismo ou raivas súbitas, pode ser a prática de exercícios.

Para a segunda etapa do questionário com perguntas relativas ao labor, recorreu-se à análise de conteúdo de Bardin. Os dados coletados foram organizados em categorias e subcategorias, e a partir delas foram feitas inferências com diálogos interpretativos.

Quanto à função que pode acarretar fator de estresse, obteve-se: 33% referente ao ‘tipo ocupação’, 26% ‘tipo cliente’ e 23% informa ‘não ter estresse’. Na categoria ‘tipo ocupação’, tem-se: ‘catalogação na fonte’, ‘gestão de pessoas’, ‘função gestão’ e ‘serviços burocráticos’. Na categoria ‘tipo cliente’: ‘lidar com público’, ‘atendimento ao público’, ‘lidar com pessoas’, ‘treinamentos de alunos para normalização’, ‘usuário insatisfeito’.

No tocante ao ambiente de trabalho, 75% responderam que este proporciona bem-estar, enquanto 25% disseram que não, e apontaram como fatores estressores: ‘infraestrutura antiga’, ‘equipamentos velhos’, ‘infiltrações’, ‘espaço inapropriado’, ‘sala pequena’, ‘móveis inadequados’, ‘layout não favorável’, ‘sinalização ineficaz’, ‘ar-condicionado quebrado’, ‘mesas e cadeiras incômodos’, ‘infraestrutura inaceitável’. Os fatores desgaste físico e psíquico, segundo a literatura são desencadeantes da Síndrome de Burnout, caso não sejam

modificados o quanto antes, os profissionais estão em risco com respeito a sua saúde. Segundo Benevides-Pereira (2010, p. 10), nos fatores estressores contribuintes para o aparecimento de sintomas de Burnout, [...] estão incluídos: a falta de recursos materiais, instalações e prédios malconservados, a baixa umidade do ar, a iluminação inadequada, climatização e componentes ambientais associados à sensação de desconforto, podendo evoluir para problemas de saúde.

Ao questionar sobre normas, mudanças, burocracia, clima, comunicação organizacional como possíveis fatores causadores de estresse, 34% dos respondentes apontaram ‘todos’ os itens citados, 25% ‘itens variados’ e 21% ‘comunicação organizacional’. Na categoria ‘todos’ (maior percentual), os respondentes indicaram todos os fatores estressores. Na categoria fatores variados, tem-se: ‘burocracia’, ‘comunicação organizacional’, ‘clima’ e ‘normas’. Infere-se que para os respondentes, a comunicação no ambiente de trabalho tem sua importância e contribui para o bom funcionamento do setor. Sem a ‘comunicação organizacional’, o ‘clima’, as ‘normas’, ‘a burocracia’, as ‘mudanças’ passam a ser fatores estressantes. Os fatores acima estão inseridos no ambiente dos bibliotecários pesquisados e se persistirem podem ocasionar um possível adoecimento e, em consequência, o desenvolvimento da Síndrome de Burnout. Excesso de normas impedem a participação criativa e a autonomia, assim como a consequente tomada de decisão, emperrando as atividades que deveriam estar sendo realizadas[...]. Em relação à burocracia esta foi analisada em questões anteriores, [...] ‘preenchimentos de formulários e a participação em reuniões administrativas acabam por consumir grande parte do tempo do profissional’ (BENEVIDES-PEREIRA, 2010, p.65-66). Para Gil-Monte (2003), o ‘clima’ social que impera no ambiente de trabalho é fator importante para que as pessoas possam se sentir confiantes, respeitadas e consideradas. O suporte social está relacionado com a qualidade do clima no labor implicando na saúde do trabalhador na organização.

Cassidy, Versluis e Menzies em pesquisa mostraram preocupação com as estruturas das bibliotecas acadêmicas, as relações de poder, os desafios no labor e os impactos para a sociedade. Com as análises realizadas no campo de estudo, destaca-se que o ambiente laboral do bibliotecário está propenso a fatores ditos estressores, que podem desenvolver no indivíduo um estresse ocupacional e persistindo, desencadeia-se a Síndrome de Burnout.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar a pesquisa, a inquietação era a verificação da existência ou não de fatores estressores no ambiente de trabalho dos Bibliotecários da UFPE. Buscou-se, em caso afirmativo, conhecer quais poderiam desencadear a Síndrome de Burnout. Foi possível realizar estudos para conhecer os principais conceitos, os elementos e as dimensões da Síndrome de Burnout, além de identificar fatores estressores dos bibliotecários universitários no ambiente de trabalho. Em linhas gerais, destaca-se resposta satisfatória ao objetivo desta pesquisa, visto que os bibliotecários apresentaram em suas respostas que em seus ambientes de trabalho existem fatores estressores que são desencadeantes da Síndrome de Burnout, relacionados às atividades técnicas, atendimento ao usuário, atuação como gestor, dentre outras.

No ambiente laboral foram encontrados, em algumas bibliotecas, problemas de infiltração e mofo, e em outras, equipamentos em mal estado para uso ou até mesmo quebrados, somando-se a falta de materiais, computadores e impressoras, além de mobiliário com inadequação referente à ergonomia. Em algumas unidades a estrutura se encontra comprometida, isto é, os prédios e (ou) espaços se encontram em mal estado ou em decadência. A relevância deste estudo se justifica pela escassez de informação na literatura nacional relativa ao tema, podendo contribuir para futuras pesquisas na área da saúde do profissional bibliotecário com relação ao seu labor.

Diante da pesquisa realizada, observa-se que existem realidades desconhecidas voltadas ao setor trabalhista, como profissionais que se afastam ou abandonam seus trabalhos por motivos de saúde, sendo estes diagnosticados com doenças aparentemente corriqueiras ou psicológicas, mas que são decorrentes de um estresse ocupacional, que contribuiu para o desenvolvimento da Síndrome de Burnout, decorrente de uma exaustão laboral. O labor é uma parte importante na vida de um indivíduo, porquanto boa parte da parte da vida do profissional é dedicada ao trabalho. Com tantas desventuras encontradas no setor biblioteconômico, o profissional passou a ser vulnerável diante das condições do ambiente (setor) laboral. De tal maneira, o bibliotecário deve estar, a cada dia mais, em estado de alerta quanto a sua saúde. Constatou-se na teoria apresentada que existe na função deste profissional uma grande demanda de atividades que devem ser executadas, e para a realização das mesmas é necessário que o ambiente seja favorável e adequado quanto às condições e ao conforto, não

apenas físico. Segundo os discursos dos pesquisados alguns estão trabalhando em ambiente inapropriado para a obtenção de uma boa qualidade de trabalho e vida.

É necessário que a Instituição compreenda as necessidades laborais assim como todos os envolvidos devem estar preparados para acontecimentos eventuais inesperados ou infortúnios, por isso, a gestão deve ter estratégias adequadas para a tomada de decisão em prol do bom funcionamento da unidade de informação, da segurança e do bem-estar dos profissionais.

Ressalta-se, portanto, a necessidade de intervenção nas bibliotecas universitárias do país, onde já ocorre a incidência do acometimento da Síndrome de Burnout e os problemas relativos aos fatores estressores, bem como se indicam medidas preventivas conjuntas nos ambientes universitários, incluindo ações efetivas a partir das Áreas de Gestão dos Sistemas de Bibliotecas, da Qualidade de Vida e Saúde do Trabalhador, e da Gestão de Pessoas das próprias Universidades. Espera-se que por parte dessa pesquisa haja uma compreensão entre os gestores e profissionais responsáveis pela melhoria da qualidade de vida no labor, e principalmente, pela alta gestão da UFPE, quanto à importância dos Bibliotecários e da promoção de saúde no trabalho com medidas de prevenção. Destaca-se, ainda, a auto responsabilidade pela saúde e a motivação no trabalho. Enseja-se, também que os atores envolvidos na Academia apoiem os bibliotecários para que estes venham a atuar em ambientes cada vez mais condizentes, podendo obter mais êxito em sua atuação profissional e adquirindo melhor bem-estar pessoal.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed.70, 1979.

BENEVIDES-PEREIRA, A.M.T. O processo de adoecer pelo trabalho. *In*: BENEVIDES-PEREIRA, A.M.T. (org.). **Burnout**: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador. 1.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

BENEVIDES-PERREIRA, A. M.T. **Burnout**: quando o trabalho ameaça o bem estar do trabalhador. 4. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

BRASIL. Lei 4.084, de 30 de julho de 1962. Dispões sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e das suas atribuições. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF., 1962. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4084.htm. Acesso em: 12 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 56.725, 1965**. Regulamenta a Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962 que dispões sobre o exercício da profissão de Bibliotecário. Brasília: Câmara dos Deputados,

1965. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56725-16-agosto-1965-397075-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Classificação Brasileira de Ocupações 2612 Profissionais da Informação**. Brasília, 2002. Disponível em: <https://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/261205-bibliotecario> Acesso em: 18 jan. 2020.

CARLOTTO, M.S.; GOBI, M.D. Síndrome de Burnout: um problema do indivíduo ou de seu contexto de trabalho? **Aletheia**, Canoas, v.10, p.103-114, abr./jun. 2000.

CARLOTTO, M.S. Síndrome de Burnout: Diferenças segundo níveis de ensino. **Psico (Porto Alegre)**, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 495-502, out. 2010.

CARLOTTO, M. S.; DALCIN, L. Avaliação de efeito de intervenção para a Síndrome de Burnout em professores. **Psicologia escolar e educacional**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 141-150, jan/abr. 2018.

CASSIDY, M.; VERSLUIS, A.; MENZIES, E. Disrupting traditional power structures in academic libraries: Saying no, how to do it, and why it matters. In: CRITICAL LIBRARIANSHIP AND PEDAGOGY SYMPOSIUM, 2018, Tucson, AZ. **Anais [...]**. Tucson, AZ.: University of Arizona, 2018. Disponível em: <https://repository.arizona.edu/bitstream/handle/10150/632090/Handout%20-%20Disrupting%20Structures.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: dez. 2019.

CFB – Conselho Federal de Biblioteconomia. **Resolução nº 42/2002**. Código de Ética Profissional do Bibliotecário. Brasília, DF., 2002. Disponível em: <http://www.cfb.org.br/legislacao/resolucoes/Resolu%E7%E3%20042-02.asp>. Acesso em: 31 nov. 2019.

CODO, W. **Educação: Carinho e Trabalho**. Petropolis: Vozes, 1999.
FABER, B. A. **Inconsequentiality: The key to understanding teacher burnout**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 159-165.

FERNANDES, M.A; SILVA, D.A.R.A.; IBIAPINA, A.R.S.; SILVA, J.S. Adoecimento mental e as relações com o trabalho: estudo com trabalhadores portadores de doenças mental. 2018. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**. São Paulo, v.16, n.3, p.277-286, 2018. DOI: 10.5327/Z1679443520180110. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/rbmt.org.br/pdf/v16n3a04.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2019.

FIRTH, J. Personal meanings of occupational stress: cases from clinic. **Journal of Occupational Psychology**, England, v.58, n.2, p. 139-148, jun. 1985.

FREUDENBERGER, H. Staff Burn-out. **Journal of Social Issues**, New York, v. 30, n. 1, p. 154-165, 1974.

GUDITUS, C. W. **Staff Burnout: Job Stress in the Human Services** Cary Cherniss Beverly Hills, California. Thousand Oaks, Califórnia: Sage Publications, 1980. 199 p.

GIL-MONTE, P. R. Burnout Syndrome: ¿síndrome de quemarse por el trabajo, desgaste profesional, estrés laboral o enfermedad de Tomás? *In: Revista de Psicología del Trabajo y de las Organizaciones*, Madrid, v. 19, n. 2, p. 181-197, 2003. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=231318052004>. Acesso em: 10 nov. 2019.

LEVY, C.T. M. A Síndrome de Burnout em Professores do Ensino Fundamental. *In: Nunes Sobrinho. A Síndrome de Burnout em Professores no Ensino Regular: Pesquisa, reflexões e enfrentamento*. Cognitiva: Rio de Janeiro, 2010.

LIPP, M. N. **O stress do professor**. São Paulo: Papirus, 2002.

LO, L. S.; HERMAN, B. An Investigation of Factors Impacting the Wellness of Academic Library Employees. *College & Research Libraries*, [S.l.], v. 78, n. 6, p. 789, aug. 2017. ISSN 2150-6701. Disponível em: <https://crl.acrl.org/index.php/crl/article/view/16736/18248>. Acesso em: 30 jan. 2020. doi: <https://doi.org/10.5860/crl.78.6.789>.

MAGNO, O.B. **ABC Direito Tutelar do Trabalho**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MARTIN, C. Libray Burnout: causes, symptoms, solutions. *In: Library worklife*. ALA APA: Chicago, Il., 2009. Disponível em: <http://ala-apa.org/newsletter/2009/12/01/spotlight-2/>. Acesso em: 11 dez. 2019.

MASLACH, C.; JACKSON, S. E. The Measurement of Experienced Burnout. *In: Journal of Occupational Behavior*, Sussex, England, v. 2, n. 2, p. 99-113, apr. 1981. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/job.4030020205>. Acesso em: 15 mar. 2020.

MASLACH, C.; LEITER, M.P. **Trabalho: Fonte de prazer ou desgaste?** Guia para vencer o estresse na empresa. São Paulo: Papirus, 1999.

MOREIRA, H. R.; COLLET, C.; FARIAS, G.O.; NASCIMENTO, J. V. Síndrome de Burnout em professores de Educação Física: um estudo de casos. *In: efdeportes Revista Digital*, Buenos Aires, v. 13, n.123, ago. 2008. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd123/sindrome-de-burnout-em-professores-de-educacao-fisica.htm>. Acesso em: 12 nov. 2019.

NASSETI, P. **O que você deve saber sobre Estresse**. 4.ed. São Paulo: Martin Claret, 2003.

NUNES SOBRINHO, F.P. **A Síndrome de Burnout em professores do ensino regular: pesquisa, reflexões e enfrentamento**. Rio de Janeiro: Cognitiva, 2010.

ODORIZZI, C. M. A. Síndrome de Burnout: resposta inadequada um estresse emocional crônico. *In: Revista do Professor*. Porto Alegre, Rio grande do Sul, v. 11, n. 43, 1995.

RAMOS, F.N.; NEME, C. M. Burnout em Profissionais de Bibliotecas. *In: Estudo de Pesquisa em Psicologia*, Rio de Janeiro: v. 8, n. 3, p. 578-596, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4518/451844627003.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2019.

SOUZA, F. C.; SILVA, P. S. O Trabalho do bibliotecário e os riscos em potenciais em torno do campo da ergonomia. *In: Rev. Em Questão*. v. 13, n. 1, 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/34/1333>. Acesso em: 9 dez. 2019.

BURNTOUT'S SYNDROME IN LIBRARY SCIENCE: A CASE STUDY IN THE WORK OF PROFESSIONALS AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF PERNAMBUCO

Abstract: Most part of the individual's life occurs in the work environment as part of his daily routine. Thus, the environment and working conditions must contribute to professional well-being and improvement of the quality of life, providing pleasure in the achievement of their skills and also in interpersonal relationships. The research aims to analyze if there are stressors factors that can cause Burnout Syndrome in the librarian's work. To this end, we sought to highlight concepts, dimensions and constituent elements of the referred Syndrome, indicate stressors factors in libraries and investigate preventive and intervention measures. This is a descriptive research with an exploratory objective and a qualitative approach. It is characterized by a case study at the Federal University of Pernambuco with 31 librarians as

subjects. The data collection instrument was the questionnaire with questions related to sociodemographic factors and topics relevant to the work of librarians. Bardin's content analysis technique was used, with categories in classification and inferences, highlighting contributions by the author Benevides-Pereira as a theoretical guideline. As a main result, the librarian's working environment is prone to some stressors, whether internal or (or) external personality and (or) organizational nature. The need for intervention in libraries is highlighted where there is the incidence of Syndrome involvement and also problems related to stressors factors already occurring. The use of preventive measures in university libraries is indicated including actions from the Library Systems Management, Health and Quality of Life and People Management Areas.

Keywords: *Burnout Syndrome. Work. Stress factors. Librarian. Federal University of Pernambuco.*

MERCADO DE TRABALHO DOS BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E MUSEÓLOGOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DADOS DO CAGED

doi: 10.47930/1980-685X.2020.1904

PENA, André de Souza - e-mail: andresouzapena@gmail.com
Universidade Federal de Rondonópolis, Curso de Biblioteconomia
Av. dos Estudantes, 5055 - Cidade Universitária, Rondonópolis - MT, 78736-900

CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi – e-mail: helenacrivellari@gmail.com
Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação
Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha, Belo Horizonte - MG, 31270-901

***Resumo:** O artigo analisa o mercado de trabalho dos bibliotecários, arquivistas e museólogos. Parte do princípio de que as estatísticas são fundamentais para a tomada de decisões no âmbito das políticas públicas em geral. Nesse sentido, o estudo defende a superioridade dos métodos de análise do mercado de trabalho baseados nas estatísticas oficiais, contemplando tanto a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) quanto o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o qual foi utilizado como base empírica para análise do mercado de trabalho desses profissionais da cultura e informação. Do ponto de vista metodológico, optou-se por uma abordagem quantitativa, basicamente enfocando o aspecto da movimentação do emprego. Com relação aos bibliotecários percebeu-se que houve piora na sua condição de emprego, principalmente depois das reformas trabalhistas, que ao contrário do discurso propalado, não gerou mais contratações para a categoria. Do mesmo modo, os arquivistas apresentaram um saldo de demissões significativo. Os museólogos também, mesmo com salto positivo no último ano de análise, tiveram maior contratação de trabalho terceirizado. Como consideração final, espera-se que este estudo auxilie na tomada de decisões sobre a formação dessas profissões com vistas a uma redução efetiva das desigualdades de acesso à cultura, informação de qualidade e arte na sociedade.*

***Palavras-chave:** Arquivistas. Bibliotecários. Museólogos. Mercado de trabalho. CAGED*

1 INTRODUÇÃO

Há várias pesquisas e iniciativas de estudo do mercado de trabalho. As Escolas promovem acompanhamento do mercado de trabalho, através de estudos sobre egressos, bem como os Conselhos Profissionais realizam coletas de dados de seus membros, assim como os próprios alunos e pesquisadores podem monitorar o mercado de trabalho por anúncios de empresas e divulgação de concursos públicos.

As políticas públicas dependem em grande medida de dados para a tomada de decisões nas diversas áreas. Sendo fundamental para a formação profissional, acompanhamento de egressos, estudos de mercado de trabalho, além de vários outros âmbitos, tais como saúde, educação. As pesquisas e registros estatísticos sobre variados temas propiciam o fundamento empírico acerca da realidade, sem estes conhecimentos a efetividade da ação pública nos diversos setores seria infinitamente mais baixa para resolver ou equacionar os grandes problemas nacionais (JANNUZZI, 2019).

No plano Internacional, realiza-se, a cada cinco anos, desde 1923 a Conferência Internacional de Estatística do Trabalho (CIET), tendo a última ocorrida em 2018. Tratam-se de reuniões, delimitadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), com representantes governamentais, trabalhadores e empregadores de diversos países para o estabelecimento de diretrizes aos indicadores estatísticos de mercado de trabalho (GARCIA; GONZAGA, 2014).

Existem vários indicadores e pesquisas relacionados à temática do mercado de trabalho, implementado em diversos países a partir da segunda metade do século XX. No Brasil, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), implantada em 1980, constitui um marco das pesquisas amostrais, mesmo não cobrindo a totalidade do mercado de trabalho brasileiro, com destaque para as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre e Recife. Há também, desde 1984, a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), coordenada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômico (DIEESE), em parceria com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), inicialmente restrita a Região Metropolitana de São Paulo e depois ampliada para outras localidades (Porto Alegre, Salvador, Recife, Distrito Federal e Belo Horizonte). A diferença entre a PME e a PDE é conceitual, já que a última observa um período de procura maior e contempla também o

contingente de trabalhadores em desemprego oculto (trabalho precário e desalento) (JANNUZZI, 2009).

Considera-se, ainda, a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), uma pesquisa realizada desde 1967, uma ferramenta importante para estudo do mercado de trabalho, sendo uma pesquisa amostral realizada, anualmente, em domicílios de todo o país, exceto em anos de Censo Demográfico, tratando de “temas como habitação e trabalho, associados a dados sobre aspectos demográficos, educacionais e de rendimento da população brasileira” (IBGE, 2015, p.9).

Jannuzzi (2019) exaltou a relação das estatísticas como orientadora das políticas públicas no Brasil, evidenciando os problemas sociais nos anos 2000. O sucesso mundial do livro de Piketty (2014), trabalho fundamentado em indicadores de renda de vários países, e alicerçado nas ciências sociais e na literatura, demonstra a importância das análises de dados estatísticos com vistas a possíveis mudanças na realidade social; sugerindo uma reestruturação do capitalismo que tem alcançado índices alarmantes de concentração de renda, superando o crescimento da renda proveniente da economia produtiva, relacionada ao mercado de trabalho.

Nesse sentido, os indicadores sobre mercado de trabalho são fundamentais, pois refletem o nível de empregabilidade e ajudam a elucidar a “relação salarial”, tese de Boyer (2009), que preconiza o entendimento do trabalho (e a qualidade do emprego) como um aspecto central para a cidadania de um país, relacionado à cinco pontos centrais: 1) organização do processo de trabalho; 2) hierarquia das qualificações da mão de obra; 3) possibilidade de mobilidade dentro e fora da empresa; 4) formação do salário direto e indireto e 5) formas de consumo ou poder de compra das famílias a partir da renda auferida no posto de trabalho. Relacionado ainda a estes pontos, há a “relação educativa”, estudado por Crivellari (2003), a partir da Escola de Regulação, conceito sobre o qual assenta a dimensão da formação da mão de obra como um processo coletivo, envolvendo não apenas o Estado e/ou empresas (empregadores) e a escola (educação), bem como os próprios detentores do direito ao diploma (alunos), sindicatos, conselhos e associações profissionais.

Neste trabalho pretende-se verificar como está a atual configuração do mercado de trabalho dos bibliotecários, arquivistas e museólogos, considerando as recentes transformações no mundo do trabalho, implementadas no Brasil com a flexibilização da Consolidação das Leis

do Trabalho (CLT) e enfraquecimento do Estado como empregador e dinamizador da economia *vis a vis* o cenário de crise do capitalismo mundial, além de observar alguns estudos na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Dessa forma os registros administrativos, desenvolvidos no âmbito do antigo Ministério do Trabalho e do Emprego, sendo eles a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), constituem uma importante forma de divulgação de dados estatísticos referentes ao mercado de trabalho no Brasil.

2 REGISTROS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO COMO FONTE DE DADOS: NOTAS METODOLÓGICAS

A RAIS, instituída em dezembro de 1975, pelo Decreto nº. 76.900/75, define-se como um registro administrativo de âmbito nacional, com periodicidade anual, obrigatória para todas as empresas e empregadores, inclusive os estabelecimentos que não tiveram vínculos empregatícios no ano de referência. Assim, contempla os trabalhadores celetistas, estatutários, trabalhadores temporários e avulsos. A RAIS constitui-se, então, uma das principais fontes de informações sobre o mercado de trabalho brasileiro, considerada um verdadeiro censo do mercado de trabalho formal, com cobertura superior a 97% dos estabelecimentos do País, na medida em que todos os estabelecimentos são obrigados a declarar a situação individual de cada trabalhador, com quem vem mantendo vínculos empregatícios, fornecendo os dados relativos à situação real em 31 de dezembro de cada ano (PENA, 2007; JANNUZZI, 2009).

O uso da RAIS apresenta vantagens e restrições. As vantagens estão relacionadas à sua abrangência nacional, à obrigatoriedade do fornecimento de dados e à diversidade de cruzamentos possíveis em nível ocupacional e setorial. Quanto às limitações, a principal é omissão parcial de dados declarados por parte dos estabelecimentos empregadores. Pode haver, inclusive, a existência de campos não preenchidos, secundada por erro de preenchimento. Além do mais, a RAIS exclui os trabalhadores sem vínculos formais de emprego (PENA, 2007; JANNUZZI, 2009).

A RAIS não englobe o mercado informal, entretanto, com base nos dados do Censo/IBGE, foi verificado no trabalho de Jannuzzi (2003) a presença de mais de 90% dos bibliotecários no setor formal da economia brasileira. Destaca-se ainda que as pesquisas domiciliares

apresentam a limitação de refletir a opinião dos entrevistados, isso também pode ocasionar dados não fidedignos.

Ademais, neste estudo, para a caracterização do mercado de trabalho das profissões, valeu-se do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). O CAGED foi criado pelo Governo Federal/Ministério do Trabalho, através da Lei nº. 4.923/65, que instituiu o registro permanente de admissões e dispensa de empregados, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A cada mês, as empresas devem informar todos os trabalhadores com contratos de trabalho regidos pela CLT, admitidos, demitidos ou transferidos, ocupação e salário (DEDECCA, 1998 *apud* PENA, 2007).

Este estudo adota uma abordagem quantitativa, com análise de dados do mercado formal de trabalho de bibliotecários, arquivistas e museólogos, sem a pretensão de realizar uma comparação de todas as características destas profissões, basicamente enfocando, na direção comparativa, o aspecto da movimentação do emprego. Para tanto, utilizou-se o CAGED, o qual mesmo incluindo apenas os celetistas, disponibiliza informações mensais sobre admissões e demissões em todo o Brasil, sendo possível utilizar o nível da ocupação na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), tornando possível analisar os bibliotecários, arquivistas e museólogos de modo mais específico.

3 MERCADO DE TRABALHO: OBSERVANDO A LITERATURA DA ÁREA DE INFORMAÇÃO E CULTURA

Os estudos sobre mercado de trabalho para os bibliotecários são os mais numerosos¹, quiçá em função da sua consolidação como profissão e maior número de cursos de graduação. Dos estudos levantados é possível inferir que os primeiros estudos foram realizados a partir dos anos 1970, não por acaso coincidindo com as mudanças macroeconômicas do capitalismo mundial, com maior precarização das condições de trabalho dos trabalhadores em geral, entre eles os bibliotecários. Os efeitos da crise de 2008 persistem, porém Boyer (2009) nos oferece a compreensão de que as crises se parecem, mas não são as mesmas e cada país enfrenta as suas crises de modo particular.

¹ Pesquisa realizada na base Peri (<http://www.bases.eci.ufmg.br/peri.htm>), utilizando a seguinte expressão de busca: mercado de trabalho * biblio\$, encontrou-se 79 registros, enquanto para os arquivistas foram 12 registros (utilizando-se a expressão: mercado de trabalho * arquiv\$) e apenas 1 registro para estudos sobre o mercado de trabalho dos museólogos (valendo-se do termo de busca: mercado de trabalho * museo\$).

Na Biblioteconomia e Ciência da Informação, dois estudos recentes destacam-se pela utilização de metodologias distintas e, portanto, apresentam resultados diferentes. O primeiro analisa dados de concursos públicos, entre os anos de 2010 e 2015, em consonância com o cenário do Brasil de geração de empregos, verifica que “o mercado de trabalho atual é caracterizado pela busca de estabilidade empregatícia e financeira, e os que buscam isso ainda tem como fonte principal para tais conquistas os concursos públicos” (SALES *et al.*, 2016, não paginado).

O segundo estudo, mesmo diante do recrudescimento das políticas neoliberais, com aumento da desigualdade e do desemprego, a proposta de Freire, Alauzo e Spudeit (2017), analisando exclusivamente a literatura da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, aponta as competências individuais como a solução para adentrar no mercado de trabalho não tradicional. Este tipo de estudo parece acompanhar as políticas de austeridade ditadas internacionalmente, e quase sempre a sustentação empírica é bibliográfica, sem auxílio de dados abrangentes os quais consigam refletir a realidade de modo mais consistente, além de desconsiderar vasta bibliografia que aponta os efeitos da atual crise macroeconômica.

Embora não conste no Peri², vale a pena observar o estudo de Pena, Crivellari e Neves (2006), realizado a partir de análise comparada do ano de 1994 e 2004, culminando em estudo mais amplo de 1985 a 2005 (PENA, 2007), além de análise comparativa do mercado de trabalho do bibliotecário no Brasil, Espanha e Moçambique (PENA et al, 2014; PENA, 2015), todos valendo-se da RAIS como fonte de dados. Mesmo cada estudo tendo sua particularidade, nota-se análises de cobertura de todo o território nacional e certa amplitude internacional, contemplando ampla bibliografia, resultando em uma compreensão mais ampla do mercado laboral dos bibliotecários.

Para os arquivistas, encontraram-se estudos, tal como para os bibliotecários, no sentido de avaliar a situação do mercado de trabalho de cidades específicas e/ou a situação dos egressos. O trabalho de Oliveira (2011, p. 90), analisa a formação do arquivista e sua inserção no mercado de trabalho a partir de editais de concursos públicos na cidade de Brasília. Os resultados foram na direção de elencar habilidades necessárias para os egressos, identificando a importância da formação continuada e uma reformulação na formação para uma abordagem

² Cabe ressaltar que o GT 06, Informação, Trabalho e Educação, do ENANCIB é o principal espaço de discussão dos estudos sobre mercado de trabalho na área, muito embora a atual base de dados BENANCIB (<http://200.20.0.78/repositorios/handle/123456789/2>) esteja com limitações na recuperação mais precisa de estudos de bibliotecários, arquivistas e museólogos especificamente apresentados no GT.

menos tecnicista do arquivista, e reconhecendo que “o papel da universidade não se limita a fornecer profissionais para o mercado de trabalho”. Já o trabalho de Santos, Barbalho e Santos Filha (2015, p.70), a partir de dados de instituições públicas da cidade de Manaus, verificaram “que existe um vasto mercado para o profissional arquivista em atuação, pois a maioria das organizações são produtoras de documentos, e necessita que as informações sejam gerenciadas de forma adequada”.

Ainda sobre os arquivistas, vale citar o estudo de Crivellari, Alves e Frota (2017) ao discutirem a importância da CBO para as estatísticas do mercado de trabalho, bem como possivelmente orientadora das políticas de formação e atuação profissional. A partir da Família “arquivistas e museólogos” da CBO conseguiram inferir, através da RAIS, indícios de uma maior atuação dos arquivistas do que de museólogos no mercado formal de trabalho, ainda que os dados da Família na CBO, naquele momento, impossibilitassem analisar separadamente as duas profissões.

Para os museólogos, segundo Freitas (2018), analisando os egressos do curso de museologia da Universidade de Brasília, o número baixo de museólogos na cidade de Brasília é devido a carência de cursos de formação. Com a criação do curso de museologia em 2009, a expectativa é avançar nas contratações destes profissionais, e os dados do estudo demonstram que 51% dos egressos respondentes do questionário estavam atuando na área.

Já os estudos de Damasceno (2015; 2016), analisando dados do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), com base em revisão de literatura de análise sócio-econômica mais ampliada e contextualizada, conseguiu inferir sinais de precarização no mercado de trabalho dos museólogos, em especial por se tratar também de uma profissão com prevalência de mulheres, verificando ainda um déficit de contratação de museólogos nas instituições museológicas do Brasil.

4 O MERCADO DE TRABALHO DAS PROFISSÕES DA ÁREA DE INFORMAÇÃO E CULTURA

Analisar o mercado de trabalho da área de informação e cultura é uma tarefa complexa. Para este estudo a abordagem contempla os bibliotecários, arquivistas e museólogos, através da análise de dados oriundos exclusivamente do mercado formal, especificamente dos

trabalhadores que possuem vínculos celetistas de contrato de trabalho. Para tanto, utiliza-se o CAGED para verificar as mudanças recentes na área de cultura e informação no Brasil.

Com dados comparativos e recentes do CAGED, agrupados de janeiro a dezembro, verifica-se saldo negativo de contratações de bibliotecário, lembrando que esta análise foi feita no nível mais desagregado da CBO, contemplando o nível da ocupação, no caso específico o dos profissionais bibliotecários. Dos vinte e sete estados da federação, apenas em cinco houve saldo positivo de contratações no ano de 2019 (ver Tabela 1), sendo o pior saldo em São Paulo (-57).

Em 2019, para os arquivistas o número de demitidos também foi alto em todo o Brasil, e mesmo com situação melhor que os bibliotecários, apresentou saldo total negativo (-38), sendo o estado do Ceará, com o pior saldo negativo (-52), tendo, portanto, mais demissões do que contratações no período analisado, ainda que no Espírito Santo tenha havido um saldo expressivo de contratações (61).

Para os museólogos, no ano de 2019, o saldo de contratações foi positivo (25), muito em função do saldo de admissões no estado de São Paulo (15).

Tabela 1 – Saldo de movimentação de emprego por Unidade da Federação dos Bibliotecários, Arquivistas e Museólogos em 2019

UF	Bibliotecários	Arquivistas	Museólogos
Rondônia	4	4	-
Acre	2	-	-
Amazonas	-3	0	-
Roraima	3	-2	-
Para	-8	-7	-
Amapá	-1	2	-
Tocantins	-1	1	-
Maranhão	0	1	-
Piauí	-2	1	-
Ceará	-1	-52	2
Rio Grande do Norte	-5	4	-
Paraíba	1	-2	-
Pernambuco	-16	0	3
Alagoas	3	2	-1
Sergipe	1	0	-
Bahia	-14	-30	8
Minas Gerais	-40	11	3
Espírito Santo	-9	61	1
Rio de Janeiro	-13	-23	0
São Paulo	-57	22	15
Paraná	-14	7	1
Santa Catarina	-17	-34	0
Rio Grande do Sul	-15	20	-6

Mato Grosso do Sul	-5	2	-
Mato Grosso	-1	3	-
Goiás	-3	11	-
Distrito Federal	-5	-40	-1
Total	-216	-38	25

Fonte: CAGED

No ano de 2015 a situação foi pior, com saldo negativo total de 216 demissões de bibliotecários em todo Brasil, enquanto nos anos de 2005 e 2010 o saldo de contratações era positivo (135 e 59, respectivamente, conforme Tabela 2). Em estudo anterior, Pena e Crivellari (2019), com análise até o ano de 2018, notaram piora no mercado de trabalho do bibliotecário quando se compara ao período anterior à crise de 2008, e que as medidas de flexibilização do trabalho pioraram a qualidade do emprego, sobretudo com a lei n. 13.467 (BRASIL, 2017), que flexibiliza os contratos de trabalhos regidos pela CLT, e, mais recentemente, a da Medida Provisória n.º 905, que institui o contrato de trabalho verde e amarelo (BRASIL, 2019), e traz aos trabalhadores, contratados pela denominada “Carteira Verde e Amarela”, perda dos direitos previstos na CLT, com permissão de trabalho aos domingos sem hora extra, redução do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), férias, 13º salário e saldo do FGTS parcelados, redução do adicional de periculosidade, entre outras medidas nocivas ao trabalhador³.

Tabela 2 – Saldo total de movimentação de emprego dos Arquivistas, Bibliotecários e Museólogos

	2005	2010	2015	2019
Bibliotecários	135	59	-242	-216
Arquivistas	115	-22	-167	-38
Museólogos	-9	0	-36	25

Fonte: CAGED

Em situação semelhante, pode-se verificar também os arquivistas, com dados de movimentação entre os anos de 2005 e 2019 (Tabela 2). No ano de 2005 a categoria apresentou saldo de movimentação positiva (115). Em 2010 a situação piorou, o saldo foi negativo (-22). Cinco anos depois, já em 2015, houve uma piora, com saldo negativo total maior (-167).

³ Acrescenta-se a isso Reforma da Previdência já aprovada. Desse modo, “[...] neste Brasil de 210 milhões [de] habitantes, temos apenas 33 milhões com emprego formal. Se somarmos os desempregados, 13 milhões, e os 37 milhões que estão no setor informal, portanto, que não contribuem, além de ganharem apenas 48% do que se ganha no setor formal, temos 50 milhões fora do sistema [previdenciário]” (DOWBOR, 2020, p.56-57).

Além disso, foi possível analisar, isoladamente, os efeitos da movimentação do emprego dos museólogos, contemplando também o período de 2005 a 2019 (Tabela 2), para fins comparativos. Ao contrário das outras profissões analisadas neste estudo, no ano de 2005 (ver Tabela 2) o saldo de movimentações foi negativo (-9). No ano de 2010, o saldo de contratações e demissões foi nulo (0) e, em 2015 piorou, com um saldo total de demissões expressivo no Brasil (-36).

E analisando mais detalhadamente, pode-se verificar que mesmo com a recuperação em 2019, o emprego com maior crescimento do museólogo foi o trabalho terceirizado (Atividades administrativas e serviços complementares, Tabela 3, item 13), enquanto nas atividades ligadas diretamente aos museus (Artes, cultura, esporte e recreação, Tabela 3, item 17) houve saldo negativo de movimentação (-3). Os bibliotecários também apresentaram saldo negativo em quase todos os setores, especialmente no setor de Educação (-138), setor onde historicamente estão localizados boa parte dos locais de trabalho destes profissionais, e até mesmo no setor de Informação e comunicação (Tabela 3, item 9) o saldo, embora positivo (2), foi pouco expressivo. Além disso, o denominado setor “Outras atividades de serviços” (Tabela 3, item 18) também apresentou saldo negativo significativo (-30). Isso indica que não adianta reivindicar, pela via da competência, os novos setores de atuação para o bibliotecário, quando a economia está em crise, o mercado não resolve espontaneamente a contratação dos profissionais.

Quanto aos arquivistas verificou-se saldo positivo de contratações em poucos setores, destacando a área mais ligada ao trabalho terceirizado (Atividades administrativas e serviços complementares”, Tabela 3, item 13) houve um saldo de demissões significativo (-60). E ainda que o setor de Informação e comunicação apresentasse saldo positivo importante para os arquivistas (44), cabe ressaltar um possível alinhamento desse setor com as políticas neoliberais ligadas ao mercado financeiro, impedindo uma relação salarial e educativa virtuosa, estimulando a falácia dos empreendedores de si, gerando uma geração, nos termos de Antunes e Braga (2009), de “infoproletários”.

Tabela 3– Saldo de movimentação de emprego dos Bibliotecários, Arquivistas e Museólogos nos principais setores de atividades (CNAE 2.0 Seção) em 2019

CNAE 2.0 Seção	Bibliotecários	Arquivistas	Museólogos
1-Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	-	2	-
2-Indústrias de transformação	4	-3	1
3-Eletricidade e gás	-4	-1	-1
4-Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	-1	2	-
5-Construção	-2	5	1
6-Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	2	12	4
7-Transporte, armazenagem e correio	-5	20	0
8-Alojamento e alimentação	0	1	1
9-Informação e comunicação	2	44	2
10-Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	-5	-2	-2
11-Atividades imobiliárias	-	-4	-
12-Atividades profissionais, científicas e técnicas	-24	1	2
13-Atividades administrativas e serviços complementares	-13	-60	15
14-Administração pública, defesa e seguridade social	-1	0	1
15-Educação	-138	-6	1
16-Saúde humana e serviços sociais	1	-31	6
17-Artes, cultura, esporte e recreação	-2	2	-3
18-Outras atividades de serviços	-30	-12	-3
19-Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-8	-
Total	-216	-38	25

Fonte: CAGED.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal resultado encontrado neste estudo, além da questão da piora da qualidade do emprego nas áreas de informação e cultura, embora com ligeira melhora para os museólogos em 2019, trata-se da possibilidade metodológica de utilização do CAGED para analisar o mercado formal de trabalho no Brasil. Além disso, este trabalho aponta para a realização de estudos futuros que possam conjugar a utilização do CAGED e outras bases como a própria RAIS e/ou, conforme já apontado na introdução do texto, as várias outras bases de dados, como a PME, PDE e PNAD, fundamentais para acompanhar o mercado de trabalho em geral.

Tais tipos de estudos são necessários para o melhor acompanhamento do mercado de trabalho. Do ponto de vista das Escolas são importantes para a tomada de decisões contemplando uma formação consoante com os postos reais de trabalho ocupados por estes profissionais. Já para as entidades representativas, deveriam auxiliar diretamente em ações das Associações, Conselhos e particularmente os Sindicatos no sentido de reivindicar melhores condições de trabalho e remuneração das categorias as quais eles representam. Esta é uma expectativa prática do estudo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R.; BRAGA, R. (Org.). **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

BOYER, R. **A teoria da regulação**: uma análise crítica. São Paulo: Nobel, 1990.

BRASIL. **Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 134, p. 1, 14 jul. 2017. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa>. Acesso em: 15 jan. 2020.

BRASIL. **Medida provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019**. Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 219, p. 5, 12 nov. 2019. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/medida-provisoria-n-905-de-11-de-novembro-de-2019-227385273>. Acesso em: 15 jan. 2020.

CRIVELLARI, H. M. T. Relação educativa e formação profissional na ciência da informação. In: ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da informação, V, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CRIVELLARI, H. M. T.; ALVES, T. S.; FROTA, M. G. C. Arquivistas e Museólogos: uma reflexão crítica sobre o posicionamento destes profissionais na Classificação Brasileira de Ocupações. **INCID: Revista de Documentação e Ciência da Informação**, v. 8, p. 46-67, 2017.

DAMASCENO, W. M. F. A situação dos museólogos brasileiros: uma análise sobre trabalho e precarização. In: VI SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DA UFPR, 6, 2015, Curitiba. **Anais...Grupo de Trabalho 04 –trabalho e sindicalismo**, 2015. p. 01-17. Disponível em: http://www.e-democracia.com.br/sociologia/anais_2015/pdf/AN4B.pdf. Acesso em: 04 fev. 2020.

[DAMASCENO, W. M. F.](#) Trabalho e precarização nos museus brasileiros: uma análise introdutória. **Cadernos de Sociomuseologia**, v.52, n. 8, p. 101-125, 2016.

DEDECCA, C.S. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de et al. (Org.). **Economia & trabalho: textos básicos**. Campinas: Unicamp, 1998. p. 95-111.

DOWBOR, L. Os pedágios em cada esquina: as consequências da financeirização da economia na vida cotidiana. **Carta Capital**, 01 jan. 2020. Especial, p. 54-57.

FREIRE, F. S.; [ALAUZO, J. L. C.](#); [SPUDEIT, D. F. A.](#) Competências e campos emergentes para atuação de bibliotecários. **Analisando em Ciência Da Informação**, JOÃO PESSOA, V. 5, N. 1, P. 81-102, JAN./JUN. 2017.

FREITAS, J. A. **Egressos do curso de museologia da Universidade de Brasília: atuação no mercado de trabalho (2013-2017)**. 2018. 70 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

GARCIA, L.; GONZAGA, L. L. Pesquisa de Emprego e Desemprego: trinta anos de acompanhamento do mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 127-140, Ago. 2014 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 dez. 2019.

IBGE. **PNAD: um registro histórico da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1967-2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94878.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2019.

JANNUZZI, P. M. Estatísticas e Políticas Públicas orientadas por evidências no Brasil: o caso das políticas de desenvolvimento social nos anos 2000. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 1, p. 37-54, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/2096>. Acesso em: 09 jan. 2020.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 4. ed. Campinas: Alínea, 2009.

JANNUZZI, P.M. Biblioteconomistas e outros profissionais da informação no mercado de trabalho brasileiro: 1980-1996. In: ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da informação, V, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

[OLIVEIRA, F. H.](#) A formação do arquivista na Universidade de Brasília e sua inserção no mercado de trabalho da Capital Federal. [Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação](#), Brasília, v. 4, n. 1, p. 72-92, jan./jul. 2011.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
PENA, A. S.; CRIVELLARI, H. M. T. Movimentação no mercado de trabalho do bibliotecário no Brasil. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 20., 2019, Florianópolis. **Anais do XX ENANCIB**. Florianópolis: UFSC, 2019. v. 20.

[PENA, A. S.;](#) [CRIVELLARI, H. M. T.](#) O Bibliotecário na Classificação Brasileira de Ocupações. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina, PR. **Anais do XIX ENANCIB**. Londrina, PR: UEL, 2018. p. 4157-4163.

PENA, A. S. et al. Elementos de comparação do emprego bibliotecário em tempos de crise. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, ECI, UFMG, 2014. Disponível em: <http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt6>. Acesso em: 07 ago. 2018.

PENA, A. S. **Reflexões críticas sobre aspectos produtivos e do trabalho na biblioteca universitária em tempos de crise: comparação Brasil, Espanha e Moçambique**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2015.

PENA, A. S. **A evolução do mercado de trabalho formal do profissional da informação no Brasil: um estudo a partir da RAIS/MTE, de 1985 a 2005**. 2007. 165f., il. Dissertação (Mestrado) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

PENA, A.S.; CRIVELLARI, H. M. T.; NEVES, Jorge Alexandre. O mercado de trabalho do profissional da informação: um estudo com base na RAIS comparando os anos de 1994 e 2004. In: ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da informação, 7, 2006, Marília. **Anais...** Marília: UNESP, 2006. 1 CD-ROM.

[SALES, J. A. et al.](#) Mercado de trabalho para bibliotecários no Brasil: mapeamento dos concursos públicos entre os anos de 2010 e 2015. [Biblionline](#), João Pessoa, v.12, n.1, p. 26-37, 2016.

[SANTOS, G. N.;](#) [BARBALHO, C. R. S.;](#) [SANTOS FILHA, R. D.](#) Mercado de trabalho para arquivista: um estudo da demanda no setor público em Manaus. [Analisando em Ciência da Informação](#), João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 68-87, jan./jun. 2015.

LABOR MARKET FOR LIBRARIANS, ARCHIVISTS AND MUSEOLOGISTS: AN ANALYSIS FROM CAGED DATA

***Abstract:** The article analyzes the labor market for librarians, archivists and museologists. It is based on the principle that statistics are fundamental for decision making in the scope of public policies in general. In this sense, the study defends the superiority of the methods of analysis of the labor market based on official statistics, contemplating both the Annual List of Social Information (RAIS) and the General Register of Employed and Unemployed (CAGED), which was used as a basis empirical analysis of the labor market for these culture and information professionals. From a methodological point of view, a quantitative approach was chosen, basically focusing on the aspect of job movement. With regard to librarians, it was noticed that their employment condition worsened, especially after the labor reforms, which, contrary to the propagated discourse, did not generate more hires for the category. Likewise, the archivists showed a significant number of dismissals. The museologists also, even with a positive jump in the last year of analysis, had greater hiring of outsourced work. As a final consideration, it is expected that this study will help in making decisions about the formation of these professions with a view to effectively reducing inequalities in access to culture, quality information and art in society.*

***Keywords:** Archivists. Librarians. Museologists. Labor market. CAGED*

**“O PROFISSIONAL AUDIODESCRITOR E A AUDIODESCRIÇÃO (AD)
COMO REQUISITO DE ACESSIBILIDADE A BENS CULTURAIS
PELAS PESSOAS CEGAS”.**

doi: 10.47930/1980-685X.2020.1905

NOVAES, Denise Queiroz – dniseqn@hotmail.com
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Instituto de Ciências Humanas
Mestrado Profissional em Ensino.
Endereço PUCMINAS: Rua Dom José Gaspar, 500.
Coração Eucarístico – CEP 30535-901.
Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil.

Resumo: *A audiodescrição (AD) é um recurso de acessibilidade a informações visuais, principalmente voltado a pessoas cegas ou com baixa visão. Discute-se, neste trabalho, a necessidade de disponibilizar esse recurso em museus, de modo a ampliar as possibilidades de interação desse público, com vídeos e com propostas de videoinstalações, hoje muito comuns em grande parte desses espaços de memória. Foram utilizadas como referências, as propostas metodológicas para a elaboração dos roteiros de AD de Payá (2007; 2010); Jimenez-Hurtado (2007) e Jimenez-Hurtado; Rodríguez; Seibel (2010); além de Snyder (2017). Foi proposto um roteiro de AD para dois vídeos que compõem uma videoinstalação, que integra o acervo do Museu de Artes e de Ofícios (MAO), Belo Horizonte/MG. No intuito de contribuir para as discussões sobre a metodologia de elaboração de AD, foi comprovada a necessidade de conhecimento sobre a temática dos vídeos a serem audiodescritos, feita em pesquisa paralela à formulação do roteiro em si, de forma a compreender o cenário e decidir sobre as melhores escolhas lexicais e semânticas que irão melhor expressar, em palavras, o que é percebido pela dimensão visual. Conclui-se que a AD de vídeos pode possibilitar a inclusão de pessoas cegas em espaços museais que se utilizem de vídeo e videoinstalações, ampliando a fruição estética dessas propostas interativas, garantindo o direito constitucional de acesso de todos aos bens culturais.*

Palavras-chave: *Tradução Audiovisual Acessível. Audiodescrição de filmes. Museu.*

1 INTRODUÇÃO

O interesse pela audiodescrição (AD) nasceu pela oportunidade de desenvolver ações inclusivas em prol da pessoa cega, especialmente quanto à acessibilidade aos bens culturais, em Museus e Galerias de Arte, por exemplo. Pretende-se, aqui, demonstrar a necessidade de investimentos na formação de profissionais, competentemente preparados para compreender as necessidades de autonomia da pessoa cega e, dessa forma, permitir o acesso igualitário a todos os visitantes, oferecendo recursos, como a audiodescrição, entre outros.

Muito se fala sobre a necessidade de investir em recursos de para acessibilidade de pessoas cegas em museus. Sarraf (2015) fez um levantamento das condições de acesso das pessoas com deficiência em espaços culturais, no Brasil e no mundo, tomando a comunicação sensorial como estratégia de mediação acessível. Segundo a autora, o museu tem como sujeito e objeto o homem e seu ambiente, sua história, ideias e aspirações. Com a democratização do acesso à cultura, os antigos museus deram origem aos espaços culturais, que propõem novas formas de preservação do patrimônio, de forma mais participativa e dinâmica, “centrada no pertencimento e criação de múltiplos sentidos para os visitantes” (p.46). No entanto, um dos principais desafios dos espaços culturais é a formação de público, uma vez que a comunicação é eminentemente visual, baseada na dimensão expositiva. Sarraf afirma que a partir da segunda metade do Século XX, observa-se todo um movimento de integração que considera desde o contexto de coleta do objeto à associação a recursos audiovisuais, contemplando uma dimensão “plurissensorial”. Já na segunda metade do Século XXI, segundo a autora, os espaços culturais passaram a se preocupar com a inclusão de outros públicos, pois esses locais apresentavam dificuldades tanto físicas (infraestrutura) quanto cognitivas a visitantes com alguma deficiência. Ela demonstra que já temos bons exemplos de museus que buscam investir nas estratégias de acessibilidade e comunicação sensorial que mesclam “o antigo e o contemporâneo de forma harmoniosa e inclusiva”, beneficiando todo tipo de público. Entre eles, cita o Museu Afro Brasil (SP), com o Programa “Singular Plural”, que oferece experiências táteis, recursos auditivos, informações em Braille e interpretação em Libras; o Museu de Arte Moderna (MAM/RJ), o Museu do Futebol e o Museu da Língua Portuguesa (SP) entre outras instituições, inclusive fazendo menção ao Museu de Artes e de Ofícios (BH/MG), *locus* desta pesquisa, como um museu fisicamente acessível em todas as suas dependências, que oferece um programa de visitas sensoriais, citando, inclusive, as ambientações e “instalações auditivas”, para as quais propomos aqui um roteiro de AD.

Segundo Alves (2018), pessoas com deficiência visual, em visita a museus e/ou exposições de artística visuais, podem ter acesso a audioguias gravados, pelo qual o visitante escuta a descrição das obras e percorre, com autonomia, o espaço de exposição; ou, então, com um acompanhante, geralmente um educador, que complementa as informações necessárias e realiza, quando for o caso, a audiodescrição da obra. Infelizmente, são ainda escassas as exposições que disponibilizam esses recursos. Muitas vezes, apenas algumas obras são audiodescritas ou disponibilizam a versão tátil desta. A autora reitera que

Às vezes, uma obra tem audiodescrição e outra a versão em maquete tátil, sem o apoio de descrições verbais do que está sendo tocado, o que não seria o mais adequado, já que a união dos sentidos tornaria a apreciação da obra mais completa e interessante (p.85).

Santiago Vigata (2016) já afirma que, além dos recursos, tecnológicos ou não, é necessário investir na formação de profissionais para dar o necessário suporte ao visitante cego. As pesquisas demonstram que a interação do usuário com o profissional audiodescritor traz benefícios à experiência estética, uma vez que podem ser feitas perguntas, em tempo real, de modo a esclarecer percepções e/ou complementar lacunas de compreensão. Permite ir além de uma AD gravada e promove o encontro. Por outro lado, questiona-se onde fica a autonomia desse visitante?

Santiago Vigata (2016) realizou visitas em museus de Madri, na Espanha. A autora visitou cinco diferentes museus, com recursos de acessibilidade diferentes. Ela observou o trabalho dos educadores e as reações dos visitantes cegos. Relata experiências de sucesso nas quais houve a percepção tátil, mediada pelo educador e, em alguns casos, inclusive associada à AD. Em conversas com os visitantes cegos e utilizando as categorias de interpretantes de Peirce (1999, apud SANTIAGO VIGATA, 2016), a autora demonstrou que a interação entre a fala e as percepções pode ampliar a fruição estética. Na visita ao Museu do Prado, Santiago Vigata relata que, em uma exposição dedicada ao público cego, composta por seis obras reproduzidas, foi disponibilizado o audioguia, no momento da experiência tátil. Os resultados mostraram que a maior parte dos usuários conseguiram compreender as obras, porém a autora reitera a importância do profissional do museu que acompanhou todo o processo, considerando ser este um diferencial. Já no Museu Reina Sofia, numa exposição de esculturas, voltada a percepções mais abstratas, os visitantes cegos exploraram as obras, a partir das descrições feitas pela educadora do museu. Segundo a autora, esse museu pretende incluir uma pessoa cega na equipe de educadores, para atuar em parceria com o audiodescritor. Mas, nem todos os museus disponibilizam os audioguias, como é o caso do Museu Thyssen-

Bornemisza que, segundo Santiago Vigata, prefere centrar a acessibilidade na figura do educador do museu, que acaba dando contornos narrativos à visita. A autora ainda relata a visita ao Museu Sorolla, onde os usuários cegos recebem diagramas táteis como material de apoio e podem explorar réplicas em azulejo, o que pode promover uma experiência háptica mais significativa. Por fim, ela relata a visita ao Museu Tiflológico, dedicado à pessoa cega, que contém salas com maquetes de monumentos arquitetônicos, outras com obras plásticas de artistas cegos e uma com material tiflológico, com informações em áudio, em tinta com fonte ampliada e em Braille. Nesse museu, não havia guia e os visitantes observados pela autora realizaram livremente a visita, podendo tocar as obras livremente, sem restrições, o que produziu neles certa satisfação.

O objetivo principal deste trabalho foi demonstrar a importância da audiodescrição de vídeos em museus, especialmente em videoinstalação, que tem sido ferramenta frequentemente utilizada (neste e em outros espaços culturais), com o propósito de ampliar o campo perceptivo dos objetos expostos, dando e/ou sugerido movimentação. Decorre daí a necessidade de capacitação profissional nessa área, pois há grandes desafios ao propor AD's que possibilitassem a fruição estética do visitante cego perante esse cenário, auxiliando-o na conexão do vídeo com os materiais reais ali expostos. Agregando esse recurso, espera-se ampliar as relações de significado do espectador e viabilizar sua interação em ambientes que utilizem vídeos como elemento complementar da exposição física.

2 AUDIODESCRIÇÃO - TRADUÇÃO AUDIOVISUAL ACESSÍVEL

A audiodescrição (AD) é um recurso de acessibilidade a bens sociais, culturais, didáticos e informativos de modo geral, que inclui uma locução adicional a fim de traduzir em palavras os elementos visuais que constam em filmes, programas televisivos, entre outros. Trata-se de um direito garantido por lei (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146/2015) para pessoas cegas e pessoas com baixa visão (Pessoas com Deficiência Visual - doravante PcDV); no entanto, ainda assim é pouco considerado pelos grandes equipamentos de mídia no Brasil bem como pelos órgãos públicos fiscalizatórios. Porém, felizmente, observa-se um número crescente de pesquisas acadêmicas na área, o que tem alterado significativamente o cenário atual de inclusão social e gerado produtos culturais acessíveis.

Araújo (2017) ressalta que as produções que apresentam elementos visuais harmonizados ao áudio bem como imagens estáticas como pinturas e esculturas, objetos, fotografias podem ser descritos. Dessa forma, temos diferentes tipos de AD que se definem pelo modo de percepção da obra em foco. Há audiodescrições que são previamente elaboradas com roteiros, gravadas e disponibilizadas junto às obras, como no caso das pinturas ou de filmes; há ADs realizadas ao vivo (com ou sem roteiro pré-definido), como acontecem nos espetáculos teatrais ou em programas transmitidos ao vivo, como nos jogos de futebol. Como nosso objeto de estudo são vídeos que compõem uma videoinstalação em museu, vamos focar nas ADs de filmes.

É importante ressaltar que a AD situa-se como uma das subáreas dos Estudos de Tradução. Trata-se de uma das modalidades de Tradução Audiovisual (TAV), que estão voltadas ao âmbito da comunicação e que envolvem produções em meios audiovisuais, como as traduções entre línguas diferentes. Por estar direcionada ao público com deficiência sensorial, no nosso caso, as pessoas cegas, a AD configura-se como uma das modalidades de Tradução Audiovisual Acessível (TAVa). No caso das pessoas surdas, temos, por exemplo, a legendagem para surdos e ensurdecidos bem como a interpretação em Libras.

A AD possui, portanto, um caráter narrativo, tanto com relação à descrição das imagens quanto à correlação com os elementos verbais disponíveis. Segundo Mascarenhas (2016), ao se considerar o aspecto narrativo da linguagem audiovisual da obra, o audiodescritor amplia o campo de possibilidades ao preparar o roteiro de uma AD, contribuindo, assim, para ampliar as margens de compreensão e fruição de determinada obra. A autora afirma, ainda, que isso pode possibilitar a “reconstrução audiovisual”, pois alternam-se diversas variantes como as mudanças de plano, por exemplo, que podem interferir na compreensão lógica da narrativa. Um produto audiovisual é quase sempre muito dinâmico e exige a recriação de imagens em movimento. Nesse sentido, Mascarenhas postula que, inicialmente, o reconhecimento do gênero de texto pode contribuir para o processo, pois, apesar de reconhecer a questão da dinâmica dos modelos, auxilia o alcance pelas marcas estruturais de cada gênero. A condução musical de um filme de suspense é certamente diferente de uma comédia. Sendo assim, poderíamos também considerar que a TAVa está relacionada aos campos dos Estudos Fílmicos, pois refletir sobre a conexão entre elementos da produção cinematográfica com aspectos tradutórios, traz direcionamentos importantes para o produto final acessível.

Na busca pelo estabelecimento de parâmetros para orientar o trabalho de *um profissional audiodescritor*, investindo, cada vez mais na qualidade do produto a ser disponibilizado aos

PcDV, são referências as propostas de Jimenéz-Hurtado, Rodriguez e Seibel (2010) e Payá (2010).

Jimenéz-Hurtado (2007) e Jimenéz-Hurtado, Rodriguez e Seibel (2010) desenvolveram uma análise descritiva baseada em corpus constituído de mais de 200 roteiros de audiodescrição, na qual utilizaram três parâmetros a serem considerados na estrutura narrativa de um filme: narratológico, cinematográfico e linguístico. No nível narratológico, entre elementos a serem considerados no roteiro, os autores propõem, inicialmente, a descrição de elementos visuais verbais: créditos iniciais e finais; legendas; letreiros, que identificam e situam a produção. A seguir, orientam para a descrição de elementos visuais não verbais, a saber: personagens; ambientação; ações, de modo a contextualizar a cena enunciativa. Na descrição dos personagens, são considerados os seguintes aspectos: na apresentação, há que se descrever os atributos físicos como: idade, etnia, aspecto, vestuário e Linguagem corporal; os estados emocionais positivos como: alegria, ânimo, serenidade, ternura; e os negativos como: tristeza, desânimo, desesperança, ira, medo. Além disso devem ser descritos os estados físicos e os estados mentais, pois sabemos que muitas dessas reações estão intimamente ligadas a expressões faciais e corporais inacessíveis ao PcDV. Quanto à ambientação, são elementos da descrição do cenário a localização: Espacial - interior e exterior, e temporal, e a distribuição de elementos. Também são descritos os adereços, a iluminação e a cor. Por fim, a descrição das ações propriamente ditas.

Já no nível cinematográfico ou da linguagem da câmera, as autoras indicam a descrição dos recursos empregados pelo diretor do filme para contar a história como o enquadramento e a montagem. No enquadramento, temos a variação dos tipos de plano em estáticos e com movimento. Entre os estáticos, temos a escala: plano detalhe, primeiro plano, plano médio, plano americano, plano inteiro, plano geral, plano geral distante; com referência à angulação e à perspectiva, temos as seguintes dimensões: o picado - quando a câmara está posicionada acima do seu objeto, o zenital - no qual a câmara é colocada no alto do cenário, apontando diretamente para baixo, o contrapicado - em que a câmara colocada abaixo do objeto faz com que o espectador veja a cena de baixo para cima, o nadir - câmara posicionada inteiramente abaixo do assunto, com ângulo perpendicular ao chão, e a vista aérea; e quanto à localização da câmera, temos: no solo, a partir de um objeto, dentro de um objeto, plano subjetivo, quando a câmara assume um dos personagens, passando a comportar-se segundo seu ponto e vista e seus movimentos. No enquadramento com movimentos, temos os movimentos puros: o

travelling - câmera se aproxima, ou se afasta, com movimentos da esquerda para a direita (ou vice-versa) ou de cima para baixo (ou vice-versa); o varrido - imagens que se recolhem rapidamente, linhas de fuga que aparecem ante à câmera; o zoom - movimento de câmera para a frente ou para trás. Além dos movimentos puros, temos os movimentos combinados e os efeitos especiais.

Nesse nível, agregamos, também, as pesquisas sobre a transformação da linguagem *cinematográfica* em *linguagem verbal* de Payá (2007 e 2010), que indica 03 planos: o plano geral em que o ambiente é o elemento principal da descrição, do próprio cenário, da localização (espacial e temporal, os objetos cênicos, a iluminação e as cores); o plano americano no qual os personagens são apresentados da cintura para cima, cuja narração do enredo, envolve a ação, a descrição de personagens e da ambientação; e o primeiro plano ou personagens em close, quando há a análise dos estados emocionais, físicos e mentais desses personagens. Payá sugere que a descrição de cenas deve partir dos elementos maiores e, depois, para os menores, os que se movem e os estáticos.

Ainda no nível cinematográfico, temos entre os modos de filmagem: câmera na mão; imagem acelerada e câmera lenta. No âmbito da fotografia: lentes/focos especiais, filtros de imagem, profundidade de campo'. Já na montagem, há que se considerar as transições: fundidas - preta, encadeada, ou colorida, cortinas; os ritmos da montagem: acelerado, desacelerado; e usos da montagem: plano contraplano, montagem alternada, montagem paralela, montagem interna, tela repartida, flashback, flashforward. Um terceiro aspecto seria o nível gramático-discursivo relativo aos recursos linguísticos usados na descrição.

Portanto, há que se considerar que cada um desses elementos apontados, podem interferir em toda compreensão da obra e devem ser analisados pelo profissional audiodescritor, de modo que seu trabalho se aproxime ao máximo da leitura dos recursos apresentados acima, para não se distanciar do propósito da direção da obra. Cabe ainda lembrar, que cada escolha feita implica um efeito de sentido proposto e esperado produtor/autor/diretor. Ressalta-se aqui o ponto de vista de Payá (2010), quando sugere que o audiodescritor conheça o processo de produção que une filme e filme audiodescritor, para analisar a linguagem da câmera, com foco na tradução dos elementos visuais em um discurso “verbal, organizado e especializado”.

Segundo Farias (2016), o discurso fílmico, com foco numa abordagem teórica, possibilita dois olhares: o primeiro que busca explicar a constituição temática do filme, tendo em vista o

conteúdo; o segundo, que conduz ao entendimento da obra sobre o viés da linguagem cinematográfica, considerando os elementos que o compõem. Tendo em vista a necessidade de uma análise mais detalhada, Faria lembra dos cuidados para não nos afastarmos da beleza poética do filme. Por outro lado, compreender e refinar o olhar técnico sobre a obra, certamente, contribui para ampliar a fruição da poética do filme. Assim, quero tratar, como a autora, a linguagem técnica com a aura poética, pois “...o cinema essencializa os poderes da imagem e do movimento, de forma a conferir-lhes uma transcendência estética” (p.22).

Entre as pesquisas desenvolvidas no Brasil, nessa área, destaca-se o Grupo Legendagem e Audiodescrição (LEAD-UECE). Benvenuto e Lima (2017) ressaltam, por exemplo, a importância do refinamento desse olhar sobre detalhes da condução da narrativa cinematográfica, que são fundamentais para a fruição estética da obra em si, detalhando aspectos técnicos da linguagem cinematográfica. Além disso, os autores demonstraram uma prática de audiodescrição do filme “Branco Elefantes”, filme produzido por Profa. Sara Benvenuto, que propiciou visualizar a aplicação do modelo dos modelos de análise acima referenciados (JIMENÉZ-HURTADO; RODRIGUEZ; SEIBEL, 2010; PAYÁ; 2010). Aderaldo (2017) focou sua pesquisa nas reflexões sobre as condições de acessibilidade de museus de arte. A autora propôs um modelo semiótico para leitura de imagens artísticas bidimensionais, baseado em O’Toole, que contempla em forma de perguntas, as 03 (três) funções comunicativas: Modal (responsável pela natureza das relações de quem vê e daquilo, ou quem, é visto; Representacional (responsável pelas representações visuais dos eventos, objetos e participantes envolvidos) e composicional (responsável pela estrutura e formatação coesa do texto visual). Aderaldo (2017) também contempla a elaboração dos roteiros, propondo uma sequência operacional que se inicia com o *audiodescritor roteirista* e segue com o *audiodescritor revisor*, pessoa com deficiência visual (PcDV), que, após análises críticas, definem o roteiro final e o submetem à análise do público PcDV. Partindo para a operacionalização formal do trabalho de audiodescrição, Seoane (2017) afirma que “o primeiro passo para a elaboração de um roteiro de filme é assistir a obra que será audiodescrita” (p.26). Trata-se de uma percepção genérica da obra como um todo, que nos permite compreender o enredo do filme de modo a subsidiar as escolhas a serem feitas na elaboração do roteiro. Certamente será necessário assistir outras vezes, para conferir as descrições feitas bem como sua adequação. A autora também recomenda que a revisão do roteiro seja feita por outro audiodescritor com o auxílio de *um consultor deficiente visual*. No entanto, ressalta que a AD nem sempre agrada a todo o público. “Algumas PcDVs vão

preferir uma audiodescrição mais detalhada, já outras audiodescrições mais sucintas e objetivas” (p.29). Nesse sentido, reitera a importância do consultor que pode validar a AD proposta, enquanto usuário, quanto à qualidade e à eficiência de um produto.

A maior parte das pesquisas já publicadas discutem a acessibilidade de modo geral, com grande foco na estrutura física, o que já consideramos um grande avanço na conscientização das instituições culturais. No tocante à AD como recurso de acessibilidade para pessoas cegas em espaços culturais, podemos afirmar que ainda estão bastante incipientes as abordagens científicas, o que torna esse campo fértil para novas produções nesse campo de pesquisa.

É importante frisar que uma AD de objetos expostos em museus cumpre uma função dupla que se aproxima da AD didática, numa dimensão educacional, pois, além de ampliar o campo da fruição artística, como qualquer AD de filmes ou de uma obra de arte, como uma pintura, por exemplo, possui um propósito didático e instrutivo para formação de público. Um museu não é uma galeria de arte, uma vez que os objetos nele expostos têm um objetivo narrativo e histórico, e não apenas de exibição de obras individuais (ou não) de um determinado autor ou de uma escola artística. Por isso é necessário que uma AD de acervos de museus contemple o aspecto pedagógico, pois muitas pessoas vão a esses espaços para aprender, haja vista a frequência das escolas, que os utilizam como oportunidades de estudo.

Por cumprir essa dupla função, didática e estética, as escolhas lexicais são tão importantes e definem o grau de assertividade e, até mesmo, de acessibilidade ao material em foco. Os espectadores precisam conhecer, por exemplo, a terminologia específica empregada na época em foco ou mesmo os nomes dos objetos que ele não conhecia. Essas escolhas certamente irão interferir no modo de compreensão das pessoas, assim como acontece em qualquer processo de tradução. Porém, no foco desta pesquisa, com a especificidade de não haver a percepção visual pelo espectador cego, o processo tradutório implica um grau descritivo mais amplo, um cuidado mais refinado com as escolhas das palavras. Por outro lado, não podemos prescindir da possibilidade de ensinar algo novo, terminologias específicas sobre aquilo que está sendo mostrado, objetos e ações ali representados.

Ressalta-se, ainda, que a plasticidade linguística na estabilização de um conceito demonstra como os repertórios lexicais do sistema linguístico são ilimitados. No entanto, a delimitação de campos lexicais pode evidenciar traços de sistematicidade que permitem a formação de redes semântico-lexicais, que denotam regularidades para a viabilização da comunicação

pretendida. A terminologia em si compreende os termos técnico-científicos, representando o conjunto das unidades lexicais típicas de uma área científica, técnica ou tecnológica. Podemos afirmar que a terminologia agrega tanto as questões relativas à natureza do léxico especializado quanto o seu papel nas comunicações profissionais; além de contemplar, conseqüentemente, as ações pragmáticas no manejo e controle dos termos técnicos, vinculadas ao ideal de padronizar a comunicação profissional, bem como nos universos das ciências, das técnicas e das distintas atividades de trabalho profissional. Esse tipo de léxico temático, como um componente linguístico, realiza suas funções essenciais: a de representação e a de transmissão do conhecimento especializado. Nesse sentido, a terminologia cumpre, então, um papel auxiliar na solução das ambigüidades e nas questões de polissemia, comuns no léxico geral da língua, em busca de uma precisão conceitual. (NOVAES, 2009).

3 CONTEXTO DA PESQUISA

Em visita ao Museu de Artes e Ofícios (MAO), em Belo Horizonte/MG, sob olhar da inclusão, observamos como ele está pouco acessível à pessoa cega. Trata-se de um museu cujo acervo apresenta a história de profissões, “ofícios” tradicionais do Estado de Minas Gerais, expondo os utensílios utilizados em serviço. Esse Museu já oferece tablets como audioguias, com fones de ouvido; porém a informação desses audioguias não está disponível para todas as peças expostas, apenas para aquelas que estão sinalizadas com um círculo laranja, com o desenho de um fone de ouvido branco e o número correspondente.

Ao avaliar as condições de acessibilidade nesse espaço, observei que, além da limitação de informações sobre as obras nos audioguias, havia alguns vídeos da sala do 2º andar, sem nenhuma forma de audiodescrição. Esses vídeos são exibidos de 30 em 30 min, sobre um artefato de trabalho, nesse caso, um tear. A proposta dos vídeos é simular o profissional trabalhando, por isso contêm profissionais em serviço (por exemplo, as fiandeiras tecendo), sem falas, e sem nenhum tipo de descrição de imagens. É um belíssimo espetáculo que passa completamente despercebido pelo visitante cego. O acesso somente ao som, mesmo que sobre o ofício real, não traduz toda beleza e expressividade do cenário nem do profissional em seu ofício. Dessa forma, sem um mediador, a pessoa cega teria acesso apenas aos sons, e, certamente, teria que adivinhar a proposta do referido cenário laboral.

Vislumbrei, então, a partir desse cenário, possibilidades de contribuir para a acessibilidade desses vídeos, com uma audiodescrição (AD), por exemplo. Segundo o pessoal de apoio do museu, há dois educadores que acompanham os visitantes cegos, complementando as informações sobre os objetos em exposição e relatando suas histórias. Eles acompanham o visitante durante todo o percurso, pois o Museu ainda não dispõe de piso tátil com trilhas para autonomia do visitante cego. Saí do Museu com a percepção do quanto precisamos alcançar em termos de acessibilidade para os visitantes cegos em museus.

Esse museu (Fig. 01) foi aberto ao público em janeiro de 2006 e ocupa um belíssimo edifício histórico, da Estação Ferroviária Central de Belo Horizonte, totalmente restaurado, na Praça Rui Barbosa, conhecida como “Praça da Estação”. O complexo abrange dois prédios antigos, de rara beleza arquitetônica, tombados pelo patrimônio público. Desde julho de 2016, o SESI-MG, entidade do Sistema FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais passou a administrar o Museu de Artes e Ofícios. O slogan do museu é “A história da indústria começa aqui. Memórias e histórias de quem produz.”. O MAO preserva a história do trabalho e dos trabalhadores, revelando toda a riqueza da produção popular, os “fazeres”, os ofícios e as artes que deram origem a algumas das profissões contemporâneas bem como à indústria de transformação em Minas Gerais. Entre esses antigos ofícios de setores tradicionais como a mineração, lapidação e ourivesaria, alimentício, tecelagem, energia e curtumes.

Figura 1 – Fachada do Museu de Artes e de Ofícios.



Fonte: Site do MAO¹.

O MAO abriga um importante acervo que apresenta o universo do trabalho, das artes e dos ofícios no Brasil, promovendo a valorização da história da indústria mineira e de seus traba-

¹ <https://www.mao.org.br/conheca/acervo/>

lhadores. Possui mais de duas mil peças, entre objetos, ferramentas, máquinas e equipamentos, instrumentos e utensílios de trabalho do período pré-industrial brasileiro. Essas peças, individualmente ou em conjunto, permitem aos visitantes uma identificação com o universo do trabalho ali referenciado. Os objetos, além de remontar as origens dos processos fabris, revelam, ainda, a capacidade artística e criativa do homem, quando ele desenvolve um objeto para suprir uma necessidade de trabalho, com arte e sensibilidade, demonstrando a convergência entre as artes manuais, o artesanato e a manufatura.

Encontra-se adaptado para receber cadeirantes e idosos (rampas, elevadores e plataformas elevatórias), e instalações adaptadas (banheiros e bebedouros). Oferece maquete do Museu e entorno, algumas peças do acervo disponíveis para toque, etiquetas informativas, folder de visitação em Braille e monitoria especializada para pessoas com deficiências auditivas e visuais.

4 ROTEIRO PARA AUDIODESCRIÇÃO

O corpus utilizado para proposição de AD foram 02 vídeos que fazem parte do acervo do 2º. Prédio (2º. Andar). Trata-se de um amplo salão em que estão expostos os “Ofícios da Conservação e Transformação dos Alimentos” e os “Ofícios do Fio e do Tecido”. No nicho dos Ofícios da Conservação e Transformação dos Alimentos, o visitante pode apreciar diversos utensílios empregados na culinária mineira, entre eles, alguns que mostram como era feita a farinha de mandioca, o queijo mineiro, entre outros alimentos, bem como pode visualizar uma cozinha montada com o fogão de lenha e demais artefatos para o cozimento. Foi selecionada para acessibilização e análise, a parte dos “Ofícios do Fio e do Tecido”, pois a costura tinha um caráter artesanal, que ainda se mantém em algumas cidades mineiras típicas de produção artesanal. Na parte central desse salão, quase em frente à escada de acesso, há um telão que se abre de 30 em 30 minutos para exibição de vídeos, com trilha sonora, sem falas. Ao todo são três vídeos: o primeiro é projetado dentro de um tacho no qual é apresentada a sequência de produção de comidas típicas mineiras (esse vídeo compõe o ambiente, porém não foi foco desta pesquisa). Após 3 minutos de exibição no tacho, inicia-se o *vídeo central* no referido telão no qual é apresentada a sequência de produção do fio de algodão no tear. Essa exibição dura em média de 5 minutos, no entanto, nos 3 últimos minutos desse vídeo, inicia-se uma projeção concomitante sobre o tear exposto no ambiente (*vídeo sobre o tear*), como se a ima-

gem projetada desse vida e movimento a esse equipamento de produção do tecido. É um belíssimo espetáculo! Este, então, foi o nosso desafio, traduzir a beleza audiovisual.

Importante, ainda, ressaltar que os 03 vídeos compõem uma videoinstalação. O conceito de videoinstalação está relacionado a uma forma de expressão, uma linguagem que integra o espaço como ponto de partida da estrutura narrativa, combinando a tecnologia de vídeo com instalação, utilizando os aspectos do ambiente à sua volta sensibilizar o público e ampliar a fruição estética. O vídeo cria, portanto, um ambiente imersivo que transporta o espectador, portanto ocorre a expansão do plano da imagem para o plano do ambiente, ou vice e versa, expandindo a apreensão sensorial. Conforme a técnica utilizada, o telespectador pode se tornar parte da história como o personagem de um filme, ou mesmo, sua interação com o próprio espaço. As imagens luminosas e os sons (o vídeo) envolvem o visitante em uma configuração arquitetônica, em um tempo e um contexto designados (a instalação).

A videoinstalação reconhece espaço externo ao projetor do vídeo, como uma transição das peças em exposição para o vídeo, como vitrine da realidade social, do fazer artístico exibido. Esse recurso tem sido amplamente utilizado em diversos ambientes, especialmente galerias e museus. Caracteriza-se pela integração do ambiente, em diálogo com o espaço arquitetônico e os objetos ali expostos. Essa videoinstalação foi produzida pela Emvideo, sob a direção Bellini Andrade, na implantação do MAO (ANDRADE, 2005). A proposta foi dar movimento às peças dos ofícios, enfocando mãos e pés dos trabalhadores em ação.

O roteiro de AD aqui proposto foi norteado pelas categorias definidas por Jiménez Hurtado, Rodríguez e Seibel (2010) para as estruturas narrativas nos níveis narratológico e cinematográfico. Em primeiro lugar, os de nível narratológico (personagens, ambientação e ação) e cinematográfico (enquadramento e montagem). Foram elaboradas as AD's de 02 dos vídeos, e, em seguida, procedemos à reflexão sobre propostas interativas visuais em museus e os graus de acessibilidade. Por fim, foi efetuada uma análise de todo o processo com projeção de seus efeitos. Para a produção da AD foi utilizado o software gratuito de legendagem Subtitle Workshop (versão 2.51). Nele é possível ver o filme (som e imagem) que será audiodescrito e marcar o tempo de início/término (Time Code Reader - TCR) das descrições digitadas. A seguir, o roteiro gerado em txt, pode ser aberto em word para os ajustes e conferência. Consideramos importante, ainda, produzir um pequeno texto de “notas proemias”, de modo a contextualizar o visitante cego no processo de exibição do vídeo integrado ao ambiente. Trata-se de orientações que antecedem a AD, sobre aspectos que não

estão disponíveis ao espectador cego e que podem contribuir para sua autonomia na fruição estética sem, contudo, revelar a obra em si.

Segundo Snyder (2017), o objetivo das notas proêmias é fornecer informações que não poderão ser incluídas no momento da exibição. Elas abrangem “a descrição dos cenários com suas entradas, saídas, níveis, localização da mobília (...)” entre outros aspectos (p.116). O autor reitera que devem ser completas, detalhadas e organizadas, além de serem abrangente, oportunas e coerentes; não devem exceder “10 a 15 min”. Dessa forma, foi proposto seguinte texto que antecede as AD’s:

Na parte central deste salão de oficinas, quase em frente à escada de acesso, há um telão que se abre de 30 em 30 minutos para exibição de vídeos, com trilha sonora, sem falas. Ao todo são três vídeos: o primeiro é projetado dentro de um tacho no qual é apresentada a sequência de produção de comidas típicas mineiras, que não é foco desta AD. Após alguns minutos de exibição no tacho, inicia-se o vídeo central no referido telão no qual é apresentada a sequência de produção do fio de algodão no tear. Essa exibição dura uma média de 04 minutos, no entanto, nos 2 últimos minutos desse vídeo, inicia-se uma projeção concomitante sobre o tear exposto no ambiente, como se a imagem projetada desse vida e movimentação a esse equipamento de produção do tecido.

Trata-se do “Ofício de fios e do tecido”, no qual é apresentado o trabalho de transformação do algodão em tecido. Inicialmente, é descaroçado o algodão colhido, assim separando a pluma das sementes. Então essa pluma é esticada e colocada na roca de modo a se tornar um fio. O vídeo começa com essa pluma de algodão sendo desfiada e colocada num cesto.

É importante ressaltar que não aparecem “os rostos” das trabalhadoras, somente mãos e pés que transformam o algodão em tecido. Durante todo o vídeo, as cenas são acompanhadas de um fundo sonoro instrumental, repetitivo e progressivo.

O vídeo central exibe uma sequência de ações das etapas de transformação do algodão em tecido, desde a pluma que é separada da semente ao tecido no tear. Não há diálogos e a música que conduz a narrativa é repetitiva e progressiva, isto é, a cada sequência, um instrumento é acrescentado. As ações seguem, principalmente, a sequência do ato de tecelagem, as quais são seguidas por pequenos trechos de transformação do alimento, no corte para o preparo das comidas (cebolinha sendo picada, por exemplo), além do barro sendo moldado em peças. Nesse ponto são reiniciadas todas as etapas de transformação do algodão, foco principal do vídeo, e a sequência recomeça. É quando se inicia a projeção do vídeo sobre o tear, que sugere a movimentação do tear em exposição.

Foi necessário efetuar, ainda, uma pesquisa sobre o processamento do algodão, etapas e utensílios usados, para compreender a sequência proposta no vídeo. Além de vídeos, foram consultados artigos científicos sobre a atividade das tecelãs em Minas Gerais, entre eles o de Macedo (2003). A autora resgata todo processo de transformação, remontando suas origens

aos egípcios e ressaltando como ainda coexistem com a indústria têxtil, ainda hoje, a tradição das fiandeiras. Continua Macedo, “A fiação era bastante difusa nas antigas civilizações, mas os instrumentos utilizados resumiam-se a dois tipos: o fuso e a roca” (p.03). Temos, então, o segundo desafio, refletir sobre a escolha dos vocábulos mais adequados para expressar todo o processo, considerando-se, inclusive, a integração do equipamento em exposição com a linguagem cinematográfica. Diante disso, podemos afirmar que, além da fruição e da beleza estética, a AD aqui proposta também possui conteúdo informativo e enciclopédico.

Os termos “fuso” e “roca”, por exemplo, embora velhos conhecidos dos contos de fadas, são palavras específicas do universo da tecelagem. A “roca”, um dos equipamentos para enrolar os fios que é exibido no vídeo, não foi conceituado nas notas proêmias, pois acredita-se que a sequência de ações auxilia sua compreensão. Assim foi feito com o “descaroçador de algodão”, pois a própria nomeação em si permite a compreensão da função. No caso da palavra “cardar”, não encontramos um substituto. Cardar é o mesmo que desenredar ou “pentear” o algodão com “carda”, que se trata de uma ferramenta constituída de uma tábua com dentes de metal situados muito próximos uns dos outros. Então optamos pela seguinte estrutura:

- 1
00:00:00,403 --> 00:00:03,264
Mãos colocam plumas de algodão no cesto.
- 2
00:00:03,506 --> 00:00:09,401
Movimento de 2 pentes de metal cardando o algodão.
- 3
00:00:09,402 --> 00:00:16,264
Mãos que guiam o fio na roca em movimento.
- 4
00:00:16,264 --> 00:00:21,073
Plumas de algodão no cesto.
- (...)

O exemplo acima é apenas um dos muitos desafios para a produção do roteiro da AD. Observa-se que a compreensão do contexto da produção foca de uma AD e o alinhamento das escolhas linguísticas às dimensões técnicas do produto a ser acessibilizado e ao público alvo, além da percepção coesiva entre todos esses aspectos, demanda um significativo cuidado com a linguagem, na direção da excelência no processo tradutório. Consideramos que este seja um campo importante que merece avanços nas discussões científicas de modo ampliar o índice de acerto nos processos de recepção do espectador em foco.

Para o objeto de estudo deste trabalho, os vídeos da videoinstalação do MAO, podemos afirmar que a AD certamente ampliará as possibilidades de fruição estética das pessoas cegas

ou com baixa visão que visitam aquele espaço. Garante-lhes, ainda, o direito de acesso às informações da forma como foram disponibilizadas para todos seus visitantes, de maneira igualitária. No entanto, a sensação provocada não foi traduzida pela AD, porque espera-se que seja percebida a com a indicação da exibição do vídeo sobre o tear. Acredita-se que, para essa experiência da videoinstalação ser mais completa para a pessoa cega, seria necessário haver uma pequena maquete do tear para que fosse percebida a trama dos fios e a movimentação, bem como o tecido produzido.

De acordo com a autora Payá (2007, p.88), “o audiodescritor é um espectador das imagens cinematográficas e também um transmissor delas”. Para a autora, a descrição das imagens em palavras se trata de uma atividade intersemiótica e requer o processo inverso de um roteirista de cinema. Essa afirmação de Payá comprova a complexidade do trabalho de uma audiodescritor frente às escolhas lexicais que este deve efetuar na tentativa de traduzir uma imagem visual para um texto verbal. Então o audiodescritor entra como o profissional que fará a tradução do produto cinematográfico, que já se trata de uma primeira tradução intersemiótica, para a linguagem verbal, de modo a propiciar a fruição artística daquela obra por parte das pessoas cegas. Então teremos uma nova tradução intersemiótica que carrega consigo necessariamente o olhar desse profissional audiodescritor, antes de tudo, como um espectador, conforme afirma Payá.

Sabemos que toda tradução é uma atividade que abrange a interpretação do significado de um texto em uma língua, ou linguagem diferentes, como no nosso caso, tendo a linguagem cinematográfica como texto fonte; além da produção de um novo texto em outra língua, ou na mesma língua, porém entre modalidade diferentes, da linguagem visual para a linguagem verbal, como no caso da AD proposta neste trabalho. Como o desafio é transpor uma barreira sensorial, o objetivo do processo tradutório é facilitar o acesso àquela fonte de informação e entretenimento, antes inviabilizado. Portanto, a tentativa de exprimir o texto original do vídeo da forma mais exata possível na linguagem destino (na AD) implica em escolhas que nos conduzem à velha máxima: toda escolha resulta em algum tipo de renúncia. Sendo assim, optamos por não traduzir a sensação provocada pela exposição do vídeo no tear físico.

Partindo para a formatação final do roteiro, considera-se fundamental, além da referência ao início da projeção do vídeo sobre o tear nas notas proêmias, haver uma indicação dessa transição na passagem de uma AD para a outra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A audiodescrição, como forma Tradução Audiovisual Acessível (TAVa), tem contribuído de modo muito significativo para as discussões linguísticas relacionadas aos Estudo de Tradução. Além da dimensão da inclusão social, nos convida a pensar em outros fatores que norteiam os processos de compreensão de textos e/ou produção de sentidos, de todas as pessoas de modo geral. A partir de uma reflexão metalinguística, o objetivo de uma AD contempla fortemente a alteridade na comunicação, hoje foco de muitas pesquisas. No cenário, podemos afirmar que os Estudos de Tradução Audiovisual Acessível (TAVa), consubstancia-se como um campo muito fértil de discussão e de amplo trabalho.

Diversos estudiosos das metodologias de AD já apresentaram referenciais importantes para a elaboração dos roteiros para gravação das locuções a serem disponibilizadas nas instituições, alguns deles contemplados e utilizados como referenciais nesta pesquisa. Acreditamos que este trabalho possa contribuir para inspirar mais estudos sobre as melhores estratégias para a produção de roteiros de AD, bem como exponha a necessidade desse tipo de formação profissional de um audiodescritor para que tenhamos verdadeiras ações de inclusão aos bens culturais.

À medida que crescem as oportunidades de capacitação profissional de audiodescritores, mais e mais espaços, como os do MAO, poderão ser acessibilizados, trazendo esse público aos museus e aos mais diversos espaços culturais.

Agradecimentos

Agradeço à equipe do MAO que viabilizou o acesso e permitiu o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço aos professores da *Especialização em Tradução Audiovisual Acessível/Audiodescrição*, realizado pela UECE/UAB/CAPES.

REFERÊNCIAS

ADERALDO, M. F. **Audiodescrição de obras de artes visuais**. Fortaleza: UECE, 2017.

ALVES, Soraya Ferreira. **Audiodescrição de eventos ao vivo**. Fortaleza: UECE, 2018.

ARAÚJO, Vera L. S. **Audiodescrição: Aspectos teóricos e práticos da Audiodescrição**. Fortaleza: UECE, 2017.

ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago; NÓBREGA, Jéssica Barroso; SOUZA, Rayane Cavalcante. A recepção a dois roteiros de audiodescrição: AD ações ou AD detalhada? In: PONTES, Valdecy de Oliveira *et al.* **A tradução e suas interfaces: múltiplas perspectivas**. [S.l.]: CVR, 2015. p.131-149.

AUMONT, Jacques *et al.* **A Estética do filme**. São Paulo: Papirus, 1995. p. 38.

ANDRADE, Belini. **Videoinstalação: Ofícios da Conservação e Transformação dos Alimentos; Ofícios do Fio e do Tecido**. [S.l.]: Video Eventos Audiovisuais, 2005.

BENVENUTO, Sara M. A; LIMA, Paulo V. B.. **Cinema e Audiodescrição: um manual teórico-prático para audiodescrição de filmes**. Fortaleza: UECE. 2017.

DAVID, Jéssica; HAUTEQUESTT, Felipe; KASTRUP, Virginia. Audiodescrição de filmes: experiência, objetividade e acessibilidade cultural. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 24, n.1, p. 125-142, 2012,

FARIAS, Sandra Regina R. A poética da linguagem cinematográfica no estudo das audiodescrições do filme “Atrás das nuvens”. In: ADERALDO, M.F. *et al.* **Pesquisas teóricas e aplicadas em audiodescrição**. Natal: EDUFRRN, 2016, p. 14-48. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/22612>. Acesso em: 04 jul. 2017.

JIMÉNEZ HURTADO, C. **Traducción y accesibilidad: Subtitulación para sordos y audiodescripción para ciegos: nuevas modalidades de TAV**. Frankfurt: Peter Lang, 2007.

JIMÉNEZ HURTADO, C; RODRÍGUEZ, A.; SEIBEL, C. **Un corpus de cine: Teoría y práctica de la audiodescripción**. Granada: Ediciones Tragacanto, 2010.

MACEDO, Concessa Vaz de. **A produção artesanal de fios e tecidos em Minas Gerais: uma indústria feminina de vanguarda na economia mineira do século dezenove**. Belo Horizonte: CEDPLAR; UFMG, 2003.

MASCARENHAS, Renata de Oliveira. O gênero policial audiodescrito: um estudo comparativo das estratégias discursivas de dois roteiros para traduzir uma cena de suspense. In: ADERALDO, M.F. *et al.* **Pesquisas teóricas e aplicadas em audiodescrição**. Natal: EDUFRRN, 2016, p. 14-48. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/22612>. Acesso em: 04 jul. 2017.

NAVES, Sylvia Bahiense. **Guia orientador para acessibilidade de produções audiovisuais**. 2015. Disponível em: https://www.camara.gov.br/internet/agencia/pdf/guia_audiovisuais.pdf. Acesso em: 25 jul. 2017.

NOVAES, Denise Queiroz. **A hierarquia semântica de conceitos em Tesouros**. 2009. 128f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Católica de Minas, Belo Horizonte, 2009.

PAYÁ, M. P. La audiodescripción: traduciendo el lenguaje de las cámaras. In: JIMENEZ-HURTADO, C. **Traducción y accesibilidad: Subtitulación para sordos y audiodescripción para ciegos: nuevas modalidades de traducción audiovisual**. Frankfurt: Peter Lang, 2007, p. 81-92.

PAYÁ, M. P. Recortes de cine audiodescrito: el lenguaje cinematográfico en ‘Taggetti Imagen’ y su reflejo em la audiodescripción. In: JIMÉNEZ-HURTADO, C.; RODRÍGUEZ, A.; SEIBEL, C. **Un corpus de cine: teoría y práctica de la audiodescripción**. Granada: Tragacanto, 2010, p. 111-179.

SANTIAGO VIGATA, Helena. **A experiência artística das pessoas com deficiência visual em museus, teatros e cinemas: uma análise pragmaticista**. 2016. 121f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SARRAF, Viviane Panelli. **Acessibilidade em espaços culturais: mediação e comunicação sensorial**. São Paulo: EDUC FAPESP, 2015.

SEOANE, Alexandra Frazão. **Produção de Roteiros de Audiodescrição**. Fortaleza: [s.n.], 2017.

SNYDER, Joel. **Construindo imagens com palavras: Manual de treinamento abrangente e Guia sobre a História e Aplicações da Áudio-Descrição**. Tradução de Andrea Garbelotti. Recife: UEPE, 2017.

TELES, Vervanne Couto. **Audiodescrição do filme “A Mulher Invisível”**: uma proposta de tradução à luz da estética cinematográfica e da semiótica. 2014. 124f. Dissertação (Mestrado em Audiodescrição) – Universidade Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17127/1/2014_VervanneCoutoTeles.pdf. Acesso em: 12 ago. 2017.

***Abstract:** Audiodescription (AD) is a visual information accessibility feature, mainly aimed at blind or low-vision people. This work discusses the need to make this resource available in museums, in order to increase the possibilities of interaction of this public, with videos and with proposals for video installations, nowadays very common in these spaces of memory. The methodological proposals for the elaboration of the Payá AD scripts (2007; 2010) were used as reference; Jimenez Hurtado (2007) and Jiménez Hurtado; Rodríguez; Seibel (2010);*

besides Snyder (2017). An AD script was proposed for two videos that compose a video installation, which integrates the collection of the Arts and Crafts Museum (MAO), Belo Horizonte / MG. In order to contribute to the discussions about the methodology of elaboration of AD, it was proven the need for knowledge about the subject of the videos to be audiodescribed, done in research parallel to the formulation of the script itself, in order to understand the scenario and decide on the best lexical and semantic choices that will best express, in words, what is perceived by the visual dimension. It is concluded that the AD of videos can make it possible to include blind people in museum spaces using video and video installations, increasing the aesthetic enjoyment of these interactive proposals, guaranteeing the constitutional right of access of all cultural assets.

Keywords: *Audiodescription of films. Accessible Audiovisual Translation. Museum.*

OS “USOS DE SI” POR BIBLIOTECÁRIOS NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL EM ATIVIDADE DE TRABALHO APÓS FORMAÇÃO CONTINUADA EM CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

doi: 10.47930/1980-685X.2020.1906

SANTOS, Fabiana Pereira dos – fabiana.ufmg@gmail.com
Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação
Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha, Belo Horizonte - MG, 31270-901

Resumo: *Com imperativo tecnológico e informacional vivido na sociedade da informação, o mundo do trabalho tem passado por modificações. Assim, profissionais se veem com necessidades constantes de capacitação e formação continuada. Na área de informação e no funcionalismo público não ocorre de forma diferente. Com intuito de melhoria na prestação de serviços e valorização do profissional, o Estado incentiva e até formula instrumentos para facilitar a gestão da carreira dos servidores. Um dos instrumentos é o plano de carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005. É neste contexto que se insere o sujeito alvo desta proposta: Bibliotecários Técnicos Administrativos em Educação concursados. A pesquisa tem como objetivo investigar os “usos de si” feitos por estes profissionais em sua atividade de trabalho após formação continuada em cursos de pós-graduação stricto sensu. Este estudo se alicerçará em bases teóricas da ergologia. Justifica-se esta proposta pela importância de se estudar uma prática profissional que tem lastro histórico, está regulamentada e sedimentada no mundo do trabalho. Acredita-se que os profissionais bibliotecários utilizam estratégias para realizar renormalizações com o intuito de entender, driblar as deformações do meio e dar sentido às suas atividades. E que as formações continuadas em nível de mestrado e doutorado podem ser utilizadas como ferramentas que sustentarão e auxiliarão estas ações. Esses são postulados inspirados pela revisão teórica realizada. Eles se mostram importantes para o desenvolvimento da pesquisa empírica, que se propôs realizar junto a bibliotecários que atuam no serviço público federal.*

Palavras-chave: “Usos de si”, Profissional bibliotecário, Formação continuada, Atividade de trabalho, Ciência da Informação.

1 INTRODUÇÃO

Com a intenção de melhoria no exercício da função pública e aumento da eficácia nos serviços em geral, o governo lança mão de alguns instrumentos para facilitar a gestão dos serviços organizacionais. Um dos instrumentos utilizados para gestão dos recursos humanos é o plano de carreira. Através dele, os funcionários são encaixados em determinadas categorias, e podem conhecer quais as formas, instrumentos e meios de avançar na carreira. O plano de carreira para o servidor é interessante, pois apresenta desde a entrada deste sujeito no serviço público, o caminho e a possível evolução dentro da carreira e da organização. Para Schuster e Dias (2012, p. 7)

Após a investidura no cargo, o servidor tem um vínculo com a sociedade, prestando serviços a esta através da instituição ou órgão ao qual está lotado. O desenvolvimento deste passa a ser um investimento do governo para proporcionar retornos à sociedade em geral em prestação de serviços de qualidade, como ferramenta de gerenciar a qualidade e o desenvolvimento de seus recursos humanos, o Estado estrutura o plano de carreira de seus servidores, que o conhecem desde sua entrada em exercício, ficando sabendo de seus direitos e deveres, e as possibilidades de evolução.

O plano de carreira dos Técnicos Administrativos em Educação, instituído pela lei 11.091 de 12 de janeiro de 2005, está estruturado em níveis de classificação, com níveis de capacitação e padrões de vencimentos básicos. Além disso, existe ainda o incentivo à qualificação: quando é oferecido um percentual extra de remuneração a cada grau de graduação superior ao cargo que o servidor é concursado, para graduação, especialização *lato sensu*, mestrado ou doutorado. A partir deste plano, os órgãos administrativos definem as áreas afins para delimitação de cursos e capacitações válidas para este universo de funcionários.

E é neste contexto que se insere o sujeito deste: os Bibliotecários Técnicos Administrativos em Educação, mais especificamente, bibliotecários concursados que atuam em uma universidade pública no sudeste do Brasil. Estes indivíduos concluíram mestrado e/ou doutorado como formação continuada, e conseqüentemente obtiveram avanço na carreira.

2 APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

No Brasil, a regulamentação da atividade profissional do bibliotecário se deu na década de 1960, mais precisamente em 1962, com a sanção da Lei nº 4.084, que dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício.

Além da legislação que regulamenta o exercício da profissão, o Ministério do Trabalho e Emprego por meio da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO traz informações valiosas sobre as possibilidades de atuação do bibliotecário. A CBO, instituída pela Portaria Ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002, é o documento que nomeia, codifica os títulos e descreve as características e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. A CBO organiza as ocupações em famílias e o profissional bibliotecário está inserido na família dos profissionais da informação.

No Brasil, A CBO, a partir de 2002, identifica a família ocupacional de “profissional da informação” (código 2612) para aqueles com bacharelado em biblioteconomia e documentação e com cargos de bibliotecário, documentalista ou analista de informações (pesquisador de informações na rede). (PENA, 2015, p. 89)

A CBO pode ser considerada uma fonte importante para se ter como base às atividades das profissões. De acordo com Cunha e Crivellari (2004, p. 7) “a ocupação é conceituada como o conjunto articulado de funções, tarefas e operações, que constituem as obrigações atribuídas a um trabalhador, destinadas à obtenção de produtos ou serviços”.

A instituição a ser pesquisada tem em seu quadro funcional 144 vagas para o cargo de bibliotecário documentalista, sendo que 139 destas estão ocupadas. Os bibliotecários estão distribuídos em 25 bibliotecas setoriais que se vinculam tecnicamente à Diretoria da Biblioteca Universitária (órgão vinculado diretamente à Reitoria da universidade) e administrativamente às Unidades Acadêmicas, Escolas de Educação Básica e Profissional e órgãos suplementares em que se localizam.

Com a chegada e desenvolvimento de ferramentas tecnológicas o profissional bibliotecário, assim como muitos outros, tiveram que se apropriar dessas tecnologias e fazer constante uso das mesmas para gerir e facilitar suas rotinas laborais. Além disso, o imperativo de rápidas mudanças informacionais vivido na então conhecida sociedade da informação e do conhecimento exige que este profissional esteja em constante aperfeiçoamento e capacitação. No âmbito acadêmico, estas demandas são ainda mais exigidas do profissional, visto que a Universidade é um local de produção e reelaboração criativa de conhecimentos.

O atual contexto da Universidade também tem se caracterizado por mudanças tecnológicas, culturais e científicas muito rápidas, o que exige capacitações, habilidades e formações continuadas, bibliotecários sintonizados com a dinâmica da informação e capazes de agirem como mediadores no acesso às suas fontes, bem como prontos para atuarem também como educadores (SANTOS, 2015, p. 18).

No que tange ao aperfeiçoamento e formação continuada, a bibliografia é categórica ao afirmar ser de extrema necessidade uma continuidade nos estudos como forma de conhecer as novas ferramentas e tecnologias disponíveis (CRESPO, RODRIGUES; MIRANDA, 2006; PROSDOCIMO, OHIRA, 1999). Afirmam também que a educação continuada é uma forma eficiente de o profissional se manter competitivo e atuante em um mercado de trabalho cada vez mais concorrente (SILVA, PONTE, 2013; CRESPO; RODRIGUES; MIRANDA, 2006).

Muitos autores acreditam que esta premente necessidade de atualização e formação continuada é consequência das transformações ocorridas nas sociedades, principalmente pelo aumento substancial de informações registradas e disponíveis (MIRANDA, SOLINO, 2006; SILVA, PONTES, 2013; CRESPO; RODRIGUES; MIRANDA, 2006).

Assim, o desenvolvimento profissional dos bibliotecários tem se colocado como uma necessidade premente diante dos novos desafios surgidos no seu trabalho de mediação entre fontes e recursos de informação, cada vez mais ricos e variados; e sujeitos, cada vez mais diversos culturalmente em razão da ampliação das facilidades de acesso aos meios tecnológicos e ao ensino superior.

Faz-se importante pensar o sujeito trabalhador neste contexto, suas práticas e opções após a educação continuada, ponderar sobre o trabalho real, objetivos e consequências. Quais serão os possíveis ganhos e os custos para os sujeitos. Diante do exposto, a temática deste projeto, se desenvolve nos “usos de si” por bibliotecários em atividade de trabalho após formação continuada em cursos de pós-graduação *stricto sensu* e as renormalizações criadas por estes profissionais para dar sentido às suas atividades.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A sociedade da informação é marcada pelo acirramento do imperativo tecnológico e a ideia de um mundo globalizado. Alguns autores encontraram neste contexto a concepção de uma

sociedade do conhecimento, onde através da tecnologia seria possível acesso a uma ampla gama de informações e conseqüentemente a construção de conhecimentos. Porém, em diversas situações esta grande quantidade de informações não é processada e/ou acessada pelo sujeito, assim esta ligação entre tecnologia, informação nem sempre resulta em criação de conhecimentos. O grande número de informações, a noção de globalização também influenciou profundamente o mercado de trabalho. Para Lastres; Albagli (1999, p. 9)

Esse novo papel da informação e do conhecimento nas economias vem provocando modificações substantivas nas relações, forma e conteúdo do trabalho, o qual assume um caráter cada vez mais “informacional”, com implicações significativas sobre o perfil do emprego.

O modo como a informação é armazenada e disponibilizada alterou as formas de busca e uso de documentos. O desenvolvimento das tecnologias ampliou as oportunidades para o acesso à informação, à participação e ampliação de redes de ensino-aprendizagem. Com o avanço das TIC, a atividade das unidades de informação e bibliotecas que trabalham com organização e disseminação da informação foi bastante afetada. Para Silva (2004, p. 85)

Em razão das tecnologias emergentes aplicadas a sociedade, ocorrem impactos sobre as bibliotecas ou unidades de informação. Afinal, bibliotecas são organismos sociais prestadores de serviços públicos de informação. Caracterizam-se pela constante promoção de intercâmbio com a sociedade da qual sofre influência cultural, econômica científica e tecnológica.

O presente contexto de mudanças tecnológicas provoca a efemeridade de disposições técnicas e a necessidade do profissional bibliotecário sair do mundo fechado pelas paredes das bibliotecas, pois ele se vê dentro de um turbilhão de novas informações, processos e serviços que são criados e disseminados em grandes velocidades.

Cada tecnologia, de fato, afeta de maneira diferente o funcionamento do sistema bibliotecário e/ou modo como os usuários a ele reagem e se adaptam. A tecnologia deve ser compreendida como fator de mudanças para as bibliotecas, provocando novos estímulos e necessidades e alterando paradigmas estabelecidos ao longo do tempo. Ademais, a biblioteca, sendo um elo na cadeia de fluxo de informação, é mais afetada do que promotora delas. (SILVA, 2004, p. 85)

É visível então que, as últimas décadas trouxeram grandes invenções tecnológicas que marcaram profundamente a forma de se perceber o universo laboral na área de informação, bem como suas implicações na sociedade

As transformações que ocorreram, no mundo do trabalho, a partir das últimas décadas do século XX, afetaram a base constitutiva dos sistemas profissionais e, conseqüentemente, os seus sistemas de formação. Escolas, universidades, associações de classe e sindicatos discutem internamente com os seus pares, ou dialogam com outros ramos profissionais sobre as suas experiências, buscando nas saídas alternativas aquelas que melhor atendam ao corpo de profissionais de uma mesma categoria. (CRIVELLARI, 2003, p. 1)

Assim, com a chegada e desenvolvimento de ferramentas tecnológicas, o profissional bibliotecário, bem como muitos outros, tiveram que se apropriar destas tecnologias e fazer constante uso das mesmas para gerir e facilitar suas rotinas laborais. Silva (2004) ao comentar os efeitos e reflexos do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC na atividade bibliotecária, mais precisamente nas ações para aquisição e seleção de materiais, afirma que

Posicionamento em relação a conhecimentos tecnológicos, noções de direito e capacidade de negociação possibilitam o delineamento do novo perfil do bibliotecário para a atividade em foco. Entendemos, portanto, que os processos tradicionais de seleção e aquisição estão sendo afetados pelas inovações tecnológicas, tanto no que se refere a formatos dos materiais de informação como a sua divulgação por meio de redes eletrônicas. Ao bibliotecário cabe ampliar seus conhecimentos de informática, manuseio de produtos eletrônicos e formas de compreensão e negociação de contratos legais. Em suma, o bibliotecário caminha de uma realidade para outra. (SILVA, 2004, p. 95)

Porém, acredita-se que estas não foram as únicas mudanças. O atual imperativo tecnológico também pode ter modificado o atual mundo do trabalho e as formas de se trabalhar, alterado as dramáticas e conseqüentemente os meios e jeitos de se usar o “corpo si” em atividade de trabalho.

Para a Ciência da Informação e biblioteconomia enquanto campos de estudos que abarcam as transformações da sociedade rumo a uma suposta “era do conhecimento”, o mundo do trabalho, mais propriamente os que tratam das práticas relacionadas ao manuseio e uso da informação, tornam-se tema especialmente relevante. Neste contexto, a prática bibliotecária adquire destaque por conta de seu lastro histórico, que remonta à antiguidade, bem como de sua efetiva participação dentro da família ocupacional de “profissional da informação”.

É proposto estudar a atividade de trabalho real de bibliotecários e os “usos de si” a partir do ponto de vista da disciplina ergológica. A abordagem ergológica nasce da necessidade de pesquisadores universitários conhecerem a atividade do trabalho. Para os ergólogos, ninguém conhece o trabalho do outro sem se envolver com o mesmo. Para isso, foi fundamental incorporar o trabalhador nas pesquisas, bem como valorizar o saber dos mesmos. Para Cunha (2007, p. 8)

A perspectiva da abordagem ergológica do trabalho passa notadamente pelo face a face com esta **entidade enigmática** denominada *corpo si*. Este si que faz uso de si mesmo nas microestratégias da vida industriosa, até mesmo nos movimentos mais minúsculos. É lugar obscuro do fazer, é ‘alma’, lugar onde está em jogo a harmonia de nossas faculdades. Este si é um indicador de problemas – ‘*corpo-pessoa*’ – nas situações de trabalho.

Na ergologia, o trabalho é tratado como matéria estrangeira. Assim, como matéria estrangeira, é necessário criar condições para ele se mostrar, ou seja, ele é visto como fenômeno

enigmático, imprevisível, ainda que esteja em um dado momento histórico. Para Cunha (2007, p. 2)

O trabalho, tal como mostrou a ergonomia, é lugar de uma distância inevitável entre o prescrito e o real, portanto, lugar de acontecimentos complexos, marcado por decisões instruídas para preencher estas lacunas. A atividade se engendra nessa porosidade do prescrito, em seus interstícios como micro-decisões. Ela é conduta industriosa, decisão – julgamento orientado por critérios; arbitragem baseada em valores.

Para Schwartz (1996), é impossível uma definição clara e objetiva de trabalho, além de ser de difícil clareza a linha tênue entre trabalho e não-trabalho:

Enfim, economistas, sociólogos, historiadores reivindicarão a generalização do regime de salários (no século XIX, início do século XX) para a construção de um conceito óbvio de trabalho: o tempo dedicado para o trabalho traçaria uma linha clara de demarcação entre ‘trabalho’ e ‘não-trabalho’, entre a esfera do tempo ‘público’ e a esfera do tempo ‘privado’ ou do tempo para si mesmo, e abriria o campo para os modelos de quantificação e de medida do ‘valor’ trabalho. (SCHWARTZ, 1996, p. 149)

Porém, Schwartz (1996) ainda afirma que o trabalho não deve ser pensado como algo simples, uma troca de tempo por dinheiro, envolve complexidades. De acordo com ele, para a ergologia, o trabalho

(...) acumula herança de seus sucessivos nascimentos: não se inventa nada no campo que denominados ‘ergológico’, é preciso ver o que isto tem a dizer: nunca compreendemos inteiramente esta realidade que articula inextricavelmente o antropológico, o histórico, heranças imemoriais e relações sociais extremamente carregadas de sentido. E isto remete a muitas exigências dialéticas para qualquer política futura do trabalho, alguma coisa enigmática que ele cristaliza em si atravessa e circula entre as diversas formas de atividade da quais *algumas* têm forma ‘emprego e outras não: trabalho para si ou sobre si, trabalho doméstico, militante estratégico, político. (SCHWARTZ, 1996, p. 151)

Há uma falta de clareza entre trabalho e atividade, mas vale ressaltar que todo trabalho é uma atividade, mas nem toda atividade é trabalho. Trinquet (2010, p. 96), ao falar sobre a confusão entre os dois conceitos afirma que:

a atividade é tomada no sentido de *atividade interior*. É o que se passa na mente e no corpo da pessoa no trabalho, em diálogo com ela mesma, com o seu meio e com os “outros”. Embora seja uma ideia abstrata, é muito fecunda e eficaz. Definitivamente, é o que faz com que o trabalho possa se realizar e, de fato, se realiza. Na ergologia, nós nomeamos essa situação de: *debate de normas e transgressões*, o que, frequentemente, resulta em *renormalizações*.

Para Schwartz (1996, p. 151)

Toda forma de atividade em qualquer circunstância requer sempre variáveis para serem geridas, em situações históricas sempre em parte singulares, portanto escolhas a serem feitas, arbitragens – às vezes quase inconscientes – portanto, o que eu chamo de ‘usos de si’, usos dramáticos de si’.

Ainda para Trinquet (2010, p. 100)

Para a ergologia, em toda a atividade e, portanto, em toda atividade de trabalho, coloca-se em prática um saber pessoal, para preencher e gerir a distância

prescrito/real. Esse saber é o resultado da história individual de cada um, sempre singular, ou seja, adquirida da própria experiência profissional e de outras experiências (social, familiar, cultural, esportiva, etc.) e que remete a valores, à educação, em resumo, à própria personalidade de cada um. Esse saber investido – que é um verdadeiro saber – é complementar do saber constituído.

Ainda sobre atividade, vale ressaltar que a mesma é imbuída de transgressões, contradições e mediações. De acordo com Cunha (2007, p. 4) “A atividade promove a mediação com o meio através de valores, possibilitando associar individual e coletivo, bem como os níveis macro e micro da vida social”.

A ergologia busca os fundamentos de trabalho real e prescrito da ergonomia para realçar a impossibilidade de execução do trabalho como definido nas normas, e assim traz à tona o conceito de renormalizações. Para ergologia, o sujeito convoca saberes investidos e constituídos para realizar a atividade de trabalho, assim nunca o que foi prescrito, será realizado conforme a prescrição. Essa nova forma de realizar o trabalho, imbricada de subjetividade, será a renormalização.

Vale destacar aqui, que o saber constituído é o saber prescrito, acadêmico, conhecido e formalizado, já os saberes são investidos

[...] porque remete à especificidade da competência adquirida na experiência da gestão de toda a atividade de trabalho. E esta experiência é investida nesta situação única e histórica. Trata-se de um saber que está em aderência com a atividade. Ele não é formalizado e nem escrito em qualquer lugar. Essa experiência está cravada no intelecto e/ou no corpo, no corpo-si, como diria Schwartz, quer dizer, ao mesmo tempo no corpo e na mente ou na alma. Sem atribuir, para este último termo, qualquer conotação religiosa. Situamo-nos, aqui, no domínio do material e do ideal, do materialismo e do idealismo. (TRINQUET, 2010, p. 101)

Assim, para realizar a atividade de trabalho o sujeito faz “usos de si” por si e pelo outro, para preencher um “vazio de normas”, ou seja, preencher a lacuna existente entre o trabalho prescrito (normalizado) e o trabalho real (renormalizado). De acordo com pesquisador ergológico Yves Schwartz (2007, p. 196-7)

“Uso de si por si, uso de si pelos outros”: o uso de si pelos outros, de uma certa maneira, é o fato de que todo universo de atividade, de atividade de trabalho, é um universo em que reinam normas de todos os tipos: quer sejam científicas, técnicas, organizacionais, gestionárias, hierárquicas, quer remetam a relações de desigualdade, de subordinação, de poder – há tudo isso junto.

Quando nós dizemos que cada um tenta viver-se como centro de um meio, com todas as reservas necessárias, isso significa que se entra em um meio em que as imposições são muito fortes. Não se faz o que se quer – muito, muito longe disso, e cada um de nós sabe bem disso. A um ponto em que se teve a tendência, na cultura e nas ciências sociais, a unicamente encarar o uso de si pelos outros, por outros, ou seja, a não supor ou a não evocar senão o mundo das exigências, pensando que isso bastasse para compreender a atividade. Eu evoquei há pouco, em resposta a questão sobre o reexame do taylorismo, o fato de que há o *impossível* e o *invivível*. Esse fato nos

remete a ideia de que, ao mesmo tempo, todo uso de si é simultaneamente uso de si por si mesmo – porque permanentemente surgem o que eu chamo de “os vazios ou as deficiências de normas”. Essa alimentação permanente entre o impossível e o invivível remete a uma pessoa.

É perceptível então, que ao abordar a atividade de trabalho dos profissionais bibliotecários nos apoiaremos também em valores, sentimentos, novas formas de ver e pensar esta atividade. Para Cunha (2007, p. 4) “analisar o trabalho implica acessar o mundo dos valores que oscilam de um ‘humanismo enigmático’ (pólo universal) ao ‘centro de vida’ onde os mesmos são tratados (pólo singular)”.

Vale refletir e pensar o ser humano, mais precisamente o profissional bibliotecário como um todo. O mesmo ser do lazer é o do não-lazer, do trabalho e não-trabalho. Para Schwartz (1996, p. 152) “Não temos dois corpos, um para ‘o trabalho’ e outro para o ‘fora do trabalho’, é o mesmo corpo que enfrenta, experimenta-se, forma-se, gasta-se em todas as situações da vida social.”

É fundamental entender a atividade de trabalho, enquanto processo de vida, parte intrínseca e ao mesmo tempo constituinte do ser, que demandam ações, escolhas, gerências e até mesmo não gerências. De acordo com Schwartz (1996, p. 152)

toda situação de trabalho supõe, como disse, arbitragens, ponderações, critérios, portanto também *engajamento*. Exemplos: a ‘qualidade’ versus ‘quantidade’, a ‘economia de si’ versus ‘facilitar a ação coletiva’ etc... esta situação é, pois, mesmo se o mais frequentemente na penumbra, imersão num universo de valores: ora, não mais do que a propósito de corpo-si, não se pode compartimentar este universo em ‘valores do trabalho’ e ‘outros valores’... Os valores circulam e se retrabalham entre o polo ‘trabalho-emprego’ e os outros encontros com a vida social e cultural.

Schwartz (1996, p. 151) ainda afirma que “Não há uma situação de trabalho que não comprometa esta obscura entidade, entre o biológico, o psíquico e o histórico, e *isto mesmo nas atividades consideradas imateriais*”. Sendo assim, todas as situações e contextos de trabalho supõem julgamentos, escolhas, critérios, envolvimento, portanto, implicam em constante “uso de si”.

Dessa forma, estudar e conhecer os “usos de si” realizados por bibliotecários em sua atividade laboral é mais que analisar o trabalho deste indivíduo, mas entendê-los como sujeitos criadores de conhecimentos e saberes que os auxiliam nas renormalizações do meio e consequentemente trazem sentidos à sua atividade e à sua própria vida.

3 PRINCIPAIS ADVERSIDADES ENCONTRADAS

O plano de carreira é de fundamental importância para nortear a ascensão na carreira do funcionalismo público federal, porém existem algumas observações interessantes a serem consideradas em relação à sua implementação. A primeira delas é que o plano liga a progressão a cursos teóricos. Os profissionais se percebem em situações não práticas, as vezes até distantes de sua realidade, o que dificulta a apropriação dos conteúdos, bem como a utilização dos mesmos no ambiente de trabalho. Em algumas ocasiões, apesar do curso ser ligado à área de atuação do órgão, seu conteúdo pode não ser utilizado pelo profissional em situações efetivas de trabalho.

Outra questão de análise são os quesitos tempo e escolhas pessoais, pois com o prazo para apresentação dos certificados ao Departamento de Recursos Humanos da Universidade, muitas vezes, o profissional, como única forma de aumento de salário, faz cursos aleatórios para conseguir a progressão na carreira e o tão almejado aumento de renda. Mesmo que estes cursos não tenham direta correlação prática ao seu dia-a-dia. Assim, nem sempre o objetivo de aumento de informações e saberes que auxiliem nas tarefas corriqueiras do fazer é alcançado.

As maiores gratificações se dão através das progressões por qualificação, ou seja, com a conclusão de um curso de pós-graduação *stricto sensu*, porém na cidade em que se localiza a instituição pesquisada há poucos mestrados e doutorados profissionais. A maioria dos cursos existentes estão voltados para a perspectiva acadêmica. Pode ser percebido, muitas vezes, nestes casos, o distanciamento e a dificuldade de se aliar estudos acadêmicos à prática profissional.

Outro dilema que pode ser encontrado é que, após a finalização dos cursos, os profissionais têm o aumento progressivo financeiro, porém continuam atuando na mesma atividade e posto de trabalho. Assim, tem-se um profissional capacitado/titulado de doutor/mestre com as mesmas funções de um bacharel. Nestes casos, o profissional tem que fazer renormalizações no ambiente (nem sempre flexível), no sentido de usar os conhecimentos construídos nas capacitações e qualificações, com objetivo de melhorar as condições de trabalho e prestação de serviços. Bem como se reinventar enquanto sujeito, profissional e especialista.

Muitas vezes é creditado ao bibliotecário uma olhar tecnicista, o que traz ao mundo a visão de que as atividades realizadas por estes profissionais são apenas de caráter mecânico, autômatos

e sem reflexão. Esta noção é reducionista e preconceituosa, uma vez que diminui a atividade do bibliotecário. Apesar de esta idéia ser difundida no senso comum, encontramos autores como Pena (2015, p. 50) que rechaçam esta noção, incluindo o profissional na categoria de artífice, o que

[...] proporciona as bases teóricas que possibilitam estudar o trabalho bibliotecário como trabalho artífice, evitando assim reduzi-lo à sua dimensão instrumento e técnica. Em segundo lugar, ela permite esclarecer as questões ideológicas que dificultam a prática indispensável do exercício bibliotecário como artífice. Em terceiro lugar, finalmente, essa definição demonstra como o bibliotecário contribui, por meio das abordagens que adota e usa, para a produção e legitimação de interesses políticos, econômicos e sociais de certos grupos em detrimentos de outros.

Partindo da premissa de que em todas as situações de trabalho o sujeito realiza usos por si e pelos outros, que todo trabalho é lugar de dramas singulares, julgamentos, juízos, arbitragens. Dias, Santos e Aranha (2015, p. 220) se fundamentam em Schwartz e Durrive (2007) para afirmar que “Todo trabalho é lugar de uma dramática singular, de uso dramático de si, supondo arbitragens, ponderações, critérios e engajamento, onde o protagonista negocia a articulação dos usos de si por outros e por si mesmo”.

Neste contexto, todo profissional tem que se recriar e invocar modos, conhecimentos e saberes próprios inerentes ao “corpo si” para dar conta dos dramas e deformações do meio e assim atuar em sua atividade laboral. Cabe perguntar que “usos de si” que Bibliotecários Técnico Administrativos em Educação estão empregando em suas atividades de trabalho após conclusão dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*? Analisando a partir de reflexões de suas atividades laborais, como estes profissionais criam renormalizações para dar sentido às estas atividades?

4 CONTEXTUALIZANDO

É importante perceber “os usos de si” que os profissionais bibliotecários fazem em sua atividade laboral, e os dramas envolvidos nestas situações, para que este profissional entenda e dê significados à sua rotina de trabalho. Somente a partir da percepção de que “uso de si” que se faz em seu tempo dedicado ao trabalho é parte indissociável e constituinte de sua totalidade enquanto sujeito humano, o profissional poderá inferir que esse tempo é parte de sua vida como um todo e, portanto, deve ser também vivido de forma plena.

Justifica-se este trabalho com bibliotecários uiversitários uma vez que a Universidade é campo para atuação de um número significativo de profissionais. Além, de ser o setor público,

grande empregador destes profissionais. Um exemplo dessa questão, é que em seu estudo, sobre a atuação dos egressos do curso de biblioteconomia em Santa Catarina, Cunha e Pereira (2003) constataram que mais de 70% atuam no aparelho do estado e em Bibliotecas.

O interesse nesta produção de conhecimentos se formou pela necessidade de promover reflexões no cotidiano dos profissionais, a fim de que os auxiliem no enfrentamento das deformações do ambiente, facilitando o entendimento da ocorrência e necessidade das renormalizações ao realizar a atividade de trabalho. É fundamental o entendimento que o contexto laboral é um meio complexo, que exige conhecimentos e habilidades específicas que podem, devem e são levadas para a vida.

As mudanças ocorridas na sociedade contemporânea, a introdução e utilização da TIC na rotina de trabalho do profissional bibliotecário trouxeram novas demandas e processos, o que torna muito significativo o conhecimento dos dramas envolvidos nas ações dos bibliotecários em suas atividades laborais. Assim, para Cunha e Crivellari (2004, p. 21)

Para que se conheça em profundidade as mudanças qualitativas que ocorreram nos processos de trabalho do bibliotecário, a partir da introdução das tecnologias da informação e comunicação, seria necessário desenvolver programas de pesquisas que se baseassem no uso de métodos qualitativos em ciências sociais, ou em um misto de pesquisas qualitativas e quantitativas. Entrevistas em profundidade, realizadas junto aos profissionais identificados com as transformações em curso, forneceriam um material crucial para o entendimento dessas mutações e, naturalmente, de quem é o real profissional da informação (graduação, pós-graduação, competências, local em que atua, o que faz, ferramentas utilizadas, etc).

Com o incentivo prescrito no plano de carreira e com o imperativo da sociedade da informação de contínua capacitação, os bibliotecários procuram respostas através da formação continuada em cursos de pós-graduação em todas as suas categorias, uma delas a *stricto sensu*. É perceptível que muito se fala sobre capacitação, necessidade de atualização, formação continuada (ARRUDA; MARTELETO e SOUZA, 2000; CARVALHO, 2011; DIAS, 2004), porém poucos aspectos subjetivos do sujeito após estas formações são focalizados. Assim, se faz importante um estudo sobre os usos que o sujeito faz de seus conhecimentos, sentimentos, vontades, saberes tácitos e explícitos em sua atividade laboral.

Este estudo é também, uma oportunidade para se refletir sobre o plano de carreira dos servidores técnicos administrativos em educação, bem como colocar em discussão o desenvolvimento de trabalhos sobre processos educacionais, produção e socialização de conhecimentos, que exigem diálogos entre disciplinas e saberes acadêmicos e profissionais.

Sendo assim, esta proposta carrega inovações construídas socialmente e que requerem ser também socialmente discutidas e compartilhadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O plano de carreira do serviço público federal foi elaborado de modo a incentivar e valorizar que os profissionais concursados participem de formações continuadas em todos os níveis com o intuito de se aprimorarem suas atividades e de construir conhecimentos. A realização de cursos pode trazer novas visões, percepções e anseios fazendo com que o sujeito crie e recrie novas formas de trabalhar. Os usos dele por ele mesmo, bem como por outras pessoas, estão sempre sob influências internas e externas que podem se modificar com o passar do tempo.

O contexto universitário, sempre cercado de inovação, é solo fértil para criação e desenvolvimento de novas técnicas, modos do fazer e de ser dos sujeitos nele inseridos. A conclusão de um curso de pós-graduação pode influenciar diretamente nestas questões, uma vez que estes tipos de formações podem auxiliar os sujeitos no aperfeiçoamento e crescimento profissional, enquanto indivíduos criativos e críticos.

Acredita-se que os profissionais bibliotecários utilizam estratégias para realizar renormalizações com o intuito de entender, driblar as deformações do meio e dar sentido às suas atividades. E que as formações continuadas em nível de mestrado e doutorado podem ser utilizadas como ferramentas que sustentarão e auxiliarão estas ações.

Esses são postulados inspirados pela revisão teórica realizada. Eles se mostram importantes para o desenvolvimento da pesquisa empírica, que se propôs realizar junto a bibliotecários que atuam no serviço público federal. Com essa investigação, pretende-se analisar as reflexões destes profissionais sobre os usos de si por si e por outros na atividade de trabalho.

Considera-se que a partir de uma investigação empírica será possível perceber as formas e meios que bibliotecários estão lançando mão para uso de seu “corpo si” em atividade de trabalho. Bem como detectar a influência da formação continuada em cursos de pós graduação stricto sensu na atuação do profissional na atividade diária de trabalho deste profissional.

O estudo da atividade de trabalho do bibliotecário, parte do desejo real de compreender aspectos da realidade, e se constitui como um desafio para ampliar a compreensão da mesma e contribuir para o processo coletivo de construção do conhecimento. Além de que estudos dos “usos de si” por Bibliotecários Técnico Administrativos na atividade laboral poderá fornecer melhores instrumentos de gestão para aprimoramento dos trabalhos nas Unidades de Informação, bem como trará conhecimentos explícitos para a Ciência da Informação, Educação e Biblioteconomia.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Maria da Conceição Calmon; MARTELETO, Regina Maria; SOUZA, Donaldo Bello de. Educação, trabalho e o delineamento de novos perfis profissionais: o bibliotecário em questão. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 14-24, set./dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n3/a02v29n3.pdf>. Acesso em: 20 set. 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 11.091*, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm. 2005. Acesso em: 20 ago. 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei n. 4.084*, de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 2 de julho de 1962. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4084.htm. Acesso em: 25 ago. 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Classificação Brasileira de Ocupações*. 3. ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/downloads.jsf>. Acesso em: 10 ago. 2017.

CARVALHO, Marluce Lima de. **Inovações tecnológicas e de comunicação e o trabalho dos bibliotecários da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)**. 2011. 119 F. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CRESPO, I. M; RODRIGUES, A. V. F; MIRANDA, C.L. Educação continuada para bibliotecários: características perspectivas em um cenário de mudanças, **Biblios**, Pittsburgh, v. 7, n. 25-26, jul/dez. 2006. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2170711.pdf> Acesso em: 18 Jun. 2018.

CRIVELLARI, H. M. T. Relação educativa e formação profissional na Ciência da Informação. In: ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, V, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

CUNHA, D. M. Notas conceituais sobre atividade e corpo-si na abordagem ergológica do trabalho. In: 30ª Reunião anual da ANPED, 2007, Caxambu. **Anped: 30 anos de pesquisa e compromisso social, 2007**. Disponível em: <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT09-3586--Int.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2017.

CUNHA, M.V.; PEREIRA, M.C. O perfil do profissional da informação em Santa Catarina: primeiros resultados. In: ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM

CUNHA, Miriam Vieira da; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. O mundo do trabalho na sociedade do conhecimento e os paradoxos das profissões da informação. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim. **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004.

DIAS, D. S.; SANTOS, E. H.; ARANHA, A. V. S. Contribuições da ergologia par a análise da atividade do trabalho docente. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 1, p. 211-227, 2015. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1202/389>. Acesso em: 10 maio 2019.

DIAS, Maria Matilde Kronka *et al.* Capacitação do bibliotecário como mediador do aprendizado no uso de fontes de informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 1-16, jul./dez. 2004. Disponível em: http://eprints.rclis.org/6457/1/v.2%2C_n._1%2C_p._1-16.pdf. Acesso em: 20 ago. 2017.

LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1999.

MIRANDA, A. C. U. C.; SOLINO, A. N. S. Educação continuada e mercado de trabalho: um estudo sobre os bibliotecários do estado rio grande do norte. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 383-397, 2006. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/4278>. Acesso em: 18 Jun. 2018.

PENA, André de Souza. **Reflexões críticas sobre aspectos produtivos e do trabalho na biblioteca universitária em tempos de crise: comparação entre Brasil, Espanha e Moçambique**. 2015. 269 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, 2015.

PROSDÓCIMO, Z. P. A.; OHIRA, M. L. B. Educação continuada do bibliotecário: revisão de literatura. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 4, n. 4, p. 111-128, 1999.

SANTOS, Fabiana Pereira dos. **O saber-fazer de bibliotecários de referência no desenvolvimento do letramento informacional acadêmico de graduandos**. Belo Horizonte, 2015. 146f. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local) - Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2015.

SCHUSTER, Marcelo da Silva; DIAS, Valéria da Veiga. Plano de carreira nos sistemas de gestão público e privado: uma discussão a luz das teorias motivacionais. **Revista de Administração IMED**, v. 2, n. 1, p. 1-17, 2012. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/raimed/article/view/123/131>. Acesso em: 05 ago. 2017.

SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. (Orgs.). *Trabalho e ergologia: Conversas sobre a atividade humana*. Niterói: EDUFF (Editora da Universidade Federal Fluminense), 2007.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e uso de si. Conversa entre Yves Schwartz, Marcelle Duc e Louis Durrive. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Orgs.). *Trabalho & ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói: EdUFF, 2007. p. 191-223.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e valor. *Tempo Social: Rev. Sociol. USP*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 147-158, out. 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86429/89086>. Acesso em: 15 ago. 2017.

SILVA, Claudia Lourenço da; PONTES, Vanildo Pereira. A pós-graduação no processo formacional do bibliotecário. **Biblios**: Revista electrónica de bibliotecología, archivología y museología, N. 53, p. 29-39, 2013.

SILVA, Jose Fernando Modesto da. O impacto tecnológico no exercício profissional em Ciência da Informação: o bibliotecário. In: VALENTIM, M. L. P. **Atuação profissional na área da informação**. São Paulo: Polis, 2004.

TRINQUET, Pierre. Trabalho e educação: o método ergológico. **Revista HISTEDBR Online**. Campinas, número especial, p. 93-113, ago. 2010. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38e/art07_38e.pdf. Acesso em: 18 de ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. **Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação – UFMG**: em cumprimento ao Decreto 7232/2010, Art. 4º. [2017] Disponível em: <https://www.ufmg.br/prorh/wp-content/uploads/2017/08/Quadro-de-vagas-agosto-2017.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017.

VALENTIM, M. L. P. **Atuação profissional na área da informação**. São Paulo: Polis, 2004.

***Abstract:** With a technological and informational imperative experienced in the information society, the world of work has undergone changes. Thus, professionals find themselves in constant need for training and continuing education. In the area of information and public service, it is no different. In order to improve the provision of services and enhance the professional, the State encourages and even formulates instruments to facilitate the management of the career of civil servants. One of the instruments is the career plan for Technical-Administrative Positions in Education, established by law 11.091, of January 12, 2005. It is in this context that the subject of this proposal is inserted: Librarians Technical Administrative in Education tendered. The research aims to investigate the “uses of it self” made by these professionals in their work activity after continuing education in stricto sensu postgraduate courses. This study will be based on theoretical bases of ergology. This proposal is justified by the importance of studying a professional practice that has historical support, is regulated and established in the world of work. It is believed that librarian professionals use strategies to perform renormalizations in order to understand, circumvent the deformations of the environment and make sense of their activities. And that continuing training at the master's and doctoral level can be used as tools that will support and assist these actions. These are postulates inspired by the theoretical review carried out. They are important for the development of empirical research, which was proposed to be carried out with librarians working in the federal public service.*

***Keywords:** Uses of itself, Professional librarian, Continuing education, Work activity, Information Science.*

POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.

doi: 10.47930/1980-685X.2020.1907

BOSCHINI, Fernanda Ferreira – fernandaboschini@ifsp.edu.br
Instituto Federal de São Paulo
Rua Pedro Vicente, 625
01109-010 – São Paulo – SP – Brasil.

BATISTA, Sueli Soares dos Santos – suelissbatista@uol.com.br
Programa de Mestrado Profissional e Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional
(CEETEPS)
Rua dos Bandeirantes, 169 - Bom Retiro
CEP 01124-060– São Paulo – SP– Brasil.

MARTINS, Tânia Barbosa – taniabmartins@yahoo.com.br
Universidade Metodista de Piracicaba
Rodovia do Açúcar, km 156.
13.400-911 - Piracicaba - São Paulo - Brasil

***Resumo:** O artigo trata das políticas e estratégias de internacionalização de Educação Profissional e Tecnológica no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) e no Instituto Federal de São Paulo (IFSP), considerando as propostas internacionais e governamentais para a educação profissional e tecnológica (EPT) e as estratégias institucionais de internacionalização de cada uma das instituições pesquisadas. A intenção é compreender como as instituições de EPT incorporam as diretrizes e orientações das políticas de internacionalização da educação profissional no âmbito de suas instituições e a maneira como instauram significados institucionais, pedagógicos e políticos ao processo de internacionalização da educação tendo em vista as condições iniciais de sua efetivação. Conclui-se que apesar das ações de internacionalização da educação profissional no Brasil serem recentes há um movimento nas três instituições pesquisadas para desenvolver órgãos administrativos e instrumentos de normatização da internacionalização da educação profissional, criação de várias iniciativas, de convênios e acordos, projetos, dentre outros.*

***Palavras-chave:** Educação profissional e tecnológica; Internacionalização da educação profissional; Políticas e estratégias institucionais.*

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta dados iniciais da investigação em desenvolvimento intitulada “Políticas de Formação Técnica e Tecnológica no Contexto da Internacionalização da Educação”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), referente ao período de 2018-2020, e que está em desenvolvimento. Especificamente, nesse texto, o objetivo é compreender como as instituições de EPT incorporam as diretrizes e orientações das políticas de internacionalização da educação profissional no âmbito de suas instituições (destacando as ações) e a maneira como instauram significados institucionais, pedagógicos e políticos ao processo de internacionalização da educação. Como campo empírico, considerou as seguintes instituições de educação profissional e tecnológica: o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS).

As instituições desempenham papel decisivo na efetivação ou implementação das políticas públicas, delas emanando as principais tomadas de decisões. O estudo com as instituições possibilita compreender as nuances de tais políticas públicas. Para Saraiva (2006), “as instituições impregnam as ações com seu estilo específico de atuação” que se constitui a partir da “sua estrutura, seus quadros e sua cultura organizacional” (SARAIVA, 2006, p. 37). Nessa perspectiva, não se pretende apenas comparar as orientações legais e institucionais com as práticas possíveis, mas compreender como o desenho dos programas e das políticas se estabelecem no cotidiano das instituições, constituindo-se não só etapas antinômicas como teoria e prática, projeto e realidade, mas como diferentes momentos do caráter errático da ação pública e a dinamicidade do contexto institucional em que a ação pública se consolida (ARRETCHE, 1998). A política pública deve ser compreendida no âmbito em que vários atores e níveis de decisão se articulam em meio à materialidade possibilitada pelos diferentes governos. Neste sentido, na dimensão de um estudo que se debruça sobre uma política pública, se considera os processos, os atores e a (re)construção das regras (SOUZA, 2007).

As análises das políticas de internacionalização da educação profissional e tecnológica (EPT) feitas a partir de diferentes contextos institucionais, visam responder em que medida as políticas públicas educacionais efetivamente consideram as condições das instituições e os interesses e possibilidades dos sujeitos. Como considera Saraiva (2006) “o processo de política pública não possui uma racionalidade manifesta [...] e [...] não é uma ordenação

tranquila na qual cada ator social conhece e desempenha o papel esperado” (SARAIVA, 2006, p. 29).

Cabe destacar que não se pretende nos limites desse artigo avaliar o fracasso ou sucesso das políticas e programas de internacionalização da EPT, mas tentar compreender melhor como diferentes instituições incorporam ou não as propostas de políticas públicas governamentais, tendo em vista as condições iniciais de sua efetivação e as consequências possíveis da descontinuidade destas propostas, considerando que as instituições desempenham papel decisivo na efetivação das políticas públicas.

Assim sendo, o início da trajetória implica considerar algum tipo de desenho da concreticidade das políticas de internacionalização, com objetivo de compreender nas trajetórias institucionais a gênese da investida na política de internacionalização, bem como os paradigmas e os princípios de formação e educação da modalidade profissional. Simultaneamente, exige estudar decisões e “decisores” da política federal e estadual e identificar influências externas e internas. Tendo isso em vista, a intenção inicial é compreender como as instituições de educação profissional e tecnológica incorporam as diretrizes e orientações das políticas de internacionalização da educação profissional no âmbito de suas instituições. O cenário constitui-se das instituições federais (IFSULDEMINAS e IFSP) e estadual CEETEPS. Estas instituições foram escolhidas como lócus da pesquisa em função de terem desenvolvido iniciativas promissoras de internacionalização da educação profissional e tecnológica e implementado suas assessorias de relações internacionais como setor estratégico de suas ações institucionais.

2 AS POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A educação profissional e tecnológica, nomenclatura utilizada para se referir a esta nova modalidade de ensino e de educação politécnica, ganhou destaque em propostas e diretrizes de educação profissional tanto do governo e órgãos do Estado como Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) quanto de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em uma série de publicações editadas em conjunto ou não com a parceria governamental e o patrocínio de seminários e congressos sobre o papel do

ensino profissional, as mudanças de paradigmas da educação contemporânea, a importância da modernização do ensino médio e da educação profissional no contexto do mundo globalizado e tecnológico.

A Unesco desde 1987 atua de modo sistemático para promover a educação profissional (*Technical and Vocational Education – TVE*), quando organizou o primeiro Congresso Internacional em Educação Profissional, na cidade de Berlin, na Alemanha. Nesse congresso foi sugerido o encaminhamento de um plano de ação internacional desenhado para desenvolver a educação profissional e promover a cooperação internacional, estabelecendo à Unesco o suporte para a criação de um centro internacional de pesquisa e desenvolvimento sobre a Educação Profissional (UNESCO, 1999). Em 1999, no limiar do século XXI, a Unesco organizou e realizou o segundo Congresso Internacional em Educação Profissional, sediado na cidade de Seul, Coreia do Sul, entre os dias 26 a 30 de abril, tendo como tema aglutinador dos debates *Lifelong Learning and Training: a Bridge to the Future* (UNESCO, 1999). O congresso serviu como fórum internacional aos países membros, fornecendo a possibilidade de examinar como a educação profissional poderia se adaptar aos novos cenários econômicos, tecnológicos e de organização da produção e do trabalho na virada para o século XXI. Este congresso atraiu mais de 700 participantes, oriundos de 130 países e que, apesar de ser dirigido a especialistas e técnicos da educação profissional, contou com a presença e participação de 39 ministros e vice-ministros. O documento ainda menciona que foram formuladas recomendações sob o título *Technical and Vocational Education and Training: a Vision for the Twenty-first Century* e foi feita uma requisição ao Diretor Geral da entidade para empregar nova estratégia global da Unesco para a educação profissional.

O Congresso de Seul estabeleceu uma nova visão sobre o papel da educação profissional nas políticas gerais de educação, conferindo uma posição central naquilo que a Unesco nomeou de “mundo do amanhã” (*the world of tomorrow*), cuja função seria a formação das pessoas para o emprego e para uma vida plena. O trabalho seria fundado em conhecimento e orientado pela tecnologia, como se prevê uma contínua expansão do setor de serviços (na geração do produto/riqueza nacional), emergindo na agenda a necessidade de abordagens formativas orientadas ao auto emprego (*self-employment*) e empreendedorismo.

A abordagem teórica de Moreira (2009) nos estudos sobre o processo de internacionalização do currículo, permite compreender que a estratégia da Unesco para a educação profissional possibilita o emprego das categorias “hibridização cultural” e “cosmopolitismo”. O processo

de hibridização cultural permite a elementos de distintas origens e posições hierárquicas de outros países se desterritorializar e se reterritorializar localmente (MOREIRA, 2009). Essa reterritorialização não é tarefa simples e necessita ser problematizada politicamente, dadas as características locais e aos interesses geopolíticos em jogo. Obviamente, há relações de poder em disputa quando distintas culturas entram em contato, especialmente se há no horizonte o objetivo de estabelecer padrões de currículo, conteúdo, saberes e práticas profissionais, assim como habilidades e competências reconhecidas internacionalmente.

É o que se observa como um todo no contexto latino-americano. Embora exista a defesa da “hibridação cultural” e do “cosmopolitismo”, em função da patente diversidade, o que se percebe é uma homogeneização das políticas educacionais concebidas a partir de um núcleo comum de diagnósticos da situação do continente. Nesse sentido, a internacionalização da educação, incluindo evidentemente a EPT, passa pelas orientações dos organismos internacionais que, comumente, minimizam as potencialidades das características próprias dos diversos países da região.

Especificamente, no caso brasileiro, a internacionalização da educação profissional e tecnológica é recente com destaque para iniciativas governamentais de internacionalização, especificamente, o artigo 15, inciso XVII, do Decreto Ministerial nº 9.005/2017, que aprova a estrutura regimental do Ministério da Educação, especificando a função da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) em “estabelecer políticas e programas voltados à internacionalização da Educação Profissional e Tecnológica” (BRASIL, 2017). A SETEC instituiu um Grupo de Trabalho que realizou um diagnóstico acerca da internacionalização da EPT na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e criou um documento de referência para a internacionalização da EPT para o biênio 2018-2019.

O documento intitulado “Levantamento das ações de internacionalização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e Resultados do GT de Política de Internacionalização” apresenta o diagnóstico da internacionalização da Educação Profissional e Tecnológica na RFEPCT considerando vários aspectos: mobilidade; acordos internacionais; projetos com cooperação internacional; idiomas; investimento/financiamento; estruturas de escritórios; comunicação/divulgação dos dados; indicadores internacionais; participação em eventos e missões internacionais; e, normativas e regulamentos relacionados à internacionalização da educação. As 41 instituições da RFEPCT vinculadas ao Conselho Nacional das Instituições da

Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) participaram da investigação.

O diagnóstico mostra que há um movimento em todas as instituições da RFEPCT para ampliar seu campo de ação acerca da internacionalização da educação. Das instituições da RFEPCT, 34% articulam o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) com a internacionalização da educação; 66% possuem regulamentos para ações de internacionalização aprovadas em Conselho Superior; 78% receberam professores estrangeiros em suas instituições; em 61% existem centros de línguas e escritórios de internacionalização; 66% destinam recursos para a internacionalização, com destaque para o CEFET-MG e CEFET-RJ, que possuem histórico de práticas de internacionalização da educação decorrente dos Programas de Pós-Graduação *Stricto-Sensu*. Havia até então 504 acordos assinados com diferentes países como Portugal, Canadá, França, EUA, Argentina, Alemanha, Espanha, dentre outros. O diagnóstico mostra um aumento de novas práticas acadêmicas dentro das instituições profissionais, apesar da diversidade de ações de internacionalização nas instituições de educação profissional da rede pública, as estratégias institucionais para a consecução da internacionalização encontram-se em construção. Constatou-se que não há um conceito único e consensual de internacionalização claramente definido e nem uma plataforma governamental de gestão unificada que ofereça acesso aos dados da internacionalização da educação. Do diagnóstico de levantamento das ações de internacionalização apresenta-se um Documento de Referência para as instituições. Em relação à definição de internacionalização do ensino profissional e tecnológico, o documento apresenta a internacionalização dessa modalidade de ensino como um conjunto de ações com vistas à prospecção e desenvolvimento de parcerias alinhadas ao ensino, pesquisa, extensão e ao arranjo produtivo local para oferta de educação de qualidade, formando uma comunidade acadêmica consciente da cidadania global, capaz de compreender, articular e contribuir com os contextos local, regional e global (BRASIL, 2018. p.52). Estabeleceu-se que a prioridade é estabelecer diretrizes e projetos de ações de internacionalização da educação com a criação de uma base de dados integrada para gerenciar a internacionalização da educação nas instituições; institucionalizar uma política de internacionalização da educação na RFEPCT. Apresenta metas, propõe interação nas fronteiras; estimula políticas de idiomas; estabelece questões relacionadas à ecossistemas e ao financiamento e políticas de cooperação (BRASIL, 2018). Entre as prioridades estão o desenvolvimento de pesquisa aplicada, inovação tecnológica, desenvolvimento de lideranças; o ensino de novas metodologias, a elaboração de

uma pedagogia para o século XXI, e o princípio da aprendizagem ao longo da vida (BRASIL, 2018).

No diagnóstico apresenta-se a preocupação da internacionalização da EPT não ser institucionalizada no âmbito da RFEPCT, sendo necessário a tomada de decisão nacional a fim de assegurar as condições de desenvolvimento da internacionalização nas instituições profissionais. As iniciativas devem ser encaminhadas para construção de uma estrutura sólida de assessorias de relações internacionais com equipe de apoio, com assessores capacitados, oferta de línguas estrangeiras nas instituições, acesso aos editais externos, reestruturação curricular, criação de política de convalidação de diplomas, desenvolvimento de investigações em parcerias com pesquisadores estrangeiros, dentre outras providências.

No *Documento de Referência de Internacionalização SETEC/MEC* (s/d) se estabelece um plano de metas para 2018/2019 e, como missão destaca a promoção da Internacionalização da Educação na RFEPCT, como visão até dezembro de 2019 se tornar referência mundial em ações de internacionalização da educação profissional.

3 ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.

Entre 2004 e 2008 é instituída uma série de legislações com objetivo de estabelecer uma nova perspectiva de formação técnica e tecnológica. O Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008) que se caracteriza por ser uma instituição de educação básica, profissional e tecnológica, multicampi e pluricurriculares, especializado na oferta de EPT em diferentes níveis e modalidades e que conjugam conhecimento técnicos, tecnológicos e pedagógicos. São instituições de natureza diferenciada das universidades acadêmicas e do modelo tradicional ensino profissional.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica além dos 38 Institutos Federais, contam também com 2 Centros Federais de Educação Tecnológica, com 23 Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, a Universidade Tecnológica do Paraná e o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. A dimensão que a Rede Federal adquiriu nos últimos

anos tornam a modalidade de ensino profissional uma política consolidada de Estado; Conforme o Censo do Ensino Superior em 2017 foram ao todo 63 universidades federais e 42 escolas técnicas federais em 651 unidade no Brasil, com um total de 120 mil docentes e 144 mil servidores técnico-administrativos, 96 mil docentes na universidade e 24 mil docentes nas escolas técnicas federais (BRASIL, 2018). Uma das especificidades das escolas técnicas federais é a sua expansão interiorana, democratizando o acesso a pessoas e regiões pouco desenvolvidas ou atendidas pelo ensino público federal técnico e superior.

Como resultado, a expansão e interiorização das instituições federais de EPT partiu, em 2006, de um total de 144 unidades. Chegou em 2018, a 659 unidades em todo o país, das quais 643 já se encontram em funcionamento. Isto representou a construção de mais de 500 novas unidades, quantitativo maior do que o previsto nas três fases (que totalizava 400 novas unidades)¹.

Nesse período desenvolve-se programas e políticas de formação profissional, entre os quais, o Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006 que institui o Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e a Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, em que altera dispositivos da atual LDB para estabelecer diretrizes e bases da educação nacional para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da EPT. Em termos gerais, pela primeira vez, é incluído literalmente no texto da LDB um capítulo próprio destinado à Educação Profissional, além de uma seção própria destinada à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, inserida no capítulo da educação básica, registrando a importância que a modalidade adquire na educação nacional e na contemporaneidade (DIAS, 2015).

Especificamente, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS) nasceu na unificação das escolas agrotécnicas federais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho, tradicionalmente reconhecidas pela qualidade na oferta de Ensino Médio e técnico. Atualmente o IFSULDEMINAS possui campi em Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre e campi avançados em Carmo de Minas e Três Corações, além de núcleos avançados e polos de rede em diversas cidades da região do sul do Estado de Minas Gerais. O Instituto oferta cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, subsequentes (pós-médio), especialização técnica, Proeja, graduação, pós-graduação e cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD). Na referida instituição, a Assessoria Internacional, está ligada à Pró-Reitora de Extensão do IFSULDEMINAS. Trata-se de uma diretoria que cuida do

¹ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expansao-da-rede-federal> Acesso em 28 de julho de 2019.

planejamento, coordenação e execução das ações de internacionalização e do relacionamento internacional e possui como objetivo estimular e operacionalizar trocas de experiências entre as várias instâncias de trabalho deste IF e instituições nacionais e internacionais, tais como intercâmbio de alunos e servidores (docentes/pesquisadores; técnico-administrativos) e desenvolvimento de projetos interinstitucionais, dando ênfase a qualquer atividade relacionada com a cooperação nacional e internacional. Cabe salientar ainda que os eixos de atuação da Pró-Reitoria de Extensão contemplam também as relações internacionais. Assim sendo, os seis eixos de atuação são: eixo 1. Programas; eixo 2. Capacitação; eixo 3. Estágio, emprego, egresso; eixo 4. Projetos; eixo 5. Relações Internacionais e; eixo 6. Eventos.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional PDI para o período de 2019-2023, o IFSULDEMINAS possui acordos com universidades e instituições de vários países, abrangendo Argentina, Bolívia, Canadá, Colômbia, Congo, Cuba, Equador, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, Itália, México, Paraguai, Peru, Portugal, Rússia, Turquia e Uruguai que atendem ao Programa de Mobilidade Acadêmica (PMA). Entre 2017 e 2018 investiu-se em mobilidade estudantil cerca de 600 mil reais e desde 2011, os campi Inconfidentes, Machado, Muzambinho, unidades onde existem alojamentos e refeitórios, já receberam quase 50 intercambistas de 12 nações da Europa, África e Américas. As principais atribuições das relações internacionais constam:

- Estabelecer vínculos de cooperação entre o IFSULDEMINAS e instituições nacionais e internacionais;
- Planejar, coordenar e executar as ações que promovam o relacionamento internacional;
- Produzir e encaminhar propostas dos vários setores de trabalho do IFSULDEMINAS para organismos de fomento internacional;
- Acompanhar o desenvolvimento de propostas nos órgãos de fomento;
- Em articulação com os diversos setores operacionais do IFSULDEMINAS, buscar a captação de recursos para o desenvolvimento de planos, estudos e projetos nas múltiplas áreas do conhecimento em entidades financiadoras públicas e privadas, nacionais e estrangeiras.;
- Promover intercâmbio com instituições similares ao IFSULDEMINAS, instituições universitárias e outros organismos nacionais e internacionais, estimulando o desenvolvimento de projetos, estudos, estágios, cursos e pesquisas nas diversas áreas do conhecimento;
- Estabelecer vínculos com outros organismos internacionais que desempenham atividades correlatas, visando ao constante fortalecimento e ao aperfeiçoamento das ações do IFSULDEMINAS;
- Divulgar informações sobre cursos, bolsas de estudo e programas de instituições internacionais.

Não há uma portaria específica para criação dessa assessoria. Segundo dados da Assessoria Internacional do IFSULDEMINAS desde 2013 cerca de 200 estudantes de graduação do IFSULDEMINAS foram contemplados em editais de mobilidade para realizarem intercâmbio acadêmico no exterior. Em 2019, a Assessoria Internacional do IFSULDEMINAS declarou convênios com mais de 70 instituições de ensino internacionais, as quais recebem estudantes do IFSULDEMINAS e enviam seus alunos para estudar em um dos campi do Instituto.

No que se refere ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSP), entre 2016 e 2017, o IFSP oficializou sua Assessorias de Relações Internacionais (ARINTER). A ARINTER do IFSP com ações desde 2015 busca fortalecer a interação entre o IFSP e as instituições de ensino, pesquisa e extensão no exterior. Entre as suas competências estão a articulação de acordos de cooperação com instituições internacionais incentivando pesquisadores, servidores e alunos a obter experiência acadêmica internacional e troca de experiência com as instituições conveniadas. Essa assessoria é caracterizada pela Portaria nº 1.151, de 07 de abril de 2016, como um escritório internacional de acordos e convênios de cooperação internacional (IFSP, 2017).

A ARINTER, órgão responsável pelos assuntos relacionados à internacionalização da educação no IFSP está vinculada à Reitoria, inclusive, cada um dos 37 campi possui um representante. A Arinter foi instituída pela Portaria nº 1.151 de 07 de abril de 2016, que criou as políticas de internacionalização do IFSP. Os objetivos da Arinter do IFSP são:

- a) propor e/ou articular contatos, intermediando o estabelecimento de Acordos de Cooperação e Convênios com instituições internacionais, incentivando seus professores, pesquisadores, servidores e alunos a obter experiência acadêmica internacional, por meio de troca de experiência com instituições conveniadas;
- b) articular ações como: mobilidade acadêmica *inbound* e *outbound*. cooperação técnica, ensino, pesquisa, extensão, estágio, capacitação de servidores e outras ações que promovam a internacionalização do IFSP, em parceria com as Pró-reitorias quando for o caso;
- c) Gerenciar as atividades de Cooperação Intemacional incentivando o ensino, a pesquisa, a extensão e a internacionalização e;
- d) Criar e coordenar os Centros de Línguas do IFSP como estratégia de internacionalização, propondo e gerenciando ações que promovam a aprendizagem de línguas estrangeiras (inglês,

espanhol, francês, dentre outras) e português para estrangeiros, bem como outras ações afins à internacionalização.

A partir dessa portaria, pode-se compreender a concepção do IFSP quanto a acordos de cooperação, convênios internacionais, atividades de cooperação e ações dos Centros de Línguas. O IFSP apresenta uma tipologia a partir da qual as estratégias institucionais podem ser elencadas, promovidas e avaliadas.

No caso dos governos estaduais, cabe considerar que também houve um movimento de expansão de sua rede de EPT. Dados oficiais referentes ao segundo semestre letivo do ano de 2016, indicam um total de mais de 200 mil alunos matriculados nas Escolas Técnicas Estaduais de São Paulo, com suas extensões e convênios. A estrutura da educação profissional pública estadual de São Paulo, está vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI), com Escolas Técnicas (ETEC) e Faculdades de Tecnologia (FATEC) administradas pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” (CEETEPS). O CEETEPS está presente em aproximadamente 300 municípios paulistas, administrando 223 Escolas Técnicas (ETEC) e 71 Faculdades de Tecnologia (FATEC) estaduais, ultrapassando o número de 292 mil alunos em cursos Técnicos de Nível Médio e Superiores Tecnológicos (CEETEPS, 2018). O CEETEPS é uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI). A instituição foi idealizada em 1963 e começou suas atividades em 1969, criada pelo governador Abreu Sodré, sendo resultado de um grupo de trabalho para avaliar a viabilidade de implantação gradativa de uma rede de cursos superiores de tecnologia com duração de dois e três anos.

No decorrer das décadas, a instituição paulista acabou englobando também a Educação Profissional do estado em nível médio, absorvendo unidades já existentes e construindo novas ETEC e FATEC para expandir o ensino profissional a todas as regiões do Estado. Importa ressaltar que as ações de cooperação internacional do CEETEPS remontam ao início dos anos 1990, que mesmo de forma incipiente, promoviam essa troca de experiência e conhecimentos:

No histórico das ações internacionais do Centro Paula Souza, encontram-se registros a partir de 1991, principalmente ações com as Faculdades de Tecnologia. Naquele momento da instituição, eram concebidos documentos de cooperação para cada atividade a ser desenvolvida. No período de 1991 a 2005, tem-se o registro de 10 acordos de cooperação estabelecidos, po-

rém os registros são muito frágeis e não se consegue afirmar se todos tiveram ações efetivamente executadas (SANTOS, 2014, p. 56).

Ainda segundo Santos (2015), o CEETEPS, em 2008, instituiu o projeto Gestão de Parcerias para a Educação Profissional com instituições internacionais, com o objetivo de sedimentar e ampliar as ações com instituições públicas, privadas e não governamentais do Brasil e no Exterior parceiras do Centro Paula Souza. Outro marco relevante foi a implementação do programa de Intercâmbio Cultural, que teve início em 2011, e que segundo a instituição, contemplou mais de 2.900 pessoas, entre alunos e professores, desde seu início até o final do ano de 2014.

As ETEC oferecem nos Ensinos Técnico, Médio e Técnico Integrado ao Médio, 139 cursos técnicos na área industrial, agropecuária e serviços, nas modalidades presencial, semipresencial e à distância. Possui também cursos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de qualificação profissional. As FATEC têm mais de 80 mil alunos matriculados em 73 cursos de graduação tecnológica, em diversas áreas, como Construção Civil, Mecânica, Informática, Tecnologia da Informação, Turismo, entre outras. Além da graduação, são oferecidos cursos de pós-graduação, atualização tecnológica e extensão (CEETEPS, 2017).

A EPT também se consolida no âmbito da pós-graduação com o surgimento e expansão da oferta de mestrados profissionais nas mais diversas áreas. Os mestrados profissionais trazem para a pós-graduação desafios relativos à natureza e objetivos da pesquisa com um viés mais “prático” e “aplicado”, relativo a uma concepção educacional e cultural mais propriamente profissionalizante. O mestrado profissional confronta convicções sedimentadas dos pesquisadores e dos programas acadêmicos de pós-graduação sobre concepções em torno das dicotomias entre formação propedêutica e formação profissional, entre teoria e prática, entre pesquisa e prática docente.

A Assessoria de Relações Internacionais (ARINTER) é o setor relativamente novo no CEETEPS, tendo sido criada em 2016. Contudo, antes de sua criação, acordos e ações relativas à internacionalização da educação profissional já eram realizados, por meio do referido projeto Gestão de Parcerias Internacionais para a Educação Profissional, desenvolvido sob a orientação do Professor Almério Melquíades de Araújo, Coordenador do Ensino Médio e Técnico. De acordo com SANTOS (2015), as primeiras ações de internacionalização do CEETEPS, de que se encontram registros, datam de 1991, com Portugal. Os convênios e parcerias com ou-

tras instituições educacionais do mundo, são realizados pelo CEETEPS de acordo com a finalidade da instituição: execução de atividades ligadas ao ensino e à pesquisa em Educação Profissional. Tais acordos tratam, por exemplo, da organização e docência dos cursos técnicos e tecnológicos ofertados; da formação e capacitação de profissionais, intercâmbio com universidades e instituições científicas; promoção de congressos, simpósios e seminários entre outros. No site da ARINTER é possível encontrar a relação das diversas ações realizadas com outros países. São concursos internacionais, intercâmbios de alunos e docentes, ministração de cursos e palestras por professores estrangeiros e a relação de acordos de cooperação internacionais firmados pelo CEETEPS e instituições de ensino de diversos países.

Nota-se que há predominância de parcerias com instituições situadas na América Latina, em especial com a Argentina, e acordos com institutos politécnicos em Portugal, que ofertam cursos em nível tecnológico, objetivando a inserção rápida de seus alunos egressos no mercado de trabalho. Além das capacitações citadas, a ARINTER promove programas de mobilidade discente e docente, que consistem na oferta de bolsas de estudo para cursos de inglês em instituições estrangeiras e para cursar semestres acadêmicos em universidades parceiras. Esses programas, principalmente os mobilidade estudantil, têm sido o ponto forte do que se tem conseguido realizar no CEETEPS quanto às suas tentativas de internacionalização como se pode verificar nos editais divulgados no site da ARINTER (2018).

Os números que abrangem essas práticas cresceram significativamente nos últimos dois anos. No ano de 2016 foram ofertados 19 bolsas e vagas a alunos do CEETEPS, e no ano seguinte, chegou a 60 bolsas, tendo sido beneficiados, também, 13 docentes, totalizando 73 contemplados com programas dessa natureza. Já em 2018, até novembro, 107 discentes e 16 docentes foram atendidos por projetos internacionais.

Para o estabelecimento de acordos e parcerias com outras instituições do mundo, adota um fluxo padronizado, que contempla três etapas articuladas que vão das propostas de convênios iniciadas a partir de contato com potenciais parceiros até a formalização das parcerias. Cabe ressaltar que, uma vez feito todo esse procedimento, o processo é encaminhado à Área de Gestão de Parcerias e Convênios (AGPC) do CEETEPS, que avalia a documentação, confirmando se estão de acordo com aquilo solicitado, para em seguida preparar ofício de encaminhamento e acompanhamento do processo junto à Superintendência da instituição.

Em outubro de 2018 o Centro Paula Souza instituiu sua Política Linguística Institucional. Pretende, entre outras iniciativas, “oferecer disciplinas em língua estrangeira nos cursos de graduação tecnológica, extensão e pós-graduação” e organizar atividades de intercâmbio técnico, científico e cultural entre membros dos corpos docente, discente e administrativo do Centro Paula Souza - CPS e indivíduos vinculados a Instituição de Ensino Superior – IES estrangeiras”. A iniciativa de oferecer disciplinas em língua estrangeira (provavelmente inglesa e secundariamente, a espanhol) corresponde ao esforço feito por muitos países para atrair estudantes internacionais e estabelecer parcerias bilaterais com instituições estrangeiras. No entanto, se a instituição não envidar esforços também para figurar entre as instituições mundialmente reconhecidas, o oferecimento de disciplinas em outras línguas resultará em investimento com pouco retorno, por isso, há a necessidade do estabelecimento de outras políticas complementares. O fato de contar com uma ARINTER potencializou a continuidade e a avaliação das estratégias institucionais quanto à mobilidade estudantil.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo tratou da proposta de investigação acerca das políticas de formação técnica e tecnológica no contexto da internacionalização da educação, com breves considerações sobre as instituições de educação profissional e tecnológica e sua relação com as diretrizes e orientações das políticas de internacionalização da educação profissional. Observou-se que a compreensão da internacionalização da educação profissional nas instituições exige a reflexão de uma multiplicidade de aspectos, tais como a contexto econômico, político e social no qual as políticas são formuladas, as diretrizes dos organismos multilaterais, as várias culturas institucionais, dentre outros.

Especificamente, no caso das instituições investigadas: o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETESP), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), a análise preliminar demonstra que as ações de internacionalização da educação profissional no Brasil são recentes e, grosso modo, estão sendo desenvolvidas em conformidade com as propostas dos organismos multilaterais a partir de princípios econômicos para viabilizar processos de cooperação internacional. Assim sendo, destaca-se um movimento nas três instituições pesquisadas para desenvolver órgãos administrativos e

instrumentos de normatização da internacionalização da educação profissional, criação de várias iniciativas, de convênios e acordos, projetos, dentre outros.

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), ao Instituto Federal de São Paulo (IFSP), ao Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) e ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS).

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Levantamento das ações de internacionalização da Rede Federal de EPT e resultado do GT de Política Educacional**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/maio-2018-pdf/87481-acoes-de-internacionalizacao/file>. Acesso em: 20 de abr. 2019.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA. **Perfil e Histórico**. Disponível: <http://www.cps.sp.gov.br/perfil-e-historico/>. Acesso em: 15 ago. 2017.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA.. **Internacional**. Disponível em: <http://www.cps.sp.gov.br/internacional/>. Acesso em: 07 set. 2017.

DIAS, V. E. M. **A educação integrada e a profissionalização no ensino médio**. Tese de Doutorado. Centro de Educação e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Educação. São Carlos: UFSCar, 2015.

MOREIRA, A. F. B. Estudos de currículo: avanços e desafios no processo de internacionalização. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo-SP, v. 39, n. 137, p. 367-381, maio/ago. 2009.

SANTOS, F. S.; ALMEIDA FILHO, N. **A quarta missão da Universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

SARAIVA, E. Introdução à teoria da política pública. In: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. (org.). **Políticas Públicas**. Brasília: ENAP, 2006.

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E.. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2007.

UNESCO. Establishment of an international long-term programme for the development of technical and vocational education following the second international congress on technical and vocational education (Seoul, Republic of Korea, april 1999), Paris, 1999. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000117403>. Acesso em: maio 2019.

INSTITUTIONAL POLICIES AND STRATEGIES FOR INTERNATIONALIZING EDUCATION IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION INSTITUTIONS.

***Abstract:** The article deals with the internationalization policies and strategies of Professional and Technological Education at the Paula Souza State Center for Technological Education (CEETEPS), the Federal Institute of Education, Science and Technology of Southern Minas Gerais (IFSULDEMINAS) and the Federal Institute of São Paulo. (IFSP), considering the international and governmental proposals for professional and technological education and the institutionalization strategies of each of the researched institutions. The intention is to understand how professional and technological education institutions incorporate the guidelines and orientations of the internationalization policies of professional education within their institutions and the way they establish institutional, pedagogical and political meanings in the process of internationalization of education in view of the initial conditions of education. its actualization. It is concluded that although the internationalization actions of professional education in Brazil are recent, there is a movement in the three institutions researched to develop administrative bodies and instruments for standardization of internationalization of professional education, creation of various initiatives, agreements and agreements, projects, among others.*

***Keywords:** Professional and technological education; Internationalization of professional education; Institutional Policies and Strategies.*

O BIBLIOTECÁRIO DE REFERÊNCIA: PROPOSTA PARA EFETIVAÇÃO DA TUTORIA INFORMACIONAL EM EQUIPES DE EAD ONLINE

doi: 10.47930/1980-685X.2020.1908

FARIAS, Gabriela Belmont de – gabibfarias@gmail.com

NÓBREGA, Paula Pinheiro da – ppnjc@hotmail.com

SILVA, Andréa Soares Rocha da – andrears07@gmail.com

***Resumo:** Na sociedade atual, com o constante aumento e dispersão de informações em diversificados campos do saber, o bibliotecário por ter em seu escopo de habilidades a capacidade, aptidões e ferramentas que podem satisfazer, de modo específico, as necessidades informacionais dos que o procuram, percebe-se o potencial do bibliotecário para atuar na área educacional pelo seu rico e interdisciplinar conjunto de atribuições, competências e habilidades. A pesquisa é de natureza bibliográfica e de caráter exploratório. Evidenciou que o bibliotecário possui competências para atuar, particularmente, no âmbito da Educação a Distância (EaD) online, podendo trabalhar em todas as fases que envolvem a elaboração de um curso na modalidade EaD online, desde o planejamento à avaliação. Mais, ainda, o bibliotecário pode assumir múltiplos papéis, dentre os quais, surge um que, oficialmente, não se vê incluso nos projetos e programas de aprendizagem, que é o tutor informacional.*

***Palavras-chave:** Atuação Bibliotecária. Educação a Distância. Trabalho informacional. Campo de trabalho.*

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade atual, com o constante aumento e dispersão de informações em diversificados campos do saber, além do despertar para a relevância de organizá-las e gerenciá-las, surge uma importante indagação: a quem elas interessam? Ou seja, é crucial a ciência sobre o público o qual irá utilizá-las. Desta forma, o bibliotecário, por ter em seu escopo profissional

a capacidade de estudar e conhecer o que buscam as pessoas que ele atende, seja no ambiente de bibliotecas, centros de pesquisas ou demais serviços, dispõe de aptidões e de ferramentas que podem satisfazer, de modo específico, as necessidades informacionais dos que o procuram.

Assim, percebe-se o potencial do bibliotecário de referência para atuar na área educacional pelo seu rico e interdisciplinar conjunto de atribuições, competências e habilidades. E, particularmente, no âmbito da Educação a Distância (EaD) *online*, ele pode trabalhar em todas as fases que envolvem a elaboração de um curso na modalidade EaD *online*, desde o planejamento à avaliação. Mais, ainda, o bibliotecário pode assumir múltiplos papéis, dentre os quais, surge um que, oficialmente, não se vê incluso nos projetos e programas de aprendizagem, que é o tutor informacional.

Enquanto o tutor professor caracteriza-se por ser uma expertise em determinado assunto, o bibliotecário tutor informacional, ao manter o diálogo com os discentes, pode identificar o que cada um deles precisa para seu aprofundamento nos conteúdos das disciplinas, bem como pode detectar as fontes que estão familiarizados e quais delas são mais eficientes ao aprendizado, ou até mesmo que materiais não estão sendo utilizados e o porquê disso ocorrer. Ao se descobrir tais dificuldades, o bibliotecário poderá complementar por meio de pesquisas, tipos e linguagens de suportes que satisfaçam as necessidades informacionais dos estudantes.

Outro aspecto salutar diz respeito às bibliotecas, que tanto nas físicas quanto nas digitais/virtuais, o bibliotecário não é somente aquele que organiza, gerencia acervos e faz empréstimos, mas trata-se do profissional de referência que conhece os usuários da informação e pode responder aos questionamentos desses sujeitos, a partir de conceitos advindos de vários ramos do saber, como a psicologia, a comunicação, aliados às técnicas biblioteconômicas e à ciência da informação com seu caráter interdisciplinar, que auxiliam na solução de problemas e de inquietações.

Ao assumir a tutoria informacional, o conhecimento do bibliotecário de referência concernente aos alunos de cursos EaD *online* poderá ser adquirido quando ele traçar o perfil dos discentes, com o intuito de obter mais detalhes a respeito do que os leva a sentir dificuldades na aprendizagem e em que aspectos apresentam potencialidades nos estudos.

Para entender essa interação entre bibliotecário e usuários da informação, é essencial compreender as concepções e a história do serviço de referência (SR), conforme será descrito no próximo item.

2 O SERVIÇO E O BIBLIOTECÁRIO DE REFERÊNCIA

Todo serviço emerge da necessidade demandada por alguém. No tocante à Biblioteconomia, o serviço está ligado ao nível intangível, que é a informação. Por isso, quando um indivíduo solicita uma resposta, deve-se convergir para o alcance de índices de precisão e especificidade. Lembrando que, a informação almejada pode ser desde um simples significado de um vocábulo a uma pesquisa complexa, cujo resultado poderá contribuir para gerar um produto, como é o caso de indústrias que dependem da pesquisa e do desenvolvimento para inovarem, fabricarem e, conseqüentemente, manterem-se em destaque no mercado.

A compreensão do que, de fato, deseja o usuário da informação depende de alguns fatores, e três deles são primordiais: a presença de um bibliotecário para intermediar a questão proposta, um bom processo de entrevista e um serviço de referência bem planejado e gerenciado. Primeiramente, falaremos sobre o serviço de referência, pois é nele que são estabelecidas as interações entre o bibliotecário e quem busca a informação.

Historicamente, muitos estudiosos atribuíram conotações ao serviço de referência, um deles foi o bibliotecário Samuel Sweet Green, caracterizando-o como um relacionamento firmado entre bibliotecas e leitores, envolto por um sentimento de empatia, resultando no reconhecimento da biblioteca e, como reflexo disso, identificação das necessidades informacionais dos usuários. Passado o tempo, afluíram outras concepções e chegou-se à consideração de que um serviço de referência era especializado. Posteriormente, outro bibliotecário, Douglas John Foskett, veio somar ao propor a distinção entre as ações de conceder respostas a questões e a disseminação da informação, esta segunda utiliza recursos que servem para atualizar os usuários. Já na visão do bibliotecário William Warner Bishop, ele reconhece que há empenho de todos na biblioteca para utilização produtiva dos livros (MACEDO; MODESTO, 1999).

Como constatado, a biblioteca física é predominantemente citada quando se pretende compreender o significado e o funcionamento do serviço de referência, até porque este faz

parte dela e, no início, as técnicas de catalogação e classificação eram pensadas para organizar os materiais bibliográficos nas estantes e disponibilizá-los aos usuários. Porém, com a evolução das tecnologias e o advento da internet, despontaram as bibliotecas digitais/virtuais e também foram criados outros tipos de serviços de referência *online*, trazendo novos olhares e possibilidades.

Corroborando, Rozados (2006, p. 54) comenta que

Ao entender-se o serviço de informação como o moderno serviço de referência, entende-se, também, a mudança bastante radical que está ocorrendo neste tipo de serviço e que se configura como sendo externa, uma vez que sua essência permanece estável - fornecer assistência na busca individual de informação. Esta mudança está vinculada à drástica alteração, ocorrida principalmente nos últimos vinte anos, nos tipos de fontes em que as informações estão disponíveis e na forma de acesso, ambas não mais confinadas à biblioteca, mas situadas principalmente em espaços externos a ela, como bases de dados on-line e redes informáticas.

Segundo Macedo e Modesto (1999), essa transformação recebeu incentivo da American Library Association (ALA) - Associação Americana de Bibliotecas, cuja instituição, em 1979, foi responsável por elencar diretrizes básicas para o serviço de referência, incluindo as tecnologias da informação, e por causa do seu grande avanço, proporcionou interrelações com os mais variados usuários de informações.

Mais recentemente, no ano de 2017, a Reference and User Services Association (RUSA) - Associação de Serviços de Referência e Usuário, uma divisão da ALA, escreveu um documento onde orienta e define as diretrizes para implementar e manter serviços de referência virtual. Inicialmente, apresenta-se uma conceituação de serviço de referência, o qual é interpretado como aquele que tem seu começo de maneira eletrônica e a comunicação dos usuários da informação não acontece presencialmente. Logo em seguida, são listadas as diretrizes, assim dispostas: preparação para o serviço de referência virtual; prestação de serviço; treinamento; gerenciamento de serviço; e privacidade (REFERENCE AND USER SERVICES ASSOCIATION, 2017).

De acordo com a primeira diretriz, preparação para o serviço de referência virtual, alguns pontos chamam atenção, tais como: ela recomenda que as referências virtual e tradicional estejam integradas; antes de se idealizar um projeto, deve haver comprometimento por parte de todas as instâncias da gestão e da equipe da organização, no sentido de dar apoio ao serviço de referência virtual, desde a fase do planejamento à sua implementação; preocupação com os custos; na equipe de planejamento, é primordial a participação do público-alvo; e cuidados

com a escolha do *software*, para isso, o engajamento do pessoal de tecnologia da informação faz-se bastante necessário (REFERENCE AND USER SERVICES ASSOCIATION, 2017).

Vale ressaltar que, na diretriz supracitada, são mencionados os serviços de referência tradicional e virtual ou digital, como alguns autores denominam. Na ótica de Mesquita (2010, p. 39), a diferença entre eles consiste em:

o serviço de referência tradicional ou presencial, refere-se ao serviço disponibilizado presencialmente, ou seja, no qual o profissional da informação e o utilizador partilham o mesmo espaço físico no decorrer da entrevista de referência. O serviço de referência digital é outra forma de disponibilizar o mesmo serviço, através das tecnologias de forma síncrona ou assíncrona, mas que, em todos os casos, procura responder ao utilizador a informação solicitada.

Em relação à diretriz prestação de serviço, esta abrange quatro esferas: os clientes, isto é, o público ao qual o serviço de referência virtual deverá ser voltado, instituindo políticas que reforcem um comportamento adequado à instituição; a segunda, relativa aos parâmetros de serviços, delibera e dá acesso ao serviço que será ofertado, porque, desta feita, os clientes entenderão a missão dele; o terceiro consiste no pessoal, que precisa estar de posse de conhecimentos e habilidades para o serviço através da educação contínua; e o quarto, comportamento de serviço, referencia a equipe da biblioteca e alerta para o fato de que, por não ter um gestor ao lado, isso poderá acarretar em novas formas de comunicar, exigindo habilidades a mais, enviando esforços e capacitações para que se ofereça um serviço de qualidade, e mais, no que tange às competências do bibliotecário, elas devem ser demonstradas, e outros três elementos que importam em um comportamento de serviço são as entrevistas de referência, a preservação de perguntas e o instigar a comunicação interpessoal (REFERENCE AND USER SERVICES ASSOCIATION, 2017).

A diretriz prestação de serviço deixa evidente que, para o serviço de referência virtual lograr êxito e manter a qualidade, o processo de comunicação precisa estar ajustado, e com isso, o comportamento de todos os interlocutores (usuários da informação, bibliotecário e equipe), favoreça ao encaminhamento e à recepção da mensagem eficientemente, evitando ruídos que possam atrapalhar o diálogo entre as partes (REFERENCE AND USER SERVICES ASSOCIATION, 2017).

Para Siqueira (2010, p. 124),

[...] o serviço de referência inicia-se desde a recepção do indivíduo, que acontece primeiro no nível da comunicação não-verbal, à retomada de uma nova abordagem, utilizando outras estratégias, quando os resultados encontrados não satisfazem o indivíduo.

Treinamento, a terceira diretriz, orienta a respeito do importante papel que a qualificação da equipe ocupa em relação a operar bem o *software* empregado no serviço de referência virtual e, precipuamente, incentiva estudar os conceitos elementares para solucionar entraves de acesso dos clientes (REFERENCE AND USER SERVICES ASSOCIATION, 2017). Confirmando, Inazawa (2013, p. 45), ao discorrer sobre o modelo de construção e manutenção de um serviço de referência digital, criado pelo professor R. David Lankes e pela bibliotecária Abby Kasowitz, cita as fases que englobam o seu desenvolvimento, e a fase de número três aponta, justamente, o treinamento e explicita que ele “serve para planejar, produzir e implementar cursos voltados para a equipe de trabalho composta por bibliotecários e auxiliares.”

A penúltima diretriz é o gerenciamento de serviço, o qual visa, em primeiro lugar, integralizar o serviço de referência virtual. Este, por sinal, configura-se na ampliação dos serviços de referência que já existem na instituição, devendo ter idêntico status para a continuidade de elevada qualidade. E um dos quesitos para atingi-la pode estar na ação de verificar modelos de equipes para selecionar um que se adeque à biblioteca e que a equipe escolhida saiba o objetivo e como lidar com o serviço de referência virtual. No gerenciamento, outro tópico coberto, a infraestrutura/instalações, frisa o acompanhamento das tecnologias. As finanças, imprescindíveis para elaborar o orçamento, destinam-se a investir em recursos para a implantação do serviço de referência virtual. O gerenciamento também deve dedicar-se ao marketing, formulando um plano, para que se tenha o discernimento de qual público utilizará o serviço de referência virtual, bem como efetuar a publicidade, avaliando e atualizando o marketing, com a finalidade de conquistar novos públicos e fazer a divulgação de novos métodos de acesso para o serviço (REFERENCE AND USER SERVICES ASSOCIATION, 2017).

Blatman (2001, p. 50) reforça o entendimento quanto ao gerenciamento, afirmando que

Na gestão de serviços, necessita-se compreender quais são as suas características especiais. Isto requer uma visão esclarecida sobre a gestão de suas operações, que envolvem o projeto, o planejamento e controle, os suprimentos, os custos (finanças), a distribuição (marketing), a manutenção e os recursos humanos.

Na diretriz gerenciamento, vislumbram-se as peculiaridades do ato de gerir, e o serviço de referência virtual é sistêmico, onde as partes relacionam-se e integram-se ao todo. A gestão mostra como se dá cada processo.

A privacidade encerra a listagem das diretrizes indicadas pela Reference and User Services Association (2017). Como o próprio nome denota, essa diretriz sugere resguardar os dados dos usuários, promovendo políticas que garantam a confiabilidade e a privacidade dos sujei-

tos, como exemplo está o *frequently asked questions*, ou mais conhecido por *FAQ*, que são aquelas perguntas mais frequentes feitas pelas pessoas, devendo-se, então, evitar a exposição dos usuários durante suas indagações.

Os professores Yang; Peterson e Cai (2003, p. 691-692, grifo nosso) realizaram um estudo sobre as dimensões que mais influenciam a qualidade de serviço *online* e enumeraram catorze: “resposta; credibilidade, facilidade de uso, **confiabilidade**, conveniência, comunicação, acesso, competência, cortesia, personalização, melhoria contínua, colaboração, **segurança/privacidade** e estética.”

Há de se considerar que a qualidade pode estar relacionada à observância das funções do serviço de referência, retratadas por Mangas (2007, p. 4), como: “acolher, informar, formar e orientar”. E o bibliotecário é quem gerencia cada função e impulsiona a mediação da informação. Esta inicia desde o momento em que se organiza a informação até a hora do atendimento ao cliente.

Confirmando, Almeida Júnior e Santos Neto (2014, p. 104) explicam que,

Mesmo que a mediação seja mais facilmente percebida nos serviços finais das bibliotecas, ela está presente desde o momento de planejamento e da determinação das ações que ocorrerão na unidade de informação. Então a classificação e catalogação não devem ser exercidas unicamente como sendo técnicas neutras e imparciais, mas primordialmente como atividades voltadas para o usuário/leitor da unidade de informação.

Entretanto, ainda segundo Almeida Júnior e Santos Neto (2014), a mediação ocorre, independente do usuário da informação estar presente ou não. Portanto, a comunicação assertiva na modalidade EaD entre bibliotecário e estudantes possibilita a convergência para o aprendizado.

Retomando às funções do serviço de referência, na ação de acolher, de acordo com Mangas (2007), o bibliotecário de referência, além de colocar em prática suas competências profissionais, ao recepcionar os usuários da informação, deve tratá-los bem, sendo agradável, pois com isso seus clientes sempre voltarão à biblioteca, bem como outros serão conquistados devido à atenção conferida.

Na acolhida aos usuários da informação, nota-se a habilidade de psicologia que o bibliotecário de referência precisa desenvolver, isso porque ele necessita cultivar dois sentimentos. Um deles é a simpatia, esta por sinal, contribui para aproximá-lo das pessoas e a transformar o contato em uma conversa aprazível, especialmente, se for a primeira vez em que o cliente

busca auxílio, requerendo uma espécie de “quebra gelo”. O segundo sentimento, empatia, expressa a compreensão do outro, respeitando-o, ajudando-o, principalmente, porque cada indivíduo tem uma personalidade, tem pontos de vista, propósitos, valores, culturas diferentes.

Se presencialmente, com o chamado “olho no olho”, os dois sentimentos são importantes para o bom funcionamento de um serviço de referência, virtualmente isso intensifica ainda mais, pois eles podem servir para estimular a interação entre o bibliotecário e todos aqueles que querem uma informação.

A segunda função do serviço de referência é a de informar. Mangas (2007) esclarece que o bibliotecário durante essa fase precisa trazer informações contundentes para o solicitante, fornecendo soluções às indagações e incrementando as pesquisas, inclusive o autor diz que tais respostas podem traduzir-se desde uma pergunta que requeira resultado imediato, até respostas que exijam que o bibliotecário vá buscá-las fora do ambiente da biblioteca. Nos reportando ao ambiente virtual, o retorno aos usuários da informação pode ser ainda mais rico, dado que, existem diversos recursos informacionais, de materiais que podem ser impressos a audiovisuais repletos de detalhes.

Para Siqueira (2010), a função de informar está ligada ao próprio conceito de serviço de referência, o qual, segundo a estudiosa, iniciou sua divulgação quando foram fundadas as primeiras universidades, onde havia uma área específica para atender leitores. Com o passar do tempo, o serviço de referência modificou seu paradigma de acervo ao de acesso.

Mangas (2007) continua clarificando sobre as funções do serviço de referência e chega à terceira, que é a de formar. Em seu ponto de vista, formar diz respeito a instruir os sujeitos quanto ao uso de serviços e recursos disponíveis na biblioteca. Estão inclusas formações que cobrem o âmbito da biblioteca, como exemplo, utilização de catálogos, bem como orientações a respeito do uso eficiente da internet.

Nessa função formar, ampliamos a visão do sentido do verbo e o reconhecemos como possibilidade para o bibliotecário de referência oficializar seu papel de tutor informacional na modalidade EaD *online*, porque ele está apto a acompanhar os discentes durante seu processo de aprendizagem, seja dirimindo dúvidas; satisfazendo suas necessidades de pesquisas, colaborando, então, para o aprofundamento de assuntos, e ainda, auxiliando-os como manusear os materiais pertencentes ao acervo da biblioteca digital; ajudando na escolha de fontes adequadas; ensinando como construir referências bibliográficas e citar autores dentro

de textos, ou até mesmo orientando, metodologicamente, trabalhos de conclusões de cursos; produzindo oficinas, treinamentos *online* que promovam a leitura e o letramento digital, dentre outras.

Mangas (2007) concebe a última função do serviço de referência, orientar, por dois prismas: orientação dentro da própria biblioteca, que corresponde ao apoio para que as pessoas localizem os recursos bibliográficos nas estantes ou recebam coordenadas de onde encontrar essas fontes; a segunda orientação exerce a responsabilidade de dar conselho em relação à escolha de suportes informacionais.

Conforme Silva (2006, p. 91), ao mediar as orientações, o bibliotecário cumpre um papel muito relevante, que é o de nortear os consulentes, objetivando, com isso, que eles consigam detectar os seus problemas informacionais. O autor diz mais:

A orientação do usuário no uso de ferramentas e serviços adequados é fundamental nesta sociedade. Na realidade, a quantidade de informações dificulta a localização de uma fonte específica, razão pelas quais as tarefas tradicionalmente executadas pelos bibliotecários ganham importância.

Para tanto, o bibliotecário precisa conhecer o perfil do usuário da informação, ou seja, é necessário que o profissional o estude, pois, afinal, o serviço de referência está destinado a um público, o qual, em muitos casos, caracteriza-se por ser eclético. Na opinião de Paletta *et al.* (2016, p. 146-147), ao planejar uma unidade de informação, torna-se indispensável a “realização dos estudos de usuários para definir o tipo de informação, serviços e produtos demandados pelos diferentes segmentos de usuários”.

3 O USUÁRIO DA INFORMAÇÃO, A QUESTÃO DE REFERÊNCIA E A ENTREVISTA

Antes de se discutir a conceituação de usuário da informação, é preciso ponderar a história dos estudos voltados à referida temática, pois o papel das bibliotecas mudou no decorrer das décadas, passando de guardiãs e preservadoras do conhecimento para instituições que oferecem acesso às mais variadas pessoas que o demandem, e não apenas isso, mas ocupam um espaço na sociedade atual de levar a informação, tendo uma postura proativa, principalmente no cenário virtual.

Na visão de Corrêa (2014, p. 24), estudos de usuários despontam e configuram-se no campo mais destacado em Ciência da Informação e Biblioteconomia, e ele justifica essa preferência pelo fato de que o usuário “representa a razão de ser de todos os esforços para organização e disponibilização da informação.” O autor segue abordando o histórico e diz que, para Nice Menezes de Figueiredo, os estudos de usuários nasceram em eventos sediados nos Estados Unidos e Inglaterra, entre os anos de 1940 a 1950, cujo objetivo foi debater a “identificação e busca de satisfação das necessidades informacionais” daqueles que iam às bibliotecas.

Já para Berti e Araújo (2017), os estudos de usuários apresentam duas abordagens que assinalam sua evolução. A primeira delas foi por causa de uma grande imigração na cidade de Chicago, nos Estados Unidos, e como havia cidadãos advindos de várias partes do planeta, percebeu-se a necessidade de disponibilizar informações, tendo o intuito de agilizar o processo de socialização e, com isso, poder evitar problemas nos contextos políticos, sociais e culturais. Tais informações foram disseminadas pela Biblioteca da Universidade de Chicago. Posteriormente, em 1948, quando a Inglaterra estava enfrentando uma época de guerra fria. Na ocasião, aconteceu a Conferência da Sociedade Real de Londres. O evento trouxe novos debates sobre estudos de usuários, dessa vez, com ênfase nos sistemas de informação e nas pessoas que usavam aqueles sistemas. Os autores também afirmam que no ano de 1970, os estudos avançaram e começou-se a analisar o comportamento informacional dos usuários.

A respeito, William (2000 apud GASQUE; COSTA, 2010, p. 22) interpreta o comportamento informacional sob quatro enfoques:

comportamento informacional: a totalidade do comportamento humano em relação ao uso de fontes e canais de informação, incluindo a busca da informação passiva ou ativa;

comportamento de busca da informação: a atividade ou ação de buscar informação em consequência da necessidade de atingir um objetivo;

comportamento de pesquisa de informação: o nível micro do comportamento, em que o indivíduo interage com sistemas de informação de todos os tipos;

comportamento do uso da informação: constitui o conjunto dos atos físicos e mentais e envolve a incorporação da nova informação aos conhecimentos prévios do indivíduo.

Portanto, Corrêa (2014) explica que, com o decorrer dos anos e as mudanças significantes na sociedade, os usuários passaram a ser encarados não mais somente como pessoas que usam bibliotecas e/ou serviços de informações, todavia, eles são atores sociais que participam, interagem, intervêm e criam novos saberes. Transpondo para a comunicação *online*, esses

indivíduos geram conhecimentos todos os dias. Daí, o autor sugere o uso da expressão “interagente”, ao invés de usuário. E acrescenta:

A palavra “interagente” tem sido popularizada nos últimos anos através do conceito de “interatividade” que acompanha os estudos mais recentes sobre o uso de ferramentas tecnológicas e dos recursos digitais. No contexto da sociedade conectada, cada usuário é um potencial autor de conteúdo na Internet e, por isso, possui um perfil marcado pelo alto nível de interatividade tanto com a informação em si, quanto com seus mediadores. O termo usuário tem sido repensado em diferentes áreas do conhecimento, como a comunicação, a informática e a educação (CORRÊA, 2014, p. 28).

Um dos campos que vem estudando a figura do interagente é a Comunicação, especificamente no trato das relações entre os sujeitos. Remetendo à biblioteca, essa relação expande quando se procura sentir e conhecer detalhes a respeito da comunidade que faz parte dela, para melhores compartilhamento e interação (PRADO, 2016).

Independente da nomenclatura, leitor, consultante, usuário ou interagente, um serviço de informação, particularmente, o de referência, existe para dar respostas a pessoas. No entanto, é fundamental que se saiba, com exatidão, o que elas desejam. Para tanto, há dois elementos que ajudarão a alcançar isso: a questão de referência e a entrevista.

A questão de referência pode ser considerada o ponto de partida do serviço de referência, pois diz respeito a um questionamento, inquietude ou dúvida que o usuário da biblioteca faz ou tem. Estendendo ao âmbito virtual, o lançamento da questão de referência pode ser bem mais dinâmico, e a resposta à ela torna-se mais rápida e, sendo registrada, o indivíduo terá acesso a qualquer dia e horário que quiser. Sem contar que, a comunicação pode acontecer mais vezes do que de modo presencial, em tempo real ou não.

Grogan (1995) classifica as questões de referência em: consultas de caráter administrativo e de orientação espacial; consultas sobre autor/título; consultas de localização de fatos; consultas de localização de material; consultas mutáveis; consultas de pesquisa; consultas residuais e questões irrespondíveis.

As consultas de caráter administrativo e de orientação espacial são aquelas que não exigem conhecimentos especializados. Trata-se da busca de informações corriqueiras e recorrentes pelos usuários, que levantam questões elementares e gerais quanto à localização e realização de coisas dentro de uma instituição. Um exemplo pode estar no simples fato de indagar se alguém pode emprestar algum objeto. A segunda consulta é a de autor/título e ocorre bastante no ambiente acadêmico, onde as bibliotecas das universidades dão suporte às pesquisas.

Nessa categoria, o usuário já sabe qual fonte deseja, e apresenta o título e/ou autor. O bibliotecário checa, realmente, se a obra existe e o que há no acervo (GROGAN, 1995).

As consultas de localização de fatos são as mais requisitadas e complexas. Profissionais como economistas, historiadores e advogados, em seus trabalhos, necessitam de fatos reais que os embasem em suas atividades. O papel do bibliotecário é crucial para a descoberta da veracidade de tais fatos e por isso leva um tempo maior, inclusive Grogan (1995) adverte que essa resposta não pode ser precipitada como cenas de programas de televisão, onde os participantes respondem às interpelações rapidamente. Ademais, o autor reforça que os relacionamentos interpessoais não devem ser como máquinas, mas o humano precisa ser valorizado.

Já em relação às consultas de localização de material, estudiosos as denominam buscas por assunto ou tema. E uma temática pode implicar dificuldade para encerrar uma pesquisa devido a algumas razões, entre elas, uma informação leva a tantas outras, bem como podem haver solicitações de investigações sobre os suportes ou formatos que abrigam aquele assunto. Desta maneira, o bibliotecário precisa ter *feeling* para captar a reação do usuário, no sentido de ter a certeza de que ele encontrou a resposta exata, e mais, para dialogar com o usuário, o bibliotecário de referência deve ter um nível intelectual elevado (GROGAN, 1995).

Grogan (1995) continua e faz alusão às consultas mutáveis, clarificando que elas sempre ocorrem no processo de negociação, redirecionando para outros rumos, isso quer dizer que, o usuário muda seu tipo de consulta ou acrescenta mais outras, como por exemplo, ele começa a efetuar uma consulta de localização de fatos, mas de repente, decide ir para uma consulta de localização de material. No tocante às consultas de pesquisa, o autor diz que elas são mais apuradas porque fundamentam-se no método científico e, como consequência, surgem novos conhecimentos.

As consultas residuais dizem respeito àquelas questões que os usuários formulam e não apresentam coerência, nem são compreensíveis e/ou até mesmo podem não haver respostas para elas. E, por último, Grogan (1995) menciona as questões não respondíveis. Como o próprio nome denota, equivalem à ausência de respostas, e muitas dessas perguntas envolvem dados estatísticas ou ainda, segredos de estado e informações sigilosas que não podem ser revelados.

Robinson (1989) agrupa a questão de referência em duas espécies: simples, contendo uma parte, e complexa, que apresenta várias orações. Com base em Silva e Gallotti (2019, p. 96), associamos, aqui, as consultas aos objetivos de um serviço de referência virtual, onde os questionamentos podem ser desde a um simples “esclarecimento de dúvida” até uma complexa “solicitação de levantamento bibliográfico”. No momento da entrevista, o bibliotecário precisa identificar qual tipo de consulta/questão ele está atendendo, para que se comece a busca e sejam encontradas as informações solicitadas, para que se gere, então, satisfação informacional aos usuários.

Figueiredo (1977, p. 91) define as fases do serviço de referência em: “seleção da mensagem; negociação; desenvolvimento da estratégia de busca; busca; seleção da resposta; e renegociação.” Na etapa de negociação acontece a entrevista. Também para Figueiredo (1996), uma entrevista compõe-se de três perguntas: fechadas, abertas e neutras.

Quando o bibliotecário indaga ao usuário da informação sobre o que ele deseja, e essa pergunta é fechada, pode ser que haja uma resposta direta e se ouça sim ou não, limitando, contudo, a comunicação e, evidentemente, a compreensão entre ambas as partes. Com relação à pergunta aberta, por um lado, franqueia a oportunidade de os usuários falarem o que pensam, todavia, por outro, o bibliotecário precisa tomar cuidado para não tirar o foco da questão que fez o usuário ir procurar o serviço de informação. A pergunta nula também é considerada aberta, porém, com um adendo, o bibliotecário pode assimilar a questão proposta pelo usuário, observando a natureza da busca, suas falhas e quais expectativas de uso das informações que aquele usuário nutre (FIGUEIREDO, 1996).

Figueiredo (1996, p. 40) argumenta que “O bibliotecário deve selecionar a sua estratégia de entrevista de acordo com cada situação, observar como vai ocorrendo e modificá-la se necessário. Perguntas abertas, fechadas, neutras, são apropriadas sob diversas circunstâncias.”

Depreende-se, então, que o bibliotecário para aplicar a estratégia de entrevista, precisa, antes de tudo, aproximar-se e conhecer o usuário, objetivando descobrir qual o interesse informacional dele, seja esse interesse profissional, científico, acadêmico ou até mesmo um simplório “tira dúvida”.

Para tanto, no entendimento de Silva (2013, p. 4):

A entrevista de referência exige paciência e competências de comunicação por parte do bibliotecário de referência, pois é através desta entrevista que o bibliotecário delimita e determina aquilo que o usuário procura e obtém informações adicionais

sobre profundidade e os objetivos da pesquisa. Quanto mais complexo for o tema da pergunta mais demorada e detalhada será a entrevista de referência.

Ao entrevistar o usuário, o bibliotecário de referência deve estar atento para realizar as seguintes perguntas: Qual a natureza da informação o usuário procura? Como por exemplo, se for um assunto, ele precisa de conceituações, histórico ou algo que traga inovações? A quantidade de informação providenciada o satisfará? Isto é, um título de livro é o suficiente ou serão necessárias muitas obras? É bom saber se o usuário já tem consigo outros materiais, para que não haja duplicação; De que modo a informação será utilizada? Em evento? Numa pesquisa? Qual o nível da solicitação? Seria um artigo ou uma tese?; Qual a disponibilidade de tempo do usuário para aguardar a informação?; A entrega da informação tem uma data específica? (AMMENTORP; HUMMELSHOJ, 2001 apud KENJI INAZAWA, 2013).

Como se vê, há um grau de detalhamento nas perguntas, e quanto mais a conversa entre bibliotecário e usuário se expandir, tornar-se-á mais aberta, e o profissional precisará deixar claro o porquê de cada indagação, para que o usuário se sinta à vontade em compartilhar o que pensa e, daí, obter maiores chances de buscar informações exatas, evitando ruídos de comunicação e perda de tempo.

Silva (2013, p. 6) ratifica:

O bibliotecário de referência deve possuir qualidades necessárias para o contexto e o diálogo permanente com os usuários como a paciência, a capacidade de ouvir, o dinamismo, o bom senso, a curiosidade intelectual, o gosto pela pesquisa e investigação.

Essas qualidades no contexto da EaD devem ser ainda mais acentuadas, pois nem sempre há encontros presenciais, e o bibliotecário precisa criar produtos e serviços que estimulem um ambiente de fomento à participação de alunos, professores e demais interlocutores que fazem parte da comunidade acadêmica *online*, para que eles estejam engajados, mantenham comunicação constante e compartilhem uns com os outros, facilitando o processo de ensino-aprendizagem.

Nascimento (2012) *et al.* citam alguns dos produtos e serviços *online*. No que concerne aos serviços, os autores enumeram: normalização bibliográfica de trabalhos acadêmicos, levantamento de informações e instruções sobre pesquisa. No caso da normalização, a assessoria do bibliotecário é de suma importância, pois, em geral, os estudantes têm disciplina de metodologia e irão escrever seus trabalhos acadêmicos, e o bibliotecário exercendo a tutoria informacional, poderá orientar muitos alunos de diversas áreas do conhecimento. Já os

produtos, os autores elencam catálogos *online*, livros eletrônicos, repositórios institucionais, elaboração de fichas catalográficas, catálogos na fonte, *links* de bases de dados, e aqui abre um parêntese, onde o bibliotecário poderá instruir os discentes em suas buscas naquelas bases.

Todos esses produtos e serviços apresentados e tantos outros que forem idealizados e implantados pelo bibliotecário de referência, aflorarão quando houver o estudo minucioso em relação a cada perfil intelectual dos usuários da informação, sejam potenciais, isto é, aqueles que não usam o serviço de referência constantemente até os reais, os quais estão sempre presentes. E a entrevista pode ser a “porta de entrada” para o conhecimento minucioso das necessidades informacionais dos usuários, e a partir de então, serem estabelecidas estratégias para fidelizar os que já costumam frequentar (presencialmente) ou acessar (virtualmente) o serviço de referência, bem como conquistar aqueles que participam esporadicamente do serviço de referência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bibliotecário de referência, ao assumir a tutoria informacional, trará grandes contribuições para toda a equipe de EaD *online*, pois, além das atividades pertinentes às suas variadas competências, as quais, para Kovacs (2004), são regidas por três perspectivas: comunicacionais, técnicas e de referência, o profissional poderá, inclusive, colaborar com professores, os quais necessitam, muitas vezes, de momentos para dirimirem dúvidas a respeito de assuntos concernentes à sua disciplina e, principalmente, para aprofundarem os conteúdos, propiciando debates, como por exemplo, discussões em fóruns, e que devido a questões relacionadas a outras áreas que fogem da sua alçada, acabam tendo que conceder alguns instantes para explicar coisas que não pertencem a seu metiê.

Diante do exposto, percebe-se que, ao abrigar as competências tecnológica e informacional, o bibliotecário pode tornar os recursos tecnológicos canais que agreguem valores ao “fazer pedagógico”. A ideia do bibliotecário tutor informacional cresce e isso fica evidenciado na concepção da socióloga e escritora, Zoara Failla, gestora na área de pesquisas do Instituto Pró-Livro, a qual afirma que pela própria origem da profissão, desde os seus primórdios, além do bibliotecário exercer o papel de guardião da história da humanidade, ordenando os conhecimentos produzidos, também, na Biblioteca de Alexandria, ele desempenhava a função de tutor quando sugeria a leitura de obras à realeza.

Com as pesquisas e leituras realizadas ao escrever o presente capítulo, foi notória a pouca quantidade de trabalhos sobre o bibliotecário enquanto tutor, e especificamente, o bibliotecário tutor informacional, não houve achados científicos. Fato que nos propulsiona a continuarmos enveredando em pesquisas nesse campo e, mais, almejamos despertar a comunidade bibliotecária para mais uma área desafiadora, instigante e inovadora, que poderá valorizar e divulgar ainda mais a profissão e abrir novos nichos no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; SANTOS NETO, João Arlindo dos. Mediação da informação e a organização do conhecimento: interrelações. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 98-116, maio./ago. 2014.

AMMENTORP, Steen; HUMMELSHOJ, Marianne. Ask a librarian: web-based reference question services: a model for development. In: NI&D CONFERENCE SPRING FOR INFORMATION, 11., 2001, Reykjavik. **Anais [...]** Reykjavik: [s.n.], 2001.

BERTI, Ilemar Christina Lansoni Wey; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de usuários e práticas informacionais: do que estamos falando? **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 389-401, maio/ago. 2017.

BLATTMANN, Ursula. **Modelo de gestão da informação digital online em bibliotecas acadêmicas na educação à distância**: biblioteca virtual. 2001. 187 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

CORRÊA, Elisa C. D. Usuário, não! Interagente: proposta de um novo termo para um novo tempo. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 19, n. 41, p. 23-40, set./dez. 2014.

FIGUEIREDO, Nice Menezes. **Textos avançados em referência & informação**. São Paulo: Polis, 1996. (Coleção Palavra-chave, n. 6).

FIGUEIREDO, Nice. Metodologia conceitual para a prevenção de erros no serviço de referência. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 87-98, 1977.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias; COSTA, Sely Maria de Souza. Evolução teórico-metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 39 n. 1, p.21-32, jan./abr. 2010.

GROGAN, Denis. **A prática do serviço de referência**. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1995. Título original: Practical reference work.

KOVACS, Diane K. **The virtual reference handbook**: interview and information delivery techniques for the chat and e-mail environment. New York: Neal Schuman Publishers, 2007.

INAZAWA, Fernandez Kenji. **Competências conversacionais do bibliotecário na comunicação via chat em serviço de referência digital de biblioteca universitária**. 2013. 219 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.

MACEDO, Neusa Dias de; MODESTO, Fernando. Equivalências: do serviço de referência convencional a novos ambientes de redes digitais em bibliotecas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 38-54, 1999.

MANGAS, Sérgio Filipe Agostinho. Como planificar e gerir um serviço de referência. **Biblos**, n. 28, p. 1-31, abr./jun. 2007.

MARTINS, Luziane Graciano. Bibliotecário como mediador de aprendizagem: uma proposta a partir do uso das TICS. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 31, n. 2, p. 73-98, jun./dez. 2017.

MESQUITA, Alberto Gonçalves. **Serviços de referência: do tradicional ao digital nas bibliotecas dos institutos politécnicos públicos em Portugal**. 2010. 92 f. Dissertação (Mestrado em Informação, Comunicação e Novos Media) - Universidade de Coimbra, [S.l.], 2010.

PALETTA, Francisco Carlos *et al.* Estudos de usuário e o planejamento dos serviços de informação em biblioteca. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 145-155, dez./mar. 2016.

PRADO, Jorge. O interagente é seu parceiro: interatividade na biblioteca da Faculdade Senac em Florianópolis. **Senac.Doc**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 6-17, 2016.

REFERENCE AND USER SERVICES ASSOCIATION. **Guidelines for implementing and maintaining virtual reference services**. [S.l.]: Reference and User Services Association, 2017. Disponível em:
http://www.ala.org/rusa/sites/ala.org.rusa/files/content/GuidelinesVirtualReference_2017.pdf. Acesso em: 30 jan. 2020.

ROBINSON, Barbara M. **Costing question handling and ILL/photocopying: a study of two state contract libraries in New Jersey**. [S.l.]: ERIC, 1989. V. 1: The study process, findings and recommendations.

ROZADOS, Helen Beatriz Frota. A informação científica e tecnológica e os serviços de informação. **Informação & Sociedade**, v. 16, n. 1, p. 49-62, jan./jun. 2006.

SILVA, Chirley Cristiane Mineiro da. **O perfil do bibliotecário de referência das bibliotecas universitárias do Estado de Santa Catarina**. 2006. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SILVA, Gesiele Farias da; GALLOTTI, Monica Marques Carvalho. O papel da biblioteca e do bibliotecário na educação a distância: caso na Biblioteca Sebastião Názaro do Nascimento

no Instituto Federal do Rio Grande do Norte. **Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 89-110, jul./dez. 2019.

SILVA, Thiago de Lima. Atuação dos profissionais do serviço de referência da Biblioteca Nilo Peçanha do Instituto Federal da Paraíba. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: [s.n.], 2013.

SIQUEIRA, Jéssica Camara. Repensando o serviço de referência: a possibilidade virtual. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 116-130, set. 2010.

WILSON, T. D. Human information behavior. **Informing Science Research**, v. 3, n. 2, p. 49-55, 2000.

YANG, zhilin; peterson, robin t.; cai, shaohan. Services quality dimensions of internetretailing: an exploratory analysis. **Journal of services marketing**, v. 17, n. 7, p. 685-700, 2003.

ZOARA, failla. **Bibliotecários: uma história que se constrói superando os desafios de cada tempo**. São paulo: crb8, 2018. Disponível em: <http://www.crb8.org.br/bibliotecarios-uma-historia-que-se-constrói-superando-os-desafios-de-cada-tempo/>. Acesso em: 19 fev. 2020.

THE REFERENCE LIBRARY: PROPOSAL FOR EFFECTIVENESS OF INFORMATIONAL TUTORING IN ONLINE EAD TEAMS

***Abstract:** In today's society, with the constant increase and dispersion of information in diverse fields of knowledge, the librarian, having in his scope of skills the capacity, aptitudes and tools that can specifically meet the informational needs of those who seek him, perceives - the potential of the librarian to act in the educational area due to its rich and interdisciplinary set of attributions, competences and abilities. The research is bibliographic and exploratory in nature. It showed that the librarian has the skills to work, particularly in the field of Distance Education (EaD) online, being able to work in all phases that involve the elaboration of a course in the online EaD modality, from planning to evaluation. Furthermore, the librarian can assume multiple roles, among which, there is one that is not officially included in the learning projects and programs, which is the informational tutor.*

***Keywords:** Library Performance. Distance Education. Informational work. Labor camp.*

PERCEPÇÃO DOS BIBLIOTECÁRIOS SOBRE A APLICABILIDADE DAS CINCO LEIS DE RANGANATHAN AO CONTEXTO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO

doi: 10.47930/1980-685X.2020.1909

FARIAS, Gabriela Belmont de – gabibfarias@gmail.com

Instituição de Ensino, Faculdade ou Departamento

Endereço

CEP – Cidade – Estado – País

FERNANDES, Júlio César Pinto – juliocesarpfernandes@gmail.com

Instituição de Ensino, Faculdade ou Departamento

Endereço

CEP – Cidade – Estado – País

PINTO, Virgínia Bentes – bentespinto@yahoo.com.br Instituição

Endereço

CEP – Cidade – Estado - País

Resumo: Apresenta os resultados do estudo cujo objetivo geral é investigar a aplicabilidade das Cinco Leis de Ranganathan e suas influências na gestão da informação em bibliotecas, na cidade de Fortaleza. A pesquisa é de caráter exploratório, tendo-se feito a coleta de dados por meio de um questionário, em duas modalidades de aplicação: in locus, pelo pesquisador e também enviado de modo eletrônico. Participaram do estudo empírico, 10 bibliotecários que atuam em bibliotecas públicas, universitárias, especializadas e escolar. Os resultados evidenciam que, de maneira geral, os bibliotecários têm conhecimentos sobre as referidas leis e suas aplicabilidades na gestão da informação, particularmente, na oferta de produtos e serviços informacionais e no cumprimento dos objetivos da biblioteca. Também, ficou patente que, essa compreensão é mais perceptível para aqueles que têm menos tempo de atuação no mercado. Ademais, a maioria dos bibliotecários ressalta que, as leis estão intrínsecas nas atividades realizadas dentro das bibliotecas. Concluímos que, as leis, embora elaboradas em 1931, ainda reverberam na atuação dos bibliotecários que participaram da pesquisa.

Palavras-chave: *Cinco Leis de Ranganathan. Gestão da Informação. Aplicabilidade das leis de Ranganathan.*

1 INTRODUÇÃO

A comunidade hodierna é caracterizada como a Sociedade da Informação, uma vez que a informação passa a ser o principal capital das organizações, sejam elas com fins lucrativos ou não. Como exemplo dessas organizações, citamos as bibliotecas que devem ser cada vez mais dinâmicas, a fim de oferecer produtos e serviços visando atender, com qualidade, as necessidades informacionais dos usuários da comunidade na qual estão inseridas.

Entretanto, para que a biblioteca contemple a premissa acima, necessita que seus responsáveis tenham compreensão clara sobre a função dessas organizações e da gestão da Informação, não em uma perspectiva estática. Porém, enxergar que ela precisa acompanhar as constantes mudanças na sociedade, principalmente no que concerne ao advento das tecnologias digitais de informação e de comunicação (TDICs). As bibliotecas precisam ser entendidas como organizações, e como tal faz-se necessário que seus gestores adotem modelos de gestão mais modernos, com planejamentos, inovem na estruturação de setores, proporcionem acolhimento informacional solidário e ofertas de outros serviços e produtos informacionais. Ainda nesse contexto devem-se enfatizar cada vez mais as mudanças nas relações de trabalho e de gestão de pessoas.

Entendendo que a função da biblioteca visa, entre outras coisas, suprir as necessidades informacionais dos seus usuários, seja ela especializada, pública, escolar, universitária ou comunitária, é que as "Cinco Leis da Biblioteconomia" ou as "Cinco Leis de Ranganathan" foram elaboradas por Shiyali Ramamrita Ranganathan. As cinco leis da biblioteconomia são: Os livros são para usar; A cada leitor seu Livro; A cada livro seu leitor; Poupe o tempo do leitor; A biblioteca é um organismo em crescimento. Essas leis permeiam todas as práticas e concepções da área, principalmente a gestão da informação. Sousa e Targino (2016, p.14) reforçam essa compreensão ao afirmarem que:

[...] as Leis mantêm traços característicos vinculados, sobretudo, à gestão organizacional, com a ressalva de que são aplicáveis a épocas e a modelos de gestão organizacional distintos, independentemente do tipo de biblioteca, unidades de gestão da informação e ambientes que propiciem a geração e o desenvolvimento de conhecimentos. Logo, é possível posicionar as Leis da Biblioteconomia como projeto ousado de alguém que acreditou desde sempre na mudança da postura das bibliotecas diante das demandas informacionais dos usuários. Cada uma das Leis, [...] possui a seu alcance instrumentos aplicáveis à gestão da instituição social biblioteca, assegurando benefícios para seu avanço, permitindo o cumprimento de sua missão de forma eficiente e eficaz.

Compreende-se então, que a partir das necessidades e desafios cada vez mais impostos às bibliotecas, é indispensável que a mesma se comporte como uma organização dinâmica e

comprometida com o acesso à informação de qualidade e inovações necessárias, em razão das mudanças de paradigmas da sociedade. Isto porque, ainda de acordo Sousa e Targino (2016, p. 4)

[...] a biblioteca, em sua posição de instituição social, qualquer que seja sua tipologia – pública, comunitária, infantil, escolar, de associações, especializada, nacional, universitária, virtual, digital e / ou eletrônica impõe-se como organização a que compete tratar, organizar e disseminar informações registradas em suportes variados, a fim de criar condições para propagar o saber.

Observando essa passagem, verifica-se que ela vem ao encontro da gestão da informação, particularmente, no contexto atual. Davenport (2000, p. 173) reforça que o gerenciamento da informação é, “um conjunto estruturado de atividades que incluem o modo como às empresas obtêm, distribuem e usam a informação e o conhecimento”, ou seja, a gestão da informação envolve várias fontes e serviços de informação a fim de disseminar o principal capital das instituições.

Compreendemos que em face de toda dinâmica social contemporânea envolvendo todas as instituições, é necessário que o bibliotecário gestor de uma biblioteca, busque aplicar seus métodos de gestão considerando a forte influência que as cinco leis possuem no funcionamento da mesma. Essa atitude pode contribuir para que ela não estagne, mas continue em constante crescimento como enuncia a quinta lei. A satisfação do usuário deve ser a missão da biblioteca, e uma gestão eficiente promove serviços e produtos que contemple essas necessidades de informação.

Diante dessas observações esta pesquisa tem como Objetivo geral investigar a aplicabilidade das Cinco Leis de Ranganathan e suas influências na gestão da informação em bibliotecas, na cidade de Fortaleza. Desse objetivo se desdobram os seguintes objetivos específicos:

- a) Colher impressões dos bibliotecários, gestores, sobre o conhecimento inerente as cinco leis de Ranganathan.
- b) Verificar como as Cinco Leis de Ranganathan estão sendo aplicadas, na perspectiva da gestão da informação no âmbito das bibliotecas investigadas.
- c) Observar qual (ais) das Cinco Leis, efetivamente, têm mais influências na pragmática na gestão de informação nas bibliotecas investigadas.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CINCO LEIS DE RANGANATHAN

Com o olhar de formação da matemática, Ranganathan, ao assumir a função de bibliotecário, na Biblioteca de Madra – Índia percebeu que a biblioteconomia era pautada nas práticas desses profissionais, sem maiores preocupações e propõe cinco leis, talvez na perspectiva de “cientificizar” esse campo de conhecimento. Essas leis foram publicadas em 1931, tendo sido elaboradas a partir de suas pesquisas feitas nas bibliotecas e que buscavam identificar pontos comuns de dificuldades que cada uma delas enfrentava e, assim, propor diretrizes para a otimização dos serviços informacionais oferecidos por essas organizações. Sobre as leis, Mangla (1884 apud FIGUEIREDO, 1992, p.186) diz que:

Ranganathan teve oportunidade de visitar, em 1925, mais de 100 bibliotecas inglesas em estágio diferenciado de desenvolvimento. Durante essas visitas, Ranganathan observou que o trabalho nessas bibliotecas era realizado como "um agregado de diversas práticas sem uma relação integral". Essas atividades exercidas na base da tentativa/erro, ou a adoção de regras costumeiras profundamente empíricas o levaram a buscar um fio condutor para as várias práticas, e o resultado foi a formulação das cinco leis. Essas leis forneceram-lhe a moldura conceitual para desenvolver diversos princípios normativos, cânones, técnicas, práticas etc., essenciais para a organização de bibliotecas e serviços, segundo linhas científicas.

Por meio de seus estudos, Ranganathan buscou uma concepção filosófica de pensar e fazer biblioteconomia. Ao mesmo tempo suas Leis buscam uma aplicabilidade ainda maior que a contemplação filosófica adotada nas atividades, projetos, estruturação e organizações a serem planejadas dentro destes ambientes. As cinco Leis de Ranganathan permeiam toda a história da biblioteconomia, estabelecendo um marco no desenvolvimento das bibliotecas, e na forma que as mesmas devem ser geridas e organizadas. Apesar do tempo em que as mesmas foram elaboradas, suas concepções também na gestão da informação ainda são bastante relevantes e merecem ser levadas em consideração dentro de qualquer tipo de biblioteca.

Princípios fixados em tempo tão longínquo persistem atualizados e ainda são relevantes, porque resultam da observação de Ranganathan em torno de problemas corriqueiros, não importa se num país tão distante do ponto de vista territorial, educacional e cultural [...]. (TARGINO; SOUSA, 2017, p. 61)

Desta feita, em um contexto onde a informação é o principal capital das organizações, marcado pelo advento das TDICs, é necessário que as bibliotecas busquem o constante aprimoramento dos serviços de informação, sejam eles de qual tipo for, e por isso os bibliotecários devem estar conscientes que as mesmas devem marcar significativamente.

O fato é que, não obstante estes senões, as Leis mantêm traços característicos vinculados, sobretudo, à gestão organizacional, com a ressalva de que são aplicáveis a épocas e a modelos de gestão organizacional distintos, independentemente do tipo de biblioteca, unidades de gestão da informação e ambientes que propiciem a geração e o desenvolvimento de conhecimentos. Logo, é possível posicionar as Leis da Biblioteconomia como projeto ousado de alguém que acreditou desde sempre na

mudança da postura das bibliotecas diante das demandas informacionais dos usuários. (SOUSA; TARGINO, 2016, p. 14)

Corroborando com esta perspectiva, Lancaster (2004, p.11) afirma que “essas leis proporcionam uma expressão fundamental das metas que os serviços de uma expressão fundamental das metas que os serviços de informação deveriam se esforçar para alcançar, e são hoje tão relevantes quando foram publicadas”.

A primeira Lei *“os livros são para serem usados”* vem em contraponto a uma visão já obsoleta, que marcou principalmente a Idade Medieval, onde as bibliotecas eram depósitos de guarda de livros, ou seja, a questão do acesso por muito tempo não foi colocada no seu devido patamar, de ser a essência de toda prática biblioteconômica.

Consequentemente – os livros são para usar – constitui assertiva que enfatiza a popularização do conhecimento e a democratização da informação, pondo em relevo práticas cotidianas da biblioteconomia, ou seja, atividades que se iniciam desde a seleção dos materiais para a formação do acervo, somando-se ao trabalho técnico (classificação, catalogação e indexação), com ênfase para o serviço de referência. (TARGINO; SOUSA, 2017, p. 68).

A partir desta Lei, começaram as preocupações com a localização da Biblioteca, com a infraestrutura física e instrumental, com a formação de pessoal para trabalhar em Biblioteca. Além disso, inicia-se também a implantação de serviços de referência, fixação de horários, mobiliário, etc. Em outras palavras, Esta Lei deu origem à formação da estrutura de uma organização do conhecimento e dos meios necessários para o acesso e uso deste conhecimento. (SANTO, 2014, p. 99).

Mesmo que pareça óbvio que os livros, efetivamente deveriam ser para usos, em realidade, no âmbito das bibliotecas, tal premissa somente se concretizará se os bibliotecários assumirem que para tal, os usuários devem conhecê-los. Por isso é que os livros que compõem os acervos das bibliotecas precisam ser divulgados de tal modo que alcancem todos os tipos de usuários. Daí impõe-se que se conheçam as suas necessidades informacionais. Outra observação inerente a essa lei é que os acervos sejam organizados de tal forma que venham ao encontro das estratégias de busca feitas pelos usuários. Quer dizer que, as linguagens adotadas nas representações temáticas estejam de acordo com as culturas das comunidades atendidas pelas bibliotecas.

A Segunda Lei, *“para cada pessoa o seu livro”*, evidencia a necessidade das bibliotecas conhecerem o público alvo, a comunidade de usuários que envolvem cada tipo de biblioteca. Também é importante que as bibliotecas acompanhem as mudanças, principalmente em que concernem as TDICs que trazem outras possibilidades. Ranganathan (2009, p. 92) defende que “[...] não terá descanso enquanto não houver reunido todos – ricos e pobres, homens e mulheres, quem mora em terra firme e quem navegam os mares, jovens e idosos, surdos e

mudos, alfabetizados e analfabetos – a todos, de todos os cantos da Terra, [...]” Já Santo (2014, p. 99) enfatiza que, “a biblioteca enfrenta a urgência de gerar serviços de referência [...] apropriados (catálogos, bibliografias, extensão bibliotecária, atendentes capacitados, etc.), de modo a dar conta de levar cada leitor ao seu livro. A questão de ordem nesta Lei é: a quem o acervo se destina.” As ações a serem planejadas dentro das bibliotecas devem seguir uma primeira verificação, estudo da comunidade que envolve este ambiente. Isso demanda que sejam feitas pesquisas para o conhecimento de usuários e de suas necessidades e, a partir daí, criar recursos que ofereçam mecanismo de busca, localização adequados aos usuários, seja em ambiente analógico ou digital.

A Terceira Lei, “*para cada livro seu leitor*”, está ligada a dois pontos centrais: ao livre acesso e também ao estudo de usuários de informação. Sobre o acesso, “A terceira Lei insiste em que a prateleira mais alta de uma estante deve estar ao alcance fácil de uma pessoa de altura média, de pé”. (RANGANATHAN, 2009, p. 193). A acessibilidade é um tema latente nas organizações atuais, então se faz necessário que as bibliotecas se preocupem em adotar mecanismos que busquem compreender as necessidades dos usuários.

Ademais, esta Lei também atenta para o fato de que o estudo de usuários pelas Bibliotecas, ou seja, os serviços e produtos informacionais devem ser elaborados adequadamente a partir do conhecimento sobre o perfil de comunidade a ser atendida, fazendo assim valer a premissa, “para cada livro o seu leitor”.

Logo, o terceiro princípio – a cada livro seu leitor – tem sua atenção voltada para o livro e / ou para a coleção e, também, para as expectativas dos usuários, dentro do que se costuma chamar de disseminação seletiva da informação (DSI), tarefa responsável por levar informações de interesse particular aos diferentes indivíduos. Em meio à fonte perene e abundante de dados, os usuários buscam “a informação” e / ou “as informações” compatíveis com uma demanda pontual ou com demandas genéricas para o incremento de sua formação pessoal e profissional. (TARGINO; SOUSA, 2017, p.71).

Entende-se que as bibliotecas devem levar em conta esta lei para a eficiência de seus serviços informacionais. A otimização dos serviços de uma biblioteca passa pelo planejamento. O bibliotecário deve, além de contar com uma equipe de colaboradores capacitados, como ressalta a primeira lei, buscar entender as necessidades de cada comunidade de usuários a ser assistida pelas bibliotecas. Em todo negócio, a satisfação e comodidade do cliente deve ser o ponto principal. E a Quarta Lei, “*Poupe o tempo do leitor,*” tem como ponto principal a oferta de serviços da biblioteca de uma forma rápida e eficiente. As novas Tecnologias Digitais de In-

formação e Comunicação, permitem que os serviços de informação dentro das bibliotecas sejam otimizados, porém é necessário que os profissionais que atuam nos ambientes informacionais sejam capacitados para auxiliarem o uso destas tecnologias. Observando essa lei, Santo (2014, p. 100) ressalta ser necessário que a coleção esteja organizada para facilitar a recuperação:

[...] o ponto central desta lei é a organização/recuperação do acervo. Ela trata dos recursos e ferramentas apropriados para tratar, disponibilizar e acessar cada tipo de acervo. Esta é a principal tarefa da gestão e organização da informação: criar elementos que possam fazer com que a informação encontre o seu usuário no menor tempo possível.

Outro detalhe importante, é que se torna necessário um entendimento do bibliotecário na escolha dos melhores suportes tecnológicos das bibliotecas para a eficiência dos serviços. Isto está relacionado com a gestão da informação razão pela qual o bibliotecário não pode ficar alheio às novas ferramentas que viabilizem um acesso mais rápido e de qualidade para os usuários. Por isso, a biblioteca não deve economizar esforços para que a informação seja disponibilizada quando e onde o usuário necessitar, pois caso contrário, a suposta oferta deixa de atender o usuário e, conseqüentemente, perde seu sentido.

A Quinta Lei conecta-se totalmente aos processos de gestão, pois passa a ideia de que a biblioteca não pode ser um espaço estagnado. Muito pelo contrário, deve ser um ambiente que acompanhe as mudanças nas sociedades, buscando sempre inovações, principalmente com o advento das novas tecnologias. Vindo ao nosso encontro, Santos (2014, p. 101) defende que “Ao transportar esta lei para os dias atuais, percebe-se uma conjunção dos pilares essenciais para a Gestão do Conhecimento: pessoas, processos e tecnologia.” Na mesma direção, Targino e Sousa (2017, p. 74) dizem que:

[...] é possível posicionar as Leis da Biblioteconomia como projeto ousado de alguém que acreditou na mudança da postura das bibliotecas diante das constantes demandas informacionais ao longo do tempo. Seu objetivo macro é orientar o fazer do profissional de informação e guiá-lo como se fora um manual. Levado pelo espírito de criação e estado da arte, Ranganathan traz à cena os motivos de um passado histórico, que transformou as bibliotecas em lugares distantes das demandas dos cidadãos, o que justifica, mais e mais, a adoção e a consolidação das Cinco Leis na sociedade contemporânea como forma de combate a tal estranhamento.

Ranganathan (2009, p. 241) enfatiza ainda que “se as quatro primeiras leis mostram o espírito que deve caracterizar a gerência e a administração das bibliotecas, a Quinta Lei enuncia o princípio fundamental que deve presidir ao planejamento e organização das bibliotecas”, ou seja, a Quinta Lei é o fundamento principal para a defesa de que as bibliotecas precisam ser bem geridas para que as mesmas continuem a crescer, assim como o mercado sofre

transformações, as bibliotecas devem a cada dia se adaptar as novas tendências contemporâneas essenciais para a promoção do acesso.

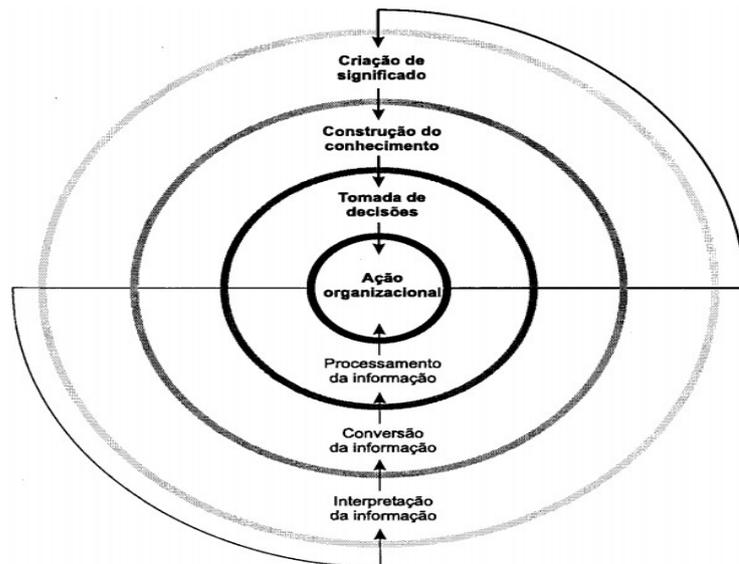
Percebe-se que todos os processos de gestão da informação em bibliotecas, devem levar em conta o que o enunciado destas leis transmite.

3 GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Considerando que a partir do entendimento da informação como um dos ativos mais importantes das organizações, faz-se necessário que a ela seja dada toda atenção, pois cada vez mais ganha destaque como “moeda”. Tanto é que Porat, em 1967, aponta que 53% da mão-de-obra americana estava envolvida no “trabalho com a informação”.

Davenport (1998, p. 173), diz que a “Gestão da Informação consiste no gerenciamento não apenas dos recursos tangíveis, mas vai, além disso [...]”. A gestão da informação envolve todo o gerenciamento dos processos na qual a informação passa para que a mesma seja acessada. Por sua vez, Choo (2006), defende a gestão da informação como um ciclo constituído por seis (06) etapas que são estritamente relacionadas, quais sejam: identificação das necessidades de informação, aquisição da informação, organização e armazenamento da informação, desenvolvimento de produtos e serviços de informação, distribuição informação e uso da informação.

Figura 1 – Etapas Gestão da Informação – Choo 2006



Fonte: CHOO (2006, p. 31)

Trazendo esse entendimento para os ambientes de informação, Valentin (2013, p. 1) nos diz que:

Gerenciar unidades e serviços de informação tornou-se um desafio neste novo milênio, porquanto as transformações sociais, culturais, científicas e tecnológicas têm impactado diretamente as estratégias de ação, a mediação da informação, os objetivos dos serviços prestados e as finalidades dos produtos elaborados aos diferentes públicos.

Diante das reflexões, entende-se que a gestão da informação, se torna cada vez mais importante dentro de qualquer organização, pois a informação é o principal fator que contribui para o crescimento duradouro de uma instituição moderna que busca satisfazer as necessidades das comunidades a quais ela atende. Logo, atuar na gestão da informação, independentemente se em bibliotecas ou outras organizações é um desafio e, os bibliotecários modernos precisam estar atentos, pois, essa atuação requer dele uma nova postura, que fuja da visão arcaica de somente ser um guardião dos livros.

A pesquisa em baila é de caráter exploratório buscando o entendimento mais embasado sobre as cinco leis de Ranganathan

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas. Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. (GIL, 2008, p. 27)

O método da pesquisa escolhido foi o funcionalista, que segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 65)

[...] considera, de um lado, a sociedade como uma estrutura complexa de grupos ou indivíduos, reunidos numa trama de ações e reações sociais; de outro, como um sistema de instituições correlacionadas entre si, agindo e reagindo umas em relação às outras. Qualquer que seja o enfoque fica claro que o conceito de sociedade é visto como um todo em funcionamento, um sistema em operação. E o papel das partes nesse todo é compreendido como Junções no complexo de estrutura e organização.

Em termos gerais, o funcionalismo como definem Kast e Rosenzweig (1987, apud CABRAL, 2004, p. 14): “Procura ver as ciências sociais em termos de estruturas, processos e funções, e compreender as relações existentes entre esses componentes. Ele realça que cada elemento de uma cultura ou instituição social tem uma função a desempenhar no sistema mais amplo.”

Então, por compreendermos que, as Cinco Leis de Ranganathan desempenham funções importantes para gestão de informações, consideramos que esse método traz contribuições para a verificação das aplicabilidades das mesmas em diversas atividades e processos desempenhados para o desenvolvimento das bibliotecas como um todo.

A coleta de dados foi feita por meio de um questionário que, segundo Gil (1999, p. 129) pode ser definido como um formulário composto “[...] por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas.” O questionário foi de caráter semiestruturado, com seis questões abertas e uma fechada. A intenção com esse questionário foi justamente buscar cotejar as impressões e percepções dos bibliotecários envolvidos na pesquisa, sobre a aplicabilidade das Cinco Leis de Ranganathan ao contexto da gestão de informação. Os *loci* da pesquisa empírica foram constituídos por sete (07)

bibliotecas localizadas na cidade Fortaleza, sendo uma (01) escolar, duas (02) especializadas, três (03) universitárias e uma (01) pública, onde participaram 10 bibliotecários.

5 RESULTADOS

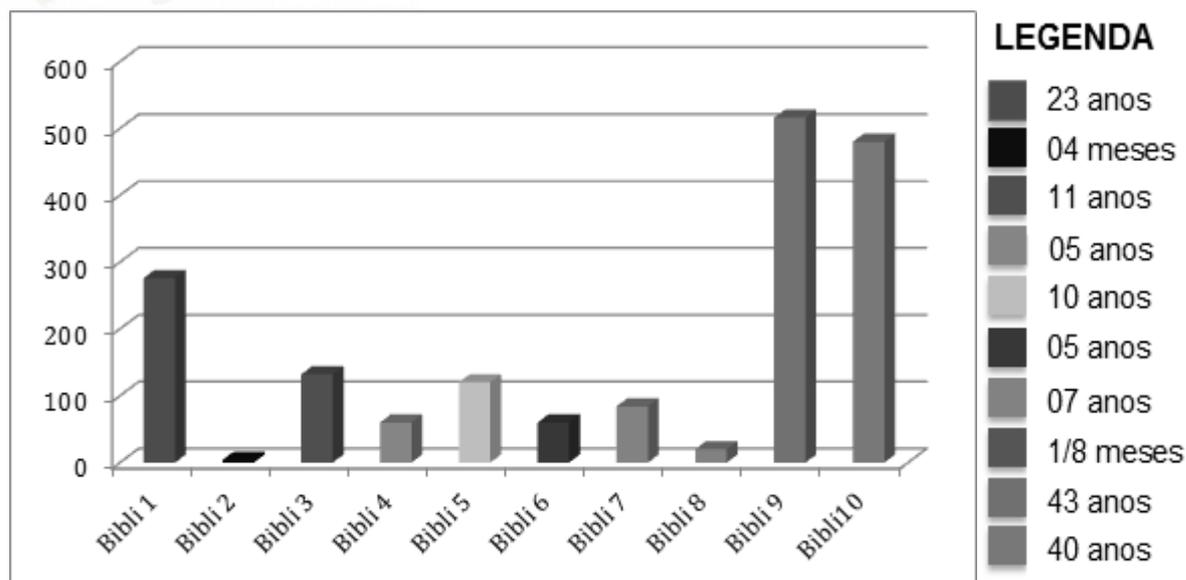
De posse dos achados da pesquisa, e para que fosse possível, nos debruçamos nas nossas análises e discussão dos resultados, os estruturamos à luz dos objetivos, conforme as seguintes categorias: **Categorização dos pesquisados, Percepção da relação entre as leis de Ranganathan e a gestão da informação, e Leis que têm mais influência na pragmática da gestão de informação e na oferta de produtos e serviços nas bibliotecas investigadas.**

Visando manter o anonimato dos participantes da pesquisa, adotamos a seguinte estratégia: Bibli seguido do numeral 1 a 10.

a) Categorização dos Pesquisados

Embora que o tempo de atuação no mercado profissional não fosse, claramente, objetivo de nossa pesquisa a questão do tempo de atuação profissional, tínhamos um pressuposto de que, quanto menor o tempo de atuação, maior seria a percepção dos bibliotecários em relação ao entendimento e a aplicabilidade das Leis de Ranganathan no contexto da gestão da informação por parte dos bibliotecários envolvidos. Isto porque, na disciplina Introdução à Biblioteconomia, discutimos essas leis e, empiricamente, nos meus estágios e nas minhas buscas de informação nas bibliotecas, a impressão que tive é de que elas não são norteadoras dos serviços de informação, na organização do acervo, na promoção de inovações e em outras atividades. Assim, solicitamos aos participantes da pesquisa que indicassem há quanto tempo estavam atuando no mercado. Os resultados evidenciam que a metade deles atua no mercado há mais de 10 anos sendo que três deles já tem mais de 30 anos. Por sua vez, a atuação no mercado dos demais varia entre 4 meses e 7 anos, conforme evidenciado no gráfico- 1.

Gráfico 1 - Tempo de atuação dos profissionais (em meses).



Fonte: Os Autores

Ainda nessa categoria de análise, fizemos o cruzamento entre os bibliotecários que têm mais tempo de atuação e o entendimento das contribuições das leis para a gestão. O gráfico-1 evidencia ainda que, os profissionais que têm menos tempo de atuação no mercado compreendem melhor a aplicabilidade das leis, bem como as respostas são mais elaboradas. Eis ai duas falas para ilustrar nosso entendimento.

As cinco leis de Ranganathan são princípios para a gestão da biblioteca, quando se pensa em cada uma delas e se trabalha para cumpri-las, é notável que os processos e serviços informacionais prestado pela instituição possuem uma maior qualidade”. (Bibli2).

Chama atenção, o fato de esse profissional estar atuando no mercado somente há 4 meses. Outro bibliotecário diz:

Acho que total. Porque as Leis de Ranganathan estão sempre inculcadas e intrínsecas na missão de qualquer biblioteca, e aplicá-las é uma necessidade para se ter uma gestão de informação positiva e de qualidade, para assim atender determinados indicativos e para se cumprirem metas a serem alcançadas no ambiente da gestão. (Bibli8)

Em que concerne ao pouco entendimento das relações das leis de Ranganathan com a gestão da informação, um dos bibliotecários que tem 40 anos de atuação no mercado se expressou “Tomando como exemplo o acervo local, mesmo com as dificuldades de aquisição, percebemos essas leis na gestão documental pensando na necessidade do leitor”. (Bibli 10). Acreditamos que, talvez, esse entendimento se deva ao fato do profissional já estar atuando no mercado há tanto tempo e com outras motivações.

b) Percepção da relação entre as leis de Ranganathan e a gestão da informação

Nossa intenção nessa categoria foi buscar saber se os bibliotecários participantes da pesquisa percebiam a relação entre leis de Ranganathan e a gestão da informação. Isto porque, embora essas leis sejam consideradas atuais e, estudadas no Curso de Biblioteconomia, tínhamos um pressuposto de que, quanto menor o tempo de atuação, maior seria a percepção dos bibliotecários em relação ao entendimento e a aplicabilidade das leis, particularmente, como um princípio norteador na atividade de gestão.

Embora fosse uma questão aberta, nenhum participante deixou de respondê-la e as respostas evidenciam que, de certa forma, os atores percebem essas relações, mesmo que algumas respostas não evidenciem claramente. Eis algumas falas para ilustrar as resposta:

Essa relação tornou-se atemporal, são normas clássicas intrínsecas às nossas atividades de gestão e que se foram bem aplicadas podem racionalizar e tornar efetiva a prática de gerir informações, acervos além de amparar a promoção do uso dos produtos e serviços que as pessoas nos demandam. Ainda hoje é válida e efetiva a organização do acervo impresso por sequência de assuntos, atender cada pessoa na sua necessidade específica, as obras são dirigidas para os leitores que melhor se adequa a eles racionalizar o tempo do leitor utilizamos estratégias diversas, tiver um olhar ampliado de modo a compreender os serviços de informação com algo dinâmico e de melhoria contínua. Desse modo, fica patente que as Leis de Ranganathan são importantes e aplicáveis a realidade biblioteconômica na contemporaneidade. (Bibli1)

Outro participante defende que “A relação é muito intrínseca já que as leis de Ranganathan são orientadas em última análise para o serviço em ambientes de informação. E a gestão da informação é voltada para a organização, tratamento, disponibilização e compartilhamento da informação registrada independentemente do suporte que esteja.” (Bibli5)

O enunciado do (Bibli6) expressa à atualidade das leis de Ranganathan, inclusive evidenciando a questão dos suportes e as relações fluidas características da sociedade atual deste século XX, particularmente.

As leis de Ranganathan são atuais até hoje, mesmo em tempos em que as práticas, as tecnologias e as relações estão cada vez mais fluídas e dispersas. Desde 1931 Ranganathan idealizou princípios voltados para a gestão da informação, para seu acesso, uso e disseminação. Ele não apenas idealizou esses princípios, mas, se baseou na realidade vivenciada, no cotidiano do que acontecia nas bibliotecas e é por isso que permanece atual até hoje, inclusive, independentemente de questões e diferenças culturais, afinal, a busca por informação quer seja para diminuir as incertezas, para aperfeiçoamento, ou seja, o que for dependerá do fator comportamental e humano. Já os suportes e as formas de disseminação dessas informações é que mudaram e permanecem em constante atualização. Em suma, Ranganathan criou suas cinco leis para nortear a gestão organizacional de uma biblioteca, de qualquer natureza, por isso também o fato de se ter estabelecido o status de ‘leis’ já que podem ser generalizadas, e visando atender as demandas do público, fator essencial em qualquer biblioteca. (Bibli6)

Como já mencionado na introdução dessa análise, entendemos que ao menos duas respostas destoaram um pouco sobre a relação entre as leis de Ranganathan e a gestão da informação. Vejam-se as falas “As 5 leis são aplicáveis no momento do planejamento”. (Bibli3). Outro participante enuncia: “Eu percebo dessa maneira, que condiz cada livro com seu leitor e cada leitor com seu livro”. (Bibli9).

Fazendo-se o cotejamento de todas as palavras presentes nas respostas e que evidenciam a contribuição das Leis de Ranganathan para a gestão da informação, verificamos que algumas deles se mostraram muito mais evidentes que outros: serviços informacionais, gestão de informação, gestão organizacional, processos informacionais, atendimento ao usuário, gestão da biblioteca, produtos informacionais, operacionalização dos serviços, gestão de qualidade e princípios para a gestão da biblioteca.

c) Leis que têm mais influência na pragmática da gestão de informação

Nesta categoria, buscou-se verificar se os participantes conseguiriam ter ciência do que cada uma das Leis de Ranganathan representa diretamente na gestão da informação, destacando qual a que eles julgavam como a que teria mais influência na pragmática da gestão de informação. Todos os participantes conseguiram compreender e destacar ao menos uma das leis como sendo mais importantes. Com exceção do Bibli10, que não destacou somente uma, porém, todas, as leis. Nesta categoria, buscou-se verificar se os participantes conseguiriam ter ciência do que cada uma das Leis de Ranganathan representa diretamente na gestão da informação, destacando qual a que eles julgavam como a que teria mais influência na pragmática da gestão de informação. Todos os participantes conseguiram compreender e destacar ao menos uma das leis como sendo mais importantes. Com exceção do Bibli10, que não destacou somente uma, porém, todas, as leis.

Entretanto, solicitados a apresentar as leis, as que mais se destacaram foram a **Quarta Lei - “Poupe o tempo do Leitor”** e a **Quinta Lei - “A biblioteca é um organismo e crescimento”**. Os que responderam a quarta lei justificaram a escolha chamando a atenção que as atividades devem ser fornecidas de uma maneira rápida e eficiente para os usuários, como evidenciam as respostas:

“Poupe o tempo do leitor. Todas as atividades propostas pela gestão têm a finalidade de fazer com que a informação necessária chegue de forma rápida e precisa aos usuários, onde os mais tornam-se cada vez mais independentes.” (Bibli2)

“Certamente, “Poupe o tempo do leitor/usuário”. Acredito que todas as nossas atividades giram em torno disso. Indexar sob o termo mais próximo ao que o usuário vai pesquisar e levar treinamentos específicos do serviço de referência para que esse tempo seja sempre poupado.” (Bibli4)

Já os que escolheram a Quinta-Lei, apontaram para o fato de que eles consideram como sendo a lei que une todas as outras, e que envolve todas as atividades de uma biblioteca:

Quinta Lei- A Biblioteca é uma organização em crescimento, essa lei é aplicada com mais afinco nessa Unidade porque vejo nela todas as demais e nos impulsionar a fazer o melhor continuamente, acompanhar, alinhar e adequar as atividades, produtos e serviços conforme a evolução dos tempos. (Bibli1)

Com certeza a quinta lei. Na minha simples visão acredito que ela é, ao mesmo tempo, uma metáfora, uma soma de todas as leis anteriores, porque para se chegar até ela as anteriores devem ter sido alcançadas. Um exemplo disso é que não existe aumentar a oferta de serviços de forma planejada sem que antes tenha se avaliado as condições, coleções, acervo, infraestrutura, ou que tenha sido realizado um estudo de usuários etc. (Bibli6)

Essas respostas evidenciam que as duas leis que se destacaram estão relacionadas a poupar o tempo do leitor e a constante atualização da biblioteca. Elas levam a crer que nessas bibliotecas há uma preocupação em dar resposta rápida ao usuário e dinamicidade. Tal fato pode ser decorrente de que uma biblioteca é especializada e três são universitárias, portanto, sua atuação é muito mais dinâmica, justamente por conta das pesquisas constantes.

6 CONCLUSÃO

Em razão de que uma pesquisa se caracteriza pela compreensão holística de seu fazer, sua finalização demanda que se faça um retorno a sua questão de partida para ver se ela foi respondida e aos objetivos para ver se eles foram alcançados. Assim, a nossa questão norteadora **de que forma as cinco leis de Ranganathan estão sendo aplicadas na gestão da informação em bibliotecas de Fortaleza?**

Quanto ao objetivo de colher impressões dos bibliotecários, gestores, sobre o conhecimento inerente as cinco leis de Ranganathan, ficou evidente que ao refletirem sobre as questões propostas eles perceberam as leis como normas clássicas, princípios norteadores intrínsecos as atividades da gestão da informação.

Em que concerne ao objetivo de verificação da aplicabilidade das Leis na perspectiva da gestão da informação no âmbito das bibliotecas investigadas, ficou nítida que elas são aplicadas em quase todas as atividades que envolvem a gestão da informação, desde o planejamento até a oferta de novos produtos e serviços informacionais.

Na observação de qual (ais) das Leis, efetivamente, têm mais influências na pragmática na gestão de informação nas bibliotecas investigadas, foi constatado a importância principalmente da quarta lei: “Poupe o tempo do leitor” e da quinta lei: “A biblioteca é um organismo em crescimento”. Entendemos que esse entendimento é devido a dinâmica do contexto social atual, onde as buscas por informações são cada vez maiores e mais rápidas, o que requer dos bibliotecários soluções inovadoras que acompanhem esse dinamismo e atendam aos usuários com eficiência.

Assim, consideramos que respondemos a nossa questão norteadora, posto que, mesmo com 88 anos de sua primeira publicação, as leis de Ranganathan ainda continuam atuais nesta sociedade contemporânea, principalmente em consequência da quantidade enorme de informação veiculada, tanto no ambiente analógico quanto no digital. Tal fato é diretamente impactado pelas novas tecnologias digitais de informação e de comunicação (TDIC's) que mudaram a forma de atuação das bibliotecas e consequentemente dos bibliotecários frente à comunidade de usuários por eles atendidos. Portanto, entendemos que as Cinco Leis de Ranganathan ainda reverberam nas atividades de gestão da informação, e que muitas vezes essas leis não são percebidas em um primeiro momento de uma forma explícita nas atividades.

Embora não seja objeto de nosso trabalho, sugerimos que essas Leis venham a ser cada vez mais discutidas nos cursos de Biblioteconomia do Brasil, principalmente nas disciplinas voltadas para a gestão da informação e elaboração de serviços e produtos informacionais. Desse modo elas podem trazer contribuições para que os futuros bibliotecários ingressem no mercado de trabalho tendo a consciência de que essas leis contribuem para eles possam ter maior visão da profissão e de sua atuação frente aos novos desafios impostos pela sociedade contemporânea.

Agradecimentos

À Professora Dra. Virgínia Bentes Pinto, por toda ajuda, por todo tempo dedicado e pela excelente orientação deste trabalho. Agradeço a mesma também pelos conselhos e ensinamentos dados durante a minha caminhada na graduação.

À Professora Dra. Gabriela Belmont de Farias minha orientadora de Mestrado, por toda colaboração, orientação e incentivo para realização deste trabalho

Aos bibliotecários que aceitaram contribuir participando da pesquisa para a efetivação deste trabalho.

REFERÊNCIAS

CABRAL, Augusto. A sociologia funcionalista nos estudos organizacionais: foco em Durkheim. **Cadernos Ebape.br**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p.1-15, jul. 2004.

Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/4880>. Acesso em: 15 jun. 2019.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac, 2006. 426 p.

DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para sucesso na era da informação. 5. ed. São Paulo: Futura, 2000.

DAVENPORT, T. H. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. 6. ed. São Paulo: Futura, 2003. 316 p.

DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para sucesso na era da informação. 3. ed. São Paulo: Futura, 1998.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **A modernidade das cinco leis de Ranganathan**. Ciência da Informação, Brasília, v. 3, n. 21, p.186-191, set. 1992.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LANCASTER, F.W. **Avaliação de Serviços de Bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2000. 96 p.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PORAT, M.U. The Information Economy: definition and measurement. **ERIC**, Washington D.C., maio de 1977. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED142205.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

SANTO, C. E. A importância das Cinco Leis da Biblioteconomia para a gestão por processos e transformação da visibilidade da biblioteca universitária. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Campinas, v.12, n.3, p.96-118 set. / dez. 2014.

SOUTO, Clivea Farias. Biblioteca universitária: sua função social enquanto lugar de memória. In: Seminário nacional de bibliotecas universitárias, 19., 2016, Manaus. **Artigo. Manaus: Snbu**, 2016. p. 1 - 9.

TARAPANOFF, Kira (Org.). **Inteligência organizacional e competitiva**. Brasília: UnB, 2001.

TARGINO, Maria das Graças; SOUSA, Maria Eliziana Pereira de. As Cinco Leis de Ranganathan e Gestão de Bibliotecas Universitárias. **FSA**, Teresina, v. 14, n. 1, p.57-78, jan. 2017.

TARGINO, Maria das Graças; SOUSA, Maria Eliziana Pereira de. Cinco leis da biblioteconomia / Cinco leis de Ranganathan: resistindo Bravamente ao Tempo. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 3, n. 1, p.11-29, jan./abr. 2016.

RANGANATHAN, S.R. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009. 336 p.

VALENTIM, Marta Lúcia Pomim (Org.). **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da ciência da informação**. São Paulo: Cultura acadêmica: Polis, 2008.

THE LIBRARY'S PERCEPTION OF THE APPLICABILITY OF THE FIVE LAWS OF RANGANATHAN TO THE CONTEXT OF INFORMATION MANAGEMENT

***Abstract:** It presents the results of the study whose general objective is to investigate the applicability of the five laws of Ranganathan and its influence on information management in libraries, in the city of Fortaleza. The research has an exploratory nature, and the data was collected through a questionnaire, in two methods of application: in locus, by the researcher and also sent electronically. Ten librarians, who work in public, university, specialized and school libraries participated in the empirical study. The results show that, in general,*

librarians have knowledge about the aforementioned laws and their applicability in information management, particularly the provision of informational products and services and the fulfillment of library objectives. Also, it became clear that, this understanding is more noticeable for those who have less time performing as professionals in market. In addition, most librarians point out that, the laws are intrinsic to the activities carried out within the libraries. We conclude that the laws, although elaborate and published in 1931, still reverberate in the performance of the librarians who participated in there search. This fact shows that understanding these laws can serve as a basis for optimizing services, contributing to innovation and promoting the quality of access to information, in the context the community where the libraries are inserted.

Keywords: *Five Laws of Ranganathan. Information management. Applicability of Ranganathan's Laws.*

FORMAÇÃO E PRÁTICA PROFISSIONAL DO/A REVISOR/A DE TEXTOS: MUITO ALÉM DO VERBAL

doi: 10.47930/1980-685X.2020.1910

SOARES, Jessica Camila – jessicasoarestextos@gmail.com¹

RIBEIRO, Ana Elisa – anadigital@gmail.com²

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - PPGEL

Avenida Amazonas, 5.253, Nova Suíça

CEP 30421-169, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Resumo: *Entre as profissões mais tradicionais, no entanto menos reguladas, da cultura e da informação está a do/a revisor/a de textos. Embora conste na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) entre as atividades da comunicação social, há pouca clareza prática sobre quem é esse/a profissional e quais suas atribuições. Também como sinal de que se trata de uma profissão das mais convencionais, é possível elencar uma série de ‘manuais’ publicados a fim de guiarem as práticas desse/a profissional, que embora possa ser associado à era das comunicações analógicas, continua tendo forte e necessária atuação no mundo das possibilidades digitais. Antes visto como um defensor das regras gramaticais, que buscava apenas os ajustes à norma-padrão da língua, hoje o/a revisor/a de textos, além de analisar aspectos como coesão, coerência, ortografia e sintaxe, também deve observar questões de discurso e o contexto de produção, circulação e recepção dos textos. Em textos publicitários e institucionais, essa análise visa à verificação da gramática, mas, muito além disso, é observada a situação mais ampla de linguagem. Assim, o/a revisor/a se vê diante de textos com vários níveis de leitura; e necessidades relacionadas às demandas dos autores-clientes, tais como comunicar, persuadir e gerar identificação com o público. Além disso, o/a revisor/a de textos publicitários e institucionais precisa estar atento/a a aspectos multimodais das peças que revisa. Nosso objetivo aqui, então, é, com base em peças gráficas reais, refletir sobre as necessidades da formação e da prática profissional do/a revisor/a que atua em contextos organizacionais.*

Palavras-chave: *Textos publicitários e institucionais. Revisão de textos. Multimodalidade.*

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do CEFET-MG. Bacharel e licenciada em Letras pela PUC Minas e especialista em Revisão de Textos também pela PUC Minas.

² Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do CEFET-MG. Doutora em Linguística Aplicada pela UFMG. Bacharel e licenciada em Letras pela UFMG.

1 INTRODUÇÃO³

A revisão de textos é uma etapa da produção editorial tão antiga quanto o próprio campo da edição, embora evidentemente tenha sido executada conforme suas condições históricas e técnicas em cada época. No Brasil, é uma prática profissional vinculada à nossa história editorial, sabidamente mais recente do que em outras partes do mundo, inclusive na comparação com países latino-americanos vizinhos. Nossa abordagem neste texto considera a revisão de textos como uma etapa, nem sempre muito clara ou distinta (RIBEIRO, 2016), do processo editorial já no século XX, quando emergiram as casas editoriais que compuseram a cena mais densa e profissionalizada da produção de livros, revistas e jornais.

A despeito de sua existência relativamente longa, a revisão de textos sempre se ressentiu da falta de organização e clareza enquanto profissão, o que tem efeitos sobre vários aspectos de suas práticas: subdivisões pouco claras das tarefas do/a revisor/a; pouca formação institucionalizada; parca bibliografia analítica e reflexiva dedicada ao tema; forte feminização do mercado de trabalho; má remuneração; condições de trabalho precarizadas; etc. Nos últimos quinze anos, no entanto, esse campo profissional ganhou algum destaque nos estudos acadêmicos, em especial com o surgimento de cursos universitários⁴, eventos⁵ e bibliografia⁶

³ Este trabalho é parte das discussões das pesquisas de mestrado empreendidas pelas autoras, na qualidade de orientanda e orientadora, no PPG em Estudos de Linguagens do CEFET-MG na linha IV – Edição, Linguagem e Tecnologia. Agradecemos a interlocução com a revisora e também mestranda Márcia Romano, parceira em outros trabalhos. Agradecemos a colaboração de Sérgio Karam.

⁴ No Brasil, do início dos anos 2000 em diante, várias universidades passaram a oferecer formação específica em revisão de textos. Algumas graduações, especialmente em Letras, deram mais atenção a essa possibilidade da formação superior, talvez também em decorrência do declínio e da desvalorização das licenciaturas. Em Belo Horizonte, a PUC Minas inaugurou, em 2006, um curso de especialização pioneiro, que existiu por mais de uma década. Também é possível encontrar algumas dissertações e teses sobre o tema, em diversas instituições. Para alguns exemplos, ver: Salgado (2007); Oliveira (2007); Muniz Jr. (2010); Nascimento (2014). Sem contar os Trabalhos de Conclusão de Curso em graduações e especializações, que já devem contar centenas.

⁵ Diversos eventos científicos acolheram trabalhos ou mesmo simpósios sobre a revisão de textos e temas correlatos. O grupo de pesquisa em Produção Editorial da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM) recebe trabalhos no tema há mais de década. Na área de Letras, o Simpósio Internacional de Gêneros Textuais (SIGET) acolheu, não sem dificuldades, um primeiro simpósio sobre o tema em 2011 (Natal, RN) e, mais recentemente, em Córdoba (Argentina), outro simpósio semelhante, sob a coordenação de quase o mesmo grupo de pesquisadores/as. É imperativo dizer que o Brasil conta com um evento exclusivo sobre o tema, o Fórum Nacional sobre a Formação e a Atuação Profissional do Revisor de Textos, desde 2009, que teve sua quarta edição em 2019, em Belo Horizonte. Em todos os Fórum, revisores e pesquisadores do país inteiro se reuniram para trocar experiências profissionais, de formação e resultados de pesquisas acadêmicas. Um livro derivado do 3º Fórum pode ser encontrado em: <https://forumnacionaldorevisor.files.wordpress.com/2018/12/Mediacao-Editorial_ebook-interativo_11.12.2018.pdf>.

⁶ Além de dissertações e teses que podem ser encontradas na web, em bancos de trabalhos universitários, também são encontráveis artigos, em diversos periódicos acadêmicos, sobre aspectos da revisão como etapa da produção editorial (afora os trabalhos no campo da educação, que abordam a revisão como etapa do processo de revisão de textos escolares). Revistas publicaram dossiês, como é o caso dos Cadernos Cespuc (RODRIGUES, 2015). Além de livros que funcionam como manuais de revisão (ver um comparativo em RIBEIRO, 2016) ou, mais recentemente, Machado (2018), há pelo menos duas coleções de livros sendo publicadas, continuamente, em Minas Gerais: Questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual (pela editora Artigo A, em

reflexiva dedicados a ele. Tal crescimento do interesse pela revisão de textos é notável, tanto na academia quanto nos encontros entre profissionais sedentos pelo debate e pela troca de experiências.

1.1 O que faz um/a revisor/a?

Como se define trabalho do/a revisor/a de textos? A revisão de textos está identificada na Classificação Brasileira de Ocupações entre as profissões relacionadas ao jornalismo, cuja descrição sumária abrange, entre outras atribuições, a seleção, a revisão e o preparo definitivo dos textos jornalísticos a serem divulgados em diversos suportes e meios de comunicação. No entanto, pode-se considerar que essa/a profissional atua não apenas na esfera jornalística de discurso (aliás, cada vez menos nela), mas também em outras esferas, como a acadêmica, a literária, a didática e a publicitária e institucional, e estas serão o foco deste trabalho.

Sob uma abordagem ergológica, que busca analisar os modos de ver o trabalho e o cotidiano do trabalhador, é possível observar o/a revisor/a de textos como um sujeito inserido em um espaço laboral de regras preestabelecidas, em que a linguagem se torna seu objeto de trabalho. Ademais, vários “manuais” são publicados com o objetivo de auxiliar esse/a profissional em suas práticas. Dicas de atuação, regras prescritas e normatizações são temas sempre vistos nessas publicações, que buscam agir como guias para o/a revisor/a de textos.

Apesar de não ser preciso o surgimento do ato de revisar textos, de intervir no texto do outro, Coelho Neto (2013) traçou um breve histórico da revisão textual, especialmente em contexto estrangeiro. Segundo o autor, ao citar Arezio (1925), o grupo de revisores era formado antigamente por homens de maior fama intelectual e comprovada sabedoria. Eles eram responsáveis por realizar a correção ou a revisão dos manuscritos antigos, conferindo a eles a isenção de erros. A partir do momento em que foi instituída a revisão de provas tipográficas na França, houve, à época, revolta dos copistas, que se colocaram contra a inovação da reprodução a partir da tipografia. Eles conseguiram que os impressores fossem perseguidos, pois o trabalho que eles desenvolviam era considerado, em uma visão religiosa, obra do demônio.

Esses impressores, mesmo na clandestinidade, continuaram a trabalhar. Já os copistas permaneceram copiando os brevíários e as orações de forma primitiva, e os erros ficaram cada

Divinópolis, MG) e Pensar Edição (pela Moinhos, em parceria com a Contafios, em Belo Horizonte), esta última abrangendo temas mais amplos, mas também tendo a revisão como uma possibilidade.

vez mais frequentes. Tanto copistas quanto impressores deixavam passar erros e, entre os impressores, aquele que mais demonstrasse cuidado com a revisão adquiria fama pelos textos editados de maneira correta. A partir desse contexto, o desenvolvimento da indústria da impressão tipográfica e a prática de emendar a partir de provas de prensa ou rolo abriram campo para profissionais cuja função era acompanhar os autores na leitura das provas (COELHO NETO, 2013). Nesses processos, os erros eram corrigidos a pena e, em 1478, surgiram as erratas.

Assim, a figura do/a revisor/a de textos, há tempos, pode ser associada à leitura de textos impressos. No Brasil, onde a história editorial é mais atrasada e conturbada, devido à proibição expressa da Coroa Portuguesa, o revisor já surge ligado às prensas tipográficas (Machado de Assis chegou a ser um de nós) e mantém-se lutando por dignidade e reconhecimento desde então. Com as atuais possibilidades digitais, esse profissional tem ganhado espaço para revisar em diferentes suportes, o que não tem auxiliado numa melhor definição dos contornos de sua tarefa (e do valor monetário de seu trabalho). O que exatamente faz um revisor? Até onde vai a revisão e começa a preparação? Tais dúvidas se mantêm na cena profissional hoje, com distinções cada vez mais borradas pelas mudanças sociais e tecnológicas.

Para Rocha (2012), não importa o meio utilizado: a partir do momento em que o homem fez seus primeiros escritos, houve a conseqüente intervenção do interlocutor, do revisor, capaz de fazer a leitura do texto e propor mudanças. O/A revisor/a de textos, segundo Machado (2018), além de ser um bom leitor, deve acumular rica bagagem linguística e uma boa noção do contexto de comunicação em que o texto foi produzido. A autora elenca as seguintes competências para o/a revisor/a: domínio de gramática normativa; noção de gêneros textuais e contextos de uso; curiosidade e senso investigativo; intimidade com as ferramentas disponíveis; boa bagagem de conhecimentos gerais; domínio de normas da ABNT; conhecimento do processo de trabalho em que está inserido; atenção aos detalhes; humildade e empatia (MACHADO, 2018).

Dessa forma, podemos perceber que a atuação desse/a profissional vai muito além da “caça aos erros” ou da “patrulha gramatical”. É preciso, então, que o trabalho de revisão textual vá além da conferência do que está prescrito nas gramáticas normativas com vistas a evitar apenas erros gramaticais. É preciso analisar o texto em sua perspectiva discursiva, uma vez que cada texto possui sua intenção comunicativa.

Assim, neste trabalho, faremos uma reflexão sobre a formação e a prática profissional do/a revisor/a de textos publicitários e institucionais à luz da evolução dessa profissão ao longo da história e do que se espera dessa atividade. Para isso, realizaremos uma análise de peças veiculadas em mídias digitais e impressas a fim de discutir quais aspectos devem ser abordados durante o trabalho de revisão textual, desde aspectos gramático-textuais a contextos de comunicação, conferindo, também, os aspectos multimodais de textos produzidos em ambientes organizacionais.

2 BREVE HISTÓRICO DA PUBLICIDADE E DA PROPAGANDA

A publicidade surgiu quando “alguém disse a alguém que tinha alguma coisa a oferecer” (GONÇALEZ, 2009, p. 9). Os textos publicitários tiveram seu início no quadro da Revolução Industrial, graças aos meios técnicos da época e a fim de resolver problemas de comunicação daquele contexto, divulgando de forma organizada tudo o que era oferecido pela indústria (BARRETO, 1982). Entretanto, desde a velha Pompeia, era possível encontrar cartazes eleitorais de exposição política e, no Velho Testamento, há passagens bíblicas que sugerem os primeiros sinais do *Homo publicitarius* (BARRETO, 1982). Há, então, vários registros que apresentam ações publicitárias ao longo da história da humanidade. A Igreja Católica foi a responsável por utilizar o termo “propaganda” pela primeira vez, no século XVII. Por meio da propaganda, havia a propagação e a manutenção da fé dos cidadãos.

Com o aumento populacional a partir do século XIX, surge uma nova realidade social, que mudava cada vez mais rapidamente. Na época da Revolução Industrial, apareceram inventos para agir de formas diversas sobre a população. Barreto (1982) elenca alguns itens importantes da época, como a invenção da máquina rotativa, que permitia a tiragem ilimitada de gravuras; os meios de transporte; o telégrafo, que dava à palavra dimensão mundial; e o alto-falante, que ampliava a voz humana. Assim, “os veículos industriais de comunicação são realmente elemento constituinte indispensável dessa mensagem industrial chamada propaganda” (BARRETO, 1982, p. 107).

Para o autor, a propaganda foi gerada pela Revolução Industrial e criada por seus donos. A comunicação então adotada conquistou, em parte, o poder de seduzir e influenciar certos aspectos da natureza humana coletiva, ou seja, persuadir o público. E o que queriam, então, os donos da indústria? Vender, fossem produtos, fossem ideias. Para isso, a criatividade surge na

propaganda como elemento essencial, com o objetivo de garantir economia e poder de convencimento que valessem cada centavo investido pelas empresas.

No Brasil, até o surgimento do primeiro jornal autorizado, em 1808, o “boca a boca” era a forma de fazer propaganda. A *Gazeta do Rio de Janeiro* publicou o primeiro anúncio de um imóvel, que deu origem aos classificados. Após as publicações em jornais, surgiram os cartazes, os painéis e os panfletos. Em meados dos anos 1900, apareceram as primeiras revistas, algumas com anúncios de uma página inteira. Nessa conjuntura, surgiu o agenciador de anúncios, responsável por estabelecer a comunicação entre o cliente e o veículo de comunicação no qual ele iria anunciar. Esse agente se transformou na agência, empresa responsável pelos trâmites de publicar as publicidades.

Em 1930, chegava o rádio, tecnologia que permitiu que a propaganda viesse por meio de sons, vozes e *jingles*. Em 1950, foi criada a primeira emissora televisiva: a TV Tupi. Nesse contexto, conforme Severino et al. (2011), havia uma disputa mercadológica entre as marcas e as publicidades que, então, ficaram mais bem elaboradas, a fim de atrair um público. O mercado publicitário ficou aquecido e os textos anunciados, cada vez mais, precisavam chamar a atenção do público consumidor. Assim, desde o contexto da Revolução Industrial até os dias atuais, para Barreto (1982), é agradável para o público uma peça de comunicação original e que, além de comunicar, envolva o consumidor. Essa é, para esses autores, a qualidade da peça criativa.

2.1 Definições publicitárias

Conceituar a publicidade e a propaganda é de suma importância aqui. Para Gonzalez (2009), ambos os termos têm o mesmo objetivo: persuadir o consumidor, convencendo-o por meio de argumentos. A propaganda se origina de ações ideológicas que pretendem influenciar o/a indivíduo com objetivo político, cívico ou religioso, ou seja, aqui, “vendem-se” ideias sem o fator comercial. Já a publicidade possui objetivos comerciais, despertando desejos de compra a partir de técnicas para tornar público um produto, um serviço ou uma marca. Neste trabalho, como veremos textos tanto da publicidade quanto da propaganda, utilizaremos ambos os termos, uma vez que, na literatura consultada, os autores não fazem essa distinção de forma clara.

O elemento-chave dos textos publicitários é o elo entre as características e os valores do consumidor e os valores expressos pela comunicação do produto anunciado (FIGUEIREDO,

2005). Segundo o autor, “a publicidade raramente *convence* alguém de algo. Ela *persuade* alguém a algo” (FIGUEIREDO, 2005, p. 53). O mais antigo processo de persuasão conhecido foi proposto por Aristóteles, escrito no cenário das sustentações orais políticas de Atenas. O processo aristotélico pode ser aplicado à criação publicitária, em que temos como etapas o exórdio, cuja função é chamar a atenção do observador; a narração, que busca envolver o observador na situação proposta; as provas, cuja finalidade é justificar de forma racional as vantagens do produto anunciado; a peroração, que busca concluir o raciocínio, incentivar a ação do público e fazer com que ele se lembre da marca anunciante (FIGUEIREDO, 2005).

Esse processo de criação pode ser analisado atualmente nos textos publicitários aos quais temos acesso. Em um anúncio de *outdoor*, por exemplo, cujo texto propicia uma rápida leitura, temos a dupla título e imagem com objetivo de atrair o leitor para o que está ali anunciado. A narração apresentada no início do texto, em parceria com a imagem, envolve o consumidor para que ele continue a leitura. As provas vêm para oferecer informações precisas sobre o item anunciado. Por fim, a peroração apresenta a marca que está ali e um *call to action*, ou seja, a chamada para a ação do consumidor para que ele entre em contato com a empresa para saber mais informações ou adquirir o produto. Na peroração, estão, geralmente, o *site* e o telefone para contato.

Com o passar dos anos e com o avanço tecnológico, o que era anunciado apenas por meio de telégrafos, anúncios em classificados e alto-falantes foi ganhando espaço em outros suportes midiáticos. Com a internet, hoje, empresas podem anunciar em diferentes mídias e ambientes, como as redes sociais. As peças de *marketing on-line* têm fácil acesso ao consumidor cada vez mais conectado. Por meio de *stories* de Instagram, anúncios no Facebook e *pop-ups* em *sites* diversos, por exemplo, as instituições conseguem chegar a esse novo perfil de pessoa. Cabe ressaltar que as mídias *off-line*, ou seja, as mídias tradicionais, como rádio, televisão, jornal, *outdoor* e folheteria, ainda podem trazer bons resultados para as empresas, uma vez que o consumidor também está no mundo *off-line*.

2.2 Quem faz tudo isso acontecer?

Para a criação de textos publicitários, as empresas, que, ao demandarem um serviço, se tornam clientes, contratam agências de publicidade ou organizam seu próprio setor de *marketing* e comunicação. Para trabalhar a comunicação de uma marca, seja para fins de divulgação, seja para fins de venda, há equipes divididas em diferentes funções. Por meio do *briefing*, documento que contém todos os dados que o cliente fornece ao setor para que ele

possa desenvolver o trabalho de acordo com as suas expectativas, é passado o pedido de criação a agências/departamentos. Em meio às demandas, é preciso garantir que a criação esteja de acordo com o que foi solicitado pelo cliente no início do trabalho. Assim, as peças publicitárias são criadas e encaminhadas aos clientes para aprovação. Se estiver tudo certo, os textos são veiculados nas mídias.

Nesse percurso, um profissional pode ser visto como fundamental para garantir que a demanda esteja de acordo com o que foi solicitado e que o texto saia sem inadequações gramático-textuais e discursivas. O/A revisor/a de textos, aqui, é um importante ator no processo de criação de textos publicitários, embora não figure geralmente nos organogramas de agências/departamentos de *marketing* e comunicação. Como se dá, então, a atuação desse/a profissional nesses ambientes organizacionais de trabalho?

3 O/A REVISOR/A DE TEXTOS: FORMAÇÃO E PRÁTICA PROFISSIONAL

Há um dito anedótico entre os profissionais de revisão que afirma que “o/a revisor/a de textos só aparece quando erra”. A partir disso, já podemos ter um norte para entender um pouco o que é esperado do trabalho desse/a profissional. Luis Fernando Verissimo, em uma de suas crônicas, afirmou: “Toda vez que manda um texto para ser publicado, o autor se coloca nas mãos do revisor, esperando que seu parceiro não falhe”. A atuação do/a revisor/a de textos é, inclusive, tema de um importante livro de José Saramago, *A História do Cerco de Lisboa*, cujo pano de fundo é a atuação de um revisor que muda toda a história da cidade quando decide incluir uma palavra em um texto narrativo.

A comunidade de revisores de textos tem ganhado profissionais não apenas da área de Letras e de Comunicação, mas de outras formações, que trabalham como *freelancers* ou profissionais alocados nas instituições. Segundo Sobral e Barbosa (2019),

A respeito da revisão profissional, cabe-nos dizer ainda que profissionais com formações em diferentes áreas do conhecimento costumam ser contratados para atuar nessa função, sobretudo os da área de Letras ou Jornalismo. Isso significa que as maneiras de concretização do trabalho com o texto estarão ancoradas em princípios epistemológicos específicos de dada formação, o que certamente implica na variedade desse fazer desde sua base, ou seja, dependendo da área a que pertence o revisor, as compreensões de texto, língua, gênero etc. de dada formação, terão íntima relação com o modo como a atividade ocorrerá (SOBRAL; BARBOSA, 2019, p. 27).

A busca por um texto sem erros gramaticais ou seguindo padrões preestabelecidos tem feito com que autores de diferentes campos discursivos procurem revisores/as para o trabalho com textos. O trabalho do/a revisor/a, então, é múltiplo, exigindo diálogos e análises discursivas durante os processos de elaboração e de revisão.

3.1 O/A revisor/a de textos publicitários e institucionais

Ao trabalhar com textos publicitários e institucionais, é necessário que o/a profissional de revisão tenha conhecimentos gramático-textuais, mas, além disso, ele/ela deve ser desconfiado/a e entender de texto e de discurso, não apenas de gramática. Logo, é necessário ver o texto não como um produto, mas como um processo, ou seja, deve-se calibrar o texto em vez de apenas corrigi-lo.

Respeitar o texto do outro também é fundamental. A intervenção textual não é uma atividade simples e objetiva. Muniz Jr. (2009) afirma que interferir no texto do outro é uma ação realizada com base em critérios que são materializados em sistemas de normas discursivamente organizados. Para Sobral e Barbosa (2019), é preciso que autor/a e revisor/a trabalhem em afinidade, tendo em vista o perfil do público-alvo, chegando a decisões referentes à melhor maneira de organizar o que será dito em relação ao objetivo do discurso.

É importante também ter um olhar para a multimodalidade. A multimodalidade é uma noção sobre os textos que considera todos os recursos semióticos para a construção de sentidos (KRESS; VAN LEEUWEN, 1996). Para estes autores, mesmo que a escrita tenha sido o meio mais valorizado de comunicação nos últimos séculos, outras linguagens sempre existiram conjuntamente à escrita. Assim, considera-se que os modos semióticos permitem realizar sentido de diversas maneiras e em níveis distintos. Nesse sentido e considerando que textos são composições formadas também por palavras, e não apenas por elas, é fundamental que um/a revisor/a de textos, em especial da esfera publicitária, esteja atento/a a muitas questões ligadas à composição multimodal, e não apenas à palavra e à pontuação.

4 PRÁTICA DE REVISÃO DE TEXTOS: ASPECTOS DA MULTIMODALIDADE

Textos que se destinam a persuadir, como é o caso dos textos institucionais e publicitários, não podem prescindir de todos os modos semióticos disponíveis, uma vez que as fontes da multimodalidade permitem produzir sentido de muitas maneiras e em níveis diversos. Nesse

contexto, o/a revisor/a precisa estar atento/a também aos aspectos multimodais: imagens, cores, grafismos e pesos de informações que precisam ser compreendidas pelo leitor.

Teceremos aqui uma breve análise de algumas peças veiculadas em diversos suportes midiáticos. As imagens que serão apresentadas foram retiradas de *sites* ou agências de publicidade e tiveram circulação social. Buscamos ressaltar que a presença de um/a revisor/a é importante a fim de que os textos não saiam com inadequações gramaticais, como a embalagem que apresenta a crase antes de um substantivo masculino, ou o *outdoor* com inadequação ortográfica.

Figura 1 – Embalagem com erro gramatical.



Fonte: Gazeta do Povo (2016).

O/A revisor/a, ao trabalhar com textos publicitários e institucionais, além dos aspectos estabelecidos pela gramática, deve verificar a mensagem que é transmitida ao leitor, após uma leitura crítica e atenta. A figura a seguir apresenta uma peça publicitária que, devido à ambiguidade, em vez de enaltecer o produto e a marca, faz com que o cliente fique em dúvida sobre a procedência do produto, uma vez que, pelo preço que ele é oferecido, não vai durar nada: se é muito barato, a qualidade seria ruim? Aqui, o revisor/a poderia discutir essa abordagem textual com o/a responsável pela redação publicitária.

Figura 3 – Anúncio de móveis.



Fonte: Intervalo Legal (2018).

Assim, o/a profissional que trabalha com revisão de textos revisa, então, enunciados, e não apenas frases. Coelho Neto (2013) afirma que

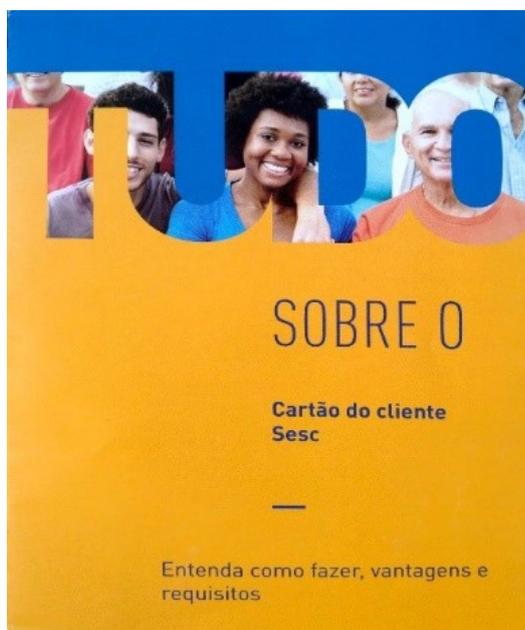
Numa revisão, subentende-se, foram delegados poderes ao seu agente (o revisor), para aprimorar o texto do autor. Aquele é, assim, extensão do autor. Ao mesmo tempo o revisor é leitor – o comum, o exigente, o ingênuo. Cabe-lhe então desenvolver uma forma de leitura em que atue como decisor linguístico, mas na condição de público-alvo ao mesmo tempo, desenvolvendo ainda a habilidade de verificar não só forma como conteúdo. (COELHO NETO, 2013, p. 94).

Sabemos que o/a profissional da revisão textual publicitária e institucional deve ter atenção aos aspectos gramaticais, no entanto, um ponto que também precisa ser analisado é a construção multimodal do texto a ser trabalhado, ou seja, como estão distribuídas as informações nas peças: imagem, texto, cores e pesos das informações. Para uma melhor compreensão, analisaremos a imagem a seguir, capa de um folheto do Sesc. Nela, percebemos um peso maior na palavra “tudo” e a inserção de “sobre o” em uma outra fonte, também em

destaque. No entanto, o que é foco da peça – informações sobre o cartão do cliente da empresa – está em tipo menor, sem o destaque necessário.

Muitas vezes, o/a revisor/a se depara com peças assim, que não apresentam inadequações gramaticais, mas de *layout*, aspecto que também deve ser analisado e trabalhado pelo/a revisor/a. Aqui, poderia ser apontado o uso de diferentes fontes tipográficas em uma mesma peça, além de o foco estar em outro ponto, e não no produto oferecido pela empresa.

Figura 4 – Capa de folheto.



Fonte: Acervo do Sesc (2018).

Outro exemplo de aspecto multimodal a ser analisado é a disposição do texto e da sua leitura ao longo da peça publicitária. O anúncio de web apresentado na Fig. 5 traz “Escolha o curso da sua vida” e faz uma brincadeira com a leitura da palavra “sucesso”, que é inserida no texto principal. No entanto, essa inserção gera uma leitura de baixo para cima, como pode ser observado, ordem não preferencial de leitura.

Figura 5 – Anúncio de *web*.



Fonte: Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (2019).

Os textos não devem ser analisados de forma isolada dos elementos não verbais, dessa forma, é preciso que a imagem seja considerada pelo/a revisor/a, uma vez que ela também compõe a peça publicitária. Para Rocha (2012), “é necessário considerar a forma como a linguagem verbal e os elementos não verbais articulam-se em uma peça discursiva para construir sentido” (ROCHA, 2012, p. 22). A seguir, apresentamos um anúncio publicado em *stories* do Instagram. Temos aqui duas sugestões para o trabalho do/a revisor/a: por ser um texto cuja leitura é rápida, a informação “exceto lojas Diamond, Pátio, Buritis e São Pedro” poderia vir na parte superior ou inferior da imagem, e não de forma repetida, como está apresentado. Além disso, o anúncio faz menção à venda do crepe de chocolate com morango, no entanto, o que temos na imagem é um crepe de carne seca. Essas duas sugestões de intervenções podem ser apontadas pelo profissional da revisão textual em sua prática.

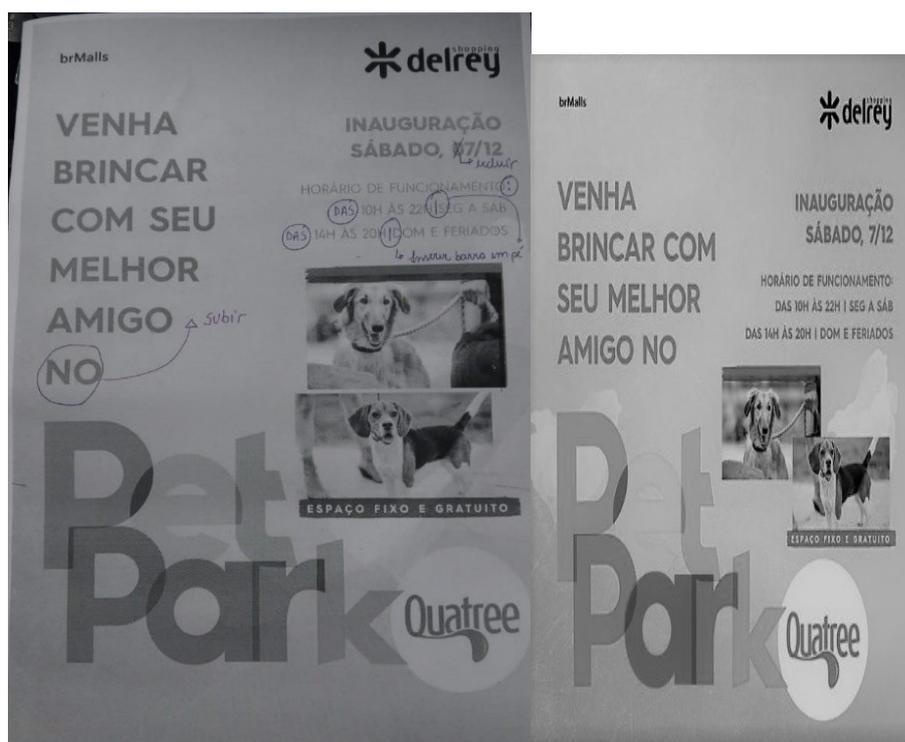
Figura 6 – *Stories* do Instagram.



Fonte: Supermercado Verdemar (2019).

Adiante, nas Figuras 7 e 8, temos um exemplo de intervenção textual realizada para um anúncio que abordava a inauguração de um espaço para animais em um shopping de Belo Horizonte. À esquerda, há as marcações sugeridas pelo/a revisor/a e, à direita, a peça publicada.

Figuras 7 e 8 – Anúncio em processo de revisão e sua versão finalizada.



Fonte: Acervo das autoras (2019).

Nessas peças, podemos analisar as intervenções que vão além da gramática: a preposição “no” ficou sozinha na linha e a sugestão foi subi-la para que o *layout* ficasse mais bem distribuído. Ademais, foi sugerida a inserção da barra em pé (|) para separar melhor as informações relacionadas ao horário de funcionamento do espaço. Por fim, com relação ao paralelismo das

informações, foi inserida a preposição “das” antes do horário e foi excluído o zero à esquerda na data de inauguração.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Autor/a e revisor/a ocupam distintos lugares na sociedade. O/A revisor/a, ao realizar a ação de intervir no texto do outro, não o faz de maneira simples e objetiva. Há, então, pequenas decisões que envolvem a textualização, indo além dos aspectos gramaticais. O texto original do autor não é apenas um produto, resultado de uma comunicação; ao iniciar o processo editorial, o texto pode ser visto com um processo, um objeto de interação entre sujeitos socialmente constituídos. Por ser um objeto de interação, o princípio de alteridade se constitui: ora sou enunciatário e recebo o texto e as sugestões para a escrita; ora sou o enunciador, ao dialogar com o texto.

O papel do/a revisor/a é inegavelmente importante como partícipe da enunciação, em especial nestes casos de assinatura institucional, em que a autoria é ampla, em conciliação com uma marca ou uma empresa. É, sem dúvida, uma circunstância diferente da de um/a revisor/a que atua na produção de um texto de autoria individual, bem marcada, lidando com questões como a do estilo pessoal ou artístico. O/A revisor/a dos textos publicitários é um ator na constituição de um discurso, sabendo que o faz nos bastidores da produção, responsabilizando-se pelas consequências, em equipe ou coletivamente.

Neste breve artigo, defendemos que o trabalho de revisão não deve ser realizado apenas com base em critérios gramaticais, mas com conhecimentos de linguagens, de composições multimodais. O/A profissional de revisão de textos não é somente um/a “corretor/a”, mas sim alguém que trabalha tendo em vista a função comunicativa dos textos.

REFERÊNCIAS

BARRETO, R. M. **Criatividade em propaganda**. São Paulo: Summus Editorial, 1982.

BOLL, J. Universidade faz outdoor do curso de “Pegadogia” e viraliza na web. **Gazeta do Povo**, 21 nov. 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/bad-bad-server/universidade-faz-outdoor-do-curso-de-pegadogia-e-viraliza-na-web/>. Acesso em: 24 dez. 2019.

CARISTINA, J. A vírgula faz toda diferença! **Intervalo legal**, 12 set. 2018. Disponível em: <http://www.intervalolegal.com.br/2018/09/12/a-virgula-faz-toda-diferenca/>. Acesso em: 24 dez. 2019.

CARRARA, J. Erro de português da Sadia também grita nas embalagens. **Bendito Português**, 13 nov. 2016. Disponível em: <https://benditoportugues.com.br/o-bendito-portugues-na-revista-publicitta/>. Acesso em: 25 dez. 2019.

COELHO NETO, A. **Além da revisão: critérios para revisão textual**. 3 ed. Brasília: Editora Senac, 2013.

FIGUEIREDO, C. **Redação publicitária: sedução pela palavra**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GONÇALEZ, M. C. **Publicidade e propaganda**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

MACHADO, C. **O manual de sobrevivência do revisor iniciante**. Belo Horizonte: Moinhos, 2018.

MUNIZ JR., José de S. A intervenção textual como atividade discursiva: considerações sobre o laço social da linguagem no trabalho de edição, preparação e revisão de textos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32, 2009, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Intercom, 2009. Disponível em: www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1079-1.pdf. Acesso em: 30 mar. 2019.

MUNIZ JR., José de S. **O trabalho com o texto na produção de livros: os conflitos da atividade na perspectiva ergodialógica**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade de São Paulo, 2010.

NASCIMENTO, Lourdes da Silva do. **Revisor de textos: concepções e formação do profissional em Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens). Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, 2014.

OLIVEIRA, Risoleide Rosa Freire de. **Um olhar dialógico sobre a atividade de revisão de textos escritos: entrelaçamento dizeres e fazeres**. 173 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada; Literatura Comparada). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

RIBEIRO, Ana Elisa. (In)distinções entre as atividades do preparador e do revisor de provas na produção de livros. In: RIBEIRO, Ana Elisa. **Em busca do texto perfeito**. Divinópolis, MG: Artigo A, 2016. (Coleção Questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual)

ROCHA, H. **Um novo paradigma de revisão de texto: discurso, gênero e multimodalidade**. 246 f. 2012. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

RODRIGUES, Daniella L. D. I. (Org.) **Revisão de textos: entre a teoria e a prática**. Cadernos CESPUC, n. 26, 2015. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoscespuc/issue/view/762>. Acesso em: 14 jan. 2020.

SALGADO, Luciana Salazar. **Ritos genéticos no mercado editorial** - autoria e práticas de textualização. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem). Universidade Estadual de Campinas, 2007.

SALGADO, Luciana Salazar; PENTEADO, Ana Elisa de Arruda. (Orgs.) **Mediação editorial: o que é? Quem faz?** Bragança Paulista, SP: Margem da Palavra, 2018. Disponível em: https://forumnacionaldorevisor.files.wordpress.com/2018/12/Mediacao-Editorial_ebook-integrativo_11.12.2018.pdf. Acesso em: 14 jan. 2020.

SEVERINO et al. A história da publicidade brasileira. **Revista Eletrônica de Comunicação**, Franca, v. 6, n. 1, 2011. Disponível em: <http://periodicos.unifacf.com.br/index.php/rec/article/view/468/448>. Acesso em: 15 dez. 2019.

SOBRAL, A.; BARBOSA, V. Sobre tipos de revisão textual e suas redes enunciativas: uma proposta bakhtiniana. In: RODRIGUES, Daniella Lopes D. I.; ASSIS, Juliana A. **No ritmo do texto: questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual**. Divinópolis (MG): Artigo A, 2019. p. 17-39.

VERISSIMO, L. F. Cuidado com os revizores. In: COELHO NETO, A. **Além da revisão: critérios para revisão textual**. 3 ed. Editora SENAC: Brasília, DF, 2013. p. 68-69.

EDUCATIONAL CONTEXT AND PROFESSIONAL PRACTICE OF THE PROOFREADER: BEYOND THE VERBAL

Abstract: Among the most traditional professions of culture and information is that of the proofreader, although it is also one of the less regulated. It is included in the Brazilian offices classification (CBO) among the activities related to Communication, but there is little practical clarity about who this professional is and what his duties are. Also, as a sign that this is one of the most conventional professions, there are a lot of “guides”, published in order to orient the practices of this professional, who may be associated with the era of analogue communications but still has a strong contribution to give to the world of digital possibilities. Previously seen as an advocate of grammatical rules, who sought only adjustments to the standard norm of language, today the proofreader, in addition to analyzing aspects such as cohesion, coherence, spelling and syntax, must also observe issues related to speech and to the context of production, circulation and reception of texts. In advertising and institutional texts, this kind of analysis aims to verify the grammar, but, far beyond that, also the wider context of language. Thus, the proofreader is faced with texts with

various levels of reading and needs related to the demands of authors-clients, such as communicating, persuading and generating identification with the public. In addition, the proofreader of advertising and institutional texts needs to pay close attention to the multimodal aspects of the pieces he works with. Therefore, our aim here is to reflect about the needs of the training and the professional practices of proofreaders who work in organizational contexts, based on real graphic pieces.

Keywords: *Advertising and institutional texts. Proofreading. Multimodality.*

ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA: A ATUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DOS ESTAGIÁRIOS E EGRESSOS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

doi: 10.47930/1980-685X.2020.1911

SILVA¹, Maria Juliana Nunes da – mariajuliana@ufmg.br
Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação
Avenida Antônio Carlos 6.627, Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil

PARRELA², Ivana Denise – ivanaparrela@ufmg.br

***Resumo:** A educação universitária é fundamental para o desenvolvimento de competências profissionais que visam prover demandas da sociedade, e a universidade, representada por seus diversos cursos, possui papel preponderante na sociedade moderna. Em Minas Gerais o curso de Arquivologia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG foi iniciado em 2009 como forma de suprir uma necessidade social e desde o início do curso houve uma grande demanda das instituições por estagiários, sinalizando indícios de um mercado de trabalho a serem pesquisados. Assim o objetivo geral deste trabalho foi conhecer o contexto de atuação dos estagiários do curso de Arquivologia da UFMG, sob a ótica das instituições contratantes, no que concerne a alguns conceitos e práticas, e dos egressos do curso, bem como possíveis implicações no mercado de trabalho para o arquivista: como os estagiários atuaram dentro das instituições, como essas instituições enxergam o arquivista e o seu objeto, investigar junto aos egressos o mercado profissional com o qual se depararam, identificando a influência do curso nesse “novo” nicho de trabalho, e conseqüentemente conhecer e fomentar o processo laboral em desenvolvimento. O procedimento metodológico foi a pesquisa de campo, com a aplicação de questionário aos egressos e entrevista às instituições contratantes de estagiários. Ao final da pesquisa concluiu-se que o mercado de trabalho em Belo Horizonte, por meio de suas instituições públicas e privadas, precisa evoluir e avançar no que concerne aos conceitos e práticas relacionadas aos arquivos e aos arquivistas, pois o entendimento hoje é incipiente, de modo geral.*

¹ Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, Arquivista da UFMG.

² Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, Professora do PPGCI/UFMG.

Palavras-chave: Arquivista. Egressos. Estagiários. Instituições. Arquivologia.

1 INTRODUÇÃO

Não se pode negar que nos moldes atuais da educação, e mais especificamente da educação universitária, o processo de instrução objetiva desenvolver, entre outras coisas, a capacidade intelectual do indivíduo para a resolução de problemas e situações específicas, mediante a aquisição de conhecimento e habilidades, ou seja, a educação universitária é fundamental para o desenvolvimento de competências profissionais que visam suprir demandas da sociedade. Neste sentido, a universidade, representada por seus diversos cursos, possui papel preponderante na sociedade moderna.

A formação universitária é uma das principais pontes que liga o futuro profissional ao mercado de trabalho, e uma das complementações para essa boa preparação é o papel que o estágio, obrigatório e não obrigatório, tem na grade curricular dos cursos superiores.

Em Belo Horizonte o curso de graduação de Arquivologia da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG possui poucas turmas formadas, o que torna dificultoso levantar o panorama do mercado laboral que rodeia essa demanda. Trata-se de um processo que ainda está em consolidação, em construção.

Entretanto, desde o início do curso a demanda de instituições interessadas em contratar estagiários é grande, o que é um aspecto extremamente positivo e dá indícios de um perfil do mercado a ser investigado sob alguns aspectos referentes à visão ou compreensão sobre arquivo, arquivista, documento de arquivo, contratação. Esses aspectos se tornaram importantes indicadores da evolução e visibilidade dos profissionais e da área de Arquivologia nesse mercado de trabalho.

A modalidade de estágio estudada neste trabalho, que foi resultado de uma pesquisa de mestrado³, foi a não obrigatória, que é a desenvolvida como atividade opcional do estudante, realizada com a supervisão de um profissional com formação ou experiência correlata às atividades de estágio nas instituições contratantes e acrescida à sua carga horária regular e obrigatória, com anuência da instituição de ensino, representada inclusive por um professor orientador.

³ Dissertação de mestrado intitulada “Entre a teoria e a prática: o contexto de atuação dos estagiários, sob a ótica das instituições contratantes e dos egressos do curso de Arquivologia da Universidade Federal de Minas Gerais”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/ECI/UFMG.

É imprescindível que a teoria e a prática estejam interligadas para uma melhor formação, e a universidade por si só não consegue dar conta de representar a realidade. Ainda segundo Sousa (1999):

Desta forma, o estágio prático é essencial à formação do aluno de Arquivologia. Ele propicia ao aluno um momento específico de sua aprendizagem, uma reflexão sobre o agir profissional e uma visão crítica das relações existentes no mercado de trabalho. O exercício prático, entretanto, deve ser apoiado na supervisão enquanto processo dinâmico e criativo, tendo em vista possibilitar a elaboração de novos conhecimentos (BURIOLLA, 1995 *apud* SOUSA, 1999, p. 172).

“A Arquivística⁴ é uma disciplina com finalidade profissional e, por seu turno, ela deve apoiar seus ensinamentos teóricos sob uma experimentação e um contato com a prática” (ROUSSEAU; COUTURE, 1994 *apud* SOUSA, 1999, p. 169). Sousa discorre que a prática deve ter um compromisso com a construção do conhecimento e estar atrelada aos seguintes aspectos: agir, pensar, refletir, recriar e, sobretudo, inovar.

O problema de pesquisa que se pôs foi quais os reflexos no mercado de trabalho para o arquivista, a partir da apreensão de alguns conceitos e práticas levantados em dois nichos: as instituições contratantes de estagiários do curso de Arquivologia da UFMG e os egressos do curso de Arquivologia da UFMG.

A importância da pesquisa se justifica pela escassez desse tipo de informação pós-criação do curso de graduação na UFMG, contribuindo, assim, para a construção do conhecimento científico na área, subsidiando informações de como os estagiários atuaram dentro das instituições e como essas instituições enxergam o arquivista e o seu objeto. E também pela investigação, junto aos egressos, sobre o mercado profissional com que se depararam, identificando a influência do curso nesse “novo” nicho de trabalho e, conseqüentemente, conhecendo e fomentando o processo laboral em desenvolvimento.

2 CRIAÇÃO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFMG

Em Minas Gerais o curso de Arquivologia da UFMG foi iniciado em 2009 como forma de suprir necessidades sociais, no que tange ao direito à informação e à memória, entre outras, formando mão de obra qualificada em um dos estados mais antigos e populosos do Brasil e

⁴ Arquivística: Disciplina também conhecida como Arquivologia, que tem como objeto o conhecimento da natureza dos arquivos e das teorias, métodos e técnicas a serem observados na sua constituição, organização, desenvolvimento e organização (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 5). Neste trabalho serão usadas as duas terminologias como sinônimos.

com um vasto conjunto documental represado, demandas por tratamento arquivístico de acervos acumulados por séculos.

O curso de Arquivologia da Escola de Ciência da Informação – ECI/UFMG foi autorizado em 2008 e iniciado em 2009, dentro do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Nesse programa do governo viu-se, à época, a possibilidade concreta de viabilização do curso, meta recorrente das pautas de discussões da ECI, que compreendia a ampliação das suas atividades acadêmicas. O curso de Arquivologia da UFMG foi autorizado e implantado a partir do Parecer da Câmara de Graduação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nº 304, de 2 de outubro de 2008 (CEPE/UFMG). A primeira turma ingressou no primeiro semestre de 2009.

No projeto pedagógico do curso consta:

O Curso de Arquivologia vem preencher uma lacuna em relação à função social dos arquivos, no que diz respeito à formação de profissionais, pois, grande parte das atividades arquivísticas no Estado de Minas Gerais são desempenhadas por profissionais sem formação específica.

Na própria UFMG, essa lacuna já foi detectada e orientou algumas metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2008-2012 (MINAS GERAIS, 2008b), conforme aspectos a seguir:

a) disseminar, na UFMG, a política de gerenciamento de arquivos; e b) implantar, na UFMG, políticas de organização e gerenciamento dos arquivos de documentos administrativos e acadêmicos (ABREU; PAIVA, 2012, p. 16).

Relevante ressaltar que além da legislação federal que institui a política de gestão documental e procedimentos arquivísticos, Minas Gerais tem legislação estadual⁵ sobre o assunto, o que, teoricamente, é um avanço e ponto positivo na atuação dos futuros profissionais formados pelo novo curso.

O mercado de trabalho do egresso do curso compreende naturalmente toda a estrutura administrativa das organizações públicas nas esferas executiva, legislativa e judiciária, destacando, também, os órgãos voltados diretamente para os arquivos, tais como os arquivos públicos de órgãos municipais, estaduais e federais, assim como organizações privadas. **A demanda da iniciativa privada pôde ser verificada por meio de diversas solicitações feitas, continuamente, à Escola, de estagiários que pudessem trabalhar com gestão de documentos** e, também, de professores que pudessem atuar como consultores em organizações diversas, públicas ou privadas (ABREU; PAIVA, 2012, p. 17, grifos nossos).

Arreguy, Negreiros e Silva (2015) evidenciam que no município e em cidades próximas ao local onde o curso foi implantado, não há instituições arquivísticas federais. Em contrapartida, a região possui uma instituição arquivística pública estadual e uma municipal. Tal fato

⁵ Lei Estadual nº 19.420, de 11 de janeiro de 2011 – Estabelece a política estadual de arquivos no âmbito do Estado de Minas Gerais.

apresenta um cenário que proporciona o desenvolvimento de convênios, parcerias, estágios de alunos, visitas técnicas e, até mesmo, possibilidades de inserção no mercado laboral.

Ainda segundo os autores, observa-se que o setor de serviços apresenta a maior empregabilidade. Consequentemente, o arquivista teria mais oportunidades de trabalho. Observa-se que o setor industrial está mais concentrado no entorno e no interior do Estado e, por ter uma participação importante na economia, apresenta-se também como uma possibilidade de mercado de trabalho.

Desde antes mesmo da oficialização do curso, a UFMG aparece na atuação dos arquivos, promovendo cursos e publicações. A concretização do curso tardou, mas não falhou, pois, a demanda represada é grande e a riqueza dos acervos espera mais e mais profissionais para o seu tratamento. O curso de Arquivologia tem esse papel social, vem suprir uma necessidade laboral, profissional e, mais do que isso, histórica e memorial no Estado de Minas Gerais.

Agora, depois de alguns anos de formação, faz-se importante descobrir onde e como estão os primeiros egressos do curso de Arquivologia da UFMG.

3 A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO NA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA

De acordo com o Instituto Euvaldo Lodi – IEL (2013) “a prática do estágio é oportunidade inquestionável para os estudantes vivenciarem no dia a dia de uma organização, os desafios do mercado de trabalho e aplicarem os conhecimentos adquiridos em sala de aula. Contribui para a formação profissional do jovem”.

Durante a formação o estágio não obrigatório é uma das portas de entrada do estudante para esse mercado, complementado a formação acadêmica com a experiência prática

O estágio é regulado pela Lei nº 11.788/2008, conhecida como Nova Lei de Estágios, que trouxe avanços e proteção ao estudante, visto que a antiga lei de estágios, Lei nº 6.494/1977, estava ultrapassada e era comumente utilizada para prover mão de obra barata.

O estágio tem por finalidade propiciar ao estudante o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, na busca do seu desenvolvimento para a vida cidadã e para o trabalho.

A lei prevê duas modalidades de estágio: obrigatório e não obrigatório.

O estágio obrigatório é aquele que assim está definido no projeto pedagógico do curso, cuja carga horária constitui requisito para aprovação e obtenção do diploma. O estágio não obrigatório é o desenvolvido como atividade opcional do estudante, acrescida à carga horária regular e obrigatória. Deve constar do projeto pedagógico do curso.

A experiência tem demonstrado que a prática do estágio, quando devidamente orientado, tem sido eficaz para o interesse das partes concedentes, das instituições de ensino, dos estagiários e de toda a sociedade, na medida em que os estudantes são inseridos no mundo do trabalho e, não raro, admitidos, após o estágio, nas atividades profissionais da própria parte concedente (IEL, 2013, p. 23).

4 O PERFIL DE MERCADO A PARTIR DE DOIS NICHOS: AS INSTITUIÇÕES CONTRATANTES DE ESTAGIÁRIOS E OS EGRESSOS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFMG

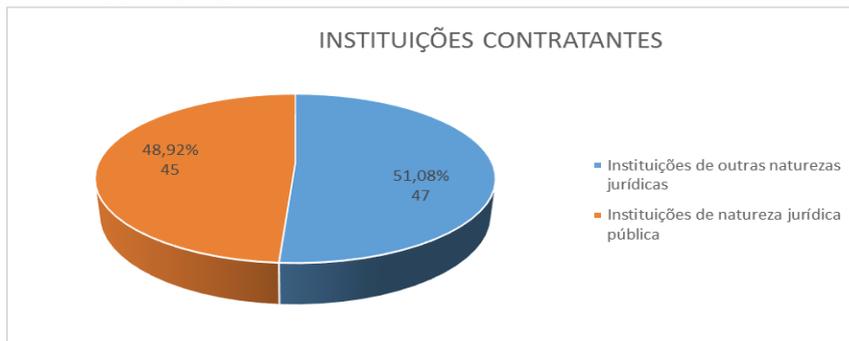
Esta pesquisa se caracterizou como qualitativa de natureza básica e de caráter exploratório. Adotou como procedimento a pesquisa de campo, utilizando as técnicas de coleta de dados, mediante a aplicação de entrevistas e questionário⁶.

Por ser qualitativa-exploratória, buscou descrever características observadas em determinada situação, pouco explorada. A pesquisa utilizou-se de entrevistas e aplicação de questionário para o levantamento das informações a fim de conhecer uma realidade que não se conhecia, o perfil de mercado dos egressos e das instituições contratantes de estagiários, pois a abordagem do fenômeno pelo levantamento de informações leva o pesquisador a conhecer mais a seu respeito, possibilitando a interpretação do objeto estudado.

No período de 2009 a março de 2017, 92 instituições contrataram estagiários do curso de Arquivologia, sendo 45 (48,92%) provenientes do setor público (federal, estadual, municipal) e 47 (51,08%) de instituições de outras naturezas jurídicas (S/A, LTDA, sem fins lucrativos) (Fig. 1).

Figura 1 - Total de instituições cadastradas

⁶ Os resultados desse trabalho foram publicados no artigo intitulado “El contexto de actuación de los pasantes de Archivología de la Universidad Federal de Minas Gerais en las instituciones contratantes y la llegada de los primeros egresados de la carrera al mercado de trabajo”, na revista Ciencias de la Documentación (2018).



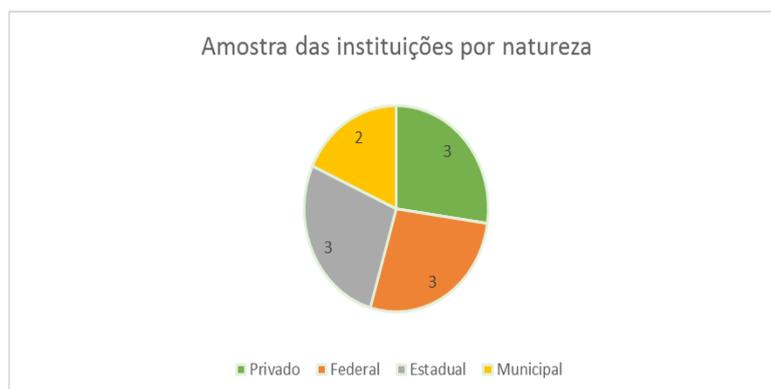
Fonte: Elaborado pelo autor.

Devido ao grande número de instituições contratantes e a inviabilidade de entrevistar todo o universo, a amostra foi escolhida pelos critérios de:

- Instituições contratantes tanto de natureza pública quanto privada;
- Instituições com contratos vigentes e não vigentes, ou seja, que tem ou não estagiários contratados no momento da pesquisa;
- Diversidade na natureza jurídica das instituições, considerando os diferentes ambientes;

A amostra é constituída de 11 instituições entrevistadas. Acreditamos que a amostra escolhida representa a variedade de instituições do universo, representando as possíveis versões da realidade que se vai pesquisar.

Figura 2: Amostra das instituições a serem pesquisadas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Observou-se uma grande procura das instituições desde o início do curso, tanto públicas quanto de outras naturezas, com uma diferença de 3% entre elas. Entretanto a descontinuidade de contratação foi muito grande, apenas 17% contrataram por de três anos ou mais anos, o que leva a inferir uma não continuidade no trabalho com arquivos ou a substituição por outros tipos de “mão-de-obra”.

Figura 3: Registro contratação



Fonte: Elaborado pelo autor.

Das instituições que contrataram estagiários, a coleta de dados por meio de entrevista, foi feita em algumas delas como forma de saber seu entendimento sobre alguns conceitos e práticas. Esses conceitos dizem respeito ao entendimento da instituição sobre o que é arquivo e documento de arquivo, sobre a área e o profissional arquivista e a importância que reportam a esses conceitos. Esses entendimentos impactam diretamente no reconhecimento e visibilidade dos arquivos nas instituições. As práticas estão relacionadas ao agir dos estagiários, suas atividades e a finalidade de sua contratação.

Percebeu-se que as instituições estão em processo de entendimento sobre o conceito de arquivo. Ainda é incipiente a visão sobre a importância da gestão documental, o arquivo e o documento de arquivo não são vistos como estratégicos dentro da organização, na realidade, na maioria das vezes eles só são lembrados quando o caos está instalado, falta espaço no setor de trabalho e então a área é lembrada para “apagar incêndios”, ou como depósito de papel.

Percebeu-se também um esforço contínuo dos responsáveis por essas áreas para mudar essa realidade e estão mudando. É um processo lento, mas com profissionais competentes e

responsáveis, o sistema começa a girar. Só para constar, dos entrevistados 64% não eram arquivistas.

Sobre a visão sobre a área – Arquivologia e do profissional arquivista está evoluindo à medida que a visão sobre os arquivos evolui. Quando se dá importância aos seus arquivos, se investe em infraestrutura, a gestão começa a funcionar e conseqüentemente se percebe quanto preponderante é ter profissionais competentes para exercer esse papel, elaborar os instrumentos corretos de gestão como plano de classificação e tabela de temporalidade, fazer avaliação dos documentos, preservar a memória institucional, para isso é fundamental ter o arquivista, que é o profissional preparado e capacitado para essas ações, então o mercado tende a abrir as portas seja por meio de contratação celetista ou realização de concurso, dependendo da instituição.

No que concerne ao estágio, dentre os pontos positivos destacados pelos entrevistados no processo de estágio estão: contar com uma mão de obra “qualificada”, pois já tem noção de alguns conceitos da área para um trabalho operacional, qualidade, cuidado no serviço, curiosidade com foco no privado, os estagiários tem finalidade, discute no nível que a pessoa sabe o que está falando, é da área, troca de experiência, ponte com a escola, facilidade de conversar, pessoa para colaborar na área, estagiários tem a parte prática do que eles veem na sala de aula, estimular a busca pelo conhecimento, tem interesse em aprender, tem interesse em buscar experiência.

E entre os pontos negativos do processo de estágio foram elencados: pela característica do vínculo não permite desenvolver um trabalho contínuo, a sensação de investir em mão de obra temporária, a própria característica de legislação, a diminuição de candidatos, burocracia do colegiado e do processo de contratação, tempo máximo de dois anos, bolsa baixa, os estagiários veem o estágio como emprego e não como aprendizado, visando bolsas maiores muitas vezes mais do que o aprendizado, parar para explicar, vulnerabilidade do processo de estágio.

O questionário foi a outra forma de coleta de dados e ficou disponível para os egressos das três primeiras turmas do curso de Arquivologia da UFMG para preenchimento *online*⁷ por 30 dias. Nesse período 35 egressos responderam ao instrumento, que equivale a 37% do universo .

⁷ Questionário “Contexto de atuação dos egressos de Arquivologia da UFMG”. Disponível em: <https://goo.gl/forms/ROH6BrFo4J8sz9aD3>. Acesso em: 31 ago. 2017.

A grande maioria dos formados atua ou já atuaram na área (77%) e o motivo dos que não atuaram, é por ter se colocado no mercado em sua outra formação ou profissão.

A atuação desses profissionais na esfera pública é bem maior que na privada, que tem uma faixa salarial maior. Houve uma proximidade entre a ação gerencial e operacional nas atividades realizadas por eles. Em relação ao curso de graduação da UFMG grande parte afirmou que o mesmo supriu em parte suas competências, com destaque a pouca ênfase no conteúdo de documentos digitais à época.

Para uma melhor visualização das repostas foi elaborado o Tabela 1:

Tabela 1 – *Visão geral da inserção dos egressos no mercado de trabalho*

CARGO⁸	FUNÇÃO	VÍNCULO EMPREGATÍCIO	SETOR	ESFERA	FAIXA SALARIAL R\$
Arquivista	-	-	Gerência de Recursos Humanos	-	2.172 – 2.896
Auxiliar de Arquivo	-	CLT	Arquivo	Privada	1.448 – 2.172
Arquivista	Operacional	CLT	-	Privada	1.448 – 2.172
Analista de Documentação	-	CLT	Recursos Humanos	Privada	2.896 – 3.620
Arquivista	-	CLT	Arquivo	Privada	2.896 – 3.620
Coordenador de Arquivo	-	CLT	Departamento Pessoal	Privada	2.172 – 2.896
Arquivista	Gerencial	CLT	Arquivo Permanente	Privada	2.896 – 3.620
Arquivista	Operacional	CLT	-	Privada	1.448 – 2.172
Analista de Documentação	-	CLT	Centro de Memória e Pesquisa Histórica – Ligado ao Instituto de Ciências	Privada	1.448 – 5.086
Coordenador de Projeto	-	CLT	Centro de Memória e Pesquisa Histórica – Ligado ao Instituto de Ciências	Pública	1.448 – 5.086

⁸ O nome do cargo foi atribuído pelo respondente de acordo com sua atuação no mercado, por isso a variação de nomenclatura.

Analista Administrativo			Humanas		
-	Gerencial	CLT	Vínculo direto com a presidência da instituição	Privada	3.620 – 5.086
Arquivista	Gerencial	CLT	Diretoria de Gestão da Informação Documental	Pública	3.620 – 5.086
Técnico em Gestão Arquivística	-	CLT	-	Pública	2.172 – 2.896
Arquivista	Gerencial	CLT	Gerência de Gestão Documental – vinculada à segunda vice-presidência da instituição	Pública	3.620 – 5.086
Gestor Ambiental	-	-	Arquivo de Recursos Humanos	Pública	3.620 – 5.086
Arquivista	Gerencial	-	Diretoria	Pública	3.620 – 5.086
Arquivista	-	Estatutário	Arquivo Central – vinculado ao Gabinete do Reitor	Pública	5.086 – 7.240
Técnico em Arquivo	-	Estatutário	Arquivo Intermediário	Pública	2.172 – 2.896
Arquivista	Gerencial	Estatutário	Arquivo subordinado à Diretoria de Logística	Pública	3.620 – 5.086
Arquivista	Operacional	Estatutário	Arquivo – vinculado à Gerência Administrativa	Pública	7.240 – 10.860
Arquivista	Gerencial	Estatutário	Diretoria de Arquivos – órgão auxiliar à	Pública	3.620 – 5.086

			Reitoria		
Arquivista	Operacional	Estatutário	Arquivo Legislativo – vinculado ao diretor parlamentar	Pública	2.896 – 3.620
Arquivista	Operacional	Estatutário	Gabinete do Diretor da Instituição	Pública	5.086 – 7.240
Arquivista	Gerencial	Estatutário	Gabinete do Diretor Geral	Pública	5.086 – 7.240
-	Operacional	Estatutário	Coordenação de Arquivo	Pública	2.896 – 3.620
Arquivista	-	Estatutário	Centro de Documentação e Informação	Pública	3.620 – 5.086
Arquivista	-	Estatutário	Setor de Protocolo	Pública	5.086 – 7.240
Coordenador de Arquivo	Gerencial	Estatutário	Arquivo	Pública	2.172 – 2.896

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em análise do quadro acima, as seguintes ponderações foram observadas:

- Percebe-se que a maioria dos egressos, 63% (17) atuam na esfera pública, contra 33% (9) na esfera privada e um egresso não registrou sua esfera de atuação;
- Situação não muito recorrente, mas que pode ser uma tendência, é a terceirização nos órgãos públicos, com três casos em que o arquivista e técnico têm vínculo CLT, mas atuam na esfera pública. Nos demais casos são celetistas com vínculo no privado e estatutários;
- Com relação à faixa salarial, as instituições públicas, em média, oferecem uma faixa salarial mais alta do que as instituições privadas, ou seja, paga-se melhor na maioria das instituições públicas;
- Na análise da função, das respostas obtidas, há um equilíbrio entre a função operacional e gerencial. Teoricamente a função do arquivista deveria ser gerencial, mas a função operacional ainda é comumente exercida.

- Nem todos informaram o posicionamento hierárquico do seu setor. Para os citados, ou estão lotados ou se vinculam diretamente à diretoria, presidência ou gabinete da instituição, o que é extremamente positivo, pois indica um posicionamento hierárquico de destaque dos arquivistas ou dos seus setores perante a instituição. Alguns setores ou profissionais estão ligados ou lotados a outros setores, como gerência de recursos humanos, departamento pessoal, logística, administração.

A visão de suas instituições sobre arquivos remete a visão das instituições entrevistadas – falta de conhecimento, reconhecimento, valorização, importância. Mas alguns relatam que com muito trabalho o cenário começa a mudar.

Segundo os egressos o impacto do curso no mercado é pouco, principalmente no privado, os baixos salários e a preferência por estagiários também foi levantada. O não conhecimento/reconhecimento pelo mercado do profissional formado, a falta de sindicato/conselho que fiscalize e cobre a atuação também foi destaque.

Um fato interessante a ser lembrado é que a maioria dos estudantes das três primeiras turmas já possuíam outro diploma e / ou experiência de trabalho na área. Essa situação corrobora a situação apresentada anteriormente da demanda acumulada para uma formação acadêmica em Arquivologia e áreas de trabalho que exijam a presença de um profissional qualificado para trabalhar com documentos de arquivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados revelam uma grande procura das instituições — tanto públicas quanto de outras naturezas, com uma diferença de 3% a mais no caso das públicas, em um primeiro momento — em contratar estagiários de Arquivologia, desde a implantação do curso da UFMG, mas o interesse em continuar contratando estagiários foi de poucas, levando-nos a pensar se essa descontinuidade se reflete no trabalho com arquivos iniciados pelos estagiários contratados ou a substituição por outros tipos de mão-de-obra.

Nota-se que as instituições estão em processo de entendimento sobre o conceito de arquivo. Ainda é incipiente a visão sobre a importância da gestão documental; o arquivo e o documento de arquivo não são vistos como estratégicos dentro das organizações, na realidade,

na maioria das vezes, eles só são lembrados quando o caos já está instalado, falta espaço no setor de trabalho, e então a área de arquivos é lembrada para “apagar incêndios”.

Percebe-se um esforço contínuo dos responsáveis por essas áreas para mudar essa realidade e, de fato, estão mudando. É um processo lento, mas com profissionais competentes e responsáveis, o sistema começa a girar.

A visão sobre a área da Arquivologia e do profissional arquivista está evoluindo, à medida que a visão sobre os arquivos também evolui. Quando se dá importância aos seus arquivos, se investe em infraestrutura, a gestão começa a funcionar e, conseqüentemente, se apreende o quão preponderante é ter profissionais competentes para exercer esse papel estratégico, elaborar os instrumentos corretos de gestão como plano de classificação e tabela de temporalidade, fazer avaliação dos documentos, preservar a memória institucional, entre outras atividades. Para isso é fundamental ter o arquivista, que é o profissional preparado e capacitado para essas ações, portanto o mercado tende a abrir as portas, seja por meio de contratação celetista ou de realização de concurso, dependendo da instituição.

Cada instituição contratante analisada neste estudo teve um motivo para admitir estagiários em seus quadros, mas no geral entende-se que ter o graduando como mão de obra no momento em que ele estuda os conceitos aliados à prática é um ponto positivo para a troca de conhecimento, além do custo de um estagiário ser menor do que de um servidor ou contratado.

Mas é preciso ficar atento para que o estagiário não sirva como opção mais barata e prática em substituição aos profissionais competentes para atuar nos arquivos, seja o arquivista ou o técnico de arquivo. O estagiário tem que vir complementar esse quadro com a troca de conhecimento da academia e a prática exercida, mas não como opção de mão de obra para as instituições.

São necessárias atividades de divulgação do curso pela universidade e pelos alunos para esse mercado por meio de eventos como workshops, cursos de extensão para atualização dos egressos e outros com foco na comunidade em geral, disciplinas voltadas para esse campo, a fim de estimular os alunos ao olhar empreendedor, despertando o interesse dos futuros profissionais para essa *expertise*, tendo foco tanto no privado quanto no público. Ações de estímulo às empresas tendem a ter como contrapartida o reconhecimento do profissional,

proposição de boa carreira, salário justo e boas condições de trabalho, expandindo mais esse setor.

O curso e os alunos precisam se preocupar em desenvolver um *marketing* profissional, pois as empresas precisam saber que existe o curso e o profissional arquivista de nível superior como profissão reconhecida por lei, e que o seu trabalho precisa ser valorizado com remuneração justa e infraestrutura condizente para desenvolvimento de um bom trabalho.

O mercado de trabalho em Belo Horizonte, por meio de suas instituições públicas e privadas, precisa evoluir e avançar, no que concerne aos conceitos e práticas relacionadas aos arquivos e aos arquivistas, pois o entendimento hoje é incipiente de modo geral.

O curso de Arquivologia da UFMG exerce um papel estratégico para essa mudança de cenário, mas, para isso, é preciso incentivar seus alunos a trabalhar com a visibilidade do trabalho arquivístico, mostrar a que vieram os novos profissionais nesse mercado laboral.

REFERÊNCIAS

ABREU, Vera Lúcia Furst Gonçalves; PAIVA, Marília de Abreu Martins de. **Projeto pedagógico do curso de arquivologia**. Belo Horizonte, maio 2012. Disponível em <http://colgradarquivo.eci.ufmg.br/o-curso/projeto-pedagogico>. Acesso em: 26 abr. 2017.

ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; NEGREIROS, Leandro Ribeiro; SILVA, Welder Antônio da. Influências na estruturação de currículos de Arquivologia: as configurações acadêmico-institucionais, o contexto regional, o mercado laboral e o perfil docente. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 172-197, abr./jun. 2015. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2344/1606>. Acesso em: 20 abr. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.788**, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em: 26 set. 2017.

BURIOLLA, Marta A. Feiten. **O estágio supervisionado**. São Paulo: Cortez, 1995.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros/Núcleo Regional de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

INSTITUTO EUVALDO LODI. **Lei de estágio**: tudo o que você precisa saber. Instituto Euvaldo Lodi: Brasília, 2013.

MINAS GERAIS. **Lei Estadual nº 19.420**, 11 de janeiro de 2011. Estabelece a política estadual de arquivos no âmbito do estado de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=19420&ano=2011>. Acesso em: 24 maio 2017.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Les fondements de la discipline archivistique**. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1994.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. O papel do estágio na formação profissional do arquivista: a experiência do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília. In: JARDIM, José Maria (Org.). **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói: Eduff, 1999.

SILVA, Maria Juliana Nunes. **Entre a teoria e a prática: o contexto de atuação dos estagiários, sob a ótica das instituições contratantes e dos egressos do curso de Arquivologia da Universidade Federal de Minas Gerais**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SILVA, Maria Juliana Nunes. PARRELA, Ivana Denise. El contexto de actuación de los pasantes de Archivología de la Universidad Federal de Minas Gerais en las instituciones contratantes y la llegada de los primeros egresados de la carrera al mercado de trabajo. **Revista Ciencias de la Documentación**. v. 4, n. 3, ISSN 0719-5753, Julio/Septiembre, p. 61-77, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão CEPE. Câmara de Graduação. **Parecer n. 304/2008**. Belo Horizonte, 2 out. 2008a.

BETWEEN THEORY AND PRACTICE: THE PERFORMANCE OF TRAINEES AND EGRESSES FROM THE ARCHIVOLOGY COURSE OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF MINAS GERAIS

***Abstract:** University education is fundamental for the development of professional skills that aim to meet society's demands, and the university, represented by its various courses, has a preponderant role in modern society. In Minas Gerais, the Archivology course at the Federal University of Minas Gerais - UFMG started in 2009 as a way to meet a social need and, since the beginning of the course, there was a great demand from the institutions for interns, signaling signs of a job market to be surveyed. Thus, the general objective of this work was to know the context of the performance of the interns of the UFMG Archivology course, from the*

perspective of the contracting institutions, with regard to some concepts and practices, and of the graduates of the course, as well as possible implications in the labor market. Work for the archivist: how the interns worked within the institutions, how these institutions see the archivist and his object, to investigate with the graduates the professional market they encountered, identifying the influence of the course in this "new" niche of work, and consequently know and promote the work process under development. The methodological procedure was the field research, with the application of a questionnaire to the graduates and an interview with the institutions hiring interns. At the end of the research it was concluded that the labor market in Belo Horizonte, through its public and private institutions, needs to evolve and advance with regard to the concepts and practices related to archives and archivists, as the understanding today is incipient, generally.

Keywords: *Archivist. Egresses. Trainees. Institutions. Archivology.*

O BIBLIOTECÁRIO COMO EDUCADOR AMBIENTAL APOIADO PELA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

doi: 10.47930/1980-685X.2020.1912

OLIVEIRA, Mariana Paranhos de – marianaparanhosdeoliveira@hotmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rua Ramiro Barcelos, 2600-Prédio Anexo - Santa Cecília
90035-003 – Porto Alegre - RS – Brasil

ROSA, Sabrina Silveira da – ssrosa2001@yahoo.com.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rua Ramiro Barcelos, 2600-Prédio Anexo - Santa Cecília
90035-003 – Porto Alegre - RS – Brasil

TEIXEIRA, Maria do Rocio Fontoura – maria.teixeira@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rua Ramiro Barcelos, 2600-Prédio Anexo - Santa Cecília
90035-003 – Porto Alegre - RS – Brasil

***Resumo:** As bibliotecas, espaços de preservação do patrimônio e indissociáveis da educação, são vitais para desenvolvimento social e da preservação ambiental das sociedades onde estão implantadas. Sendo espaço não formal de aprendizagem, elas destacam-se, pois é por meio da mediação junto aos usuários na busca pela informação que a aprendizagem significativa ocorre. Nessa linha, propõe-se uma reflexão sobre as bibliotecas enquanto espaços de aprendizagem, a partir de revisão bibliográfica e discute a contribuição do bibliotecário para a Educação Ambiental como educador. Logo, o bibliotecário deve colaborar para que a informação ambiental consciente seja assimilada pelos usuários para cientificar suas condutas mais ecológicas.*

***Palavras-chave:** Biblioteca. Aprendizagem significativa. Educação não-formal.*

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, existe grande preocupação com o futuro da humanidade em relação às questões ambientais. Mudanças climáticas, poluição e recursos naturais estão sendo cada vez mais citados e discutidos. Como o bibliotecário é considerado um dos profissionais que dissemina a informação, acredita-se que ele não pode ficar de fora dessas discussões.

Partindo desse contexto, o presente trabalho visa relacionar o trabalho do bibliotecário com o meio ambiente, mostrando que a Biblioteconomia é uma área de conhecimento que deve interligar-se à Educação Ambiental. Por conseguinte, o profissional estará contribuindo para gerar pensamentos críticos, alcançar comportamentos ecologicamente corretos, além de contribuir para o desenvolvimento sustentável da região, onde particularmente atua.

A educação tradicional, aquela que aprendemos dentro dos muros das escolas e das universidades, tem um papel fundamental para o desenvolvimento de um sujeito consciente na sociedade. Quando o assunto vai ao encontro de questões ambientais, percebe-se que a consciência ambiental é de grande importância e, no entanto, nem sempre é despertada nas escolas. Logo, surge a reflexão: de que adianta adquirirmos conhecimento se não respeitamos a natureza, se esquecemos que o homem é parte integrante dela, que tudo à sua volta compõe-se de recursos naturais e que sem eles não existiria vida.

Nesse sentido, acredita-se que os bibliotecários como cidadãos e profissionais também devem atuar nessa área, ajudando da melhor forma possível a disseminar a informação ambiental, criando estratégias, redes, projetos e outras ações para conscientizar as pessoas e diminuir o impacto do ser humano no meio ambiente.

Dentro desse contexto, esta pesquisa tem por objetivo discutir a contribuição do bibliotecário para a Educação Ambiental, mostrando a sua importância como educador, levando conhecimento teórico e ações práticas para as pessoas, com o intuito de que tenham ações ecologicamente corretas.

Portanto, a pesquisa propõe-se a identificar as ações que estão sendo desenvolvidas na área de Biblioteconomia relacionadas à Educação Ambiental, apontando trabalhos e projetos que possam incentivar o despertar da conscientização ambiental. Sabe-se da existência de bibliotecas que promovem projetos de Educação Ambiental e trabalham essas ações. É importante identificá-las para analisar a pertinência dessas ideias, comparando a teoria com a prática. Ainda para alcançar esses objetivos, considera-se necessário discutir o perfil do Bibliotecário, levando-se em consideração suas atividades de trabalho e as habilidades necessárias para que este profissional atue como educador.

Cabe esclarecer que a escolha do tema se justifica, em primeiro lugar, pela experiência de trabalho da autora na Escola de Ensino Fundamental Rui Barbosa, que se localiza no município de Nova Santa Rita, uma escola gaúcha do campo. Essa experiência proporcionou,

além do próprio processo de despertar da consciência ambiental, o interesse em difundir-la. Em segundo lugar, pela sua relevância social, educacional e científica, pois contribui para favorecer a educação em ciência e preservação ambiental, apoiado na utilização da biblioteca, como local e meio transformador positivo de atitudes sustentáveis e ecológicas. E por fim, as análises realizadas pela pesquisa pretendem trazer para a biblioteca subsídios a fim de promover novas e diversas ações em prol da leitura científica da Educação ambiental.

Em relação à metodologia, a fim de saber o que já existe publicado na literatura sobre o assunto, quais as lacunas existentes e onde se encontram os principais entraves e para subsidiar o referencial teórico, foi feito um levantamento bibliográfico nas principais bases de dados da área de Biblioteconomia, no portal Capes, na “Scientific Electronic Library Online” (SciELO) e no Google Acadêmico. Os termos usados na busca foram: “Aprendizagem significativa”, “espaço não formal de educação”, “educação ambiental” e “bibliotecário educador”. Por meio dessas ferramentas, foram recuperados vários artigos, entre eles: “O papel social do bibliotecário”, “Espaços não-formais de ensino e o currículo de ciências”, “A educação ambiental nas práticas de ensino em ciências da natureza: espaços escolares e não escolares do/no campo”, “O papel educativo da biblioteca escolar no contexto do Plano Nacional de Educação”, “O ato de aprender e o sujeito que aprende” e “Educação em solos: princípios, teoria e métodos”.

Com relação às escolhas metodológicas, essa pesquisa será de natureza básica, com uma abordagem qualitativa. Quanto aos objetivos, o estudo será exploratório, pois segundo Mattar (2014), esse tipo de investigação auxilia a compreender o problema enfrentado pelo pesquisador, sendo utilizada para defini-lo de forma mais precisa, identificando os cursos relevantes de ação, e descritivo, visto que este terá por objetivo realizar um potencial formativo do bibliotecário e seu papel como educador ambiental.

2 APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

A aprendizagem é um processo que ocorre por meio da interação entre as estruturas cognitivas do indivíduo e o meio ambiente que o cerca. É um processo de evolução do comportamento humano obtido através da experiência gerada por fatores emocionais, neurológicos, relacionais e ambientais, podendo ser positivo ou negativo.

Porém, é necessário ter em mente que a aprendizagem, mesmo sendo a forma do ser humano reagir as situações e as vivências que essas geram, não é um processo simples e fácil. O ato de aprender é complexo, e conforme Pereira (2010) exige um estudo que ultrapassa as raias da cognição, se encaminha para o afetivo/emocional, mergulha no social, se expande através do cultural, nos deixando perplexos frente a tal diversidade e à característica única que possui cada sujeito. Revalidando o apresentado, Piaget (1990) afirmou que a aprendizagem:

“É uma construção contínua, comparável à edificação de um grande prédio que, na medida em que se acrescenta algo, ficará mais sólido, ou à montagem de um mecanismo delicado, cujas fases gradativas de ajustamento conduziram a uma flexibilidade e uma mobilidade das peças tanto maiores quanto mais estável se tornasse o equilíbrio.” (PIAGET, 1990 p.12)

Seguindo nesta linha, Ausubel (1980), afirmou que a aprendizagem consiste em organizar e integrar os elementos presentes na estrutura cognitiva. Moreira (1999) explica que essa estrutura é

[...] entendida como o conteúdo total de ideias de um certo indivíduo e sua organização; ou conteúdo e organização de suas ideias em uma área particular de conhecimentos, e o complexo resultante dos processos cognitivos, ou seja, dos processos por meio dos quais se adquire e utiliza o conhecimento (MOREIRA 1999, p. 122).

Segundo a Teoria de Ausubel, essa aprendizagem pode ser dada de duas formas: aprendizagem mecânica ou aprendizagem significativa. A Aprendizagem Mecânica, é definida como sendo a aprendizagem de novas informações com pouca ou nenhuma interação com conceitos relevantes existentes na estrutura cognitiva. Nesse caso, a nova informação é armazenada de maneira arbitrária sem ligar-se a conceitos anteriores específicos. Ou seja, a nova informação não interage com a informação preexistente na estrutura cognitiva, o que não gera aglutinação de ideias e nem conhecimentos mais elaborados.

Para Moreira (2016), a Aprendizagem Mecânica (ou automática) é aquela na qual o sujeito memoriza novos conhecimentos como se fossem informações que podem não lhe significar nada, mas que podem ser reproduzidas a curto prazo e aplicadas automaticamente a situações conhecidas. Logo, não é difícil concluir que a retenção é baixa e o aluno não compreende o porquê do seu aprender.

Já na Aprendizagem Significativa, o fator isolado que mais influência na aprendizagem é aquilo que o aluno já sabe. É um processo por meio do qual uma nova informação relaciona-se com um aspecto especificamente relevante da estrutura cognitiva do indivíduo, ou seja, este processo envolve a interação da nova informação com uma estrutura de conhecimento específica, a qual Ausubel chamou de subsunção. Esses têm a possibilidade de serem bem

desenvolvidos e abrangentes ou pouco desenvolvidos e limitados, dependendo da frequência com que ocorre a aprendizagem significativa em conjunção com um dado subsunçor.

Logo, entende-se que os conceitos existentes atuam como ancoradouros para as novas informações, visto que essas são aprendidas e retidas conforme os conceitos novos e relevantes estejam elucidados completamente na estrutura cognitiva do educando. Ou seja, nessa forma de aprendizagem, preza-se pelo aprendizado prazeroso e eficaz, pois há grande interação entre aquilo que o educando conhece e o que vem a conhecer, incorporando esse aglutinado de conhecimento à estrutura cognitiva. A retenção de saberes no cérebro humano é organizada, criando uma hierarquia conceitual, na qual elementos mais específicos de conhecimento são integrados a conceitos mais gerais e inclusivos. É importante ressaltar que não há uma relação hierárquica de valores entre os conceitos preexistentes e os novos, pois, após a integração dos dois conhecimentos eles se modificam, amparados nessa ancoragem.

Porém, é importante ressaltar que a aprendizagem mecânica não é totalmente ignorável, pois é uma importante base conceitual para a aprendizagem significativa e até mesmo Ausubel não estabelece a distinção entre as duas modalidades de aprendizagem como sendo uma dicotomia e sim como um contínuo. Logo, entende-se que, quando a área de conhecimento é nova para o educando, a forma de aprender mecânica se faz necessária. À vista disso, a aprendizagem é mecânica até um certo momento, no qual alguns elementos do conhecimento, relevantes a essa nova informação, existam na estrutura cognitiva e possam servir de subsunçores, ainda que pouco elaborados. Segundo Almeida (2007), na proporção que a aprendizagem começa a ser significativa, esses subsunçores vão se tornando cada vez mais elaborados e mais capazes de ancorar novas informações.

Após entender melhor quais são as formas de aprendizagem existentes nesse campo, utilizamos a aprendizagem significativa para efetivar a interação do bibliotecário com a educação ambiental. Sabendo que a prática educativa deve ser crítica, libertadora, conscientizadora, científica, ética e, acima de tudo, humanista (Vale & Couto, 2003), a realidade dos educandos é o ponto de partida a ser investigado e discutido detalhadamente, para permitir uma maior percepção de seus aspectos e o desenvolvimento de uma nova visão, que promova a análise crítica e possibilite a intervenção com potencial de transformação dessa realidade.

Sendo assim, no caso da pesquisa, os subsunçores da aprendizagem serão as vivências das pessoas da comunidade em questão e o que é possível fazer para mudar a percepção das mesmas sobre a preservação do meio ambiente e o que está ao alcance das mesmas para intervir em prol de uma população consciente e educada ambientalmente.

No processo educativo proporcionado pelo bibliotecário na biblioteca, a ideia é resgatar e valorizar todos os conhecimentos que os educandos têm como bagagem de vida em um ambiente no qual a autoestima seja favorecida. Ou seja, torna-se necessário levar o saber científico para dentro da biblioteca, fazendo uma relação associativa entre esse saber e o sentimento de pertencimento que aqueles usuários têm com o local onde vivem. Essas relações de pertencimento do local são essenciais na busca por soluções que possam minimizar os efeitos catastróficos da falta de preservação ambiental. CITAÇÕES

As citações devem configurar conforme norma ABNT NBR 10520:2002.

Segundo França e Vasconcellos (2007) as citações indiretas, ou seja, aquelas que trazem uma ideia ou informação de outro documento, mas, sem transcrever as palavras do documento original, utilizam o sistema de chamada de autor, assim como apresentado nesse exemplo. Nesse caso, o nome do autor ou autores (até três autores) é escrito com letra maiúscula/minúscula seguido da data de publicação da obra entre parênteses. Para obras com mais de três autores, indica-se o nome do primeiro seguido da expressão *et al.*

Para as citações diretas, aquelas que transcrevem as palavras do documento original, de até três linhas são apresentadas no texto e “devem estar contidas entre aspas duplas”. (ABNT NBR 10520, 2002, p.2).

A indicação de responsabilidade da citação direta apresenta-se entre parêntese, nesse caso o nome do autor é escrito com letra maiúscula. Para as citações diretas é preciso indicar a página. Quando a citação direta ultrapassa três linhas, esta deverá ser apresentada em um novo parágrafo com recuo de 4 cm da margem esquerda, com espaço 1 entre linhas, em fonte tamanho 10 pt e sem as aspas. Após a citação apresentar a indicação de responsabilidade entre parênteses. Atenção para a pontuação de acordo com a norma supracitada. Para França e Vasconcellos citações são,

Trechos transcritos ou informações retiradas das publicações consultadas para a realização do trabalho. São introduzidas no texto com o propósito de esclarecer ou complementar as ideias do autor. A fonte de onde foi extraída a informação deve ser citada obrigatoriamente, respeitando-se dessa forma os direitos autorais. (FRANÇA; VASCONCELLOS, 2007, p.130).

3 ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAIS

Os hábitos, costumes, comportamentos e valores de uma sociedade necessitam da educação como meio de transferência para as futuras gerações de acordo com a evolução da coletividade. Conforme Gohm (1999), a educação pode ser dividida em três diferentes formas: educação formal desenvolvida nas escolas; educação informal, transmitida pelos pais, no convívio com amigos, ou seja, aquela que decorre de processos naturais e espontâneos; e educação não-formal, que ocorre quando existe a intenção de determinados sujeitos em criar ou buscar determinados objetivos fora da instituição escolar.

No que se refere aos espaços educativos escolares e não escolares, o MEC corrobora afirmando que a educação formal é aquela que ocorre nos sistemas de ensino tradicionais, dentro das escolas; a não formal corresponde às iniciativas organizadas de aprendizagem que acontecem fora dos sistemas de ensino; enquanto a informal ou incidental é aquela que ocorrem ao longo da vida. Sendo assim, é possível observar que a educação existe, também, onde não há a escola e por toda parte pode haver redes e estruturas sociais de transferência do saber de uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criada a sombra de algum modelo de ensino escolar (BRANDÃO, 2002). Ou seja, o trabalho pedagógico não se reduz apenas ao trabalho docente nas escolas, é um compromisso colaborativo de todos os envolvidos no processo educacional, como é o caso dos bibliotecários.

As propostas da educação nos espaços não escolares começaram a ampliar-se a partir da segunda metade do século XX, mais especificamente no começo dos anos 60 e 70. Trilla (2008), aponta diversos fatores que geraram essas novas necessidades educativas não escolares, como: o aumento da demanda de educação devido a inclusão de setores sociais antes fora dos sistemas formais; modificações no mundo do trabalho; alterações na instituição familiar; uso de diversas tecnologias e meios de comunicação de massa. Todas estas mudanças no cenário social e educacional geraram a necessidade de se criar outros espaços/tempos para se educar além da escola, já que esta, sozinha não dá conta de atender as demandas da sociedade.

No caso da pesquisa em questão, o espaço de educação é uma biblioteca, considerada um espaço não-formal de educação. Logo, pode ser definida como o local que proporciona, de maneira complementar, a aprendizagem de conteúdos da escolarização formal, pois as atividades desenvolvidas ocorrem de forma bem direcionada, com um objetivo definido (VIEIRA, 2005, p. 21).

É possível traçar explicações bem definidas para elucidar a biblioteca como um ambiente não formal de educação. Segundo Gohn (2006), na educação não formal o educador é “o outro”, com quem se interage ou se integra - no caso o bibliotecário. O local, espaço ou território onde se educa, assume-se como outra das questões fundamentais nesta distinção, pois acompanha as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos fora das escolas, seja em locais informais, seja em locais onde existem processos interativos intencionais – a biblioteca. O contexto ou situação educativa constrói-se em ambientes de ação construídos coletivamente – os projetos, as iniciativas, as palestras, os jogos só fazem sentido e geram experiências válidas para a aprendizagem, principalmente para a aprendizagem significativa, se forem desenvolvidos em conjunto de forma colaborativa - e a participação, regra geral, é voluntária – ou seja, nenhum usuário, seja ele criança, adolescente ou adulto, será obrigado a participar das atividades, estão eles lá de livre e espontânea vontade – como é o caso dos usuários/educandos.

Importante ressaltar, também, que na modalidade de educação em espaços não formais, como a biblioteca, é necessário ter a total intencionalidade da ação educativa, da participação, de aprender, de transmitir ou trocar saberes. Logo, entende-se que há um propósito real de capacitar os envolvidos para uma relação positiva com o mundo e com a o meio ambiente em que vive, tornando-os cidadãos. Porém, nesse tipo de educação, mesmo que haja esse objetivo inicial, as vivências e ensinamentos constroem-se na interação, na troca de saberes - bem característicos da aprendizagem significativa -, voltados para os interesses e partindo das necessidades das pessoas que participam das atividades.

Logo, entende-se que a educação formal tem início a partir do momento da incorporação da criança na escola e finaliza com a obtenção do título universitário. Se baseia no cumprimento de um programa, tem objetivos pedagógicos específicos e métodos de avaliação determinados. Por outro lado, na educação não formal, os saberes não são organizados por níveis, idades ou conteúdos e pode atuar sobre aspectos subjetivos de um grupo – como no caso dessa pesquisa, a consciência ambiental e a preservação do meio ambiente.

4 MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os impactos ambientais no Brasil decorrentes das ações do homem existem desde o período colonial e persistem até a atualidade. O modelo de sobrevivência adotado pela sociedade

moderna caminha em direção oposta à sustentabilidade, por meio do aumento da população e da crescente urbanização que têm agravado a saúde do planeta com a redução das áreas verdes, a poluição do ar, a subutilização do solo e os impactos causados no ciclo hidrológico e na qualidade das águas. Ou seja, a relação do homem com a natureza nas sociedades modernas ocorre a partir da concepção da natureza como dádiva: a natureza é provedora e encontra-se disponível para o usufruto da humanidade.

Porém, quando se fala sobre meio ambiente e educação ambiental, é importante ter em mente que essa preocupação é relativamente nova. Até a década de 50, praticamente, não havia muitas preocupações sociais em relação a influência das ações do homem no meio ambiente. Em uma perspectiva histórica, a relação com a natureza, baseada nessa concepção vivida até então, promoveu a degradação dos recursos naturais em uma escala suportável. Porém, desde a Revolução Industrial, marco do desenvolvimento tecnológico humano, a atividade de uso, intervenção e transformação do homem para com a natureza é cada vez maior e mais predatória.

Para Leff (2001), a crise ambiental se tornou evidente nos anos 60, “refletindo-se na irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e consumo, e marcando os limites do crescimento econômico”.

Conforme Carvalho (2006), só em 1972 com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), foram surgindo os primeiros movimentos ecológicos onde o homem passou a ser considerado peça chave do processo de degradação e, da mesma maneira, conservação ambiental.

Já em 1975, na Iugoslávia, por meio da “Carta de Belgrado”, buscou-se um compromisso global para a educação ambiental. Foi elaborada ao final do encontro realizado em Belgrado, promovido pela UNESCO, tornando-se um marco conceitual no tratamento das questões ambientais. Capra (2005), por sua vez, destaca que o conceito de sustentabilidade adquiriu, a partir da década de 80, grande importância no movimento ecológico.

O Fórum Global, evento não governamental, que ocorreu em paralelo com o Rio-92, conferência da ONU sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, trouxe à tona o grave problema da escassez dos recursos naturais e elaborou o Tratado de Educação Ambiental que definiu as bases da formação da Rede Brasileira de Educação Ambiental.

Com a natureza pedindo socorro, a necessidade de estudos e pesquisas relacionadas com o meio ambiente, seu uso e preservação foram aumentando e com o passar do tempo surgiram novos conceitos e categorizações além de muitas informações sobre a realidade ambiental.

Essa realidade ambiental é objeto de estudo da Educação Ambiental (EA) e, segundo Lisboa e Kindel (2012), educar ambientalmente significa, além da apropriação de conceitos e processos que digam respeito ao ambiente, a aquisição de visões de mundo que possibilitem o respeito a todas as formas de vida e o entendimento de que a vida só se dá pelas complexas teias tecidas pelos elementos naturais e socioculturais que se entrelaçam. Corroborando com os autores, Leff (2008) afirma que formar cidadão crítico voltado a transformar a realidade a ele imposta, é antes de tudo resgatar valores esquecidos no mundo capitalista, do imediatismo e da maximização do lucro.

A educação ambiental como formação e exercício de cidadania refere-se a uma nova forma de encarar a relação do homem com a natureza, baseada em uma nova ética, que pressupõe outros valores morais e uma forma diferente de ver o mundo e os homens. Para Jacobi (2003), a educação ambiental deve ser vista como um processo de permanente aprendizagem que valoriza as diversas formas de conhecimento e forma cidadãos com consciência local e planetária.

Conforme a carta de Belgrado, os principais objetivos da educação ambiental são:

a) Conscientização: contribuir para que indivíduos e grupos adquiram consciência e sensibilidade em relação ao meio ambiente como em todo e quanto aos problemas relacionados com ele; b) Conhecimento: propiciar uma compreensão básica sobre o meio ambiente, principalmente quanto as influências do ser humano e de suas atividades; c) Atitudes: propiciar a aquisição de valores e motivação para induzir uma participação ativa na proteção ao meio ambiente e na resolução dos problemas ambientais; d) Habilidades: proporcionar condições para que os indivíduos e grupos sociais adquiram as habilidades necessárias a essa participação ativa;

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (BRASIL, 2012) reconhecem e destacam o papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental – fato que se torna cada vez mais visível diante dos atuais contextos nacional e mundial, nos quais a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da

biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais e as necessidades planetárias evidenciam-se na prática social.

Isso enfatiza que a Educação Ambiental é uma dimensão da educação escolar. É atividade intencional da prática em sociedade, e deve imprimir ao desenvolvimento particular um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, tendo-se em vista potencializar essa atividade humana, com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental (BRASIL, 2012).

A escola tem um papel fundamental na formação de cidadãos. A Educação Ambiental quando iniciada desde os primeiros anos escolares, pode ser o início de uma nova geração que tenha consciência crítica sobre os problemas locais. As práticas associadas a projetos de Educação Ambiental, são fundamentais na formação de cidadãos para que percebam e reflitam sobre problemas locais que afetam suas realidades, considerando os descaminhos das águas e a paisagem urbana.

Sendo assim, se faz necessário, uma vez a escola sendo disseminadora da EA, que além do Projeto Político Pedagógico da instituição, tenha também educadores e extensionistas preparados para ensinar de forma interdisciplinar e que as tradições místicas, filosóficas, religiosas, artísticas e saberes populares façam parte dessa aprendizagem. É nesse momento que entra o bibliotecário no papel de educador e mediador do conhecimento em seus variados níveis, devendo estar atento à necessidade de cooperação e interação constante com os usuários.

5 O BIBLIOTECÁRIO COMO EDUCADOR AMBIENTAL

Diversas áreas do conhecimento possuem a preocupação ostensiva com a preservação do meio ambiente, o que reflete naturalmente nos profissionais dessas áreas. Com o bibliotecário isso não é diferente. Pelo contrário, é mais evidente, pois esse profissional trabalha como disseminador da informação, criador de estratégias, redes, projetos e outras ações conscientizadoras e é um formador de opinião. Sendo assim, conforme Martins e Cipolat (2006), deve fornecer informações, com o intuito de alcançar um comportamento ecologicamente correto, gerando pensamentos críticos e atitudes conscientes com relação ao ecossistema.

De acordo com Silva e Cunha (2016), os primeiros livros que chegaram ao Brasil vieram com os jesuítas. As obras serviam de instrumentos que auxiliavam na catequese dos índios, assistência religiosa, ensino e educação dos colonos. Logo, percebe-se que o livro, a biblioteca e o papel do bibliotecário, desde tempos remotos, fizeram parte do processo de ensino-aprendizagem.

Também, na visão de Dudziak, Gabriel e Villela (2000), o bibliotecário é um “agente multiplicador de ideias”. Nessa mesma direção, Martucci (1983) acredita que os bibliotecários devem ser agentes de transformação cultural, pois, além dos conhecimentos técnicos da sua área, devem ter conhecimentos da realidade social, política e educacional, proporcionando uma atuação comprometida na área em que atua.

Sendo a Educação Ambiental uma dimensão da educação, o bibliotecário tem a responsabilidade de se atentar a ela, assim como a qualidade de vida e o desenvolvimento da comunidade onde se localiza a biblioteca. Para isso, ele precisa realizar um estudo de usuário em relação a população local, que consiste em uma maior interação entre o profissional e os usuários/educandos a fim de conhecer as demandas e de planejar serviços e produtos a serem desenvolvidos pela biblioteca. Só assim será possível descobrir quais são as suas reais demandas. Sendo assim, Cardoso (2010), afirma que os bibliotecários que atuam em bibliotecas escolares e públicas são os que possuem um maior potencial para trabalhar com a Educação Ambiental, pois convivem com crianças e jovens que serão os futuros responsáveis pela preservação do meio ambiente e os difusores dessas ações e informações, melhorando, assim, o “status” ambiental da região onde vivem.

Isso, porque Bicheri e Almeida Júnior (2013) reforçam o papel do bibliotecário como um agente importante na produção de projetos pedagógicos, em colaboração com demais agentes da comunidade. A ampliação do papel educativo da biblioteca exige, portanto, a colaboração constante entre bibliotecários, professores e demais educadores (CAMPELLO, 2009).

No caso do bibliotecário como educador ambiental, a capacidade criativa pode se tornar grande aliada no momento em que a necessidade de inovar para aproximar o público se torna iminente. Porém o importante mesmo é que as atividades de educação ambiental tenham as características afirmadas na conferência de Tbilisi, ocorrida em 1977, tendo elas um caráter dinâmico integrativo, transformador, participativo, abrangente, globalizador, contextualizador e principalmente permanente.

Sendo assim, diversas são as formas do bibliotecário desenvolver o papel de educador ambiental dentro e fora da biblioteca. De acordo com Muggler, Pinto Sobrinho e Machado (2006), geralmente, são usados como caminhos a observação, a manipulação de objetos, o questionamento e a consideração da solução posta pelo educando como base do diálogo, assim como as conversas informais, os jogos, a convivência coletiva, horas do conto para as crianças e, principalmente, a construção de projetos.

Quanto aos diálogos e conversas informais, Paulo Freire (1993) coloca o educador, chamado de “animador de debates”, como coordenador e problematizador das discussões para que as ideias, opiniões e os relatos surjam no grupo. Isso, porque o ato de educar objetiva a conscientização e a autonomia do educando, mas o mesmo deve ser observado e provocado dentro de sua realidade.

Sobre a construção de projetos, os mesmos não são, nem apresentam um formato fechado, que possa ser simplesmente reproduzido. Tudo dependerá da situação da comunidade envolvida, sendo resultado da construção do grupo que o idealiza. Contudo, dois elementos são indispensáveis à elaboração e desenvolvimento de qualquer projeto: o tema-problema e a problematização do tema.

Outra forma de usar a biblioteca como espaço transformador em prol do meio ambiente é a elaboração de materiais didáticos – muitas vezes produzidos pelos próprios alunos/usuários - que possam ser distribuídos com a intenção de disseminar a informação obtida nas fontes bibliográficas existentes na biblioteca.

O bibliotecário pode, também, criar mecanismos que permitam a visitação de escolas à Universidades, museus de ciências e palestras gratuitas sobre o tema estudado. Por meio de programas de extensão, oportunamente fechados com universidades, pode haver a capacitação de professores e elaboração de materiais didáticos.

As fontes de informação bibliográficas que o bibliotecário pode e deve apresentar para os alunos/usuários são uma colaboração importante e essencial, porém são muito mais teóricas do que práticas. Sabendo que aprender com a prática é muito eficaz, os bibliotecários podem promover, para estudantes e comunidade, oficinas e minicursos sobre os mais diversos temas que englobam o pensamento crítico e o saber fazer sobre consciência ambiental e preservação da natureza. No caso de bibliotecas do campo podem ser desenvolvidas atividades de educação ambiental, como cursos para agricultores e oficinas para os movimentos sociais.

Utilizando mais uma vez a teoria da aprendizagem significativa, mapas conceituais podem ser utilizados como subsídio e estratégia para organização dos temas voltamos para a educação ambiental, visando a estimular a organização da aprendizagem. Cartazes com esses mapas podem ser dispostos nas paredes da biblioteca para consultas futuras. Importante ressaltar que esses mapas conceituais podem ser bem dinâmicos, com acréscimos e alterações ao longo dos materiais estudados. A contínua relação da nova informação obtida através da leitura deverá buscar correlações não arbitrárias com o conhecimento já estruturado pelo aluno.

Diversas são as oficinas possíveis com o assunto voltado para a preservação do meio ambiente, sendo uma delas a criação de um jornal da biblioteca. A atividade consiste em que os participantes observassem um jornal de circulação local focando nas informações necessárias contidas no mesmo, como capa, manchetes, diagramação, forma da apresentação textual. Após isso, fariam uma leitura profunda das reportagens dos jornais relacionadas com a temática “meio ambiente e sua preservação” buscando notícias e analisando o que seria considerado essencial para compor o jornal da biblioteca que será montado e distribuído aos usuários deste ambiente informar de educação. Essa atividade além de desenvolver e incentivar a leitura e o pensamento crítico colabora com a educação ambiental.

Uma segunda oficina interessante e possível pode ser realizada, principalmente em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente. Nessa atividade, os alunos fazem pesquisas sobre o tema, e na oficina, criam músicas, textos e poesias expressando a criatividade e o poder transformação educacional.

O importante é que essas atividades diferenciadas e que saem da mesmice de apenas ler textos em formatos óbvios visam a oferecer um ambiente privilegiado que favoreça a interação social dos usuários da biblioteca e sirva como um caminho possível para a melhoria na aprendizagem, voltada para uma aprendizagem com significado. Sendo o trabalho de leitura algo que contempla todas as áreas do conhecimento, envolver o usuário em atividades que ele possa inter-relacionar os mais variados aspectos e informações que o rodeia, é possibilitar um aprendizado mais abrangente, fugindo dos limites impostos muitas vezes por ambientes formais de educação. Ressalta-se também, que mais importante que o espaço físico destinado ao trabalho de leitura, a preparação e adequação do ambiente, criando situações propícias, são determinantes no sucesso do aprendizado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a década de 60, quando se passou a pensar em meio ambiente e perceberam que o mesmo é um bem global e finito do qual o próprio homem faz parte, até os dias atuais a luta para que se tenha um meio ambiente ecologicamente equilibrado continua e de forma cada vez mais intensa. O contexto das bibliotecas, como espaços não formais de educação, entra nessa luta como uma estratégia de mudança, educando de forma prática para que essas pessoas evoluam em seu cotidiano como cidadãos, cuidando do meio ambiente do qual fazem parte.

Tendo como objetivo principal discutir a contribuição do bibliotecário para a Educação Ambiental, baseada totalmente na Teoria da Aprendizagem Significativa de Ausubel, foi possível mostrar a sua importância como educador, levando o conhecimento teórico e ações práticas para as pessoas, com o intuito de que tenham ações ecologicamente corretas.

Em virtude da literatura consultada e dos resultados da pesquisa, fica evidente o caráter educativo do bibliotecário, podendo esse papel de educador ser desempenhado de muitas formas, sendo elas: oficinas, horas do conto, conversas informais, jogos, convivência coletiva e, principalmente, a construção de projetos.

Para esse fim, o bibliotecário deve se desprender do antigo perfil adotado há séculos de apenas guardados de livros que não deviam nem ao menos ser tocados sem permissão. Esse processo menos técnico acaba por humanizar mais o trabalho do bibliotecário e possibilita uma maior criatividade e um maior pensamento crítico por parte dos usuários. Esses usuários acabam utilizando fontes que até então não tinham conhecimento que existiam, e como a ajuda do profissional da biblioteca acabam desenvolvendo atividades e atitudes de forma eficiente.

Nesse contexto, é possível observar que todas essas atividades de incentivo à leitura e familiaridade com fontes de informação diferenciadas podem ser utilizadas para abordar, de forma inovadora e criativa, as questões de preservação ambientais, relacionando a Biblioteconomia com o Meio Ambiente, visando que os cidadãos criem rotinas e possuam desenvolver atitudes preocupadas com o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. R. M. Avaliação formativa no contexto da Construção do mapa conceitual. **Sitientibus**, n.36, p. 175-195. Disponível em: <http://www2.uefs.br:8081/sitientibus/pdf/36/avaliacaoformativanocontextodaconstrucaodomapaconceitual.pdf>. Acesso em: 8 maio 2019.
- AUSUBEL, D.P.; NOVAK, J. D.; HANESIAN, H. **Psicologia Educacional**. 2 ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.
- BICHERI, A. L. A. O.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Bibliotecário escolar: um mediador de leitura. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v.2, n.1, p. 41-54, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106585/105180>. Acesso em: 8 mai. 2019.
- BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- BRASIL. Resolução n. 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, n. 116, 18 jun. 2012. Seção 1, p. 70.
- CAMPELLO, B. S. **Letramento informacional: função educativa na escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CAPRA, F. **As conexões ocultas: ciências para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2005.
- CARDOSO, N. B. A contribuição do bibliotecário para a educação ambiental. **Perspectivas em Ciência da Informação**. v.15. n. 2, p. 189-206. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n2/a10v15n2.pdf>. Acesso em: 8. mai. 2019.
- CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental: Formação do Sujeito Ecológico**. 2ª ed. São Paulo Cortez, 2006.
- DUDZIAK, E. A.; GABRIEL, M. A.; VILLELA, M. C. O. Sociedade de aprendizagem e os desafios para os profissionais da informação em sua atuação educacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 19., 2000. Porto Alegre. **Anais...**Porto Alegre: FEBAB, 2000. Disponível em: <http://dici.ibict.br/archive/00000717/>. Acesso em: 01 abr. 2009.
- Freire, P. **O que é método** Paulo Freire. 8. ed. São Paulo (SP): Brasiliense; 1993.
- GOHN, M. G. **Educação não-formal e cultura política. Impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo, Cortez. 1999.
- GOHN, M. G. (2006). **Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: avaliação das políticas públicas de educação**, 14 (50), 27-38. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**. n. 118, p. 189-206. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0100-15742003000100008>. Acesso em: 8. mai. 2019.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau: Ed. FURB, 2001.

LISBOA, C. P. KINDEL, E. A. I. **Educação Ambiental da teoria à prática**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2012.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Matilde Endlich Orth. 6. Ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2008.

MARTUCCI, E. M. **Sobre educação bibliotecária e perfil profissional**. Palavra-Chave, São Paulo, n.3, p.2-3, out.1983.

MOREIRA, M. A. **A teoria da aprendizagem significativa e sua implementação em sala de aula**. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

PIAGET, J. **A epistemologia genética**. São Paulo: Abril Cultural, 1990.

VALE M., J. & COUTO, S. **Princípios Freirianos e o Sócioconstrutivismo**. São Paulo, 2003. 20p. (Coleção Círculos de Formação).

SILVA, J. D. O; CUNHA, J. A. O papel educativo da biblioteca escolar no contexto do Plano Nacional de Educação. **Revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v.21, n.46, p. 45-58, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/download/1518-2924.2016v21n46p45/31601>. Acesso em: 8 mai. 2019

Trilla-Bernet. (2008). **La educación fuera de la escuela. Âmbitos no formales y educación social**. Barcelona: Ariel.

MARTINS, M. S.; CIPOLAT, S. O bibliotecário como agente socializador na disseminação da informação sobre meio ambiente: relato de experiência. **Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v.18, n.2, p. 179-190, 2006. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000000087/029d3e9cb0183d5701af0fe780686e92>. Acesso em: 8 mai. 2019.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução, análise**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2 volumes, 1999

MOREIRA, M. A. **Teorias de aprendizagem**. São Paulo: EPU, 1999.

MOREIRA, M. A. **A teoria da aprendizagem significativa e sua implementação em sala de aula**. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

Muggler, C. C. *et al.* Educação em solos: princípios, teoria e métodos. **Revista Brasileira de**

Ciência do Solo. n. 30, p. 733-740, 2006. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/rbcs/v30n4/14.pdf>. Acesso em: 8 mai. 2019.

PEREIRA, D.S.C. O ato de aprender e o sujeito que aprende. **Construção Psicopedagógica**, v.18, n.16, p. 112-128, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cp/v18n16/v18n16a10.pdf>. Acesso em: 8 mai. 2019

INSTRUCTIONS FOR THE PREPARATION AND SUBMISSION OF PAPERS TO BE PUBLISHED IN THE PROCEEDINGS - INTERNATIONAL SYMPOSIUM WORK, LABOUR RELATIONS, EDUCATION AND IDENTITY - SITRE 2012

***Abstract:** Libraries, heritage preservation spaces and inseparable from education, are vital for social development and the environmental preservation of the societies in which they are located. Being non-formal learning space, they stand out, because it is through the mediation with the users in the search for information that meaningful learning occurs. Following that line of thought, it is proposed to reflect on libraries as learning spaces, based on a bibliographic review and discusses the contribution of the librarian to Environmental Education as an educator. Therefore, the librarian must collaborate so that the conscious environmental information is assimilated by the users to investigate their ecological practices.*

***Keywords:** Library. Meaningful learning. Non-formal education.*

A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS NÃO FORMAIS DE APRENDIZAGEM NA DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO

FONSECA, Elisete Gonçalves¹ – elisete.fonseca@ufjf.edu.br
Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF
Av. Pres. Itamar Franco, 1700/1104
36016-321 – Juiz de Fora – Minas Gerais – Brasil

BRASILEIRO, Beatriz Gonçalves² – beatriz.brasileiro@ifsudestemg.edu.br
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, Campus Muriaé
Av. Cel. Monteiro de Castro, 550 - Barra
36884-036 - Muriaé – Minas Gerais – Brasil

VALENTE, Aline Aparecida³ – alinevalente@ymail.com
Universidade Federal do Sul da Bahia
Rodovia BR-367, Km 10
46810-000 – Porto Seguro – Bahia

Resumo: *O Centro de Ciências da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) oferece diferentes conteúdos, para todos os níveis de ensino e para a sociedade em geral. Estes conteúdos são considerados educação não formal e utilizados como meio de aperfeiçoamento do ensino e como atividade extraclasse. Além disso, possibilita, de forma lúdica e interativa, a aproximação do visitante com a ciência, seja ele estudante ou espontâneo. Esta pesquisa tem como objetivo analisar o quantitativo de visitas recebidas no Centro de Ciências da UFJF, para compreender a relevância deste espaço e em um segundo momento elaborar um guia virtual que será desenvolvido e disponibilizado no site do Centro de Ciências da Universidade Federal de Juiz de Fora. Para tanto discutiu-se no referencial teórico acerca dos assuntos relacionados ao espaço não formal de educação e sobre a tecnologia em educação. Os dados foram obtidos a partir do levantamento realizado nos registros do Centro de Ciências da UFJF. Os resultados apontam um crescimento nos números de visitas tanto de escolas quanto espontâneas contribuindo para a educação dos níveis médio e técnico e para o acesso da sociedade civil nas produções científicas presentes nos ambientes acadêmicos.*

¹ Mestranda do Curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.

² Doutora em Fitotecnia pela Universidade Federal de Viçosa. Docente do Curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais. Graduada em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal de Viçosa, MG.

³ Residente em Extensão pela Universidade Federal do Sul da Bahia. Mestre em Desenvolvimento Sustentável e Extensão pela Universidade Federal de Lavras.

Palavras-chave: Educação não formal. Conectividade. Centro de Ciências.

1 INTRODUÇÃO

Desde a inauguração, o Centro de Ciências da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) contou com diversos projetos aprovados em agências de fomento para o processo de melhoria da infraestrutura. De acordo com a terceira edição do Guia de Centros e Museus de Ciências do Brasil (2015), existem hoje 268 espaços científico-culturais brasileiros atuando na divulgação e popularização da ciência. Esses espaços não formais representam um valioso recurso às escolas por possibilitar o ensino de ciências de forma divertida, experimental, estimulante e curiosa aos estudantes para criar novas indagações. Podendo assim, contribuir e auxiliar no aprendizado e para a construção da cultura científica e para a cidadania.

O Centro de Ciências da UFJF vem cumprindo o papel para o qual foi criado, propiciando a Divulgação Científica e a Popularização da Ciência em Juiz de Fora e toda a região (CESAR, 2013).

A análise principal nesta pesquisa foi contextualizada sobre a importância da interatividade e conectividade do público do Centro de Ciências, bem como as possibilidades de introdução de ferramenta que possa facilitar a exploração do espaço. O trabalho ainda retrata como a educação não formal tem grande potencial a ser explorado.

A busca por novos saberes e o acesso aos conteúdos disponíveis nos museus pode ser facilitada por ferramenta interativa, o que torna mais fácil explorar de forma mais abrangente toda a dimensão do conhecimento ofertado por este espaço não formal de aprendizagem.

Dessa reflexão nasceram questões como: Se os avanços tecnológicos podem às vezes substituir os espaços físicos pelos virtuais, como o Centro de Ciências pode se tornar mais atrativo e interessante para esse público conectado? Quais são os fatores que podem estar ligados à conectividade dentro do Centro de Ciências? Dessas e outras questões surgiu o seguinte problema de pesquisa: Como o Centro de Ciências pode contribuir para a formação cultural e emancipatória?

Esta pesquisa apresenta como temática central as possibilidades de interatividade no Centro de Ciências da Universidade Federal de Juiz de Fora. E ainda, as considerações acerca da

educação não formal no que diz respeito à autonomia e conectividade do público⁴, estudantes ou espontâneo, que frequenta o Centro de Ciências.

Para tanto, buscando compreender a relevância destas reflexões, este trabalho tem como objetivo, em um primeiro momento, analisar o quantitativo de visitas recebidas no Centro de Ciências da UFJF para a partir destes dados propor ações de conectividade para o Centro de Ciências da UFJF

2 Espaço não formal de educação

A escola formal nos dias de hoje ainda é condição necessária para essa formação, contudo não é o bastante para uma educação emancipatória e promoção da cidadania. A partir do estabelecimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96 algumas diretrizes foram deliberadas, mais precisamente o conceito de educação, compreendendo os processos formativos decorrente em outros espaços, além da escolarização formal, no artigo 1º:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, a educação não formal passa a fazer parte desse processo auxiliando a educação formal na busca de uma prática educativa lúdica, cultural, política e social. Observa-se diversas definições relacionadas aos espaços não formais de educação, sendo que as abordagens podem variar de acordo com pedagogos, educadores, sociólogos, museólogos, historiadores. Para a discussão sobre os aspectos relacionados ao potencial educacional dos espaços não formais é importante compreender as impressões de teóricos que contemplam a participação do público com esses espaços numa perspectiva de educação continuada. Sobre a construção do conceito de educação não formal no Brasil, Ovigli (2015,) diz que esse conceito se destaca no discurso internacional em políticas educacionais no final de 1960, onde também ocorre a distinção dos contextos de educação formal, não formal e informal nos processos de ensino e aprendizagem.

Ao considerar esses espaços como educação continuada integrada aos conteúdos estudados dentro da sala de aula busca-se refletir sobre a importância de os alunos vivenciarem esses espaços, para melhor assimilação dos conteúdos programáticos das disciplinas. Além de possi-

⁴ Optou-se por utilizar de forma geral em referências ao visitante do Centro de Ciências, o adjetivo público.

bilitar maior interação social com os colegas, professores e até mesmo com a família. E ainda, pode-se contribuir para a formação humana integral, dentro da concepção originária do pensamento marxista, e defendida por diversos pesquisadores (RAMOS; FRIGOTTO; CIAVATTA, 2005).

Numa perspectiva emancipatória do ser humano, a transformação do conhecimento vai constituindo a estruturação dessas três dimensões: trabalho, ciência e cultura. Novas formas de produção a cada tempo histórico colocam-se para educação novos desafios a essa compreensão relação trabalho-educação: por um lado, uma necessidade que a realidade de classe coloca, por outro a profissionalização. Não substituindo a educação básica, mas como uma particularidade, que desafia a educação no seu conjunto a integrar conhecimentos numa mesma perspectiva de formação.

Na área de educação, professores e pesquisadores, procuram construir uma concepção de educação que entende o ser humano na perspectiva da sua formação omnilateral. De acordo com Ciavatta (2014, p.187), “politecnia, educação omnilateral, formação integrada são horizontes do pensamento que queremos que se transformem em ações”, afirma ainda (2014, p.190) que, “uma educação no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica”. Nessa perspectiva, o Centro de Ciências, assim como outros espaços não formais, podem ser considerados espaços que contribuem para a formação do homem no contexto da criatividade, sensibilidade e formação intelectual científica.

A educação não formal pode ressignificar positivamente o conteúdo programático das escolas. Como percurso metodológico, Terci e Rossi (2015) sugerem a preparação para a visita, e que o professor defina os objetivos que ele quer atingir dentro do espaço não formal a ser visitado.

De acordo com Moraes e Ferreira (2016) ainda não há um consenso na definição dos conceitos para os termos educação formal, não formal e informal. E, ressaltam que não se pode entendê-las tomando como parâmetro de comparação a educação formal. Afirmam que as potencialidades dessas modalidades de educação podem ser extrapoladas quando trabalhadas em um *continuum* educacional (MORAIS; FERREIRA, 2016, p.53, grifo da autora).

Para Gohn, (2010, p.15) “educação formal é aquela desenvolvida dentro da escola, com conteúdos previamente demarcados”, com a atuação do professor como educador e a escola é precedida e regulamentada por leis e diretrizes nacionais.

Mesmo com a dificuldade nas definições conceituais, os espaços institucionais não formais são importantes, como por exemplo, os centros de ciências, os jardins botânicos, os planetários, os zoológicos, entre outros, “para a ampliação da percepção e conhecimento das pessoas, facilitando o acesso à cultura científica e promovendo aprendizagens diversas” (MORAIS; FERREIRA, 2016, p.51).

Sobre o conceito de educação não formal, Gohn (2014, p. 42), afirma que, “é um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade”. A autora considera que o conceito de educação não formal ainda não está consolidado, está sendo construído, e, portanto, educação não formal ainda não é um conceito. Gohn (2014) propõe uma reflexão sobre a produção e transmissão de conhecimento fora dos contextos institucionais de educação. De acordo com a autora (2014, p. 35) “a educação não formal é aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, construída nos processos de partilha dos conhecimentos, experiências e ações coletivas do cotidiano”. Contribuindo que, atualmente o debate sobre aprendizagem gira em torno de horizontes e perspectivas da educação, cultura e formação de indivíduos e não somente na preparação.

Leocádio (2015, p.40) enumera as diversas contribuições que os espaços não formais podem oferecer, tais como: despertar o interesse pelas ciências; colaborar amplamente com a formação dos professores; trazer à tona temas ligados à ciência e tecnologia de forma mais dinâmica e numa linguagem mais acessível; contribuir para o desenvolvimento de metodologias mais “didáticas”; promover a elaboração de materiais e recursos didáticos e ampliar a visão de mundo. Além da “ampliação cultural” proporcionada pela visita, já que a ida ao centro de ciências não é apenas para aprender ciências, principalmente para os alunos de periferia, a terem contato com mundos desconhecidos por eles.

3 Tecnologia em educação

A aceleração do desenvolvimento em tecnologia da informação e comunicação no final do século XX e início do século XXI propiciou a disseminação do conhecimento com muita rapidez. As tecnologias em educação podem ser consideradas como um meio para o processo educativo através da inserção de recursos midiáticos. A sala de aula da educação formal foi am-

pliada e modificada com a chegada da internet e redes de comunicação online, fazendo surgir novos espaços e contextos importantes no processo ensino aprendizagem.

Para Gadotti (2000, p.7) “o que se constata é a predominância da difusão de dados e informações e não de conhecimentos”, a intenção aqui é exatamente apresentar as fontes de informações disponíveis aliadas à compreensão e experimentação para produção do conhecimento. Através de softwares interativos é possível desempenhar a função de ensino e a divulgação da ciência na educação.

A interatividade nos museus e centro ciências é um elemento que pode ser considerado bastante eficaz no tocante ao ensino-aprendizagem. Se por um lado o público demanda cada vez mais de informações e de conhecimento em diversas áreas, por outro lado os educadores e os mediadores precisam estar cada vez mais preparados para dialogar com esse público e atender a essa demanda. No Centro de Ciências da UFJF é possível ter acesso a informações do conteúdo e dos espaços através de acompanhamento dos mediadores.

Os mediadores constituem uma forma de aproximação do público com o conteúdo disponível nos espaços. Segundo Macmanus (2013) o mediador pode atuar como um transformador daquilo que está sendo exposto porque a mediação não causa desequilíbrio nas convicções entre os sujeitos que sabem mais e os que sabem menos.

A contribuição da divulgação científica é dada, ao minimizar a distância existente entre a comunidade científica acadêmica e a sociedade, à qual ela deve servir e fazer parte. Para Cadotti (2002), a responsabilidade na divulgação das pesquisas científicas para a sociedade deveria ser do pesquisador, quando possível, assim como já acontece quando faz as publicações em revistas especializadas.

Dessa forma, é possível considerar que uma ferramenta virtual constitui uma multiplicidade de sentidos que podem ser estimulantes nas salas de aula, em casa e até mesmo no próprio espaço do Centro de Ciências. Além de possibilitar uma experiência virtual com informações detalhadas dos objetos, dos espaços e conhecimentos existentes.

Dessa forma, os espaços não formais de educação revelam-se como complementares à educação. O estímulo à utilização desses espaços através da conectividade sugere que as fronteiras sejam ampliadas, considerando que o acervo disponível nos espaços não formais pode ser consultado a qualquer momento e de qualquer lugar.

4 METODOLOGIA

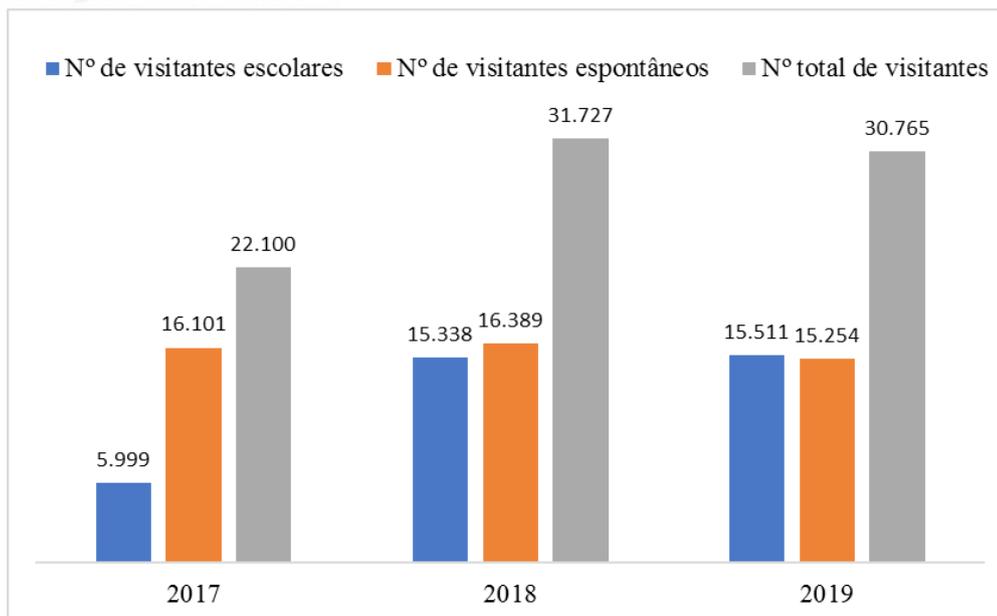
O estudo foi realizado por meio de pesquisa documental em caráter exploratório, buscando levantar o quantitativo de visitas no Centro de Ciências da UFJF no lapso temporal de 2017 a 2019.

A partir dos resultados desta pesquisa, pretende-se elaborar um guia virtual que será desenvolvido e disponibilizado no site do Centro de Ciências da Universidade Federal de Juiz de Fora, onde o público poderá acessar e navegar pelos espaços do Centro de Ciências conhecendo de forma interativa as exposições e os conteúdos disponíveis nos diferentes espaços, como forma significativa e autônoma de complementação do conteúdo aprendido em sala de aula.

5 RESULTADOS PRELIMINARES

Por sua natureza extensionista, o Centro de Ciências desempenha um importante papel enquanto elo entre universidade e sociedade. Essa realidade pode ser observada nos números apresentados no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Quantitativo de visitantes do Centro de Ciências da UFJF, no período de 2017 a 2019.



Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa, 2020.

Os resultados mostraram que nos últimos dois anos (2018 e 2019) houve um aumento no número de visitas. No ano de 2018 o Centro foi visitado por 338 escolas sendo que destas, 101 eram de alunos na faixa etária de 15-18 anos. Já em 2019 este número aumentou para 474 escolas e 119 com alunos de 15-18 anos. Estes dados revelam o constante crescimento e a contribuição deste espaço não formal para a educação dos níveis médio e técnico no Brasil. O número de visitas espontâneas também se destaca, mostrando que esses ambientes são uma das formas de traduzir os trabalhos científicos realizados nas universidades em informação de forma didática e compreensível para o público que está distante da academia. Um outro ponto a se destacar, é que se há aumento nas presenças destes ambientes, significa que existe relevância para análise e para futuras reflexões.

A educação em espaços não formais, como centros de ciências, planetários, observatórios e a divulgação científica são iniciativas que demonstram a dinamicidade da ciência. Aprender ciências requer interpretação, reflexões, observações e discussões que devem ser exercitadas no dia a dia, motivando o estudante a buscar novos interesses sobre determinados assuntos. Estes espaços são potenciais para desenvolver aproximações com os ambientes formais de ensino e a sua relevância está em fazer chegar ao público os conhecimentos que estão sendo produzidos pela pesquisa na área acadêmica geralmente no âmbito da extensão universitária.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços não formais podem proporcionar uma vivência holística que contribui para auxiliar na formação cultural e emancipatória. É importante destacar a exploração dos espaços não formais como complementariedade das aulas expositivas que ocorrem nos espaços formais de aprendizagem.

Considerando a experiência de trabalho vivenciada, pode-se afirmar que os espaços não formais de ensino contribuem para incentivar mudanças no processo de construção do conhecimento. E também, que as atividades desenvolvidas no Centro de Ciências cumprem seu papel no retorno à sociedade, do conhecimento ali produzido, além potencializar a interação no tripé de ensino, pesquisa e extensão.

Assim sendo, pode-se considerar que a educação não formal é aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, através dos processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%209.394-1996?OpenDocument. Acesso em: 12 jul. 2019.

CADOTTI, E. Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil. Org. Luisa Massarani, Ildeu de Castro Moreira e Fatima Brito. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Fórum de Ciência e Cultura**, 2002.

CENTROS e museus de ciência do brasil 2015. Rio de Janeiro: **Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência**: UFRJ/FCC. Casa da Ciência. Fiocruz. Museu da Vida, 2015.

CESAR, E. T. Centro de Ciências – Universidade Federal De Juiz De Fora – **Histórico 2006 a 2013**. (Documento Interno). 146 p. Juiz de Fora, 2013.

CIAVATTA, M. Ensino integrado, a politécnia e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n.1, p. 187-205, jan./abr. 2014.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000.

GOHN, M. G. **Educação não formal e o Educador Social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, M. G. Educação não formal, aprendizagem e saberes em processos participativos. **Investigar em Educação**, n. 1, p. 35-50, 2014.

LEOCADIO, D. **Centro de Ciências sob o olhar de professores: leituras possíveis em visitas escolares ao Centro de Ciências da UFJF**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

MCMANUS, P. **Educação em museus: pesquisa e prática**. Orgs. Martha Marandino e Luciane Monaco. São Paulo: FEUSP, 2013.

RAMOS, M; FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: RAMOS, Marise N. (Org.); FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.); CIAVATTA, Maria (Org.) **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2005a.

MORAIS, C. S.; FERREIRA, H. S. A educação não-formal para a promoção da cultura científica e tecnológica no ensino da química e das ciências. **Revista Debate em Ensino de Química – REDEQUIM**, v.2, n.2, p. 45-55, out/2016.

OVIGLI, D. B. Panorama das pesquisas brasileiras sobre educação em museus de ciências. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (online)**, Brasília, v. 96, n. 244, p. 577-595, set./dez. 2015.

TERCI, D. B. L.; ROSSI, A. V. Dinâmicas de ensino e aprendizagem em espaços não formais. In: **X Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – X ENPEC**, 24 a 27 de novembro, 2015, Águas de Lindoia, SP.

THE IMPORTANCE OF NON-FORMAL LEARNING SPACES IN DISSEMINATING KNOWLEDGE

***Abstract:** The Science Center of the Federal University of Juiz de Fora (UFJF) offers different content, for all levels of education and for society in general. These contents are considered non-formal education and they are used as a mean of improving teaching and as an extra-class activity. In addition, it allows, in a playful and interactive way, the visitor's approach to science, whether student or spontaneous. This research aims to analyze the number of visits received at the Science Center of UFJF, to understand the relevance of this space, and, in a second moment, to develop a virtual guide that will become available on the Science Center website of the Federal University of Juiz de Fora. For that, it was discussed in the theoretical framework about subjects related to the non-formal space of education and about technology in education. The data were obtained from a survey carried out in the records of the UFJF Science Center. The results point to an increase in the number of visits from both schools and spontaneous, contributing to the education of the medium and technical levels, and also to a greater access of the civil society to scientific productions present in the academic environments.*

***Keywords:** Non-formal education. Connectivity. Science Center.*
